



O Ideário Patrimonial О идеарио

Heranças Patrimoniais
enquanto Partilha de Saberes



O Ideário
Patrimonial
О идеарио

N. 09 // dezembro 2017 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN

2183-1394

**ANOTADA DA ERC
REGISTADA NA INPI**

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores

Índice

EDITORIAL	06
Escrever os Dias	
José d'Encarnação	07
Para Quem se Preserva?: Entre Passado e Futuro dos Caminhos da Agenda Patrimonial Brasileira	
Christiane Heloisa Kalb	21
Franz Boas e a Desconstrução das Falácias Racistas, como Ferramenta de Análise de Problemas Contemporâneos	
Aparecido Donizetti Galdino, Luana Campos	33
O Sumptuoso Interior das Alcáçovas Cristãs: A Alcáçova de Lisboa (Final do séc. XIII- Início do XIV)	
Rita A. Melro	42
Diálogos interdisciplinares na capela da Mata Fresca (Aracati, Ceará, Brasil): arqueologia, arquitetura e história	
Thalison dos Santos, Cristiane Bucu, Ramiro Teles Beserra	71
Arqueologia na Villa Aymoré: Cacos, Frascos e Garrafas de Vidro	
Jackeline de Macedo, Railson Cotias da Silva, Elizabeth di Palma	102
El Valor Etnoarqueológico de las Imágenes de la Religiosidad Popular en la Provincia de Lugo, Galicia. Noroeste de la Península Ibérica	
José Manuel Vázquez Varela, Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez	128
Um Olhar sobre o Patrimônio Religioso de Paudalho-Pe	
Mércia Carréra, Leandro Surya, Flávia Maria Rodrigues do Nascimento	135
Art as a Research Method: on the Expression of Anthropological Insights	
Paola Tinè	150
Primeras aplicaciones arqueológicas y museísticas en Galicia de tomografía computerizada de rayos X	
Oscar Lantes-Suárez, Pilar Prieto-Martínez	161
Caixa Geral de Depósitos. Instituição vocacionada para o Crédito	
Helena Real Gomes, Joaquim Pombo Gonçalves	188
Medium di Potere	
Anna Luana Tallarita	204





EDITORIAL



Editorial

Neste número 9 de Dezembro de 2017 compilámos uma variedade de temas que abrangem as áreas que a revista digital “O Ideário Patrimonial” abrange e que pela força das circunstâncias sociais da “aldeia global” se mantêm actuais.

Escrever os Dias é um ensaio analítico baseado numa obra dedicada ao Património Imaterial.

Para Quem se Preserva?: Entre Passado e Futuro dos Caminhos da Agenda Patrimonial Brasileira discute os conceitos de Património e Cultura no Brasil desde os anos 30 do século XX até aos conteúdos filosóficos desses mesmos conceitos. A linha predominante deste artigo desenrola-se sobre os equipamentos urbanos que ao serem considerados patrimonializados, se encontram como verdadeiras ruínas urbanas.

Franz Boas e a Desconstrução das Falácias Racistas, como Ferramenta de Análise de Problemas Contemporâneos centra-se na figura do investigador historicista Franz Boas e no método utilizado para desmistificar as tipologias sobre as diferenças entre humanos que contribuíram para o racismo e para a discriminação nos países colonialistas, que infelizmente, embora juridicamente igualitárias no século XXI, são ainda um facto nas sociedades actualmente.

O Sumptuoso Interior das Alcáçovas Cristãs: A Alcáçova de Lisboa (Final do séc. XIII - Início do XIV) relata-nos o lugar habitacional de D. Dinis – a Alcáçova de Lisboa, procedendo a análises comparativas com outros palácios peninsulares coevos. Mantendo uma atenção particular aos ambientes luxuosos, privados e públicos, e estabelecendo uma “moda” das práticas políticas vigentes através da difusão de gostos, mentalidades e ideais.

Diálogos interdisciplinares na capela da Mata Fresca (Aracati, Ceará, Brasil): arqueologia, arquitetura e história traz-nos uma perspetiva transdisciplinar abordando em simultâneo aspectos históricos, particularidade arquitectónica setecentista e de antropologia biológica.

Arqueologia na Villa Aymoré: Cacos, Frascos e Garrafas de Vidro é produto do Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés, na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. Neste artigo aborda-se a exumação de materiais vítreos que se projectaram nos medicamentos, nas bebidas e nos perfumes utilizados entre os séculos XIX e o início do XX.

El Valor Etnoarqueológico de las Imágenes de la Religiosidad Popular en la Provincia de Lugo, Galicia. Noroeste de la Península Ibérica apresenta-nos a investigação levada a cabo nos santuários rurais, revelando a iconografia das figuras religiosas, os seus significados e funções na cultura popular galega.

Um Olhar sobre o Património Religioso de Paudalho-Pe segue a mesma linha de levantamento do artigo anterior ainda que se tenha utilizado uma metodologia diferenciada. Este levantamento permitiu destacar o estado de má conservação de igrejas e capelas.

Art as a Research Method: on the Expression of Anthropological Insights é um contributo para a visão generalizada sobre a evolução histórica da disciplina antropológica visual, tal como sobre o debate entre a prática artística e a pesquisa etnográfica, suportando-se na teoria de Ricoeur.

Primeras aplicaciones arqueológicas y museísticas en Galicia de tomografía computerizada de rayos X prova que esta metodologia também se aplica a artefactos apresentados em museus provenientes de trabalhos arqueológicos, enquanto método não invasivo aplicados a cerâmicas.

Caixa Geral de Depósitos. Instituição vocacionada para o Crédito surge-nos como a continuação de artigos já publicados acerca desta Instituição. Desta feita, debruça-se sobre os diplomas mais preponderantes relativos à sua evolução e expansão apresentando as principais mudanças operadas na instituição ao longo dos anos.

Medium di Potere é um artigo que desconstrói filosoficamente qualquer forma de autoridade, de opressão que deprime as condições materiais e espirituais da Vida.

Tomar, 7 de Dezembro de 2017

ESCREVER OS DIAS

José d'Encarnação

Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ide@fl.uc.pt



Escrever os Dias

José d'Encarnação

Historial do artigo:

Recebido a 26 de outubro de 2017

Revisto a 27 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

Procura-se neste ensaio mostrar o elevado interesse cultural que se desprende do livro de Ana Paula Guimarães, *Escrever os meses a seguir os dias*. O livro trata das devoções populares do mês de Setembro e traça, pois, um panorama do que é esse relevante património imaterial. O ensaio pode classificar-se como uma resenha e uma glosa, na medida em que o Autor parte do conteúdo do livro e se espraia em considerações complementares, com a finalidade de melhor realçar a importância desse conteúdo.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial; Crenças Populares; Poesia Tradicional.

ABSTRACT

This text is an essay about the book of Ana Paula Guimarães, *Escrever os meses a seguir os dias*, «To write the months following the days». Ana Paula choose in this book September, with his popular religious festivities, above all the cult of the Holy Virgin with her various invocations. It's the immaterial heritage day after day. This essay shows the very high significance of these rites and their cultural evidences in the rural Portuguese countries.

Key-words: Immaterial Heritage; Popular Rites.

O livrinho, de 44 páginas, editado pela Apenas Livros chama-se, ao que parece, *Setembro* e tem por subtítulo: «Escrever os meses a seguir os dias» (vd. **Figura 1.**).

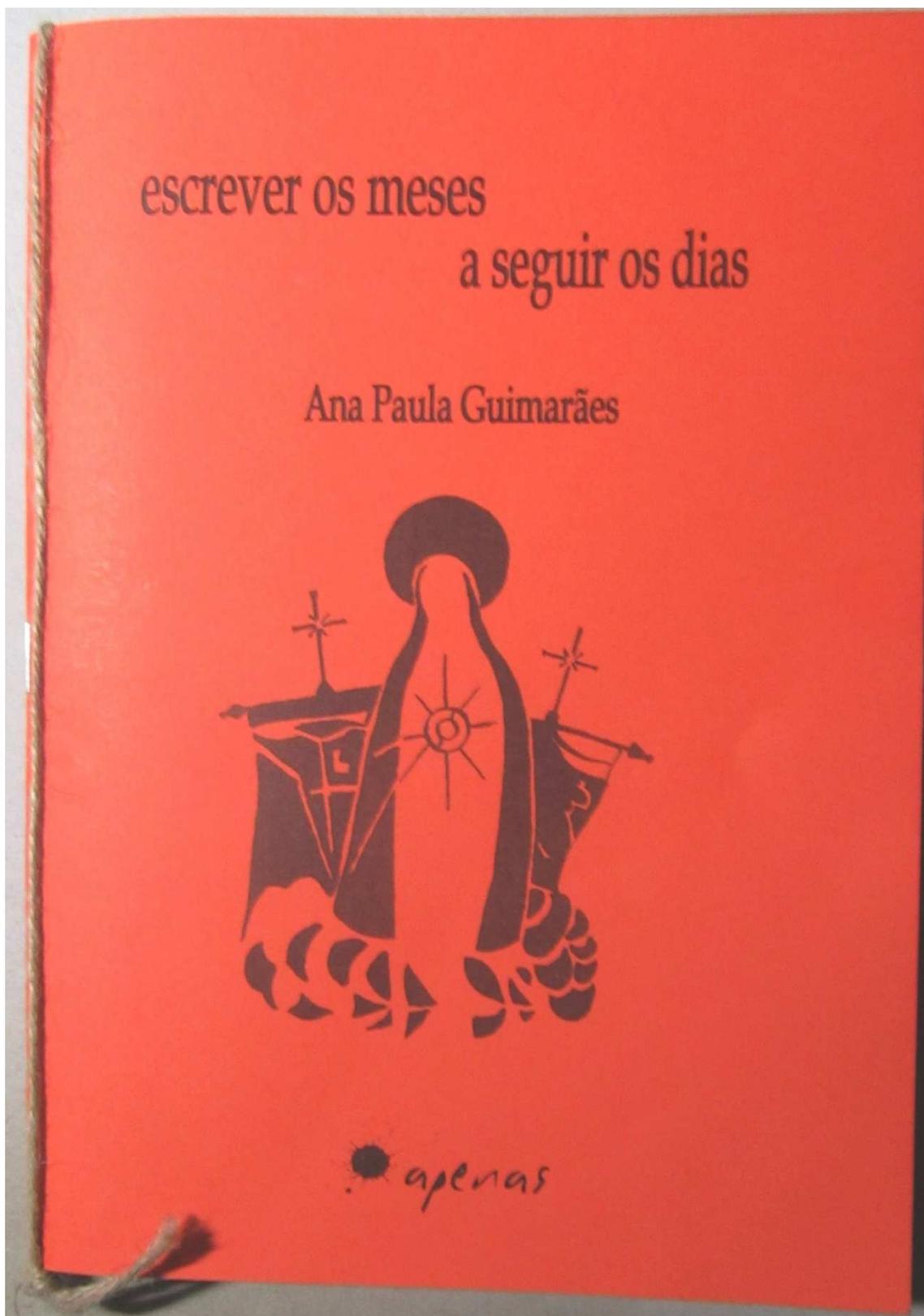


Figura 1. Capa de «escrever os meses a seguir os dias». Fonte: Autor.

Tem, pois, aparência de diário, porque «escrever os meses a seguir os dias» lembra os *Diários* de Miguel Torga ou os *Cadernos de Lanzarote* de Saramago. Mas não. Ana Paula Guimarães é membro, desde a sua criação, do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, por isso, este ‘contar os dias’ é a

narrativa da sucessão das festas populares. Um desfiar dos dias através da hagiologia. Quanta festa por esse país além! Às santas e aos santos das mais variadas invocações e milagreiros predicados.

...

Os aviões riscam de amarelo breve o céu – para norte e para sul. Imagino quem lá vai. Também terá as suas devoções. Diárias ou em dias certos do ano, como Ana Paula quis contar.

Pode ser a determinadas horas do dia, como esta, em que nem apetece falar. Só ouvir a Natureza a adormecer, os pardais a virem de todas as direcções para se aninharem, pipilando, a preparar a noite, naquele enorme *ficus* ali defronte, mesmo que seja ao som quente desta voz masculina que canta *Far Away*:

That I love you

I've loved you all along

And I miss you

Been far away for far too long...

Não estive, porém, *far away* Ana Paula quando, ao folhear atentamente as páginas deixadas por Leite de Vasconcelos, por Michel Giacometti e Lopes Graça, nos faz penetrar na alma do povo que somos, com suas crenças, canções, a senhora que apareceu à pastorinha e o povo que não acreditou e foi preciso curar uma entrevadinha para ali se erguer a capelinha em Sua honra...

Curiosamente, sinto-me a retornar à juventude, quando, escarranchado num pinheiro, deliciado com as aventuras de Júlio Verne, não dava pelo lusco-fusco a desaparecer, porque firmava a vista – e, assim, acabei bem cedo por ter de usar óculos. Também agora, vejo da varanda, as luzes já espreitam por entre o casario da aldeia e eu nem dera por isso (**vd. Figura 2.**). Retomarei o livro com mais luz.



Figura 2. Ouvir a Natureza a adormecer. **Fonte:** Autor.

...

«Semear os dias», deitar-lhes cuidadosamente a semente na esperança de colheita úbere. Rituais que o *Borda d'Água* contempla e a que religiosamente obedecíamos, porque – passados de geração em geração – constituíam «saber de experiências feito», para usarmos a frase que Camões pôs na boca do Velho do Restelo (*Os Lusíadas*, IV, 95).

Hoje, porém, a tecnologia e o grande capital baralharam tudo, já nem o *Borda d'Água* se entende e até o «Pelo São Martinho vai a adega e prova o vinho» não logra usufruir do estatuto carismático de dogma religioso, proclamado por Sua Santidade o Papa.

Mesmo assim, a recém-criada Paremiologia ressuscitou os provérbios para o correr do ano, de Janeiro a Dezembro, e não há mês ou festividade religiosa a que não corresponda provérbio que se preze.

Semear os dias pela invocação do santo constante da hagiologia e quotidianamente recordado no breviário sacerdotal tinha sentido pleno, quando a devoção religiosa católica nos impregnava as jornadas e havia quem podia dedicar algum do seu tempo à missa quotidiana. O materialismo grassante matou a serenidade; o dia deixou de ser regulado pelo toque das ave-marias e a luta pela *pole position* automobilística da Fórmula 1, medida aos centésimos de segundo, influenciou-nos de tal modo que andamos numa corrida e blasfemamos quando, por um segundo, perdemos o comboio idealizado ou o motorista do autocarro se arma em autoritário e... «Fechei a porta, tá fechada!».

Portanto, no Ocidente, restaram as efemérides religiosas principais: o Natal e a Páscoa, sim, e o Corpo de Deus, a Imaculada Conceição, mas sem oficialmente o lustro de outrora. ¿E quem vai à paróquia à missa no dia 3 de Fevereiro, para que o senhor padre lhe ponha duas velas cruzadas no pescoço, porque S. Brás cura tudo quanto é maleita de garganta? ¿Ou, a seguir ao Carnaval, se deixa ungir na testa com a cinza dos ramos benzidos em Dia de Ramos ou na «Quinta-feira da espiga» – o dia tradicional da Ascensão – para ouvir as palavras sacramentais «Memento, homo, quia pulvis est et in pulverem reverteris!», «Lembra-te, ó homem, de que és pó e em pó te hás-de tornar!» (*Génesis* 3, 19)?

...

Urgia, pois, semear os dias doutra maneira.

Com um diário?

É uma ideia; mas nem o muito organizado Miguel Torga seguiu (ou parece ter seguido) a máxima que Plínio-o-Velho (*Naturalis Historia*, 35) atribuiu a Apeles, o celebrado pintor: «Nulla dies sine linea», que em nenhum dia o Sol se ponha sem que tu tenhas escrito uma linha só que seja! É que ele há dias insossos, sensaborões, sobre os quais nada vale a pena escrever. Nem Saramago, nos *Cadernos de Lanzarote*, escreveu todos os dias.

¿Presunção, pois, a de Ana Paula Guimarães de, apesar desses exemplos, querer semear todos os dias de Setembro? É que Ana Paula não é sacerdote com obrigação de breviário; escritora que deseje enfatizar seus dias; faroleiro com regra de total registo das ocorrências – mesmo que as não haja – no farol que tem a seu cuidado.

Ana Paula escolheu o Povo. E, como Leite de Vasconcelos, Michel Giacometti e Fernando Lopes-Graça – só para citar os mais referidos – foi por aí. Pelas aldeias e campos e pelos livros também. E polvilhou o seu livro das tradições populares, mesmo que se tenha visto forçada a não respeitar com rigor os dias, uma vez que alguns há tão cheios que só dá para os recordar dias seguidos,



os rituais, os usos populares, as promessas, os sonhos acalentados... O dia 8, por exemplo, parece ter exercido nela certo fascínio, pois acabou por ser pretexto para devoções doutras jornadas.

...

Encontramo-nos, por conseguinte, perante uma obra aparentemente singela – «Isso fazia eu com uma perna às costas!», alguém se atreveria a dizer. E é elogio para a Autora, porque, tendo consultado mundos e fundos, acabou nos presentear com livrinho tão simples que até parece fácil de escrever.

Integrada, como se disse, num Centro de Estudos de Literatura Tradicional, a Doutora Ana Paula estava habituada já a estudar as falas, as tradições religiosas, os versos populares, que constituem, na verdade, o nosso riquíssimo património imaterial. A fixar – para que não se olvide!

No fundo, o livro é conversa despretensiosa com o leitor, em que, numa espontaneidade aparente, se passa da referência à devoção prestada – aqui e além – à Senhora do Castelo, à Senhora da Peneda, à Senhora da Ajuda, dos Remédios, a Nossa Senhora do Pranto, de grande devoção em Dornes, a aldeia que foi dos Templários e tem, na igreja, torre singular (**vd. Figura 3.**).



Figura 3. A torre de Dornes, em mística paisagem. **Fonte:** Autor.

e os habitantes vivem da pesca do lagostim e agora desperta também para o turismo, pela superior beleza natural junto a um dos braços em que, por mor da barragem, o Zêzere ali se espraia e há todo um misterioso halo derredor... Senhora do Pranto, rogai por nós e damos-Te uma vela da nossa altura! (**vd. Figura 4.**)

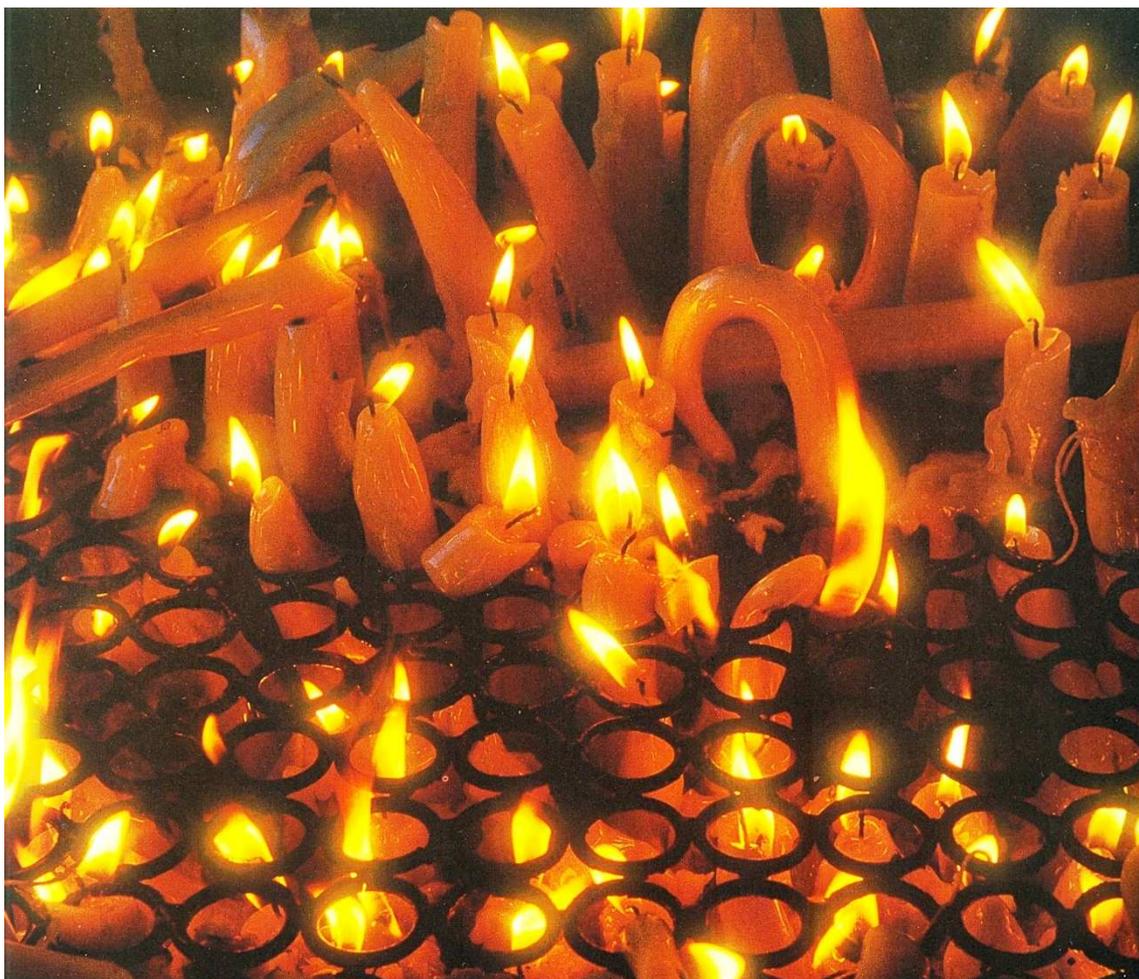


Figura 4. Velas que ardem numa prece. Fonte: Francisco de Almeida Dias.

Dornes, erguida em pequeno esporão da amena albufeira, abraça a quietude da enseada onde convivem barcos de recreio e de trabalho...

– *Nossa Senhora do Pranto*

Dizei-me onde morais.

– *Moro no cimo de Dornes*

Defronte dos Arraçais (p. 17).

Tantas Senhoras! Criadas, um dia, não se sabe quando, pelo Povo, por via de inesperado facto acontecido, de paisagem prene de misticismo... Os Romanos chamavam-lhe Génio e veneravam o Génio da cidade, o Génio daquele rio, o Génio daquela montanha, como a do Larouco...

É verdade: o tempo dos Romanos assistiu, na Península Ibérica, à afirmação de identidades, que, neste dealbar do século XXI, acerbamente num crescendo reviveu.

As divindades assumiram, na época romana, epítetos locais: os deuses e as deusas de Conímbriga (*dii deaque Coniumbrigensium*) (vd. Figura 5.),



Figura 5. Altar dedicado aos deuses de Conímbriga. Fonte: Autor.

o Génio dos Tongobrigenses, a deusa Atégina Turobrigense... Perto de Alcains, a divindade *Asidia* recebeu o nome de *Polturicea*, por ser padroeira dos Polturícios, a família cujo antepassado mais venerado fora Poltúrio (vd. Figura 6.).

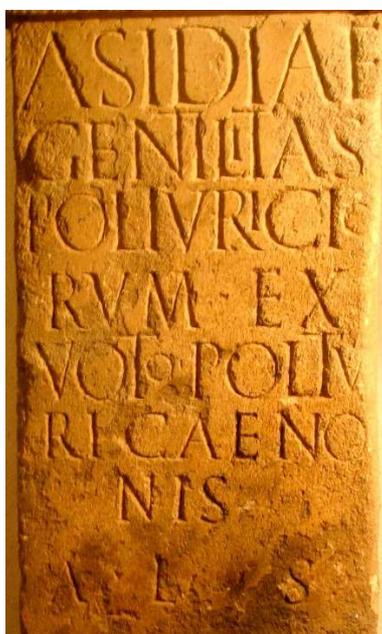


Figura 6. Ex-voto a Asidia, divindade protectora dos Polturícios (séc. I). Fonte: Autor.

Não direi que os localismos toponímicos não estejam presentes nas invocações da Virgem relacionados sempre com histórias de aparições; contudo, a Senhora da Boa Morte, a Senhora

do Parto, a Senhora dos Remédios... constituem expressões mais universais, mais ligadas ao espírito do que ao lugar.

Nossa Senhora da Ajuda

Ajudai-me a eu casar:

O meu pai é pobrezinho,

Não tem dote p'ra me dar. (p. 22).

...

E as mesinhas.

E as lengalengas e benzeduras para curar do mau-olhado, do quebranto, das sezões...

Deus te fez,

Deus te remiu,

Deus te criou,

Deus te livre

De quem mal

Para ti olhou,

A flor de ti levou. (p. 19).

Um retrato vivo do modo de vida das gentes e do que pensavam e ainda pensam.

Rimo-nos dessas crendices?

Não há de quê!

¿Há assim tão grandes diferenças em relação ao que se passa no nosso quotidiano de homens do século XXI?

É que tudo isso se prende com algo a que nem sempre damos a importância que realmente detém: o enorme poder do pensamento! Ele «esteve nervoso» – e a actuação não lhe saiu bem.

E o que é «estar nervoso»?

É pensar que não se é capaz, que vai correr mal! E importa precisamente o contrário e isso a benzedura traz: Nada de desânimos! Nunca será uma guerra perdida! E se se parte para a batalha, na convicção de que ela está perdida, perde-se mesmo.

A Ana Rosa estagiou, durante uns anos, nos serviços de puericultura do hospital. E era matemático: se a parturiente dizia que o parto ia correr mal, mesmo que o bebé estivesse na posição correcta, as águas rebentadas, o cordão umbilical sem problemas, o parto corria mal, porque, como estava nervosa, descontrolava-se na respiração; ao invés, mesmo aquelas que tinham tido uma gravidez complicada, se encaravam o parto com naturalidade, parir era ir ali e voltar já!...

Fecho o parêntesis sobre esta explicação do poder das mezinhas e benzeduras, porque elevam o poder do pensamento positivo e volto às devoções populares. Por vezes, havia que roubar uma imagem sagrada e mantê-la escondida, em segredo, até que a maleita sumisse.

Um panorama, dir-se-ia, traçado por Ana Paula Guimarães a propósito das festividades do mês de Setembro, deste património imaterial constituído pelo que o Povo pensa e reza.

Escrevi bem: «O que o Povo pensa».

E, se já esta frase singela tem muito que se lhe diga, melhor o compreenderemos quando atentarmos em frases espalhadas pelo livro e no que elas, timidamente embora (pensamos nós), deixam transparecer. Esta, a título de exemplo:

«Este mundo não fica bem partido; a terra é toda dos lavradores. Uns têm tudo e os outros não têm nada!» (p. 30 – fala de Alvina, pescadeira nascida em 1917).

...

A 14 de Setembro, lembra-se Ana Paula do mar: será que não há cantigas populares sobre o mar neste «país de marinheiros»? E faz-se eco da questão posta por Armando Leça no seu livro *Música Popular Portuguesa*:

«Por que motivo este povo de marinheiros e pescadores tem no seu cancionário tão poucas melodias sobre o mar?» (p. 23).

E mais adiante (p. 24):

«Se a lírica pouco fala do mar, será, porque, de facto, os próprios pescadores não cantam?».

E se cantarem... será que os pescadores não contam aquilo que cantam?» (p. 27).

O meu amor foi pr'ó mar

Não se despediu de mim

Que o mar se faça em rosas

E a traineira num jardim. (p. 31).

As comunidades piscatórias, uma «comunidade fechada», diz Orlando Ribeiro, citado nessa mesma página 27. Cantarão, digo eu, lengalengas, no alar das redes, para marcar o ritmo; ou, quando havia remos, para estar tudo certo, qual tambor que, em tempo de Romanos, o marinheiro-mor batia a compasso para o rebanho de escravos fazer vogar as trirremes...

Conclui-se:

«Parece ser assim: a lírica (residente em terra, junto de quem frequentemente nem lê nem escreve) não adere à aventura marítima.

A lírica e épica dos cultos [isto é, a gente culta], essas sim, reflectem mar e viagem pelos oceanos, tragédias e aventuras além» (p. 28):

Ó mar, caixão dos navios

Ó cama dos marinheiros

Debaixo da vela grande

Se agantam os aguaceiros (p. 30) (vd. Figura 7.).



Figura 7. Ex-voto a N^a Sr^a dos Navegante. Fonte: Autor.

Voltaríamos, assim à ideia expressa pela pescadeira Alcina e à explicação dada por Sally Costa:

«A exploração de recursos marítimos foi desenvolvida pelos indivíduos não proprietários de terras, que não herdaram as propriedades familiares» (p. 30).

Desta sorte poderá ter acontecido na Gândara e mesmo em terras como a Azoia, debruçada sobre o Atlântico e aninhada na aba da Serra de Sintra: é a mulher que trabalha o campo, as hortas, enquanto o homem se aventura na pesca costeira, dono de pequeno batel ou organizado em companhia ou simplesmente vivendo da pesca à linha e da apanha de marisco na maré vazia: percebes, mexilhão, lapas, caranguejos... (vd. Figura 8.).



Figura 8. Porto Touro, perto da Azoia, minúscula comunidade de pescadores. Fonte: Guilherme Cardoso.

...

E assim vamos, enleados nessa espécie de inocente bate-papo em que a Autora nos sabe enlear, sem que demos por isso, num percorrer desse património imaterial a que ora damos tamanha importância como fator de identidade.

E prende-nos.

Interrompe agora a narrativa para se dirigir ao leitor, em comentário breve ou mesmo num desafio. Já vamos ver.

Na minha juventude, estudei Francês e Inglês também pelo Método Assimil. Uma das características que lhe achei mui oportunas foi a de, passadas umas quantas páginas, nos perguntar se nos lembrávamos de determinado vocábulo ou expressão, estudada numa das páginas anteriores, para que nos remetia. Uma técnica usada ao longo de todo o livro e que eu, jovem estudante, imediatamente adoptei nos meus livros de estudo, inserindo páginas adiante uma pergunta com a indicação da página da resposta. Ensinei-a, até, aos meus estudantes. Isso faz Ana Paula Guimarães. Por exemplo: ia citar uma obra e interrompe-se:

«Lembra-se do título? Quem foram os coordenadores? E as ilustrações foram realizadas por...». E sugere: «Trabalho a realizar pelo leitor competente e atento!» (p. 21).

...

Ao passear-se desta forma, em aparente descontração, pelos escaninhos da alma portuguesa, revelados, de modo especial, pelos versos espontaneamente transmitidos de geração em geração, a Autora cedo teve de deixar de lado o calendário. Aponta-o, sim: «SETEMBRO, dia 12»; mas vai-se ao dia 12 e a referência cronológica esquece-se, para perguntar porque é que, em Cebolais de Cima, há no pedestal da Senhora dos Remédios «tanto menino» à volta. «Estão virados para Castela / Todos são castelhaninhos», explicita-se na quadra transcrita a seguir (p. 21).

Poderia este exemplo servir para uma reflexão que nunca é de mais repetir.

Há os livros maçudos – de História, de Etnografia, de Filologia... – pejados de notas de rodapé, de mui eruditas citações; e o estudioso fica arrasado de tanto saber, a imaginar horas infundas passadas em bibliotecas escusas ou no recanto do escritório lá de cima, rodeado de estantes a abarrotar... E há os livros, como este, de título singelo, despojado de palavras raras – «escrever os meses a seguir os dias» –, fruto evidente de amadurecido pensar, a ensinar-nos meigamente como se penetra na alma dum Povo, no que o distingue dos demais.

Aqui, o «diário» é mero pretexto e só o mês é que importa, retratado nas suas múltiplas manifestações religiosas, um pouco por todo o País: Tramagal, Guimarães, Dornes, Nazaré, Algarve, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Ribatejo... Por toda a parte, a mesma relação com o Divino, mormente em caso de doença ou outras aflições, em que as benzeduras são, dizem, remédio santo.

Não se aborda aqui – pois não era o caso – aqueloutro lado, mui amiúde presente na boca do Povo, mesmo em clima sério, de oração:

Virgem Senhora da Penha

Vizinha dos olivais

Guardai-me a minha azeitona

Não ma comam os pardais. (p. 17).

Recolhida em Castelo de Vide, nada me admiraria eu, meridional como sou, que ao sentido concreto, o verdadeiro, consignado na quadra, algum maroto, um dia, lhe atribuísse significado brejeiro...

...

Corro sério risco de ter emitido pareceres menos ajustados por analisar apenas o mês de Setembro numa série que doze meses contempla.

Escudo-me na presunção de que idêntico será, ao longo do ano, o modo de narração da Autora, variando as devoções contempladas e o maior ou menor entusiasmo que despertem.

Confesso que, a dado momento, duvidei da minha objectividade e, até, da justiça, em termos científicos e literários, de – propositadamente – nem tem querido ver os demais. Seja. Acredito, todavia, ser esse o tom geral da dúzia. Aliás, todos os meses se nos apresentam diferentes – nas condições climatéricas (outrora mais distintas do que na actualidade), nos trabalhos agrícolas (onde é possível observá-los), no tamanho dos dias e das noites...

Setembro poderá ser, todavia, para muitos de nós um mês especial. De nada valerá agora protestar contra essa estranha e generalizada deliberação de se antecipar a abertura do ano escolar, a proibir-nos de o gozar em plenitude.

Já a Família Real portuguesa demandava Cascais na doçura do Setembro, após se haver abrigado dos calores estivais na fresquidão da Serra de Sintra.

¿E quem há aí que não sinta saudades das marés vivas a anunciar o Outono, oportunidade única para, sem perigo, enfrentar na praia as ondas alterosas?

¿E os suavíssimos finais de tarde na Praia do Guincho, água ainda morninha, o sol a despedir-se na linha do horizonte, deixando atrás de si toda uma paleta prene de tons alaranjados?...

Esfumara-se o alarido das festas de Agosto, mais pagãs e comunitárias do que reflectidamente vividas no âmago de cada um. E o Setembro das vindimas casava-se às mil maravilhas com a amarelescente cor da folhagem – a tingir-nos os campos dum colorido quente e sossegado...

Não estou, por consequência, arrependido de ter agarrado o *Setembro* de Ana Paula Guimarães, nessa panóplia de vozes a cantar ingénuas loas à Virgem, na sua mais eloquente invocação:

Ó Senhora dos Remédios

Defronte do arvoredado.

Eu já tenho um amor

Mas é muito em segredo. (p. 22).

...

Programara eu breve recensão.

O halo envolvente destas páginas dedicadas por Ana Paula Guimarães ao mês de Setembro, nessa sua vontade de *escrever os meses a seguir os dias*, inibiu-me de ser breve.

Que o leitor me perdoe se nestas divagações o enfastiei. Penitencio-me. E, ao ver-me forçado a concluir – para não enfadar mais – congratulo-me com a iniciativa da Autora e louvo a

generosidade de Fernanda Frazão, dinâmica e sempre disponível gestora da Apenas Livros, por ter acolhido mais este testemunho de excelência.

Editado quase «clandestinamente» (diria), sem data (é de Setembro de 2017) e sem ISBN, tem 44 páginas, é livrinho de cordel e foi Carlos Augusto Ribeiro o ilustrador da capa.

Cascais, Outubro de 2017

José d'Encarnaçã

PARA QUEM SE PRESERVA?: ENTRE PASSADO E FUTURO DOS CAMINHOS DA AGENDA PATRIMONIAL BRASILEIRA

Christiane Heloisa Kalb

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, Pós-Doutoranda em Ciências Humanas. Professora de Direito no Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina – CESUSC. 88030-361, Florianópolis, SC, Brasil
christianekalb@hotmail.com



Para Quem se Preserva?: Entre Passado e Futuro dos Caminhos da Agenda Patrimonial Brasileira

Christiane Heloisa Kalb

Historial do artigo:

Recebido a 31 de agosto de 2017

Revisto a 06 de setembro de 2017

Aceite a 16 de outubro de 2017

RESUMO

Neste estudo pretendo discutir alguns caminhos tomados pela agenda patrimonial brasileira. Numa abordagem revisionista trago algumas evanescências sobre os conceitos de cultura e de patrimônio, na sequência revisito o passado da agenda patrimonial, tendo como ponto de partida os anos trinta. Na terceira parte trabalho com algumas políticas públicas que gerem o campo do patrimônio brasileiro e por fim, proponho algumas perspectivas futuras para esta agenda, ainda que de modo bastante incerto, tendo em vista alguns enclaves que os técnicos que trabalham na área sofrem cotidianamente. A fim de debater uma conexão entre o que é cultura e patrimônio hoje e o planejamento urbano das cidades, trago à tona a problemática dos equipamentos urbanos, como teatros, cinemas, auditórios, que ou se tornaram ruínas urbanas de outros tempos históricos ou foram patrimonializados, ganhando novos usos na urbe. Por ora, o que se conclui é que tendo em vista o passado da agenda patrimonial brasileira, os bens culturais tidos como patrimônio, muitas vezes, ficam nas mãos de agentes políticos e/ou da elite, deslegitimando os grupos sociais que realmente deveriam ser empoderados para gerir e cuidar destes bens.

Palavras-chave: Cultura, Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Gestão, Equipamentos Urbanos.

ABSTRACT

In this study I intend to discuss some paths taken by the Brazilian patrimonial agenda. In a revisionist approach I bring some evanescences on the concepts of culture and cultural heritage, after revisiting the past of the cultural heritage agenda, starting from the thirties. In the third part, I work with some public policies that manage the field of Brazilian heritage, and finally, I propose some future perspectives for this agenda, although in a very uncertain way, considering some enclaves that the technicians who work in the area suffer daily. In order to discuss a connection between what is culture and heritage today and the urban planning of cities, I bring up the problematic of urban equipment, such as theaters, cinemas, auditoriums, which either became urban ruins of other historical times or were patrimonialised, gaining new uses in the city. For the moment, the conclusion is that in view of the past of the Brazilian heritage agenda, cultural assets considered as cultural heritage often remain in the hands of political agents and

/ or the elite, delegitimizing social groups that really should be empowered to manage and care for these assets.

Key-words: Culture, Cultural Heritage, Public Policies, Management, Urban Equipment.

1. Introdução

Quando se pensa em cultura e, por conseguinte, em como preservar bens culturais, não se está adstrito à ideia de sobrevivência das criações humanas. E o século XX foi um período marcado por intensas mudanças em virtude do rápido progresso tecnológico, o que por um lado incrementou as invenções humanas e, por outro, deixou ruir tecnologias defasadas. Nesse contexto, a preservação dos patrimônios criados ou não pelo homem pode estar permeada pelo espírito de romantismo e nostalgia, se considerar as correntes urbanistas dos culturalistas, motivadas pelo interesse das pessoas em encontrarem um passado marcado por estabilidade e prosperidade. No caso brasileiro, o interesse pelo passado num determinado momento foi uma forma de marcar o nacionalismo a partir da retomada do período do barroco mineiro por meio dos ideais modernistas. Outros entendem a preservação dos bens culturais como uma ideia elitista, se pautada no que os urbanistas progressistas vão trazer de soluções para as cidades industriais, nas quais a manutenção de certas tradições constitui uma justificativa para a conservação do *status quo* de determinados setores sociais.

Portanto, pretendo discutir neste estudo alguns caminhos tomados pela agenda patrimonial brasileira. Assim, numa abordagem revisionista trago algumas evanescências sobre os conceitos de cultura e de patrimônio, na sequência revisito o passado da agenda patrimonial, tendo como ponto de partida os anos trinta. Na terceira parte trabalho com algumas políticas públicas que gerem o campo do patrimônio brasileiro e por fim, proponho algumas perspectivas futuras para esta agenda, ainda que de modo bastante incerto, tendo em vista alguns enclaves que os técnicos que trabalham na área sofrem cotidianamente.

Além dos motivos já citados acima, como o romantismo, a nostalgia e a conservação de certas tradições, os interesses comuns de preservação ainda podem ser motivados pela ideia de sobrevivência, de enriquecimento espiritual, científico e histórico, de fonte de prazer e contemplação (SILVA, 2003: 44) e tantas outras razões.

O patrimônio cultural de uma sociedade, mais que estabelecer limites, coleções e escolhas a partir de discursos, tem sua importância arraigada no sentido de questionar de onde viemos e para onde vamos. O patrimônio é tingido de valores (1) numa dada época, num certo momento histórico e, portanto, é uma construção social, diacrítica, normalmente pensada por uma elite que muitas vezes acaba por excluir certos grupos, geralmente minoritários. Todavia, essas elites, representadas por instituições de preservação, deveriam servir aos cidadãos ao invés de servir a grupos de interesses políticos e econômicos.

Pensar, então, o patrimônio a partir da identidade cultural como o passado de uma etnia (ou grupo social) é uma maneira de demonstrar o reconhecimento à ideia comunitária, isso quando o próprio grupo detentor de determinado patrimônio se reconhece perante ele. Assim, os sistemas de símbolos que cada grupo de pessoas experimenta subjetivamente como sua identidade podem ser chamados de cultura, “uma vez que eles [os patrimônios] materializam uma teia de categorias de pensamento por meio das quais nos percebemos individual e coletivamente” (GONÇALVES, 2007: 29). E aceitar que essa teia de significados abrange aquelas “Producciones simbólicas y las experiencias estéticas sustraídas a la urgencia de lo cotidiano,

con los lenguajes, los rituales y las conductas gracias a los cuales una comunidad vive y reflexiona su vínculo con el mundo, con los otros y con ella misma” (CHARTIER, 2008:23).

Logo, conjugando patrimônio e cultura, temos o enlaço das produções simbólicas e experiências estéticas do cotidiano, tanto as deixadas por antepassados longínquos ou próximos quanto aquelas realizadas a partir de uma instituição ou de certas pessoas. Portanto, a ação do homem no espaço gera bens que podem vir a ser significativos a ponto de constituir uma marca naquele tempo. O patrimônio cultural de um país, estado ou cidade, ou mesmo de um grupo social, é formado por elementos tangíveis e intangíveis num determinado processo histórico que identifica e diferencia as pessoas a partir da reprodução das ideias e dos materiais provenientes desses elementos. O conceito de patrimônio cultural, então, está em constante embate de significados e ressignificados. O período do século XIX, até meados do século XX, foi marcado por uma categoria de patrimônio ligada à herança e que tinha uma apelação estritamente material, ligada à preservação de monumentos e de edifícios históricos atribuídos por sua excepcionalidade, a era da “pedra e cal”.

Gonçalves frisa que é a partir dos anos 1980 (2), após o ideário acadêmico do órgão de proteção patrimonial (entre 1937 a 1967, através do diretor do Sphan – Serviço de Patrimônio artístico nacional - na época Lúcio Costa) que as discussões na área do patrimônio cultural se redemocratizam, abrangendo as pesquisas e as reflexões sobre as relações sociais e simbólicas dos objetos materiais entre os personagens da história da “antropologia cultural ou social (viajantes, missionários, etnógrafos, antropólogos, nativos, colecionadores, museólogos, universidades, lideranças étnicas etc.) que envolvem coleções, museus, arquivos e patrimônios culturais (novos patrimônios e novos usos)” (2007: 22), atingindo também ‘novos’ direitos, ‘novas’ memórias.

No entanto, os discursos do patrimônio articulam-se enquanto narrativas, as quais relatam a história de determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos marcantes, os lugares importantes e os objetos que testemunharam esses acontecimentos. Essas narrativas da história “possuem certa autoridade na nação ou dentro de uma coletividade cuja memória e identidade são representadas pelo patrimônio” (GONÇALVES, 2007: 142). Assim, nem sempre essas narrativas se complementam, podendo haver discórdias.

2. Caminhos da Agenda Patrimonial

As cidades brasileiras e seus patrimônios culturais necessitam das políticas e gestões públicas para que haja a conservação e a preservação de seus bens. Portanto, é importante analisar o contexto brasileiro nas três instâncias governamentais sobre como vieram agindo em papéis-chave para a proteção e a construção do discurso do patrimônio na agenda nacional para entender os caminhos da agenda patrimonial no país.

No Brasil, em resposta aos fatos políticos e aos movimentos sociais ocorridos na Europa, que se refletiram no país a partir dos movimentos conservadores e autoritários (literário e político) modernistas da década de 1930, houve uma radicalização do projeto modernizador de Estado Novo, de Getúlio Vargas, quando o Congresso Nacional foi fechado, partidos políticos foram encerrados e as eleições foram suprimidas, além de que a imprensa foi submetida à censura. Este foi o início do contexto político do que seria a “construção do patrimônio cultural nacional” (GONÇALVES, 1996: 40).

A partir daí os processos de tombamento, que são a forma institucionalizada de proteger os bens culturais, iniciados na década de trinta, e de outras tentativas de preservação efetivaram-se no patrimônio brasileiro. “As palavras de ordem eram progresso, ciência, saneamento e

higiene. A modernização técnica e o modo de vida moderno encontraram terreno fértil nas maiores cidades [...]” (FLORES, 2006: 21).

A cidade de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, foi o primeiro exemplar tombado, por meio do Decreto nº 22.928, de 1933 (3), que elevou todo o centro histórico à categoria de monumento nacional. Esse lugar, o “conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Ouro Preto, [registrado] no Livro de Tombo das Belas-Artes” (MINC/IPHAN, 1994:76), foi o estandarte dos modernistas, pois entendiam que lá estava a origem da nacionalidade brasileira a partir da identidade barroca e mineira (4).

Ouro Preto era uma cidade que nos anos de 1920 estava em decadência, após o fim do ciclo da mineração e da Guerra dos Emboabas (5). Um passado esquecido, que precisava ser lembrado com base no Brasil Colonial, que era referência por suas casas e igrejas barrocas, nas quais a autenticidade e a originalidade cultural estavam presentes de forma marcante. “A perda do papel administrativo de sede do estado de Minas acaba sendo positiva para a conservação das feições urbanas da antiga Vila Rica [que] mantém praticamente inalterado seu conjunto arquitetônico, artístico e natural” (LIMA FILHO, 2006: 32). Para os modernistas (6), a cidade de Ouro Preto construiria, a partir de sua preservação patrimonial, o ideário de identidade artística brasileira, da “brasilidade”, da “alma ou da essência brasileira”, também inspirada pela figura de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, escultor, entalhador e arquiteto no período do Brasil Colonial. A aura do passado mineiro preservaria a singularidade e a permanência da identidade do Brasil. Portanto, não se limitava tão somente a um ideal preservacionista ameaçado de destruição. Ouro Preto foi o meio de se restabelecerem vínculos com a tradição e com o passado dos séculos XVII e XVIII, desprendendo-se das raízes lusitanas. A cidade patrimonial tornou-se palco de encenação da nacionalidade brasileira, do encontro entre a ideia de nação que ali surgia e dos eventos históricos e culturais que transcorreram.

Diferentemente de outros países europeus, como Itália e França e dos Estados Unidos, que vinham respondendo às questões de crescimento exacerbado das cidades pelo viés sociológico em consequência, sobretudo, da heterogeneidade de imigrantes, da rápida industrialização, do surgimento do proletariado e da burguesia e da urbanização acelerada, como foi discutido amplamente na Escola de Chicago (EUA) (7), no Brasil a resposta foi literária e artística, bastante idealizada a partir do aparato oficial patrimonial brasileiro preservacionista, que é aquele “assumido pelo Estado motivado pela ideologia do dirigismo cultural, com orientação nacionalista, foco patrimonialista e que assume o papel de produtor cultural” (COELHO, 2004: 54).

As consequências das escolhas feitas pelos técnicos construtores do discurso patrimonial brasileiro refletiram sobremaneira na forma como a cultura germânica e também italiana, polaca, dentre outras experimentadas no Sul do país foram rechaçadas e excluídas das políticas públicas de início do século XX. Apesar de ter havido alguns tombamentos federais advindos destas culturas, eles foram pontuais e singulares. Mas por que isso aconteceu?

3. A Gestão do Passado *versus* a Inexistência de Patrimônio

A categoria *patrimônio* ainda está em construção ou, melhor que isso, em constante mutação e aperfeiçoamento. E esta construção social vem ocorrendo a fim de abarcar mais bens e práticas que tenham valor cultural no âmbito de identidades locais, o que vai ao encontro das palavras de Gonçalves (2003), aporte teórico que nos auxilia a entender o patrimônio como uma categoria de pensamento na moderna noção antropológica de cultura. “O que parece relevante

para pensar a categoria patrimônio cultural em termos analíticos nessa perspectiva são os agentes e as instituições que ela faz circular num determinado tempo/espaço” (REIS, 2015: 23).

Lima Filho e Abreu, ao mesmo tempo em que coadunam com a ideia de mutação da noção de patrimônio, entendem que “era evidente o surgimento de um dado novo no campo do patrimônio. Se, nos primeiros anos de constituição dos patrimônios nacionais, predominara uma retórica que lastimava a perda de um mundo constituído de prédios e edificações que davam lugar a novos ícones das modernas sociedades urbano-industriais e se nestes anos era preciso salvar algo que testemunhasse momentos da longa trajetória de construção da civilização ocidental, no final dos anos 90 discutia-se um outro sentido para uma mesma retórica da perda. Lastimava-se, agora, o desaparecimento [...] dos ‘outros’ que expressavam culturas exóticas que teriam sobrevivido a diversas fases do capitalismo [...]” (LIMA FILHO, ABREU, 2007: 34).

Quando se analisa a Constituição Federal de 1988, constata-se essa inovação no conceito de patrimônio, principalmente por trazer políticas públicas voltadas para a representatividade e a participação popular. Afinal, a valorização da diversidade cultural a fim de incluir minorias e os silêncios da história se mostra como uma das formas de riqueza do povo brasileiro e visa a manutenção das culturas locais em contraponto à homogeneização das cidades que apenas as destroem.

Ao mesmo tempo, antes ainda dessa Carta Magna de 1988 as diversas ‘fases’ da agenda patrimonial em âmbito federal mostram determinadas tentativas por parte dos discursos autorizados em proteger, o que se chamou de patrimônio nacional. Primeiro, por meio dos monumentos de pedra e cal. Depois numa fase moderna, há uma noção de patrimônio um pouco mais ampliada, especialmente pelo pós-2ª guerra. Mais tarde, numa obsessão pela memória e pela patrimonialização, chegando à fase atual, em que nos encontramos, o discurso desloca-se para bens intangíveis. E, assim, as *retóricas de perda* são tão eficientes que asseguram a preservação de bens culturais a partir de um enquadramento aderente, que é o patrimônio cultural.

Todos os sistemas de proteção ao patrimônio, desde o tombamento, inventário, registro, chancela a paisagem até a desapropriação, estão também previstos constitucionalmente. Alguns deles, inclusive, possuem leis específicas que os complementam. No entanto, de nada adianta tais normas existirem se ainda assim não houver ressonância destas por parte da população que usufrui do patrimônio. As leis se tornam letra morta. Os efeitos jurídicos, as sanções administrativas e as ações judiciais estão vigentes perante atos que danifiquem os bens culturais, porém, mais uma vez, essas restrições não ensinam nem cativam os seus responsáveis.

Não busco lamentar uma situação quase que caótica dos órgãos de preservação, pois apesar da academia e da criação de espaços públicos cooperativos e a sua consequente divulgação na área do patrimônio cultural brasileiro, o que se vê na prática na maior parte das vezes não é uma efetiva participação da população envolvida na gestão dos bens protegidos, uma vez que essa prática nunca foi regra nas políticas públicas brasileiras. Inicialmente, em razão do discurso oficial modernista, uma elite no poder, que se estendeu até meados dos anos 1980, e, depois, na fase obsessiva pela memória, com disputas de discursos e rupturas com reivindicações de práticas e bens culturais até pouco tempo parcamente legitimados, nunca abarcando todos os grupos da nação. Como afirma Hartog (2006), a noção de patrimônio nunca se nutriu de continuidades. Ela acompanha cortes e problematização de tempo, com jogos de ausências e presenças, do visível e do invisível, elegendo e produzindo semióforos.

A administração pública tem dificuldade em decidir se esquece ou se memorializa seu passado. Isso ocorre com patrimônios sem consenso e com patrimônios difíceis, nos quais incluo os patrimônios industriais, que trabalhei em minha dissertação de mestrado, por exemplo (KALB,

2013) e também há carência de uma modernização da gestão nas instituições de preservação, por estarem tão distantes da realidade das comunidades e dos grupos sociais, o que Leticia Nedel, prefaciando a obra de Daniel Reis (2015: 8), firma como “o patrimônio não é mais um conjunto de vestígios herdados do passado, mas uma arma simbólica politicamente acionável nas lutas por direito”.

Os pesquisadores, e aqui me incluo, os agentes do campo do patrimônio e os projetistas da cidade precisam entender com respeito, numa escuta empática, os reclames e as narrativas das comunidades ao invés de impor seu discurso legitimado pela técnica. E nessa escuta podem surgir demandas pela não preservação institucionalizada ou pela simples decadência, quando o tombamento mesmo declarado, não protege o bem em si, e deixa os novos usos esfacelarem o que resta de patrimônio.

Ainda que haja a participação da população, há uma aura dúbia entre a nostalgia pelo passado edificado e sua relação de afetividade com o bem em si. Por outro lado, há a impossibilidade relativa de mudanças e, conseqüentemente, o consenso do progresso. Dois lados de uma mesma moeda – a gestão do passado – que pende pela patrimonialização *a la moda* europeia em busca de conceber a cidade como imagem e conceito – ou a total inexistência de noção de patrimônio.

4. Perspectivas de um Futuro Incerto

Os novos usos do passado de equipamentos urbanos trazem consigo a dificuldade dos profissionais técnicos que trabalham com o patrimônio e também dos que elegem o que será protegido. Essa dificuldade está em como lidar com o esquecimento *versus* a preservação. Os técnicos do patrimônio são os profissionais do IPHAN, no âmbito federal, e os profissionais que atuam nos níveis estaduais e municipais, dentre as comissões de preservação de patrimônio. As pessoas que elegem os patrimônios da cidade, portanto são os grupos socialmente empoderados, e as comissões de patrimônio, trabalham com as dificuldades que surgem, de um lado, com os processos de restauração que desconfiguram as marcas do passado deixadas sobre um determinado bem material, gerando muitas vezes simulacros, pastiches e simulações indesejadas, embora também possam produzir belos resultados arquitetônico-estéticos quando há restaurações bem empregadas. Por outro lado, se não houver ações restauradoras, ainda que em bens protegidos, haveria apenas ruínas contemporâneas por todo o espaço urbano, marcas deixadas, pelo que muitos entendem, como desleixo, feiura e decadência.

Walter Benjamin (2000) trabalha com a ideia de ruínas enquanto fragmentos da história. As ruínas pensadas como marcas de um passado que demora a passar. Dotadas de significados a partir de alegorias que tentam romper com o fluxo contínuo da história. As ruínas trazem a noção de finitude, de destruição, embora só tenha sentido como ruína em si se houver a manutenção dela mesma, estando no passado e agora no presente ressignificada. A sua manutenção ocorre por meio das restaurações estruturais e também pelo reviver de memórias quando alegorizadas em ruínas memoriais.

Nos tempos presentes, muitas ruínas têm sido exploradas em consonância com o turismo, em que os *exploradores do passado* o visitam como se fosse um lugar longínquo, exótico, *um país estrangeiro*, como disse David Lowenthal (1985). Embora o passado seja um tempo e não um lugar a ser visitado, ele tem sido manipulado no presente a fim de se adaptar à nova economia, aos novos usos contemporâneos e aos novos espaços urbanos. Essa manipulação é um sintoma

das cidades contemporâneas, que urgem por ruínas para marcar suas histórias de grandezas, às vezes de uma ‘idade de ouro’.

Muitos equipamentos urbanos, como antigos teatros e cinemas de rua, inaugurados no início do século XX, como símbolos da modernidade recém-chegada, sofreram com a sua decadência perante as novidades tecnológicas, caíram em ruína. Por isso, a tecnologia desses aparatos teatro-cinematográficos socioculturais envelheceu e o que sobrou foi deixado no passado, nas memórias dos que viveram aqueles tempos. A memória coletiva ganhou um *lugar de memória* no espaço urbano por meio de sua patrimonialização. A salvaguarda dada, muitas vezes, pelos técnicos do campo do patrimônio, surtiu efeito na preservação da materialidade daqueles espaços, no entanto, apesar de todo o esforço dispensado, o foco da salvaguarda encontra obstáculos na materialidade destes bens. Afinal são bens culturalmente importantes, mas sofrem com a decadência natural, a transformação em ruína da matéria em si. A atribuição de valor, a tangibilidade, que mais sofre na contemporaneidade.

Como compreender os desejos de hoje para o presente e para o futuro dos bens tombados? Como encontrar ressonância nos tombamentos junto à população que lida com aquele patrimônio? Privilegiar a autenticidade material e, portanto, a originalidade estrutural de patrimônios edificados acaba por elitizar as escolhas. A desigualdade ao se apropriar do patrimônio é flagrante. Primeiro, por haver hierarquias de capitais culturais e, depois, porque ao invés de salvaguardar os modos de fazer e as memórias, tanto a lei como os atores sociais envolvidos no campo do patrimônio só lhes resta investir na preservação da materialidade do bem cultural, em meio à ‘angústia’ entre ‘ser genuíno’ ou ser metáfora de ruínas que restam do passado. As práticas culturais, também se ‘restauradas’ não passam de ficção.

Embora exista desde início dos anos 2000 o decreto federal que protege por meio do registro os bens imateriais, essa norma 3551/2000 não passa de uma ‘indústria de selos’: selos de autenticidade, selos de originalidade, selos de procedência. Afirmo isso, pois se as práticas ainda permanecessem, continuamente, a serem executadas, passando seus segredos, seus ritos e suas mensagens para frente, não precisariam necessariamente ser preservadas por um órgão governamental. No entanto, se determinada comunidade ou mestre deixa de praticar tal modo de fazer, surgiria uma preocupação de cunho pedagógico. Porém, ainda assim seria uma busca pela perpetuação, evitando, dessa forma, um vazio existencial. O medo da perda ressurgiu, ressignificado. Mas a quem interessa aquele modo de fazer? Se a resposta vier com tom elitista e autoritário, como vem sendo há quase 80 anos por meio das entidades públicas, então não será a própria comunidade supostamente empoderada que irá deter esse interesse.

Michel de Certeau (2013), critica severamente os projetistas da cidade, e incluiu aqui alguns técnicos do campo do patrimônio, que pensam e ainda constroem a cidade para “indivíduos sem carne”, massificados, como se fossem cidadãos modelo, homens ordinários. Em contraponto, as pessoas que vivem a cidade vão transformando os espaços projetados de forma estratégica pelo poder hegemônico, por meio de táticas. O homem ordinário usa a cidade de forma tática.

5. Considerações

Por tudo isso que foi dito, os monumentos e bens patrimonializados são como obras representativas de certas pessoas, grupos e acontecimentos que o poder político consagra para fortalecer identidades presentes na urbe. Patrimônio não pode ser visto somente como um acervo ou como um recurso explorável econômica e turisticamente. O patrimônio é, portanto, a linguagem representativa da força que atua nas cidades. Dessa forma, o que é escolhido por

esse poder, convive contemporaneamente com as transgressões táticas, como os grafites, as manifestações socioculturais e os atos de vandalismo. Na verdade, isso mostra que as cidades vêm se ressignificando e reivindicando outras vozes, novos ou outros grupos, outros espaços, novos tempos, criam outros patrimônios.

Como conciliar as ações cotidianas aos monumentos no espaço público? Por um lado, eles são objeto de manifestação, como as já citadas pichações e depredações. Punir os vândalos com leis mais severas talvez não resolva o problema. Por outro lado, atitudes extremistas no sentido de pôr ao chão esses representantes do passado com a intenção de apagar a história, apagar os monumentos e os patrimônios também não responde. Afinal, apagar os vestígios do que poderia ter sido a barbárie ou o genocídio, ou ainda o preconceito de tudo o que condenamos, impede que a história seja reescrita, reinterpretada e, portanto, rememorada. São diferentes ciclos de ocupação de determinados espaços no território em diversos tempos históricos.

Uma gestão participativa, como sugeriu Canclini já na década de 1990, que se reflete no Sistema Nacional de Patrimônio Cultural - SNPC, ainda não implementado completamente, mas desejado, no qual o patrimônio é pensado e preservado a partir das necessidades globais e locais, em que a decisão advém da participação democrática e espontânea e que privilegiaria *patrimônios vivos* parece a mais acertada para a esfera federal. Esse aspecto não retira o poder do gestor do patrimônio, mas empodera os habitantes e os usuários locais. Trata-se da ideia de um movimento sociocultural, onde é possível habilitar as pessoas a administrar a própria cultura e se tornar parceiros do Estado ou de quem detém os meios de produção cultural. O reconhecimento daquilo que seria patrimônio como referência cultural surge a partir de negociações de dentro do grupo local, ainda que de forma diversa ou antagônica da esperada pelos técnicos do campo. Afinal, o patrimônio é dinâmico, contraditório e, por sua vez, não possui uma única verdade, uma única versão, podendo, por exemplo, surgir a partir de vivências, de experiências e também de novos usos.

É importante frisar que não busquei com essas digressões encontrar soluções ou respostas para os discursos das políticas de preservação do patrimônio brasileiro. Pretendi, sim, ponderar como foram traçados alguns caminhos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e problematizar em quais meios sociais e políticos reverberaram e (re)construíram usos dos espaços patrimoniais.

Afinal, em muitas cidades brasileiras esses espaços urbanos foram palco da decadência nos centros urbanos, levando consigo o fim dos teatros, auditórios, cinemas de rua, o que coloca em xeque a eficiência do ato de tombar quando esses lugares são patrimônios de suas cidades. Muitos foram os motivos para que isso acontecesse e se repetisse em tantas cidades, porém, nem todos os lugares transformaram-se da mesma forma. Alguns espaços foram fechados e demolidos; outros tornaram-se supermercados; outros, bingos; há ainda aqueles que se transformaram em grandes estacionamentos cobertos; e existem aqueles, que foram adquiridos/locados por igrejas evangélicas. A partir dessas reapropriações, as cidades responderam. Cada uma com seu feito. Algumas cidades deixaram os proprietários agirem conforme sua vontade; outras 'tomaram as rédeas', desapropriaram o prédio e reviveram o equipamento a seu modo, agora ressignificado aos novos aparelhos tecnológicos, como fez Laguna, em Santa Catarina com o Cine Mussi; houve aquelas que simplesmente não agiram; e ainda houve cidades que patrimonializaram esses lugares, dinamizando o crescimento e o desenvolvimento de suas cidades. Joinville, outra cidade catarinense é uma delas: tornou o Cine Palácio um patrimônio da cidade. Outras cidades ainda, como Fortaleza, no nordeste brasileiro e o Rio de Janeiro, deixaram estes exemplares da indústria cultural, desaparecer.

Como afirmei no início dessas considerações, o ato de tombar, registrar ou inventariar em si não protege nada. Mas o ato do Estado ou de grupos empoderados em escolher o que proteger do

seu passado pode possibilitar, por sua vez, que se aja na salvaguarda do que se escolheu por meio de ações no presente. Mas me pergunto: quem escolhe? Para quem? São duas perguntas que parecem me inquietar ininterruptamente. Talvez até mesmo tenham me assombrado. A primeira pergunta tenho convicção de que encontrei a resposta, afinal trata-se de uma questão de poder. Quem tem esse poder de escolher também tem o poder de excluir, de fazer esquecer ou de fazer lembrar, rememorar.

A segunda pergunta é diretamente ligada a uma mudança de paradigma dentro do campo do patrimônio. Pensar os patrimônios locais a partir das referências culturais torna a dar efetividade aos tombamentos e aos outros meios de proteção preservacionistas. Assim, responder à pergunta *para quem?*, é também investigar o que faz sentido na vida das pessoas a partir de como essas pessoas atribuem valor às coisas. Dar subsídios aos portadores dos conhecimentos, ou seja, empoderando os sujeitos que atribuem valor, é uma das formas de ação do Estado, como o tombamento ou o inventário, num processo participativo ou de outras práticas de empoderamento social, ouvindo-os, abrindo editais de fomento e de incentivo, isentando-os de tributos ou, ainda, pelos inventários participativos dentro de escolas, e não deixando as escolhas apenas nas mãos do poder político, apesar da necessidade de planejamento urbano andar junto à proteção patrimonial.

No caso de bens edificados, como este estudo tratou exemplificando alguns casos de teatros e cinemas de rua, a falta de gestão, ou uma gestão elitista/altamente intelectualizada e primordialmente técnica, na qual os órgãos de proteção nem sempre dialogam e as normas são generalistas e a ausência de questionamento sobre o que fazer após o tombamento é o que dificulta o trabalho de atribuição de valores, pois envolve direito de propriedade e especulação imobiliária. Ainda se mantém uma ideia de herança de um passado, consagrando a gestão patrimonial ao invés de se pensar o patrimônio como presente.

NOTAS

(1) Ulpiano Meneses (1999) vai discorrer sobre os valores atribuídos ao patrimônio. O autor frisa tal elenco como sendo conflituoso e não um mapa conceitual. Assim, valores cognitivos seriam os ligados ao conhecimento e ao intelecto. Valores formais estariam conectados ao estético e ao sensorial. Valores afetivos seriam a memória, o pertencimento e a identidade. Os valores pragmáticos teriam ligação com o uso qualitativo e, por último, os valores éticos relacionariam-se com a interação social e o outro.

(2) Nora (1993) nomeia essa obsessão como uma fúria preservacionista, a partir da criação de lugares de memória, retomando as ideias de Maurice Halbwachs (1990) de uma memória coletiva. Huyssen (2010) clama pela cultura da memória ou uma resistência à memória partindo do cinema, do teatro, da moda, da música. Hartog (2006) chama essa obsessão de uma patrimonialização galopante. E Jeudy (2005) chama de maquinaria patrimonial o campo de pessoas que elegem o que será preservado e que não deixam a própria sociedade pensar o que quer preservar, o que merece proteger.

(3) Em 1980, a cidade tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade, a partir da UNESCO, e no ano de 2004, tornou-se rota turística (Disponível na WWW: <URL: http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/. [Consult. 12, mar. 2016].

(4) Para mais informações sobre a cidade de Ouro Preto, ver Lima Filho (2006) e Chuva (2012).

(5) Foi um confronto ocorrido de 1707 a 1709 pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro em Minas Gerais. O conflito se desenrolou entre desbravadores bandeirantes paulistas e portugueses que foram apelidados de “emboabas” pelos paulistas.

(6) As pessoas que fizeram parte desse movimento modernista brasileiro e que, portanto, integrariam o chamado “Grupo dos Cinco”, eram Mário de Andrade, os poetas Oswald de Andrade (sem relação de parentesco com Mário de Andrade) e Menotti del Picchia, além das pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfatti. E mais tarde, Cândido Portinari, Antônio Bento, Rodrigo Melo Franco, dentre outros.

(7) Os maiores representantes desta escola são William I. Thomas, Florian Znaniecki, Robert E. Park, Louis Wirth, Ernest Burgess, Everett Hughes e Robert McKenzie. Da década de 1920 a de 1930, a sociologia urbana foi quase sinônimo de Escola de Chicago (BECKER, 1996). Esses pensadores estudaram a cidade como um espaço de pesquisa, conciliando técnicas e metodologias da antropologia com estudos de contextos metropolitanos, utilizados na Sociologia. Esta escola foi duramente criticada pelos urbanistas, que afirmavam que seus pensadores não responderam aos questionamentos levantados na época (CHOAY, 1979).

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, W. - A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In AL., A. E. **Teoria da cultura de massa**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, M. D. - **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Original Francês [1990]. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CHARTIER, R. - **Escuchar a los muertos con los ojos**. Tradução de Laura Fólica. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

CHOAY, F. - **O Urbanismo**. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

COELHO, Teixeira. - **Dicionário Crítico de Política Cultural**. Cultura e imaginário. 3a ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FLORES, M. B. R. - Estética e Modernidade: à guisa de introdução. In FLORES, M. B. R.; LEHMKUHL, L.; COLLAÇO, V. **A casa do baile: estética e modernidade em Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

GONÇALVES, J. R. S. - O patrimônio como categoria de pensamento. In ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003, p. 21-29.

GONÇALVES, J. R. S. - **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, IPHAN, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. - **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / IPHAN, 1996. 156 p.

HARTOG, F. - Tempo e patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte, Vol. 22, nº 36 jul/dez 2006, p. 261-273.

HOBSBAWM, E. - A invenção das tradições [Introdução] p. 9-24. In HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (org). **A invenção das tradições**. Trad. Celina C. Cavalcante. [título original: The invention of traditions. 1983.] São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008, 158 p.



HUYSSSEN, A. - **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna, 2010.

JEUDY, H.-P. - **Espelho das cidades**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LIMA FILHO, M. F. - Cidades patrimoniais e identidades nacionais: questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos. In LIMA FILHO, M. F.; BEZERRA, M. **Os caminhos do patrimônio no Brasil**. Goiânia: Alternativa, 2006, p. 17-42.

LIMA, F; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. - A antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In LIMA FILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (org.) **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, 353 p.

LOWENTHAL, David. - Como conhecer o passado. **Projeto de História**. nº 7, São Paulo, 1985, p. 63-201.

KALB, C. K. - **Patrimônio industrial: as memórias de ferramenteiros em Joinville**. Joinville, Univille. Dissertação de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, 2013, 186 p.

MENESES, U. B. D. - Os 'usos culturais' da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. D. C. A. D. (org.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 88-99.

MINC/IPHAN - **Bens móveis e imóveis incritos nos livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, Vol. 4º, 1994.

NORA, P. - Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, PUC-SP, 1993, p. 7-28.

REIS, Daniel - **Cidade (i)material: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.

SILVA, Fernando Fernandes da - **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Ed. Pierópolis/EDUSP, 2003.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BECKER, H. - A escola de Chicago. **Mana**. [Em linha]. Vol. 2, no 2, 1996, p. 177-188. Disponível na WWW: <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008>. [Consult. 25, jun. 2017]. ISSN 1678-4944.

Cidade de Ouro Preto. [Em linha]. Disponível na WWW: URL: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal_do_patrimonio_ouro_preto_2015/>. [Consult. 12, mar. 2016].

FRANZ BOAS E A DESCONSTRUÇÃO DAS FALÁCIAS RACISTAS, COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

Aparecido Donizetti Galdino

Graduação em História - UNINTER, Brasil

donizettigaldino@gmail.com

Luana Campos

Docente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

(PEP/MP/IPHAN), Brasil

lcampos.ms@gmail.com



Franz Boas e a Desconstrução das Falácias Racistas, como Ferramenta de Análise de Problemas Contemporâneos

Aparecido Donizetti Galdino

Luana Campos

Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 17 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

Entre o final do sec. XIX e meados do sec. XX, o mundo presenciou a elaboração de diferentes teorias, apoiadas pelas ciências humanas e biológicas, que sustentaram a legitimação de comportamentos humanos racistas e discriminatórios como consequência de processos de hierarquização, tidas como naturais e irrefutáveis inerente ao evolucionismo seletivo. Contudo, existiram pesquisadores, como Franz Boas, que atuaram ativamente na desconstrução dessas teorias comparativas, por meio de práticas científicas pautadas na observação e na abordagem de novas correntes interpretativas, como o historicismo, sendo decisivo na ampliação dos horizontes acadêmicos.

Entretanto, apesar de passados mais de 70 anos do processo de desconstrução das teorias racistas comparativas, ainda é possível observar vestígios dessa incorporação dos ideais discriminatórios na memória social conduzindo ações em diferentes esferas.

Palavras-chave: Racismo; Teorias; Franz Boas.

ABSTRACT

Between the end of the 19th century and the middle of the 20th century, the world witnessed the drafting of different theories endorsed by human and biological sciences, which supported the legitimation of racist and discriminating human behaviors as a consequence of hierarchizing processes, regarded as natural, indisputable and inherent to selective evolutionism. However, there were researchers like Franz Boas who actively invested in the deconstruction of such comparative theories by means of scientific practices guided by observation and approach to new interpretative positions, as historicism, being decisive in the broadening of academic horizons.

Nevertheless, despite 70 years of deconstructing comparative racist theories, it is still possible to observe traces of discriminatory ideas in the social memory of certain groups, leading to racist actions in different spheres.

Key-words: Racism; Theory; Franz Boas.

1. Introdução

Como cada um de nós gostaríamos de ser lembrado? Parte da resposta está relacionada com nossos valores pessoais adquiridos ao longo de anos de estabelecimento de contato com os grupos da sociedade. Esses valores contribuem com nossa singularidade e acabam exercendo influência quanto ao olhar que as pessoas terão de nós.

Além da maneira que somos ou seremos lembrados, nosso tempo, ou época, também costuma ter suas peculiaridades quanto a moral, a ética, as relações sociais e políticas que farão parte da memória individual ou coletiva (OLIVEIRA, 2017). Devido a isso, num tempo futuro, podemos conjecturar que será difícil aos pesquisadores sociais reverem o Brasil deste período do século XXI, sem se resvalarem com a corrupção que abarca o Estado em seus três poderes.

Tal cenário pode ser atribuído, em parte, às grandes desigualdades sociais instaladas no país, em decorrência de processos históricos de exclusão que reforçaram no ideário coletivo a legitimação das relações hierárquicas como naturais.

Partindo deste princípio historiográfico, poder-se-ia atribuir a Europa do século XIX até meados do século XX um período muito particular do ponto de vista do florescimento das teorias, consideradas atualmente como discriminatórias, apoiadas em conceitos “científicos” generalistas, como apresenta, Trigger:

“Entre 1850 e 1945, deu-se grande ênfase a explicação biológicas, e mais especificamente raciais, para as variações do comportamento humano. Demonstrações científicas de que explicações desse tipo não se sustentavam em instâncias específicas não tiveram força para abalar a crença, amplamente difundida entre os estudiosos, na validade genérica de uma concepção racista.” (2004: 22)

Essas teorias corroboraram com o surgimento de diversos pensamentos pautadas no poligenismo que reforçam a legitimidade de relações hierárquicas em diversos setores da sociedade.

2. Racismo Científico

As teorias que mais se destacaram no meio das chamadas Ciências Sociais foi a teoria do Darwinismo Social, criada após a publicação em 1859 da obra “Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural” de Charles Darwin, utilizando conceitos como a “sobrevivência do mais adaptado” de forma errônea, tal como apresenta Gloria (2009). A teoria do Darwinismo Social foi criticada e adaptada, ao longo dos anos, por exemplo.

Marx tentou transpor as ideias darwinistas para uma explicação crítica da sociedade. Contudo, outros pensadores as utilizaram para explicar e justificar a sociedade estratificada produzida, na

época, pelo capitalismo industrial. E foi esta alternativa que acabou originando o darwinismo social (BOLSANELLO, 1996: 153-154).

O principal mentor do darwinismo social, tal qual mencionado por Bolsanello (1996), foi “Herbert Spencer”, seguido por outros nomes de destaque, como, “**Edward B. Tylor, Lewis Morgan e James Frazer**” (OLIVEIRA, 2014). Segundo Spencer, “a vida na sociedade humana é uma luta natural pela vida, sendo normal que os mais aptos tenham acesso ao poder, fiquem ricos e, é igualmente normal, que os menos aptos fracassem, sejam pobres e sem poder” (BOLSANELLO, 1996: 154, *Apud.* BLANC, 1994) perpetuando uma interpretação equivocada da teoria de Darwin. Lembremo-nos que o darwinismo social não trilhou o caminho do etnocentrismo sozinho:

[...] ao darwinismo social concorreram outras ciências, como a genética, a psicologia, a neurologia, a sociologia, a antropologia e a etnologia. A genética considerou que a definição e a hierarquização das raças se baseavam em caracteres aparentes (cor da pele, textura do cabelo, forma do crânio). A psicologia e a neurologia buscaram comparar o rendimento intelectual (testes de QI e aptidões) dos indivíduos ou dos grupos e a análise das diferenças logo se transformou em estudo das relações de superioridade e inferioridade. A sociologia tentou aplicar o resultado de pesquisas biológicas e genéticas feitas em animais aos homens e difundiu o conceito de ‘limiar de tolerância’ como recurso natural para justificar a rejeição das minorias. A antropologia e a etnologia definiram as raças como resultado de uma divisão da humanidade em função de características físicas transmissíveis (BOLSANELLO, 1996: 154, *Apud.* JACQUARD, 1984).

Sobre a generalidade com que as áreas de conhecimento são apresentadas acima, é preciso considerar que tratam-se de conceitos trazidos por Bolsanello, dentro de linhas teóricas específicas das áreas citadas. Ou seja, dentro de cada uma das áreas de conhecimento acima citadas existem linhas conceituais completamente opostas às concepções racistas do comportamento humano.

A adesão de pesquisadores as teorias discriminatórias geraram um movimento que ficou conhecido como “racismo científico” e que marcou a origem de teses racistas na modernidade. Entre os exemplos de autores desta vertente, está Georges Vacher de Lapouge, antropólogo francês que considerava serem as raças divididas em inferiores e superiores, com o ariano no topo, como uma cultura superior. Igualmente importante é mencionarmos que atribuições históricas, que o consideram como o primeiro teórico racista, o denomina como sendo o “Conde Georges Vacher de Lapouge” (BOLSANELLO, 1996: 155), título atribuído por ele mesmo como parte de um alto reconhecimento, como membro do que ele chamou de “raça superior”.

Esse “racismo científico” também foi observado em outras áreas, como na arqueologia, cuja a interpretação tendenciosa de Gustaf Kossina (1858-1931) dos dados sobre o expansionismo indo-europeu, através das cerâmicas cordadas do calcolítico, levou-o a afirmar a arqueologia como a “mais nacional das ciências e os germânicos o mais nobre tema de pesquisa”. Kossina fundou a Sociedade Alemã para a Pré-história, quando foi designado como professor da Universidade de Berlin (1909). Mesmo posteriormente a sua morte, seus estudos sobre a pré-história germânica tornaram-se os principais componentes do currículo que o governo nazista adotou (TRIGGER, 2004: 159).

A exemplo desses atos, a difusão dos conceitos discriminatórios leva a consolidação de algumas políticas de “controle social”, visto que, “tendo suas raízes no econômico e no social, o darwinismo social, não tardou a vincular-se ao racismo e ao eugenismo”, da teoria de Francis Galton (1822-1911), primo de Darwin. Essa teoria tinha como premissa, a criação de uma “elite genética” por meio do controle científico da procriação humana, onde “supostos humanos

inferiores seriam eliminados ou desencorajados de procriar” (BOLSANELLO, 1996: 155, *Apud*. THUILLIER, 1984).

Na metade final do século XIX, nos Estados Unidos da América (USA) e na Europa, também tiveram visibilidade as teorias racistas do médico Samuel George Morton:

Ele angariou fama em seu país e na Europa no século XIX disseminando a teoria de que a superioridade racial é corroborada pelo estudo dos crânios. Aqueles de estrutura mais complexa e avançada, um sinal inegável de inteligência e maior capacidade de raciocínio, seriam os de caucasianos. Seu argumento resistiu por 150 anos. Morton expôs sua classificação no livro “*Crania americana*”, lançado em 1839 [...] (GRANDELLE, 2014).

É preciso considerar que, esses conceitos surgiram com o ideal “liberal e democrático” do Iluminismo que tentaram tirar proveito do “prestígio da ciência como forma de justificar as desigualdades e tranquilizar as consciências diante de flagrante recusa do reconhecimento dos direitos de uma parcela da humanidade” (BOLSANELLO, 1996: 155).

Apesar de uma aparente superação dos conceitos racistas, apoiados pela aplicação de métodos científicos sobre pesquisas politicamente tendenciosas, a ausência de uma “ética científica” clara permite o surgimento esporádico de resultados que tendem a legitimar a supremacia racial em detrimento de outras.

3. Uma voz dissonante

Nesse aglomerado de ideais ferinas do final do sec. XIX, que Franz Uri Boas (1858 – 1942) compôs seus estudos. Todo o contexto do nascimento e da vida de Boas corresponde a um período de “rupturas”, como Bernardo (2007:75), mencionou de maneira tão assertiva:

[...] rupturas na continuidade das sociedades européias: ruptura da guerra de 1914, que afasta um passado que nunca tinha sido percebido como tal; ruptura entre “nacionalismos hostis”, revelando a que construção arbitrária se entrega um grupo, ou uma nação, quando quer fazer de sua história uma doutrina; ruptura na vida econômica que acentua a estratificação e a divisão de classes. Uma Europa que já sinalizava rupturas de todos os tipos faz com que Boas, nos primórdios do século XX, já se encontre em Columbia – Nova York (BERNARDO, 2007: 75).

Boas, “nasceu em meados do século XIX”, no dia 09 de julho de 1858, em Minden, Renânia, Alemanha, “em uma família judaica de alta posição social” (BERNARDO, 2007: 74). Iniciou sua carreira científica como Geólogo, na Sociedade Berlinense para a Antropologia e Pré-História. Posteriormente, tornou-se antropólogo e, em 1881 concluiu seu doutorado em Física. Assim, “essa formação interdisciplinar possibilitou-lhe ferramentas conceituais” como a comparação histórica “para seu recorte analítico em relação aos fenômenos sociais” [...] como resultante de um dos processos sociopsicológicos dos indivíduos (STOCKING, 2004). Boas iniciou suas pesquisas em trabalho de campo a partir de 1883 nas “Terras de Baffin” (STOCKING, 2004), a partir das quais chegou à conclusão que os elementos geográficos não eram fatores decisivos na formação do comportamento humano.

Em sua trajetória acadêmica e de produção científica, constam: “*Os Esquimós Centrais*”, publicado em 1888, e também, “*Raça, Linguagem e Cultura*” publicado em 1940, além de outras publicações como “*The Mind of Primitive Man*”, lançado em 1911 que marcou o início da relação

entre a Antropologia e a Arqueologia nos estudos produzidos por pesquisadores no contexto norte-americanos que desafiaram amplamente as alegações racistas e eugênicas sobre raça e inteligência, em particular a supremacia branca com base nos estudos de arte rupestre.

Boas “realizou pesquisas na costa norte do pacífico, entre os Kwakiutl e outras tribos da Columbia Britânica”. Foi em 1889, que alcançou o cargo de professor da Universidade de Columbia, onde marcou a influência que, dali em diante, exerceria sobre as pessoas daquele país, e de outras regiões do mundo. Entretanto,

Se a Europa, especialmente a Alemanha, mostrou ao jovem Boas o significado da discriminação, os EUA iluminarão um outro aspecto estarrecedor da desigualdade: o racismo. A situação norte-americana parece ter sido a gota d’água para que Boas criticasse o evolucionismo social e o racismo (BERNARDO, 2007: 75).

Como forma de enfrentamento e de desconstrução das falácias etnocêntricas e racistas provocada pelo método comparativo, Boas desenvolveu o que hoje é conhecido como “particularismo histórico”, ou culturalismo. Segundo sua percepção, “um mesmo fenômeno étnico pode se desenvolver a partir de diferentes fontes”, sendo assim “não se pode dizer que a ocorrência do mesmo fenômeno sempre se deve as mesmas causas, nem que ela prove que a mente humana obedece as mesmas regras em todos os lugares”. (BOAS, 2004: 90 *Apud*. SANTOS 2013),

Em se tratando de trabalhos de campo, Boas tornou-se um contraponto em relação aos antropólogos de gabinete de seus dias, e assim “estabeleceu um conceito de cultura que foi inaugural para o seu tempo” [...] (SANTOS, 2013), ao estabelecer o “método histórico” como alternativa ao método comparativo do evolucionismo, na qual o objetivo passou a ser a reconstrução histórica dos processos por meio dos quais o desenvolvimento cultural ocorreu (OLIVEIRA, 2014), pautado no Historicismo, em oposição ao Iluminismo.

Esta postura observacionista diferenciou Boas dos seus pares, pois, ao viver entre as tribos e conhecê-las, para depois tecer suas ideias sobre cultura, Boas pode afirmar que “não existe uma diferença significativa na maneira de pensar do ser humano primitivo e civilizado” (SANTOS, 2013), sendo esta diferença muito inferior à diferente entre humanos e animais. Enquanto isso, os antropólogos racistas de seus dias, escreviam se baseando em relatos, sem uma base fática observável.

Ele esclarece também que “apesar de não existirem raças inferiores ou superiores, há raças diferentes” (BERNARDO, 2007: 76) pois passam por etapas ou nível de desenvolvimento cultural específico.

Boas percebe o progresso como um avanço cultural caracterizado por [...] aumento e melhoramento das estratégias de um povo quanto a garantia de sua sobrevivência e quanto aos (II) instrumentos e atividades que surgem, mas que não são essenciais à vida, como a arte. É importante notar que esse conceito de avanço em Boas não cria superioridades e inferioridades, uma vez que um povo num todo, pode ter elementos mais ou menos avançados em relação a outro, ou consigo mesmo [...]. Boas, pelo seu ativismo político, vai influenciar toda uma sociedade predominantemente racista e etnocêntrica, enfrentando inclusive as tendências fascistas que surgiam no mundo, em especial na Alemanha de Hitler [...]. Suas ideias podem ser percebidas até hoje [...] (SANTOS, 2013).

Com sua produção científica embasada na análise de contextos reais, Boas causou um “corte profundo com a epistemologia” fútil e cruel, até então existente (SANTOS, 2013). Por isso,

podemos dizer que o legado de Franz Boas o colocou como um homem “além do seu tempo”, uma vez que não se rendeu ao discurso corrente, sendo que é assim que ele é e continuará sendo lembrado.

4. Uma síntese da atualidade

Diante desses apontamentos, entendemos ser as pesquisas e produções de Boas plenamente relevantes e contemporâneas ao nosso tempo, uma vez que, apesar do quase total abandono das teorias racistas como explicitação científica do comportamento humano, após a derrota militar da Alemanha nazista, em 1945, e a subsequente revelação abrangente de suas atrocidades de inspiração racista (TRIGGER, 2004), à uma parcela da humanidade continuam sendo negados seus direitos com base na argumentação das desigualdades sociais como reflexo natural e, irrefutável.

A jurisprudência em países considerados como “países ricos”, como a Alemanha e os Estados Unidos da América, frente à selvageria praticada contra minorias, tais como judeus, ciganos, homossexuais, comunistas, testemunhas de Jeová, negros, deficientes físicos e outros, não mostrou ser o suficiente para que novos abusos deixassem de ser cometidos em nome de ideologias subversivas. Supremacistas brancos, como no fato ocorrido em “Charlottesville”, Estados Unidos (US) (BBC, BRASIL, 2017), insistem no racismo e numa suposta inferioridade dos afrodescendentes e dos judeus.

No caso dos países “em desenvolvimento”, as pessoas em condição de vulnerabilidade social continuam sendo as mais suscetíveis aos ataques à dignidade humana. Filipinos (UOL, notícias. 2017, n.p) e Bolivianos, por exemplo são trazidos para o Brasil para trabalharem em situação análogas à escravidão para famílias ricas de São Paulo (BBC, BRASIL, 2016).

Por inúmeras mídias, encontram-se registrados casos como o de “Sulamita Mermier”, vítima de racismo numa praia do Rio de Janeiro (G1, RIO DE JANEIRO, 2016). Segundo a vítima, as ofensas duraram em torno de três horas, e ela ouviu insinuações quanto “aos pretos” serem uma sub-raça e que uma suposta ciência, comprovaria isso.

E mesmo em atividades de grupo, nas quais a unidade é essencial para o bom desempenho, é possível observar resquícios dum pensamento racista, visto que em torno deste mesmo período, “jogadores de futebol”, também passaram pelo constrangimento do racismo (LOURENÇO, 2014).

De fato, o etnocentrismo e o racismo, deixaram impressões profundas no histórico e na memória da humanidade e, em pleno século XXI, entendemos ser necessário a continuidade da desconstrução das falácias racistas. Nesse sentido, o engajamento voluntário de Franz Boas, torna-se um excelente exemplo a ser seguido e replicado por todos os pesquisadores como parte de um compromisso com uma produção científica inclusiva.

BIBLIOGRAFIA

GLÓRIA, Pedro J. T. - Seria a teoria da evolução darwiniana domínio exclusivo dos biólogos? Implicações da evolução biológica para as ciências humanas. **Revista da Biologia – USP**. Vol. 3., 2009, p. 1-5.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales - Memória Individual e Memória Coletiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 2, Vol. 13, 2017, p. 339-348.

TRIGGER, Bruce G. - **História do pensamento arqueológico**. Trad. Ordep Trindade Serra [revisão técnica. Lucas de Melo Bueno, Juliana Machado] São Paulo: Odysseus Editora, 2004. ISBN 85-88023-57-1.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BBC. Brasil – **Charlottesville: Supremacistas brancos e grupos antirracismo entram em confronto**. [Em linha]. [Consult. 19 Ago. 2017] Disponível na WWW: <URL: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40913908>>.

BBC. Brasil - **Fiscalização flagra trabalho escravo e infantil em marca de roupas de luxo em SP**. [Em linha]. [Consult. 21 Set. 2013]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36574637>>.

BOLSANELLO, Maria Augusta - Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. [Em linha]. **Educ. rev. Curitiba**, n. 12, 1996, p. 153-165. [Consult. 05 Ago. 2017] Disponível na WWW: <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100014&lng=en&nrm=iso>.

CARNEIRO, MLT. - Demônios renascidos das cinzas: reflexões acerca da intolerância no século XX e XXI. In LEWIN, H. (coord.) **Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2017] 2009, p. 662-676. Disponível na WWW: <<http://books.scielo.org/id/583jd/pdf/lewin-9788579820182-57.pdf>>. ISBN 978-85-7982-018-2.

FERES JUNIOR, João - Aspectos semânticos da discriminação racial no Brasil: para além da teoria da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [Em linha]. Vol. 21, n. 61, 2006, p. 163-176. [Consult. 28 Jun. 2017] Disponível na WWW: URL: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000200009&lng=pt&nrm=iso>.

GRANDELLE, Renato - Estudo de crânios serviu como base à falha ciência do racismo. **O GLOBO**. [Em linha]. [Consult. 25 Jun 2017] 2014. Disponível na WWW: <URL: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/estudo-de-cranios-serviu-como-base-falha-ciencia-do-racismo-12370323>>.

LOCATELLI, Piero - Babás escravizadas trabalham meses sem descanso e com fome em condomínio de alta renda em SP. **UOL Notícias**. [Em linha]. [Consult. 21 Set 2017] (2017). Disponível na WWW: <URL: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/31/babas-escravizadas-trabalham-meses-sem-descanso-e-com-fome-em-condominio-de-alta-renda-em-sp.htm>>.

LOURENÇO, Leonardo - Racismo em estádios do país é reflexo da sociedade, dizem estudiosos. **GLOBO.COM**. [Em linha]. [Consult. 13 Set 2017] 2014. Disponível na WWW: <URL: <http://globoesporte.globo.com/sp/santos-e-regiao/futebol/times/santos/noticia/2014/09/racismo-em-estadios-do-pais-e-reflexo-da-sociedade-dizem-estudiosos.html>>.

OLIVEIRA, Flávio Silva - O Conceito de Cultura de Franz Boas e sua Oposição Historicista ao Evolucionismo Cultural do século XIX. **Anais eletrônicos do Congresso de História de Jataí**. [Em linha]. [Consult. 25 Jun 2017]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(90\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(90).pdf)>.

SANTOS, Harlon - Apontamentos sobre o Método Histórico e sobre o conceito de Cultura em Franz Boas. **Blog Observare**. [Em linha]. [Consult. 05 Ago 2017] 2013. Disponível na WWW: <URL: <http://wp.me/pFciT-6l>>.

SOUZA, Elisa - Vítima de racismo em praia do Rio diz que sente medo de sair de casa. G1 **Portal de Notícias**. [Em linha]. [Consult. 25 Jun 2017]. 2016. Disponível na WWW:<URL: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/08/vitima-de-racismo-em-praia-do-rio-diz-que-sente-medo-de-sair-de-casa.html>>.

STOCKING, George W, Jr. - Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. **Franz Boas: A formação da antropologia americana 1883 – 1911**. [Em linha]. [Consult. 19 Ago 2017]. 2012. Disponível na WWW: <URL: <https://pegantropologia.wordpress.com/2012/03/04/sobre-o-antropologo-franz-boas-1858-1942/>>.

O SUMPTUOSO INTERIOR DAS ALCÁÇOVAS CRISTÃS: A ALCÁÇOVA DE LISBOA (FINAL DO SÉC. XIII- INÍCIO DO XIV)

Rita A. Melro

Doutoranda em História da Arte
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, ARTIS-Instituto de História da Arte;

1500 Lisboa - Portugal;

R. Cândido Figueiredo, nº1, R/c, Esq., 1500-132 Lisboa

ritamelro880@hotmail.com



O Sumptuoso Interior das Alcáçovas Cristãs: A Alcáçova de Lisboa (Final do séc. XIII- Início do XIV)

Rita A. Melro

Historial do artigo:

Recebido a 14 de julho de 2017

Revisto a 07 de setembro de 2017

Aceite a 02 de outubro de 2017

RESUMO

Neste artigo, iremos analisar a Alcáçova de Lisboa como habitação palaciana durante o reinado de D. Dinis (r. 1279-1325). Para o fazer, devido à escassez de fontes e ao facto de o palácio ter sido totalmente destruído ao longo do tempo, é fundamental estabelecer comparações com as informações existentes para outros palácios dos reinos peninsulares cristãos da mesma época. Com efeito, durante o período de solidificação desses reinos, o ambiente vivido nas cortes era de elevado nível cultural, devido, sobretudo, a Afonso X de Leão e Castela (r. 1252-1284), avô de D. Dinis, que terá influenciado directamente a reorganização do espaço e as vivências dos restantes monarcas peninsulares, assim como as suas acções, relações e gostos.

Os soberanos de então cuidavam da sua imagem, não só através da forma sumptuosa como se vestiam e adornavam em cerimónias e no dia-a-dia, mas também da apresentação dos espaços em que se moviam tanto a nível do reino como no interior das suas próprias residências, mostrando características semelhantes. Afirmavam o seu poder através de novas construções, apunham os seus sinais em edifícios e objectos, faziam-se acompanhar nos diferentes espaços e cerimónias por preciosos bens dos seus tesouros, criando luxuosos e complexos conjuntos artísticos. A articulação das diferentes peças criava ambientes de profundo equilíbrio visual, harmonia de cores e formas que serviam como modelo e meio de difusão de gostos, mentalidades e ideais.

Palavras-chave: Alcáçova de Lisboa, D. Dinis, *Spolia*, Décor Medieval, Tesouro Régio.

ABSTRACT

In this article we will analyse the palace of Lisbon's castle as a royal residence during the reign of King Dinis (r. 1279-1325). Due to the scarcity of sources and the fact that the palace was almost totally destroyed over time, we will have to rely heavily on the information that exists for similar residences in the other Hispanic Christian kingdoms. Indeed, during the period of consolidation of these kingdoms, the ambiance at the courts had a very high cultural level due to Afonso X of León and Castile, King Dinis' grand-father, who influenced directly the reorganization of spaces and the cultural experiences of the remaining Iberian kings, as well as their actions, relations and taste.

the sovereigns of that time took great care of their image not only through the sumptuousness of their attire in ceremonies and in everyday life but also through the careful staging of the spaces that surrounded them, either all around the kingdom or inside their own residences. they affirmed their power through new constructions, affixed their signs on buildings and objects, and carried on them or displayed sumptuous objects belonging to their treasures in public spaces and ceremonies, thus creating luxurious and complex artistic sets. the articulation of the different pieces created environments of profound visual balance, and harmony in colour and form that served as models and means for the diffusion of taste, mentality and ideals.

Key-words: Royal palace of Lisbon, King Dinis of Portugal, *Spolia*, Medieval Décor, Royal Treasure.

1. Introdução

A Alcáçova de Lisboa foi muito restaurada e diversas vezes sofreu intervenções ao longo do tempo, restando poucas estruturas medievais que compunham a mesma, razão pela qual a metodologia de reconstituição será sempre indutiva e baseada em outros exemplos conhecidos, neste caso de âmbito peninsular, assim como os objectos escolhidos para ilustrarem o conteúdo dos departamentos e espaços internos da mesma, e que são maioritariamente provenientes de contextos históricos ibéricos, como poderemos verificar ao longo do estudo aqui apresentado. Em Março de 1373 a cidade terá sido saqueada durante o cerco castelhano e vítima de terremotos (1290, 1344 e 1354) que terão destruído alguns dos espaços da alcáçova, e em 1755, o com o último grande terremoto (MARQUES, 1996: 698-700; SILVA, 1993). O estudo aqui apresentado é um importante contributo para a 'Cripto-História de Arte' (SERRÃO, 2001) dando-nos uma luz do que poderá ter sido o Palácio Régio que se estabeleceu em Lisboa na alcáçova a partir do reinado de D. Dinis (r. 1279-1325) até ao início dos reinados da segunda dinastia.

2. A vivência e a Corte

Em Portugal, a partir do reinado de Afonso III (c. 1210-1279), com o estabelecimento permanente das fronteiras territoriais, os reinos hispânicos possuíram condições para um novo desenvolvimento, reorganização e novas formas de vida no espaço e quotidiano que até ai não tinham sido possíveis. Desta forma, tanto as suas acções políticas (e) culturais como as relações e assim como as opções dos espaços de vivência foram sendo reestruturadas tanto em Castela como em Portugal e Aragão. A imagem que se pretendia passar era de esplendor e proximidade com o mundo celestial de forma a dignificar a figura régia. Eram conseguidas representações ideais através da construção de determinados ambientes formados por um conjunto harmonioso de jogos de cor e brilho decorados com tecidos (1), pinturas, objectos de luxo a que era acrescentado aromas artificiais dados por incensos, etc. (2).

O presente estudo tem como objectivo concreto analisar a Alcáçova de Lisboa, particularmente o seu interior, enquanto habitação palaciana durante o reinado de D. Dinis (r. 1229-1325). Para tal, recorreremos às descrições de diversos itens que foram que se encontravam no interior dos espaços e das novas intervenções arquitectónicas e normas que foram sendo implantadas e estabelecidas pelos monarcas, permitindo-nos, compreender e completar como teriam sido estes mesmos espaços, o seu ambiente e, organização e funcionamento. De particular interesse são as fontes primárias, do século XII, que caracterizam o ambiente e organização palaciana de

Leão: a *Historia Compostellana* (c. 1100-1140) (FALQUE REY, 1994) e a *Chronica Adefonsi Imperatoris* (c. 1145) (SÁNCHEZ BELDA, 1950) onde estão presente algumas das regras a seguir, e nos séculos seguintes fontes secundárias dedicadas às residências episcopais e régias leonesas e castelhanas (MARTIN, 2010: 109-139), assim como, para a organização concreta das Casas aragonesas (GOMES, 2003; COMPANYS, FARRERONS; MONTARDIT, BOFARULL, 1995), as ordenações elaboradas durante o reinado de Pedro II ed Aragão (r. 1276-1285) (CARRERAS, CANDI, 1909-1910: 99-104), da Casa castelhana durante a mesma época com o rei Sancho IV de Castela e Leão (r. 1284-1295) (GAIBROS DE BALLESTEROS, 1922-1928) e dos palácios hispânicos em geral (MARTIN, 2010: 109-139; SILVA, 1993; REPRESA, 1969: 243-282).

No reino de Portugal, na segunda metade do século XIII, o projecto interno palaciano tornou possível distinguir os próprios espaços arquitectónicos e remodelados para darem conforto ao paço régio. Desta forma, estas medidas contribuíram para a distinção da própria figura régia face aos restantes membros da corte através de cerimónias diárias e extraordinárias, assim como das suas posses e privilégios, e ainda das originais atmosferas ópticas intencionalmente criadas que eram dadas pela luz e cor do conjunto de peças luxuosas usadas nos diferentes espaços (DUBY, LACLOTTE, ARIES, 1997: 84). Devido à destruição da alcáçova, e à ausência de peças remanescentes em Portugal, toma-se como exemplo outras sumptuosas peças de origem peninsular e alguns outros espaços vivenciais como o castelhano-leonês e o aragonês, para melhor caracterizar formalmente os espaços através de descrições documentais e destes modelos vizinhos semelhantes à realidade cultural portuguesa da época.

Com Afonso III de Portugal algumas das principais funções e instituições régias teriam passado para Lisboa, assim como aos poucos o próprio Paço Régio. Poderá ter sido por motivo de interesse de centralização, mas também a importância de estar ao lado da principal zona de comércio marítimo que se desenvolve na época e uma afirmação do Rei como novo monarca face ao poder dos apoiantes do seu irmão Sancho II (c. 1209-1248). O centro do poder e vivência régia seria o Paço de Coimbra que durante o reinado de D. Dinis se encontra já na Alcáçova de Lisboa, onde nos reinados seguintes continuou a ser habitado e melhorado para tal para a habitação dos respectivos reis. Lisboa transforma-se numa espécie de ‘cidade-central’ que se afirmando no final do século XIII. Esta fixação é notória através de diversas acções e sinais como a deslocação, em 1256 (SILVA, 2008: 8), da Chancelaria régia para Lisboa e por consequência, uma maior permanência do Rei nesta cidade a partir desta data e o estabelecimento permanente com D. Dinis:

«*Não havia conselho em todo o seu reino com que tivesse maiores dívidas de bem, do que com o concelho de Lisboa, porque aí nascera e aí fora criado e baptizado e aí fora feito Rei*» (BRANDÃO, 1976: 3 v.).

O rei D. Dinis passa também a habitar a Alcáçova de Lisboa, enriquecendo o seu interior com sumptuosos materiais e peças do seu tesouro que decoravam e/ou o acompanhavam nos diferentes espaços internos para o seu uso prático (MELRO, 2016). Transformada a alcáçova, que anteriormente teria sido a casa do governador da cidade de Lisboa (VENTURA, 1998), em Paço Régio deu-se início a uma remodelação dos espaços para o uso próprio dos monarcas e o seu quotidiano. Uma atitude de continuação do reuso do espaço aproveitamento o material existente como uma *spolia* da própria estrutura da alcáçova mourisca que, entretanto, é transformada num palácio digno de um rei cristão e adequado ao seu tempo. Uma nova preocupação é introduzida no próprio espaço interno - o conforto. Teria que ser algo que espelhasse a sua condição de realeza, e simultaneamente, proporcionasse um ambiente que torna-se uma vivência à altura do seu *status*. Transformação que acompanha novas formas de vivência de uma corte, que, não estando constantemente em guerra, investe sobre si, desenvolvendo-se culturalmente e disponibilizando mais tempo para o conhecimento, o convívio e espaço de vivência do *homo ludens* (3).

A vida na corte régia, agora com sinais de passar a ter uma preocupação de adoptar o espaço palaciano à habitação do monarca e dos seus *'fideles'* vassallos, começa a ser um espaço central de administração, difusão cultural e de importantes contactos e trocas de conhecimento através dos séquitos e da circulação dos mais importantes letrados e personalidades entre as cortes hispânicas. A corte assume vários significados distintos mas é simultaneamente nesta época que se terá dado a separação da Corte da Cúria régia (VENTURA, 1998: 55 ss.). A Corte, que corresponde nesta época à Casa do Rei, encontrava-se situada no espaço interno da Paço Régio, que envolvia os vassallos mais próximos e era aonde se realizavam as cerimónias mais relevantes. O espaço interior físico onde habitava o Rei coincidia com o espaço administrativo da Corte Régia tendo passando a ser o centro de poder do reino (4). À medida que a Coroa foi crescendo e organizando-se deu origem a novas necessidades práticas e burocracias que levaram a uma centralização da mesma. O aumento do número de súbditos que a compunham deu origem ao deslocamento de uma média de dez mil pessoas, entre cortesãos e respectivos criados, com cada vez maiores exigências no que diz respeito à organização e definição de instituições e espaços próprios para os mesmos (5). A Corte tende a reduzir as suas 'deambulações' e prolongar as suas permanências num número cada vez mais reduzido de residências. Segundo Rita Costa Gomes "a Corte, sendo um espaço que a presença do Rei define, constituía afinal um verdadeiro sistema espacial com o seu dinamismo próprio" (GOMES, 1995: 255).

Para um melhor conhecimento dos espaços palacianos, e a sua função específica que tiveram dentro da Alcáçova de Lisboa, é importante compreender a organização da própria Corte, que nesta época se centra política e culturalmente como um organismo orgânico com serviços da total confiança do rei D. Dinis. Um antigo espaço castelar agora exclusivamente adoptado a uma forma palaciana onde as alas ou espaços se articulam de uma certa forma física hierarquizada associadas as respectivas responsabilidades e intimidade do monarca. Os principais cargos eram ocupados, dentro do espaço régio, por homens com cultura e preparação a diversos níveis e áreas que serviam de conselheiros, protectores e servidores da mais alta confiança para servirem e acompanharem o monarca na sua vida quotidiana e os mais próximos, permanentemente no interior do próprio palácio. Alguns destes homens mais importantes possuíam também eles súbditos, como por exemplo o Chanceler (**vd. Quadro 1.**). Eram parte integrante da Corte palaciana, e o mesmo verificava-se nas outras cortes hispânicas da época (VENTURA, 1998: 55 ss.). A Casa Régia tende a esvaziar-se dos poderes públicos, que anteriormente estavam introduzidos, passando a funcionar num domínio mais privado. Assim, encontramos fora do Paço a presença de organismos mais especializados saídos da anterior Corte, como o Conselho, a Chancelaria ou o Tribunal (A.N.T.T., 23 de Julho de 2014). Existem no entanto, os espaços administrativos principais que, a partir de Afonso III, começaram a coincidir na Corte e que se desenrolam no Paço Régio (DUBY, 1985, p: 30), na Alcáçova Lisboa: o desembargo régio, a Coroa, as Cortes e a própria Casa do Rei (VENTURA, 1998: 149). A captação de leais nobres faz-se neste período atraindo-os à Corte juntando assim à sua volta um conjunto de fiéis e cultos séquitos. Estas condicionantes e homens contribuíram para a construção de uma complexa organização dos espaços onde se cristalizaram funções exclusivas e específicas (**vd. Quadro 1.**).

Função	Descrição
Chanceler	Seria responsável pela burocracia administrativa do reino e da casa do rei (D. Dinis), constando o seu nome nos documentos expedidos pela Corte. Supervisionava a redacção, publicação, gastos, e os documentos elaborados pelo monarca. Era auxiliado por um grupo de vice-chanceler, tabeliães, escrivães, e notários.
Mordomo- <i>maiordomus</i>	Supervisionaria o jantar, vigiava e media os bens régios alimentares e organizaria todos os trabalhos relacionados com estes. Obteve a acumulação de funções e tarefas o <i>dapifer</i> como um ‘sub’ ou vice-mordomo que o auxiliava no serviço palaciano.
Alferes	Teria a função de responsável Militar - alferes e <i>signifer</i> , que significa cavaleiro e aquele que transporta as insígnias régias.
Reposteiro-mor	Teria a seu cargo o vestuário, armas, livros, alfaias litúrgicas, baixela, etc.
Porteiro-mor	Guarda das portas, dos paços e da câmara do rei; a partir Afonso III este começa em vez do mordomo a ser responsável pela fiscalização da cobrança de ‘impostos’ da coroa. Com D. Dinis torna-se o responsável pela administração do Paço Régio, e chefe dos funcionários da Casa que ali trabalhavam.
Eichão ou Unhão	Seria o “despenseiro” régio, responsável pelo abastecimento do palácio, podendo funcionar como comprador.

Quadro1. Principais Cargos dentro do espaço da Corte de D. Dinis. Fonte: Autora

3. Alcáçova de Lisboa

Segundo geógrafos árabes, Lisboa era uma cidade muito antiga, que se desenrolava numa colina, à qual era dado o nome árabe de Qödyá (6) e encontrava-se na margem do estuário do rio Tejo; tão perto que quando as marés subiam chegavam por vezes até uma das suas portas e inclusive às próprias muralhas. Possuía uma alcáçova, com uma planta de forma meio quadrangular que media aproximadamente cerca de 60 metros de lado, no alto do topo setentrional da colina de Lisboa, rodeada de muralhas mediriam 200 metros de largura, ao longo das quais haviam várias portas (OLIVEIRA, 1936: 58-61; SILVA, 1987: 11-12). Em 1265, D. Afonso III ordenava que se fizessem obras de reparação no palácio, que até à época era a casa onde habitava o governador em Lisboa. Em 1294, ocorre uma nova remodelação na cidade, onde são referidas novas intervenções e estruturas, como as “Casas das Galeas”/Casa das Galés (REI, 2001: 38, *Apud* SIDARUS) e algumas indústrias de ferrarias, entre outras relacionadas com funções do quotidiano citadino, assim como a fundação da muralha da cidade com torres a Sul junto ao rio Tejo (REI, 2001: 34-72, *Apud* SIDARUS).

No ano de 1300, Lisboa vai tomando um papel cada vez mais determinante entre as cidades do reino, sendo os Paços da Alcáçova elevados a residência da Corte régia portuguesa. O monarca transformou a alcáçova mourisca no Paço Real da Alcáçova de Lisboa, e apesar de não existirem documentos concretos da elaboração das obras, existe documentação que refere que a alcáçova fora anteriormente usada anteriormente como Paço durante o reinado de D. Afonso III (7). A mais antiga representação de alcáçova, que se conhece até à data, está representada num selo

de cera da Câmara de Lisboa, que terá sido usada por D. Afonso IV (c. 1291-1357), onde se consegue ver a cidade representada esquematicamente com as muralhas e torres da Alcáçova na época (vd. **Figura 1.**).

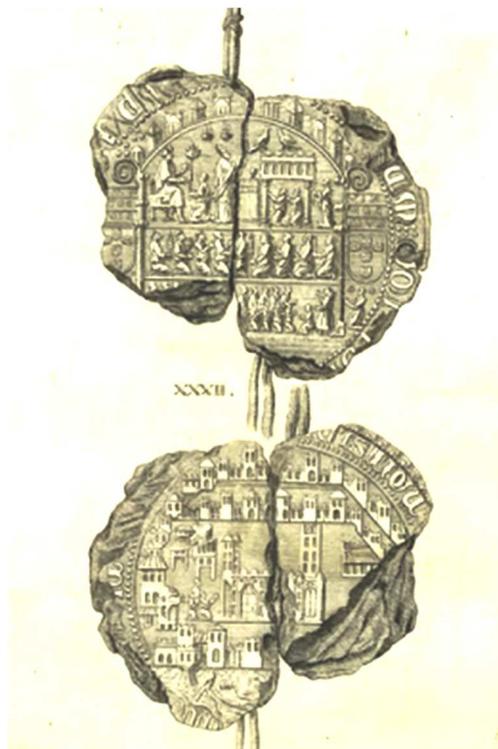


Figura 1. Selo de cera da cidade ou 'Câmara' de Lisboa, em 1352, do tempo de D. Afonso IV, pendente num documento da era 1390 (c. 1352), que existiu no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Fonte:** Reprodução gráfica, imagem tirada de António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV (1788)

Uma imagem mais nítida da alcáçova remonta ao século XV numa ilustração do cronista Duarte Galvão (vd. **Figura 2.**).



Figura 2. Detalhe da Iluminura da cidade e Alcáçova de Lisboa. **Fonte:** Imagem da *Crónica de Dom Afonso Henriques* século XV (1500-1501), escrita por Duarte Galvão, *Crónica de Dom Afonso Henriques*.



Figura 3. Planta da cidade de Lisboa, onde se visualiza o cais e as respectivas torres de defesa; na colina superior esquerda se vê a antiga alcáçova. **Fonte:** Quadro da autoria de Giorgio Braunius integrada na obra *Civitates Orbis Terrarum* de 1572 (8)

3.1.Exterior da Alcáçova de Lisboa

Quando nos fins do séc. XIII, os italianos iniciaram as suas viagens para a Flandres, através do estreito de Gibraltar, estabeleceram-se nalguns portos portugueses, sobretudo em Lisboa (**vd. Figura 3.**). A cidade tornou-se, então, um activo centro de comércio trazendo diversos bens e actualizando as novas tendências externas transmitidas por estes contactos. O enorme crescimento demográfico de Lisboa, com a conseqüente conquista de cada vez mais amplos espaços para a urbanização, já se tinha acentuado a partir do reinado de D. Afonso III, altura em que se implantaram novas construções na zona ocidental da cidade, fora das muralhas sarracenas da alcáçova. O muro da muralha da Ribeira, que terá sido mandada construir por D. Dinis, possuía torres em torno a um recinto junto ao rio que abrigava as galés reais, que por sua vez, fechava o vale da Baixa contra as incursões dos piratas:

“É uma cidade antiga edificada à beira-mar cujas vagas se vêm quebrar contra as suas muralhas. [...]”

A porta ocidental, a maior da cidade, é encimada por arcos sobrepostos que assentam em colunas de mármore, por sua vez apoiadas em envasamentos de mármore.” (SILVA, 1987: 28).

A responsabilidade, por direito consuetudinário, da organização e manutenção dos muros, muralhas e torres externas à Alcáçova eram da responsabilidade e propriedade da Cidade ou Concelho, assim como a reparação e extensões da responsabilidade dos proprietários; na Freguesia de Santo Estevão D. Dinis tinha *“duo palatia in quibus posuit galeones”* (LOPES, 1421: fl.8.). A cidade terá na época possuído uma Porta Grande, que era composta por arcadas em mármore, muito possivelmente aproveitadas como *spolia* de construções das antigas romanas, uma Porta do Postigo (Alfofa) que daria para um grande prado, uma outra Porta do Mar que se encontraria junto à água do rio ao ponto das marés entrarem dentro da mesma, uma Porta das Termas (Alfama) que se encontrava vizinha às nascentes de água quente e fria das termas, e ainda outras duas portas, a Porta do Cemitério e a Porta do Estreito ou do Fura-douro (AL-HIMIARI, 1989: 59-60).

3.2.A Alcáçova de Lisboa como Paço Régio

Sabe-se que já na antiga Corte de Sesnando (c. ?-1091), em Santarém, a sua *entourage* era composta em grande maioria por moçárabes, sendo as casas de ricos e poderosos senhores, organizadas também em várias peças ou alas (sala e quartos), um jardim, um poço e uma cavalariça. Possuíam ainda equipamento sanitário nomeadamente latrinas, o que demonstra uma organização cuidada e conforto. As residências não possuíam um grande número de móveis, em contrapartida tinham um considerável número de confortáveis peças de têxteis pertencentes ao leito e à baixela seria composta por vasos de prata e ouro (REI, 2001: 38, *Apud* SIDARUS).

Uma das personalidades, que no reino português, mais pode ter contribuído para as novas reestruturações arquitectónicas, dos espaços de habitação externos e internos reais foi D. Afonso III através do seu contacto com os hábitos e cultura das cortes francesa e a castelo-leonesa dos seus dois casamentos. O conde de Bolonha, depois Rei de Portugal, mais directamente, através do seu segundo casamento com Beatriz (c. 1242-1303), filha do rei de Castela e Leão, Afonso X, influenciado pela cultura que esta trouxe da Corte vizinha. Enquanto infante e conde de Bolonha, D. Afonso III aquando a sua estadia em França, através do seu casamento com a condessa Matilde (c. 1202-1258), herdeira dos condados de Bolonha e Dommartin, teve contactos com a sumptuosa Corte francesa que o terá influenciado os seus modelos de organização de governação e hábitos de conforto e de lazer. Enquanto infante, viveu assim dentro de uma das grandes fortunas feudais da Europa Ocidental e como membro da casa real francesa através da sua esposa (9). Entre a Bretanha e a Flandres teve contactos e conhecimentos com o que de mais desenvolvido existia na época em termos de comércio de bens de luxo e contactos com outras partes da Europa, assim como, a própria produção de peças de alta qualidade que eram fabricadas nestas zonas.

A nova sumptuosa e culta Corte foi assim estimulada, e encontrando-se num período de maior paz, desenvolveu-se em todas as áreas; reconstruindo-se espaços e ambientes idealizados de conforto e beleza a partir das culturas anteriores ainda existentes (SARAIVA, 1998: 13). Com a organização da Corte e do espaço de funcionamento e vivência da mesma, foi decretado em 1250 um regimento da Casa Real portuguesa onde se controlavam os gastos e luxos que deveriam ser usados, influenciando desta forma as escolhas dos conteúdos e disposições das diversas zonas do palácio (10). Podemos estabelecer uma luz sobre o que terá sido o interior do espaço da Corte Régia, a partir da segunda metade do século XIII, mais precisamente o da Alcáçova de Lisboa, que passa a ser o espaço de maior importância, permanência e vida dos monarcas durante os séculos seguintes, assim como o centro de acção dos principais serviços e instituições régias.

A inexistem de peças remanescentes, e a sua estrutura arquitectónica original, leva-nos a recorrer ao apoio de imagens em iluminuras e aos dados em fontes documentais da época e mais tardia, forma única de compreender como seria o ambiente visual e a distribuição do respectivo interior, assim como dos espaços, objectos e decoração que compunha a mesma. É no cruzamento destas informações com as descrições de um modelo dos costumes, normas de rituais e cerimónias e sumptuosos conteúdos descritos em documentos sobre os bens dos reis, assim como, as leis que descreviam como se devia reger, tanto o uso como a função, de determinados materiais e peças raras, que conseguimos estabelecer analogias para o espaço, decoração, organização e funcionamento da alcáçova. Determinadas imagens em miniaturas iluminadas que se encontravam em obras literárias da época como, por exemplo, no cancionero mariano de Afonso X de Castela-Leão (c. 1221-1284) - as *Cantigas de Santa Maria* - o sumptuoso códice iluminado do Cancioneiro da Ajuda, contemporâneo de D. Afonso III, teria como modelo

as próprias cantigas, das quais o monarca possuía uma cópia (SARAIVA, 1998: 14-15), detalhes retirados de fontes secundárias sobre a vida e circulação entre o ambiente cortês de Portugal e Castela (PIZARRO, 2010: 903), bem como a descrição de bens dos tesouros dos próprios monarcas hispânicos descritos nos seus inventários (RODRIGUES, 2014: 439-460; NIETO SORIA, 2001: 127-151; MARTÍNEZ FERRANDO, 1953-1954: 1-230; MELRO, 2016; BURKART et al., 2010; BANGO TORVISO, 2001), e algumas peças remanescentes da época, e as legislações normativas que os monarcas impuseram a partir de metade do século XIII (e.g. a criação de um conjunto de decretos da organização da Corte, e principalmente da Casa do Rei, que D. Afonso III entre os anos de 1258-61, e simultaneamente em 1258 o rei Afonso X em Castela) (CORTES CASTRO; DANVILLA Y COLLADO; COLMEIRO, 1882: 156 e 180) ajudam-nos visualmente a obter uma luz mais aproximada do interior do próprio palácio. A partir do reinado de D. João I (r. 1385-1433), a alcáçova é descrita como uma “casa ogival”, possuindo uma arquitectura irregular, no ano de 1433 o mesmo monarca mandou efectuar obras, devido aos constantes terramotos e deterioração do mesmo, que afectaram a alcáçova não se conhecendo se terá modificado de forma radical a base anterior da mesma (HERCULANO, [s.d.]: 82).

4.O interior do Paço Régio

São tidos também em conta alguns tratados anteriores de cor e da metafísica da luz e a sua influência nas concepções artísticas e formais das peças presentes nos tesouros régios medievais peninsulares. O ambiente criado, e que intencionalmente influenciou, já anteriormente, um ideal dentro dos espaços eclesiais medievais definido pelo Abade Suger de Saint-Denis (c. 1081-1151) transmite determinadas definições formais e artísticas para fora do ambiente idealizado clerical para exterior, e por sua vez, influência algumas das sumptuosas peças que estavam presentes no interior dos palácios nos séculos seguintes através.

Sabemos, através da análise dos documentos sobre alguns tesouros régios da época, que existia uma distribuição dos respectivos objectos pelos diversos espaços da Alcáçova de Lisboa. Ao analisarmos as restantes descrições documentais dos restantes reinos peninsulares, verificamos que esta atitude era semelhante nas restantes cortes. Podemos investigar sobre o conteúdo da Alcáçova de Lisboa, através da análise dos documentos sobre o Tesouro do rei D. Dinis (MELRO, 2016), onde aparecem relatados centenas de objectos que eram usados e aplicados em determinados espaços internos específicos para cerimónias diárias e extraordinárias da Corte régia. As descrições estudadas associadas a outros documentos da época, dos reinados anteriores e seguintes, como outros inventários, cartas, testamentos e leis pragmáticas dão-nos uma ideia da adaptação e reestruturação que ajudaram à criação de um projecto régio imaginário trabalhado através da exploração visual dos espaços. As características dos espaços através das políticas de fortificação fronteiriças e a imposição e exclusividade de sumptuosos e raros objectos, teve como objectivo uniformizar a criação de um certo modelo da construção palaciana, não só da Corte, mas de toda a alta nobreza desde o reinado de Afonso III (11).

4.1.Torre Albarrã (12)

Segundo Rita Costa Gomes, no século XIV, os palácios no geral estariam interiormente organizados com divisões principais com uma Aula, a Câmara e a Capela que correspondiam a fases do quotidiano (GOMES, 1995: 306-314). No caso específico da Alcáçova de Lisboa, existiriam também um conjunto de edificações que dariam para o pátio interno do palácio onde se encontrava, entre outros, a Torre de Albarrã. Era nesta torre que D. Dinis guardaria, entre “outras coisas”, não especificadas em documentos da época, o seu próprio tesouro monetário

e alguma parte da restante moeda da própria Coroa (MELRO, 2016: 127). Já servia também para guardar documentos, como mais tarde se veria a verificar também pelas descrições de cronistas do século XV. Nesta torre fortificada era guardado também o ouro e a prata em bruto tornando-se numa espécie de ‘casa-forte’ com minúsculas janelas semelhantes às anteriores torres de menagem. Existem vários relatos de que já existiria no tempo de D. Afonso IV um arquivo fixo do reino (RIBEIRO, 1819: 49) havendo outras fontes mais tardias que situam o arquivo numa torre denominada ‘Torre do Tombo’, onde inclusive teria estado uma pintura datada de 1283 (DINIS, 1968: 152-158) pendurada na parede da Torre. Ao longo dos anos a Torre sofreu diversas destruições e alterações. Chamada primeiramente de Albarrã, serviu a partir do século XIV comprovadamente como Torre do Tombo onde se guardavam os documentos mais importantes do reino, tendo sido parcialmente destruída em 1755 (13).

4.2.Capela

Através do pátio interior e jardins da alcáçova tínhamos acesso a outras das principais zonas da vivência dos monarcas, como é o caso da Capela de S. Miguel. Apesar de D. Dinis ter mandado erguer outra capela no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas para aí ser sepultado (FERNANDES, 2011: 71-92), com o intuito de ser uma capela-funerária que estaria associada ao mosteiro, o monarca manda também fazer no seu próprio palácio uma Capela-igreja ‘digna de reis’, dedicada a São Miguel.

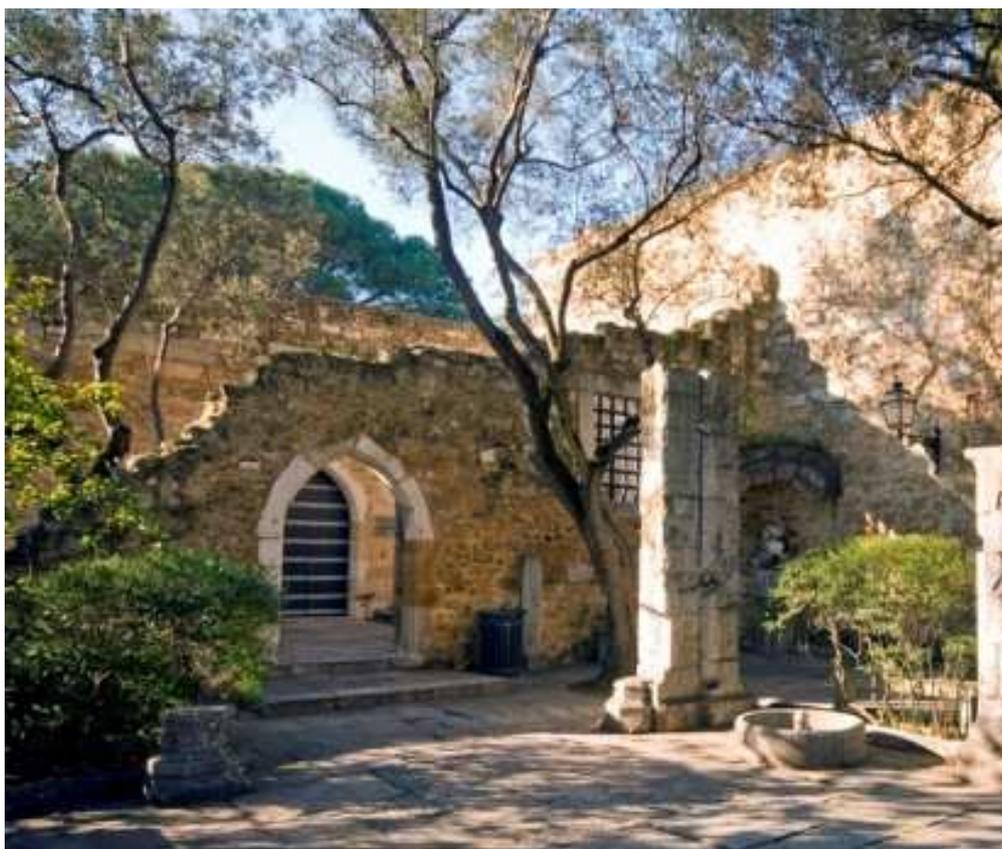


Figura 4. Arco ogival que pertenceu à antiga porta principal da Capela de São Miguel. Encontra-se no Castelo de São Jorge em Lisboa. **Fonte:** A Autora

A associação de uma Capela aos paços régios tornou-se sistemática a partir desta época mesmo nos restantes reinos hispânicos (SIDARUS, 2001: 38). Nos paços da primeira dinastia, as Capelas

régias eram frequentemente evocada a São Miguel, por exemplo, nos casos dos paços de Coimbra e de Lisboa. Até ao século XVI, apenas os palácios reais dispõem de capela em edifício próprio (NUNES, 2002: 115-118). A Capela de São Miguel, ou Capela Perpétua, foi fundada em 1299, foi construída com o intuito de o monarca ter uma capela próxima de si à imagem das restantes cortes, ‘digna dos mesmos’ (14). Ainda hoje se pode ver o arco da entrada da capela no actual castelo de São Jorge (vd. **Figura 4**). Aqui situava-se uma pequena biblioteca (15), como era hábito num *armarium* (CUNHA, 1996: 115-119), onde se guardavam os seus mais preciosos livros religiosos e de culto, como é indicado no seu testamento em 1322 (BRANDÃO, 1996: 382; SOUSA, 1946: 104). Nesta época este tipo de livros eram considerados de luxo estando ricamente adornados com metais e pedras preciosas na maior parte das vezes. A capela estaria ainda internamente decorada com pinturas murais, como outras capelas da época, e munida por um sumptuoso conjunto de objectos como uma cruz grande de ouro com um camafeu e pedras preciosas, outras cruces, *majestades*, um ‘barril’ de cristal com relíquias, e ainda, luxuosas peças para a prática do culto como capas, mantos e dalmáticas (MELRO, 2011: 57).

4.3. Cozinha

Por norma as grandes cozinhas eram ligeiramente afastadas do espaço interno do palácio, ligadas através de um caminho interno ou externo pelo pátio (16). Apesar de não existirem descrições concretas sobre o sítio onde se situava a cozinha principal da alcáçova, esta deveria encontrara-se ligeiramente apartada do edifício central do palácio, numa das estruturas dentro do espaço que dava para o pátio. Os alimentos eram transportados para a mesa pelo mordomo e tanto estes como as bebidas eram primeiramente provados primeiro pelo cozinheiro, depois pelo copeiro de seguida e por fim pelo mordomo na presença do monarca (MATTOSO, 2011: 253). A importância dada à saúde do Rei como garante da protecção do seu ‘corpo místico’ era um factor importante para manter assim o representante máximo do reino e o descendente directo de uma linhagem educada e intelectual, defensora da religião cristã na Terra e que necessitaria de uma boa nutrição de forma a obter as virtudes para todas as práticas que o seu papel exigia, daí a importância e supervisão das áreas ligadas à cozinha, assim como, a divisão em diversos espaços específicos que garantissem um funcionamento perfeito e eficaz.

A cozinha da corte em Portugal dispunha na década de 1250 de, pelo menos, dois cozinheiros e um escrivão (GOMES, 2011: 32).

4.4. Uncharia/Almazém

A Uncharia o Unhão, referido também como “Hunce” ou “Eichão”, era o espaço e o responsável que estava ligado à administração da comida. Já aparecia referido no reinado de D. Afonso II (c. 1185-1223), como sendo o local onde eram guardados cereais, legumes e sementes secas, etc. O Unhão elaborava a documentação contabilística do armazenamento dos alimentos do monarca, tendo durante o reinado de D. Afonso III existido dois unhões (GOMES, 2011: 32). Devido ao número de animais e alimentos descrito por Rita Costa Gomes, que estariam na Uncharia durante este período, teremos que colocar este espaço como algo externo e anexo ao ambiente do próprio palácio, associado à cozinha e ao almazém. A Uncharia poderia ter coincido com o Almazém, ou pelo menos estar directamente ligada a este último durante o reinado de D. Dinis devido às descrições de determinados alimentos, materiais e objectos que conhecemos que estavam guardados no mesmo.

No “Totum de almazém”, um edifício que pela descrição do conteúdo dos produtos que guardava deveria encontrar-se numa estrutura anexa também na zona do pátio, estavam

produtos de diferentes naturezas e ricas especiarias para serem usadas na cozinha do monarca. Estes eram considerados como bens de luxo ao ponto de serem nomeados nos bens da Casa como era o caso de um pinchel pequeno que tinha vindo do *Ultra mare* (17) cheio de açúcar razacente, arrantões de açúcar rosado e açúcar de Alexandria e ainda costararões onde se colocava o açúcar (MELRO, 2011: 48). Encontrava-se ainda outros produtos alimentares e especiarias como canela, genguire (gengibre?), cerca de 96 cidras e cestos asnaes para colocar as mesmas e cestos para peros, e entre outros, bens como o incenso, provavelmente para serem usados para acrescentar ao palácio um ambiente perfumado ou para as cerimónias litúrgicas na Capela (MELRO, 2011: 49).

Eram simultaneamente guardados neste espaço, conjuntos de objectos tão diversos como lorigas de cavalo, com as rédeas do próprio *corpore* do monarca, assim como, diferentes outras peças das mesmas tipologias. O departamento deveria ter sido consideravelmente grande tendo em conta a quantidade de objectos e tamanho de alguns como as espadas, lorigones (lorigas), a sela régia completa e outras peças relacionadas com a mesma como um considerável e luxuoso grupo de *armote* de cerimónia de montaria (MELRO, 2016: 146-148). Também muitas outras peças necessitariam, para a sua manutenção, de um espaço físico de maior dimensão e de determinadas condições de conservação devido ao seu valor monetário e raro. Neste espaço, por exemplo, D. Dinis guardava cerca de 100 arminhos (*Mustela erminea*), produto material exclusivo da realeza (extinto em Portugal por volta destes séculos), mas também raras matérias exclusivas, entre outras adereços que parecem ter sido para o monarca importantes ao ponto de discriminá-los nos seus bens no próprio inventário da sua Casa. Guardariam também quantidades maiores para serem depois serem usados em viagens ou aplicados no interior do palácio ou usados pelo Rei, inclusive peças da cama como alguns mantéis, almocelas, colchas (cardeais, de púrpura ou de lã), mantéis, véus, casteletes com insígnias de D. Dinis, almocelas (alguns destes três últimos com signos reais), chumaços e mais alfâmbares em grande quantidade, travesseiros, etc. (MELRO, 2011: 48-53). Existiam, porém, peças com um significado especial que, devido à forma como foram descritas, mostram claramente que seriam importantes, raras ou valiosas, guardadas dentro destes espaços. Para além dos arminhos ou dos ‘açúcares rosa de Alexandria’, descrevem 20 *Parias de Osis* (?), um conjunto de dezenas de peças de seda e tecidos de alta qualidade com detalhes que demonstram que os próprios eram sumptuosos, prontos a serem usados e aplicados às zonas do palácio ou ao séquito do monarca a qualquer momento (MELRO, 2011: 47).

5. O Palácio e o seu interior

No interior do palácio, os espaços iam-se sucedendo desde a Aula, ou Salão primário e principal, até ao oratório do quarto de dormir. À medida que se acedia aos diferentes espaços internos existia gradualmente um acesso mais restrito. Os espaços seguintes que sucediam aos primeiros tornavam-se cada vez mais em zonas internas e protegidas, com menos pessoas a ter acesso aos mesmos. Os súbditos que a estes teriam acesso acompanhavam desta forma gradual a própria privacidade e intimidade do monarca.

Durante esta época, existiram diversos castelos na Península Ibérica que foram alterados transformando-os em palácios em que foram adoptados espaços para o ambiente da Corte, sem a necessidade e uma preocupação primária de serem uma estrutura castelar ligados à defesa da guerra (BARROCA, 1996: 801-822). Passaram desta forma a adoptar espaços funcionais adoptando aberturas internas e servindo das antigas estruturas internas como as ‘fachadas’ para a construção de novas realidades de ambientes palacianos. A fachada começa a ser aplicada como resultado de manter a privacidade e esconder a riqueza do proprietário, permitia a captação de toda a luz necessária ao espaço interno e passagem de ar através de um pátio

central aberto. As casas no Mediterrâneo apresentavam, em geral, paredes cegas para a cidade. A título de exemplo, em Castela, o rei Afonso XI (c. 1311-1350) vivia simultaneamente em 'El Alcácer Seguir', na sua "Casa ou Residência menor", um imóvel de carácter monumental constituída por um Salão, um pórtico tripartido, albergando ainda pátios interiores e jardins, que como fez D. Dinis anteriormente na alcáçova, adoptou como uma espécie de atitude de *spolia* urbanística, de um anterior e magnífico palácio que tinha sido anteriormente construído pelos emires murcianos no século XIII. Os palácios árabes peninsulares já continham espaços de retiro e lazer íntimos com conforto (RUGGLES, 2004) adornados com cortinas de seda e outros tecidos sumptuosos essenciais para a criação de um ambiente de privacidade, tanto para as dançarinas frequentemente presentes nestes espaços como para as mulheres do harém que se centravam num pátio central decorado com águas e belos jardins (ROBINSON, 2002).

Apesar de nenhum palácio em Portugal ter chegado aos dias de hoje com as características da época, sabe-se que, a partir do século XIII, os palácios na Península Ibérica, possuíam nos seus espaços interiores tapetes e pinturas com motivos de heráldica e de feitos heróicos a decorar as paredes, como se pode observar ainda hoje em Alcaniz (vd. **Figura 5.**) e nas descrições do interior do palácio de D. Jaime II de Aragão, o irmão da rainha D. Isabel (c. 1271-1336) esposa de D. Dinis (CID PRIEGO, 1962: 274-277; COMPANYS Y FARRERONS; MONTARDIT Y BOFARULL, 1995: 24).

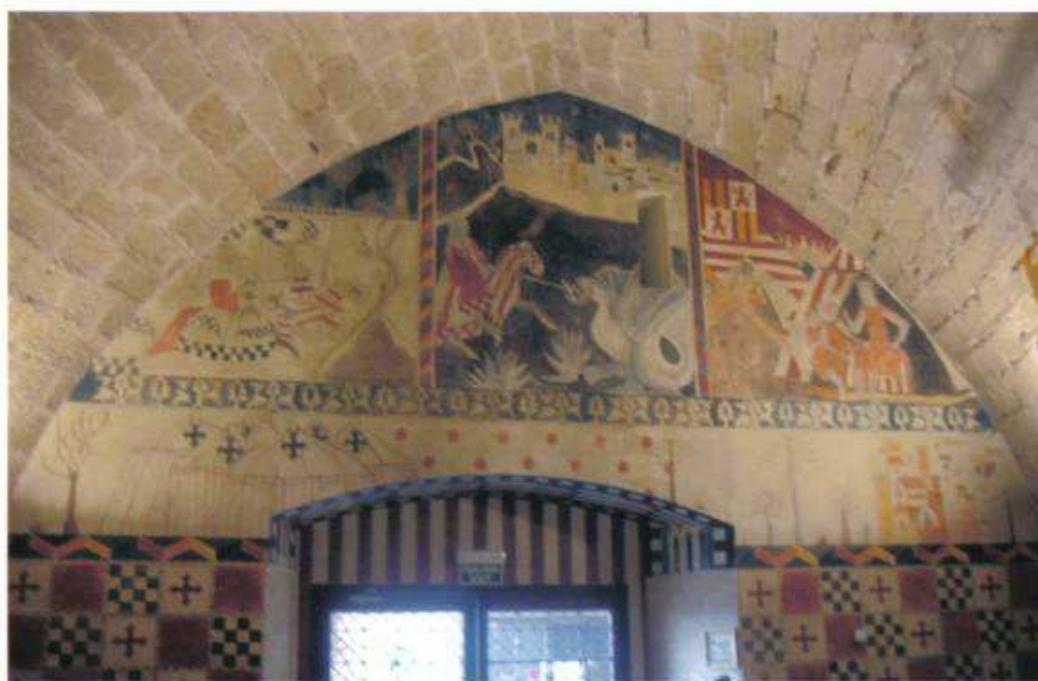


Figura 5. Pinturas na parede do Castelo de los Calatravos, em Alcaniz, final séc. XIII- princípio séc. XIV. **Fonte:** A Autora

O modelo habitacional pode ser definido como uma especificidade ibero-árabe, um aproveitamento da construção e decoração árabe aplicada à realidade cristã, como uma espécie de *spolia* arquitectónica e decorativa, que no seu conjunto tinha como principal característica a orientação do palácio em torno do pátio comum (18). Estas práticas traduziriam através das circulações culturais, gostos que eram desenvolvidos e hábitos que nas cortes adquiriram características próprias, com novos modelos de organização e de vivência nos espaços interiores que se associavam às práticas e à cultura numa forma quase esteticamente também arabizada (FERNANDES, 1998: 269-276; FERNANDES, 2000). Contudo, em Aragão durante esta época adoptavam-se as mesmas atitudes de aproveitamento de antigos espaços e infra-estruturas

castelares como a que Jaime II (c. 1267-1327) recuperou e reconstruiu para o seu principal local de habitação transformando um antigo palácio com as bases e raízes na época romana, onde teriam habitado reis visigodos, num novo espaço com um pátio central onde ergueu uma Capela, algumas torres e um novo núcleo arquitectónico (COMPANYS Y FARRERONS, MONTARDIT Y BOFARULL, 1995).

5.1. Salão e ambiente

A continuidade de alguns modelos arquitectónicos e técnicos podem ser testemunhados quando da reparação dos pavimentos da cozinha e do salão, tendo as mesmas soluções sido aplicadas às próprias obras de reestruturação do interior na época. A primeira divisão parece ter sido a sala ou salão onde, poderiam entrar ‘todos’ segundo informações mais tardias fornecidas no Leal Conselheiro de D. Duarte (MARQUES, 2010: 101), seguindo-se, entre outras divisões paralelas menos importantes, a Antecâmara ou Câmara de paramento, e mais reservada a Câmara de dormir e a Trecâmara e finalmente por vezes ainda o Oratório um espaço individualizado de retiro espiritual do monarca (MARQUES, 2010: 101). Durante o reinado de D. João I foram feitas importantes obras no Paço, em 1433. Na época a alcáçova era composta por várias divisões, onde se destacava a “sala grande” que tinha cerca de 48 passos de comprimento por dezoito de largura e onde se reuniram cortes e se realizaram muitas cerimónias e festas oficiais (MATTOSO, 2011: 83).

A primeira sala teria características semelhantes às representadas nas imagens das Cantigas de Santa Maria e nas Las Sete Partidas de Afonso X, elaboradas pelo avô de D. Dinis, Afonso X de Castela e Leão. Estaria dividida com fachadas e por arcos ogivais e colunelos decorados com o fundo com cores e padrões que criariam um ambiente confortável e acolhedor (vd. **Figura 6.**).



Figura 6. Afonso X sentado no seu trono no salão rodeado dos seus serviçais, princípio da segunda metade do séc. XIII. Iluminura retirada de *Las Sete Partidas de Afonso X*. **Fonte:** Afonso X, o Sábio (Rei de Castela), *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio*, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia (1807), 3 T., Madrid, Imprensa Real.

O único local sobrevive do Palácio Régio é onde está hoje situado o museu e uma casa abandonada adaptada a restaurante no castelo de São Jorge, com grossas colunas e colunas arcos ogivais também da época, que dividiam os espaços e suportavam a estrutura. Esta última sala coincidiria com primeira sala da entrada principal com o próprio Salão nos tempos

medievais (vd. **Figura 7.**). Os modelos decorativos para os pavimentos nas primeiras divisões, tanto no salão como da cozinha, eram na sua maioria coloridos onde a dominante era o ocre (MUSEU NACIONAL DO AZULEJO, 2013).

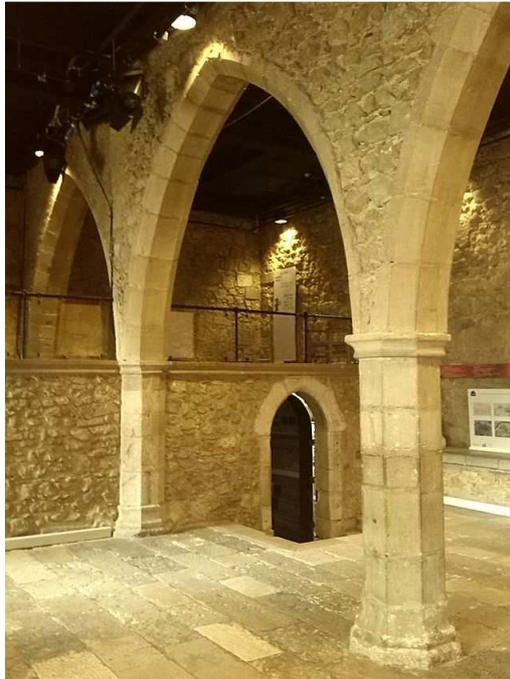


Figura 7. Arcos ogivais do salão da antiga Alcaçova de Lisboa, zonas que foram sendo alteradas entre o século XIII-XIV: actualmente incorporadas no Castelo de São Jorge. **Fonte:** A Autora

Os tecidos usados na decoração e uso eram muitas vezes fabricados na própria *dar al tiraz* ou atelier real de tecidos com uma profunda influência dos tecidos nazarí obtendo uma produção com um gosto próprio hispano-muçulmano, tal como se passava em Castela-Leão, mas também um gosto por mantéis e tecidos franceses, descritos nos inventários e nos reinos hispânicos (PARTEARROYO LACADA, 2005; OLIVAR, 1986). No entanto, alguns tecidos eram trazidos pelos mercadores portugueses, ou pelo próprio almirante genovês de D. Dinis, Micer Manuel Pessanha (a partir de 1303), através do comércio marítimo, dos portos castelhano-leoneses ou catalães (ROSSI VAIRO, Janeiro-Junho 2013). Ou ainda, eram provenientes de dotes e peças que se trocavam nos casamentos que eram constantes nesta época entre as cortes hispânicas (RODRIGUES, 2012). Estes efeitos eram conseguidos através da aplicação de finos tecidos e sedas coloridas, assim como almofadas e ‘panos de armar’ que proporcionavam um certo conforto mas também uma separação dos diversos espaços e uma maior intimidade. No que refere aos bens da Casa de D. Dinis uma enorme quantidade e diversidade de sedas de várias cores, algumas debruadas a ouro, véus tanto de seda como de outros materiais, almofadas, cendais, mantéis de luxo, toalhas francesas, almocelas novas de púrpura; ainda uma grande variedade de panos com diversas aplicações de outros sumptuosos tecidos, assim como ouro e prata, tapetes, etc., decoravam os espaços interiores (MELRO, 2016).

Desta forma, criavam-se áreas específicas que nas iluminuras deste período aparecem sempre representadas de forma simplificada com um carácter representativo-simbólico. Parece ter existido uma atitude de separação e decoração dos diversos espaços no Salão como podemos observar na figura 6 em muitas outras imagens da mesma obra literária e de outras da época. Seria neste espaço que durante as refeições seriam colocadas mesas e os que aí se sentavam faziam-no hierarquicamente consoante o lugar que ocupavam na Casa do monarca. As mesas principais eram cobertas de ricos mantéis com toalhas e, por cima destas, colocadas ao serviço

alfaias constituídas por napeiras que serviam de guardanapos, talhadores, salsários, copas, vasos, pinchéis, etc., costumando o monarca se sentar sobre um estrado, para ficar mais elevado dos restantes, ou num local distinto à parte (vd. **Figura 8.**) (MATTOSO, 2011: 253-254).



Figura 8. Mesa da Corte de Jaime I com os respectivos cortesãos e onde o rei aparece a ser servido numa mesa à parte, em 1247, “O Rey Jaime I E Eo Banquete Dado Por Per Martell en Tarragona”. **Fonte:** Escrito em Barcelona: iluminura retirada da Crónica de Jaume I de Aragão, intitulado “Livre de les Feys”.

O próprio D. Dinis, como referido, possuía sedas e panos que teriam também como função a decoração de reposteiros para a divisão dos espaços até dentro do Salão, mas também em outras partes da alcáçova à semelhança do que observamos na Figura 6. Verificamos que as cores se repetem entre azuis, dourados e vermelhos, como nas restantes iluminuras produzidas na Península Ibérica neste período. Descrições tardias descrevem o chão do palácio decorado com a rosa "gótica", heráldica, animais, plantas, em azul-cobalto e castanho de bióxido de manganês, sobre branco estanífero. Em Portugal, pelo menos desde o século XIII, se usaram pavimentos de mosaico vidrado, resultantes do encadeamento de formas geométricas em cores lisas, como os do Mosteiro de Alcobaça e do Castelo de Leiria (19).

5.2. Copa

Entrando mais adentro no palácio, e nos restantes departamentos da casa, compreendemos que existia um ritual específico para cada um dos lugares e que depende de uma particular organização de tarefas a desempenhar, que necessita da acção conjunta de vários serviços de confiança. Existe, pois, uma reconstrução através da análise da associação das diversas tarefas e espaços descritos nas fontes, entre o modo como os súbditos régios se estruturavam e a forma que teriam os diferentes cerimoniais. Os próprios servidores dos monarcas, a quem eram

confiados os ofícios ligados à comida, viam nas suas atribuições rituais uma vertente indissociável dos seus deveres e até, quiçá, esta acção fosse a parte mais prestigiante das suas tarefas (GOMES, 2011: 27, 33-34). Os ritos da comensalidade na corte não podiam realizar-se sem determinados recursos materiais, e por isso é necessário saber como se obtinham e como se geriam, ou seja, como evoluiu a administração desses recursos para tornar possíveis esses momentos em que, por exemplo, a comida se consumia também de forma hierárquica, com um rito próprio (GOMES, 2011: 27). Na Copa na época serviriam dois serviçais responsáveis (GOMES, 2011: 32). Estes controlavam, guardavam e punham em uso os objectos mais extraordinários e luxuosos usados nas ocasiões especiais em que se transportavam ricas baixelas destinadas a ser usada e exposta, cuja quantidade nesta época era considerável, comprovado através da análise do inventário da Copa e da Escançaria do rei D. Dinis (MELRO, 2011: 53-56).

Não surpreende, pois, que este monarca tivesse ao seu serviço dois “arinteiros” (20) guardas da baixela de prata e muito provavelmente a de ouro, que apesar de não vir referida nas suas contas da casa deixa no seu testamento em 1299 ao seu filho Sancho IV (c. 1258-1295) (SOUSA, 1946: 125-132). A maior parte da restante baixela discriminada, e de prata, encontrava-se neste local indicando que à época o Copeiro-mor fosse Pedro Pelagi (c.?) ainda na Casa do infante D. Dinis. Na sua maioria eram copas e vasos de prata, assim como outros objectos da baixela como um considerável número de pincheis, e uma copa de Macanis que era dourada à volta do bebedouro e do pé (MELRO, 2011: 54-56).

5.3.Escançaria

A Escançaria seria um espaço que servia para dispor o vinho, fazer provas e prepará-lo para servir, mas muito provavelmente seria o sítio onde o Escançano/Escanção-mor, Laurêncio Martins, durante este período, os provaria antes de serem posteriormente encaminhados para a Copa ou para a mesa do monarca. Seria uma zona onde se encontrava um menor número e variedade de objectos a uso, pertencente a uma das baixelas do monarca, de uso mais frequente e não tão valiosas como outras descritas e guardadas noutros compartimentos do palácio (MELRO, 2016: 155- 157). Era uma espécie de pequena dispensa num espaço, no interior do palácio, anexado à Copa ou ao Salão onde eram guardados, reagrupados e distribuídos de seguida os bens que estivessem mais directamente relacionados com o vinho garantindo a melhor qualidade dos produtos feitos para o monarca. Existia ainda paralelamente, relacionada com esta, uma *Regueifeira* do Rei e outra da Rainha, cuja integração estava situada nos serviços da cozinha, no entanto, não é explícita nas fontes (GOMES, 2011: 33). Ainda durante o reinado de D. Afonso III vêm referidos diversas vezes em determinados documentos o uso deste último espaço e a importância dada ao vinho e seu serviço (Ibidem, 2011: 33-34; GONÇALVES, 1997: 26-27). À Escançaria pertenciam como peças mais importantes, em 1278, diversos vasos de prata, algumas *napeiras* e *tagaras* algumas em prata existindo mesmo um objecto específico do local chamado de ‘vaso de prata de escançaria’ (MELRO, 2011: 53-54).

5.4.Reposte

O Reposte seria uma espécie de antecâmara ou de Câmara de Paramento (SILVA, 1993: 24-25), situar-se-ia numa secção posterior à Sala ou Salão e anterior à Câmara de Dormir/Leito, com o objectivo de servir de depósito ao vestuário, parte das baixelas e jóias do monarca. Este espaço era mais reservado, onde só já tinham acesso alguns dos serviçais, devendo ter assumido diferentes formas dependendo da quantidade de objectos do monarca. No final do século XIII, na Alcáçova de Lisboa, o Reposteiro-mor era até 1279 Estevão Eanes que exercia

simultaneamente o cargo de Chanceler (MELRO, 2011: 38). Neste local encontravam-se os selos de validação e os seus *frenos*, muito provavelmente usados pelo Rei ou Chanceler por este ser também um dos locais de escrita de importantes documentos pelo monarca mas também algumas peças, possivelmente numa *trescâmara*, assim como, uma cela de cavalo, provavelmente executados com materiais raros ou nobres, como outras da época em marfim (com umas cordas e *massis* de freno, com *estrabeira*, esporas e pregadura e um alqueixar de 4 cubitis e meio de contrafeito de Burges) (MELRO, 2011: 45).

Durante o reinado de D. Dinis, aparecem referidos para este espaço cerca de 100 itens pertencentes a baixelas, muitos destes herdados e pertencido à Casa do seu pai, D. Afonso III. Estavam ainda guardados objectos, que se podem considerar como de Regalia familiar do monarca, como é o caso de um “vaso” com os sinais de uma águia e um leão, que tinha sido doada pela sua mãe D. Beatriz, ou ainda partes de uma espada que tinha sido “do rei” - D. Afonso III -, como um número significativo de gemas preciosas (16 rúbis *Balays* e 2 cristais tintos, um *balays* pequeno, 14 safiras e 32 esmeraldas) (MELRO, 2016: 134, 138). Guardadas neste espaço estavam também as jóias do monarca e quase cerca de duas centenas de pedras preciosas e semi-preciosas soltas, assim como camafeus, prestes a serem introduzidas em futuras peças sumptuosas.

Para decorar o espaço e arrumar aparecem descritas arcas ferradas e *incoiratas* que conteriam objectos tão diversificados como 30 escudetes e quatro castelos de *Orpel* com os sinais de D. Dinis, pendões ‘laurados’ a ouro e em seda com os sinais do monarca, mantéis, cendáis, púrpura, etc. (MELRO, 2016: 152). Sedas de diversas cores e tecidos finos feitos de fios de prata de forma isolada que se destinavam a integrar novas peças de vestuário como a decorar o próprio ambiente palaciano. Ainda neste espaço existia um grupo de roupa interna e externa do rei que era cuidadosamente decorada na maior parte das vezes com os seus sinais onde parece ter havido uma preocupação com a decoração e harmonia das cores dos mesmos, e por fim, uma grande quantidade de tecidos muito diversificados bordados a ouro, véus, sedas e púrpura (Ibidem, 2016: 148-153). Eram aqui guardadas também as roupas de leito mais ricas e significativas, inclusive outros 100 arminhos que estariam para uso, para além dos que restantes que se encontravam guardados no almazém (Ibidem, 2011: 47).

5.4. Câmara de dormir, ou ‘de leito’

Encontramos numa parte mais interna e segura a Câmara de leito como um dos pontos mais recolhidos, depois do Reposte, onde já só entravam aqueles que estavam directamente relacionados o Rei e da sua extrema confiança. Pensa-se que é provável que já neste tempo existisse antes da camara de dormir uma ante-câmara, reservado à vivência mais íntima do monarca e a guardar peças de mais valor, seguida de um outro espaço conhecido como a *trescâmara* onde o monarca se vestiria e despia, espaço este que aparece relatado em reinados posteriores (SILVA, 2010: 82). Existiam alguns objectos de uso mais pessoal que seriam muito provavelmente usados nesta zona, ou numa *trescâmara*, como um “barril” de cobre (muito provavelmente um aquamanile) que servia somente para aquecer água para as costas do monarca, um fuzil de cobre com a sua arqueta com tabulas que ajudavam ao seu transporte e ainda espelhos em prata, um almofariz “com a sua mão” e candeias para óleos (MELRO, 2011: 109). As refeições simples e diárias eram servidas em privado numa mesa armada na sua Câmara, ou na Antecâmara, com rituais próprios. Segundo José Vieira da Silva, estes dois espaços teriam existido mais tarde no século XV (SILVA, 1993: 24-25).

É possível que já nesta altura existisse realmente uma ‘Trecâmara’ ou quarto de vestir associado ao de dormir e ainda por último, como o ponto mais interno de toda a alcáçova um oratório para o retiro unicamente do monarca (SARAIVA, 1995: 84-85).

Na Câmara de leito eram usadas diversas tipologias de roupa de leito, mantéis, almocelas e colchas com diferentes origens, luxuosamente debruadas com fios de ouro, prata ou em tecidos raros, sedas e púrpura, sendo que muitos deles possuíam as suas insígnias. O espaço estava munido de conforto recheado com almandraques, chumaços de penas, alfâmbares franceses e de Palência, véus, mantéis novos e outros axadrezados (MELRO, 2016: 152, 154). Como decoração e protecção do espaço existiam esteiras mouriscas, um guadamecil, toalhas e mantos. Para maior conforto o espaço era preenchido no chão com inúmeras esteiras algumas delas mouriscas, panos e tapetes, provavelmente alguns mais trabalhados seriam aplicados às paredes. É provável que D. Dinis possuísse como por exemplo D. Brites (c. 1293-1359), esposa do seu filho, uma cama, que para além dos alfâmbares, almadrques, almocelas, chumaços de pena e outros sem ela que aparecem descritos, um dossel e/ou cortinados, que aparecem descritos no seu enxoval da sua nora, que possuía cortinas de cama de vários tipos de tecidos sumptuosos e de vários locais (SOUSA, 1739 a 1749: 569-574). Calcula-se que sobre um estrado de uma rica cama se colocariam um enxergão de palha ou feno, de seguida um almadrque, por cima um outro tipo de colchão mais mole e finalmente um de penas (FERREIRA, 1997: 33-63). De seguida sobre a cama encontrávamos então em ricas peças debruadas e entrelaçadas em fios de prata e ouro, lençóis “de lenço franceses” como os mencionados no enxoval de D. Brites, seguidos de almocelas (cobertor mais leve), cobertas e mantas (mais decoradas que os cobertores), e por fim, colchas de diversas zonas afamadas, ornamentadas e bordadas (MARQUES, 2010: 104).

Apesar de não haver descrições deste quarto para esta época, sabemos que outros nobres relevantes como D. Vataça (c. 1268-1336) possuíam tecidos com motivos zoomórficos agrupados ou descrições mais simples geométricas (COELHO, 1987: 33-77 e 96) D. Dinis possuía com certeza também nos seus panos e tecidos descritos no seu tesouro este tipo de decorações observáveis em algumas imagens das *Cantigas de Santa Maria* e do *Livro dos Castigos* de D. Sancho IV de Castela e Leão (r. 1284-1295), onde se encontram representadas a sua manta e almofada (vd. **Figura 9**). Ambas, encontram-se na Catedral de Toledo e foram peças confeccionadas com tecidos elaborados em fios de seda com inspiração árabe e heráldica típica deste período (PARTEARROYO LACADA, 2005).

Podemos ainda atestar estas algumas características da decoração dos tecidos e peças de vestuário, em Portugal, através de dois fragmentos provenientes do túmulo do bispo de Coimbra Estevão Eanes Brochado (b. 1318- ?) que apresentam um fundo com losangos decorados com castelos e leões, e ainda, da mortalha de D. Isabel (c. ?), neta de D. Dinis restos de tecidos dourados com motivos geométricos e dragões (24). Estas peças de leito eram consideradas objectos de luxo, como podemos observar na figura 9, e eram usadas na cama e no espaço íntimo real guardados em quatro arcas “encoiradas” no Reposte. Juntamente estavam também guardados com a roupa do monarca. Existe ainda uma almofada em Espanha, próxima deste período, que pertenceu a Berenguela de Castela (c. 1180-1246) e duas do infante Fernando de la Cerda (c. 1255-1275) que se encontram no Museu de Telas Medievales de Burgos, uma do rei Sancho IV de Castela e Leão quês e encontra no Museu da Catedral de Toledo, executadas com finos fios de ouro em padrões com motivos zoomórficos intercalados com as respectivas insígnias do nobre e por vezes com letras cúficas.

6. Conclusão

A mudança do Paço real para a Alcáçova de Lisboa resultou de diversos fenómenos práticos, políticos e orgânicos. Esta manifestação foi fruto de um imaginário régio que se espelhou através da decoração dos espaços e objectos que são usados, assim como, a preferência e escolha de determinados materiais que criaram um ambiente da Corte envolvido em cultura e riqueza.

Não é possível saber se os espaços analisados que compunham a Alcáçova de Lisboa corresponderiam, efectivamente, às áreas mais importantes durante o reinado de D. Dinis, nem com maior detalhe as suas delimitações e conteúdos. Porém, podemos concluir algumas das características, usos e tendências que possuíam como integrando uma espécie de modelo régio habitacional ibero-islâmico, usado até ao final do século XIV. Este modelo teve como principal distinto o aproveitamento das características e espaços existentes, com uma orientação em torno de um pátio comum, e em geral, um *locus amoenus* (a tentativa de reproduzir um ambiente paradisíaco, que ultrapassa o próprio sentido de simples cenário, que serve de ambiente 'digno de reis').

Através deste estudo, foi possível identificar modelos arquitectónicos mediterrânicos, com temas mitológicos retratados em sumptuosas peças dos monarcas cristãos que adornavam os palácios em harmonia com o reaproveitamento dos palácios muçulmanos que proporcionavam estes novos ambientes. A decoração original fundiu-se com novas funcionalidades necessárias às práticas na Corte. Alguns dos materiais e espaços existentes foram reaproveitados em jeito de *spolia* arquitectónica e de décor, onde os pavimentos de salões, cozinhas, colunas, arcos ogivais internos e paredes, reflectiriam programas estéticos específicos de influência da cultura árabe, desde a presença almorávida. Estes sinais traduziriam, assim, o aparente sincretismo cultural, próprio das culturas cristãs hispânicas e através do luxo a presença da rica cultura nazarí, deste período, com os conhecimentos e artesãos presentes no interior das cortes. Tecidos, objectos e decoração eram muito provavelmente realizados por artesãos árabes a cargo directo da Coroa, sendo neles introduzidos elementos heráldicos das monarquias hispânicas.

É um novo sistema de valores que se difunde por meio da acção prática e do exemplo dado pelo monarca, este é construído pelo conjunto do seu próprio quotidiano, nos espaços onde age e na forma como se apresenta. O espaço de vivência e os luxuosos tesouros dos monarcas contribuía, decisivamente, para uma imagem de prestígio que necessitavam impor como modelo de mensagens, poder, espiritualidade e cultura servindo-se de exemplo para a restante sociedade para compreender os usos e gostos nos espaços em que os mesmos habitavam, contendo características específicas dentro da realidade Ibérica. Apesar de muito pouco ter chegado aos nossos dias, enquanto registos históricos do Palácio Régio da Alcáçova de Lisboa, conseguimos de forma integrada e inovadora acrescentar à história deste espaço uma nova percepção sobre o gosto, os materiais, os costumes e a vivência de um conjunto vasto de participantes que constituíam a Corte lisboeta no reinado de D. Dinis.

NOTAS

(1) Como se pode constatar nas imagens presentes nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X de Castela-Leão (vd. **Figura 1.**); para o exemplo aragonês ver: OLIVAR, Marçal - Els tapissos francesos del rei en Pere el Cerimoniós. 1986.

(2) O próprio D. Dinis entre os seus bens mais importantes que inventaria refere também o incenso.

(3) Este termo usado por Huizinga sugere que o jogo é primário e essencial (embora não suficiente) da geração de cultura. Cit. por HUIZINGA, Johan - *Homo ludens; a study of the play-ement in culture*, 1955.

(4) Durante o reinado de Afonso III, os próprios serviçais mais próximos da sua Casa, coincidem em parte com a própria Corte. Este monarca, apesar de ter feito muito poucas doações à nobreza, fez algumas importantes aos seus vassallos mais íntimos, como foi o caso do Chanceler Estêvão Anes, o futuro mordomo-mor João Peres de Aboim, João Soares Coelho e mais uns poucos da sua directa e extrema confiança. Ao assumir o poder e para o confirmar, atraiu determinada nobreza, à Corte. Cf: VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 1998, p. 133-135.

(5) Desenvolvem-se fora da área física palaciana como uma espécie de 'braços' régios de administração, jurisdição, e execução entre 1301-1305 e 1309-1315. Centrados no domínio de regularização judicial, controle executivo, reformas processuais e administrativas, reforçando desta forma o funcionamento à parte da Corte de algumas instituições em Lisboa. Simultaneamente dentro da própria Corte passou também a existir uma maior organização e definição das diversas funções e cargos que passam a existir permanentemente. Cf: SIDARUS, Abel; REI, António - Lisboa e o tremo segundo os geógrafos árabes. *Arqueologia Medieval*. 2001, p. 37-72.

(6) Em árabe "banhos quentes".

(7) Referido na descrição dos bens do Rei na era de 1337 (em 1299), em Lisboa, demonstra a centralização e organização de toda a cidade como centro do poder régio: Cit. por SILVA, A. Vieira - *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. *Arqueologia Medieval*. Vol. II, 1987, p. 24,28 e 34-35, com informações recolhidas do *Repertório dos Bens de D. Dinis em Lisboa, feito na era de 1337*, e copiado por Fernão Lopes na era de 1459 (ano 1421), que se encontra no *Livro dos Bens dos Proprios dos Reis e das Rainhas*, fl. 34.

(8) Imagem da Alcáçova de Lisboa no século XVI: BRAUN, Georg, "Olisipo, sive ut pervetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysippo, vulgo Lisbona florentissimum Portugalliae emporiu", *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I [material carto-gráfico], Colónia, 1572. Existe ainda uma gravura em cobre igual, com dimensões de altura 377mm e largura 470 mm no Museu da Cidade em Lisboa datada de 1593. "Vista em Perspectiva de Lisboa" gravura em cobre, anónima. 2ª Metade do séc. XVI inserida na obra de Georgio Braunio, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. V, 1593 Museu da Cidade.

(9) Cit. por SILVA, A. Vieira, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, p. 24; para formar a sua Casa, D. Dinis herdou de D. Afonso III o seu tesouro para compor a mesma, em 1279, ano em que se instalou na Alcáçova de Lisboa: MELRO, Rita A. - *O Tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros europeus*, 2016; COELHO, Maria da Cruz; HOMEM, Armando - *Portugal em definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV- Nova História de Portugal*, (coords.) Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, vol. III, 1996, p. 699.

(10) Sentença de D. Dinis, a 18 de Junho da era 1334 (1296).

(11) A prova deste fenómeno, pode ser o interesse dos serviçais mais próximos do futuro Afonso III pela literatura e a influência exercida sobre os mesmos. D. Afonso III ao viver na sua juventude na rica corte francesa junto da sua tia, Branca de Castela (c. 1188-1254), casada com o rei Luís VIII (c.1187-1226), daí pode ter sido favorecido o seu primeiro casamento com Matilde de

Bolonha, e ter trazido uma visão inspiradora que fortalece a sua posição política e cultural através da intervenção física nos diferentes espaços do reino. Ver: DIAS, Isabel - D. Dinis e a poesia - Corte cultas e prática poética (o tema do olhar). Actas dos Encontros sobre D. Dinis. 2011, p. 45-58.

(12) O nome vem da palavra árabe: "al-barran".

(13) Como descreve Cristóvão Benavente, escrivão da Torre do Tombo, em 1583.

(14) Baseando-se nas considerações de Pedro Miranda Rebelo, no século XVIII, João de Barros teria afirmado que a torre teria sido mudada para os Paços da Alcáçova na época de D. Dinis, ver: REBELO, José Pedro de Miranda - Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo oferecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I. 1904, p. 6-7; (e o original que estará na base desta publicação encontra-se na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional (códice nº 7.671) e não se apresenta datado; contudo, por elementos do texto é possível afirmar que ele é posterior a 1776 e anterior a 1799); ainda sobre J. Vilhena de Barbosa diz o seguinte: «Na primitiva casa da torre via-se um quadro, de pintura muito antiga, em que estava representado um solho, de tamanho natural, com um letreiro que dizia: *"No anno de MCCCXXI, junto a Montalvão, no Tejo, se tomou um solho da grandeza, que representa esta pintura e pesou pelos pesos de Santarem XVII arrobas e meia, de que ha justificação n'este archivo, que n'elle mandou lançar D. Diniz, a quem se presenteou, como consta da mesma justificação"*. A data do letreiro é da era de César, que corresponde ao ano de Cristo de 1283. Como se depreende pela linguagem usada, o letreiro seria posterior à pintura»: Op. cit. BARBOSA, J. de Vilhena - Creação dos archivos na Europa: Archivo da Torre do Tombo em Lisboa. Estudos historicos e archeologicos. 1874, p. 9. A existência da pintura, só por si, não prova que o arquivo já se havia fixado em 1283, pois não há uma datação exacta da referida pintura; sobre o tema ver ainda: SILVA, A. Vieira da - As Muralhas da ribeira de Lisboa, vol. I, 1940, p. 187-188.

(15) Em 1452, existe uma Carta de quitação das obras no Paço por João de Alverca; com referência à edificação da biblioteca, com pagamento de 55 reais ao carpinteiro Simão pela feitura de duas mesas para a mesma; Informações retiradas de: Castelo de São Jorge e Cercas de Lisboa, Sistema de informação para o Património Arquitectónico, visitado a 12 de Julho de 2014.

(16) A separação no serviço da cozinha, explicitamente mencionada nesta fonte portuguesa, é conhecida para o contexto castelhano, nomeadamente para a Corte de Sancho IV de Castela (r. 1284-1295), e também na corte dos monarcas aragoneses, a partir do reinado de Pedro II de Aragão (r. 1276-1285). O Ideário Patrimonial // Rita A. Melro // pp. 42 - 70

(17) Expressão que se usava para designar 'do outro lado do Mar Mediterrâneo'

(18) Na sua origem, encontram-se modelos mediterrânicos de reconhecida antiguidade, onde se incluem os greco-romanos, na organização interna da casa não se propagaria para os modelos arquitectónicos e de técnicas construtivas aplicadas nas paredes durante os restauros, o que denota alguma estabilidade de padrões andaluzes em contexto cristão.

(19) Em Portugal, talvez desde o século XIII, teriam sido usados pavimentos de mosaico vidrado, resultantes do encadeamento de formas geométricas em cores lisas, semelhantes aos do Mosteiro de Alcobaça e do Castelo de Leiria, tendo-se passado, na segunda metade do século XV, a aplicar pavimentos de alfardons com losetas e de tijolos com rajolas: Cit. por Museu do Azulejo - Século XV e XVI. Azulejaria arcaica. Museu Nacional do Azulejo [Em linha]; há um exemplar no Museu Nacional do azulejo de um Mosaico cerâmico de Rajola Manises (?), do ano

de 1480-1490 Barro com engobe azul e branco, vidrado, proveniente do antigo Paço da Alcáçova, MNAz, Invº 2.

(20) Atestado no documento datado de 1321: ANTT, Gaveta 2, maço 1, n. 4. A palavra «arinto» surge já no século XII como sinónimo de “prata”. Op.cit. LORENZO, Ramón - Sobre cronologia do vocabulário galego-português: (anotações ao ‘Dicionário Etimológico’ de José Pedro Machado). 1968, p. 28.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO X, *o Sábio* (Rei de Castela) - **Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia (1807)**. Madrid: Imprensa Real. 3 T.

AL-HIMIARI - al-Munim - *Kitab ar-Rawd al-Mitar*. In BORGES COELHO, A. (ed. lit.) **Portugal na Espanha Árabe**. Lisboa: Editorial Caminho. 1989. Vol. 1. ISBN 9722104209.

BANGO TORVISO, J. L. (coord.) - *Maravillas de la España Medieval. Tesoro sagrado y monarquía*. Valladolid: Junta de Castilla y León. 2 vols. 2001. ISBN 9788487739972.

BARBOSA, J. de Vilhena - *Creação dos arquivos na Europa: Archivo da Torre do Tombo em Lisboa. Estudos históricos e archeológicos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1874. Fundo Geral Monografias, Biblioteca H.G. 6530 V.

BRANDÃO, Fr. Francisco - **Monarquia Lusitana**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda. 1996. Vol. V. ISBN 1976 978-972-1694-9.

BRANDÃO, Fr. Francisco - **Monarquia Lusitana**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda. 2008. Vol. VI. ISBN 978-972-27-1695-6.

BRAUN, Georg - *Olisipo, sive ut pervetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysippo, vulgo Lisbona florentissimum Portugalliae emporiu. Civitates Orbis Terrarum*. Vol. I [material cartográfico], Colónia: 1572. Vol. I [material carto-gráfico].

BURKART, Lucas [et al.] - *Le trésor au Moyen Âge. Discours, pratiques et objets*. Firenze: Sismel – Edizioni del Galluzzo. 2010. ISBN 9788884502544.

CARRERAS Y CANDI, F. - *Redreç de la reyal casa: ordenaments de Pere “lo Gran” e Anfós “lo Lliberal”*. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona. Barcelona: (1909-1910)**. Nº 5, p. 99-104.

COELHO, Maria da Cruz; HOMEM, Armando - *Portugal em definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. In SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (coords.) **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença. Vol. III. 1996. ISBN 9789722320399.

COELHO, M. Helena; VENTURA, L. - *Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência*. **Revista de Historia das Ideias**. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra 1987. Vol. 9, p. 33-77.

CID PRIEGO, Carlos - *Las pinturas murales del castillo de Alcañiz*. **Goya, Revista de Arte**. Madrid: (1962). Nº46, p. 274-277. ISSN 00172715.

COMPANYS Y FARRERONS, Isabel; MONTARDIT Y BOFARULL, Núria - **El Castell del Rei en Temps de Jaume II**. Edició comentada dels Llibres de comptes de l'obra (1313-1317). Tarragona: Institut d'Estudis Tarraconenses Ramon Berenuer IV. 1995. ISBN 13: 9788487123764.

CORTES CASTRO, León; DANVILLA Y COLLADO, Manuel; COLMEIRO, Manuel (eds.) - **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Madrid: Rivadeneyra / Real Academia de la Historia. Vol. I, 1882.

DINIS, António Joaquim Dias - Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Anais - Academia Portuguesa da História**. Lisboa: Academia Portuguesa da História. (1968). Vol. 17, 2ª série, p. 115-158.

DIAS, Isabel - D. Dinis e a poesia – Corte cultas e prática poética (o tema do olhar). **Actas dos Encontros sobre D. Dinis**. Odivelas: Edições Colibri e Câmara Municipal de Odivelas. 2011, p. 45-58. ISBN 9789896891411.

DUBY, Georges; ARIES, Philippe (dir.) - Histoire de la vie privée. **De l'Europe féodale à la Renaissance**. Paris: Edité par Seuil. Tome II. 1985. ISBN 9789723602296.

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel - **História Artística da Europa. A Idade Média**. Lisboa: Quetzal Editores. 1997. Vol. II. ISBN 9725642848.

FALQUE REY, Emma - **Historia compostelana. Clásicos latinos medievales**. Madrid: Akal, 1994. 2ª ed. ISBN 9788446004172.

FERNANDES, Carla Varela - **O bom rei sabe bem morrer. Reflexões sobre o túmulo de D. Dinis. Actas dos Encontros sobre D. Dinis**. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas e Edições Colibri. 2011, p. 71-92. ISBN 9789896891411.

FERNANDES, Hermenegildo - Fronteiras e Reconquista. Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, Catálogo de Exposição Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 1998, p. 269-276. ISBN 9727760007.

FERNANDES, Hermenegildo - **Entre Mouros e Cristãos: A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII e XIII)**. Dissertação de Doutoramento da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa: Universidade de Lisboa. 2000.

GAIBROS DE BALLESTEROS, Mercedes (ed.lit.) - **Libro de diferentes cuentas de Sancho IV - Historia de Sancho IV de Castilla**. Madrid: 1922-1928. Vol. 1.

GOMES, Rita Costa - The Making of a Court Society. **Kings and Nobles in late Medieval Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN: 9780521800112.

GOMES, Rita Costa - **A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média**. [s.l.]: Difel, 1995. ISBN 9789722903196.

GOMES, Rita Costa - Casa e ofícios da mesa. Os convivas do rei e a estruturação da corte (séculos XIII a XVI). In BUESCU, Ana Isabel, FELISMINO, Davide (coords.) COELHO, Maria Helena Cruz (apres.) **A mesa com os reis de Portugal, Ofícios, Consumos, Cerimónias e Representações, séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Círculo de Leitores. 2011, p. 26-43. ISBN: 9789724246956.

GONÇALVES, Iria - A Mesa, com o Rei de Portugal (séculos XII-XIII). **Revista da Faculdade de Letras-História**. Porto: Universidade do Porto. (1997). 2ª série. Vol. XIV, p. 15-32.

HERCULANO, Alexandre – **Opúsculos - Controversias e estudos Historicos** (tomo III). Lisboa: Livraria Bertrand. [s.d.]. Tomo VI, 5ª ed.

HUIZINGA, Johan - **Homo ludens; a study of the play-element in culture**. Boston: Beacon Press. 1971. ISBN: 9780807046814.

LOPES, Fernão (comp.) - Reportório dos Bens de D. Dinis em Lisboa, feito na era de 1337. Livro dos Bens dos Próprios dos Reis e das Rainhas. fl.8. 1299, 1421. Cit por - A Judiaria Nova e as primitivas tercenas de Lisboa. O Archeologo Português. **Revista do Museu Ethnologico Português**. Maio-Julho 1901, vol. VI, nº 5-7, p. 125.

LORENZO, Ramón - **Sobre cronologia do vocabulário galego-português**. Anotações ao 'Dicionário Etimológico' de José Pedro Machado. Vigo: Editorial Galaxia. 1968.

MATTOSO, José - **Historia da Vida Privada em Portugal - A Idade Média**. VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores. 2011. ISBN: 9789896441449.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **A Sociedade Medieval Portuguesa- aspectos da vida quotidiana**. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2010. ISBN: 9789896262419.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) - **História da vida privada em Portugal - A Idade Média**. Lisboa: Temas e Debates. 2011. ISBN: 9789896441449.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) - **Nova História de Portugal - Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV**. Lisboa: Editorial Presença, Vol. III, 1996. ISBN: 9722320394.

MARTÍNEZ FERRANDO, ERNESTO, J. - La cámara real en el reinado de Jaime II (1291-1327). Relaciones de entradas y salidas de objetos artísticos. **Anales y Boletín de los Museos de Arte de Barcelona**. Barcelona: 1953-1954, Nº 11, p. 1-230.

MELRO, Rita A. - **O Tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros europeus**. Saarbrücken: Novas Edições Académicas. 2016. ISBN: 9783330750463.

NIETO SORIA, José - **La coronación del rey: los símbolos y la naturaleza de su poder. Alfonso X y su época**. Barcelona: Edit. Carroggio. 2001, p. 127-151.

NUNES, Eduardo Borges (ed.); PEDRO, Susana (rev.) - Carta régia, de fundação de uma Capela perpétua nas Casas do Rei em Lisboa. **Em Créditos de Realização de edição de Interpretativas de Fontes Medievais para a História da Língua Portuguesa**. Lisboa: FONTHIS/Edições interpretativas. V.2.1.1- Universidade Nova de Lisboa. 2002, p. 115-118.

OLIVAR, Marçal - Els tapissos francesos del rei en Pere el Cerimoniós. In RAMÓN, A.; BARBIÉ, M. (eds.) **Sala d'Art Artur Ramon**. Barcelona, 1986.

OLIVEIRA, José Augusto (ed. Lit.) - Carta del cruzado Randulfo de Granville. **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)**. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa. 1936, 2ª ed., p. 58-61.

REBELO, José Pedro de Miranda - **Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo oferecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I**. Lisboa: Bibliotheca Nacional. 1904.

REPRESA, Amando - **Evolución urbana de León en los siglos XI–XIII. Archivos Leoneses**. León: Universidade de León. (Janero-Dicembre 1969). Nº 45-46, p. 243-282. <Referencia Librería: 12916230>.

RIBEIRO, João Pedro - **Memorias authenticas para a historia do Real Archivo**. Lisboa: Na Impressão Regia. 1819.

ROBINSON, Cynthia - **In Praise of Song. The Making of Courtly Culture in al-Andalus and Provence**. 1005-1134 A.D. Leiden: BRILL. 2002. ISBN 9789004124530.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. - The treasures and fundations of Isabel, Beatriz, Elisenda, and Leonor. The art patronage of the four queens of Portugal and Aragon in the 14th century. In MARTIN, Therese (ed.) **Reassessing the Roles of Woman as "Masters" of Medieval Art and Architecture**. Leiden-Boston: Brill. 2012. p. 903-935. ISBN 9789004228283.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. - Moneda, armas y objetos suntuários: el tesoro de los reyes de Portugal en los primeros dos siglos de su existência. **Anales de Historia del Arte**. Madrid: Universidade Complutense. 2014. Vol. 24, nº Esp. Noviembre, p. 439-460. ISSN 0214-6452.

SARAIVA, António José - **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva. 1998. ISBN 9789726621577.

SARAIVA, António José - **Para a História da Cultura em Portugal**. Lisboa: Gradiva. 1995. Vol. I. ISBN: 9789726624011.

SÁNCHEZ BELDA, Luis (ed. Lit.) - **Chronica Adefonsi Imperatoris. Estudios De Edad Media De La Corona De Aragon**. Zaragoza: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Escuela de Estudios Medievales. 1950. ISBN 9788400041939.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **Itinerários de El-Rei D. João II (c. 1481-1495)**. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1993.

SERRÃO, Vitor - A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte. 2001. ISBN: 9789722411356.

SIDARUS, Abel; REI, António - Lisboa e o tremo segundo os geógrafos árabes. **Arqueologia Medieval**. Mértola / Porto, CAM: Afrontamento. 2001. N.º 7, p. 37-72. ISSN 0872-2250.

SILVA, A. Vieira - **As muralhas da Ribeira de Lisboa**. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. 1987. Vol. II, 3ªed.

SILVA, A. Vieira - **As Muralhas da ribeira de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal. 1940-1941. Vol. I, 2ª ed.

SILVA, Carlos Guardado da - **Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano**. Lisboa: Colibri, 2008. ISBN 9789727727520.

SILVA, José Vieira da - O Paço. In MATTOSO, José (dir.), VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) **História da Vida Privada em Portugal - A Idade Média**. Lisboa: Circulo de Leitores. 2011. ISBN 97898964414492010.

SILVA, José Vieira da - **Paços medievais portugueses, caracterização e evolução da habitação nobre (séculos XII-XIV)**. Dissertação de Doutoramento em História na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Univerddidade Nova de Lisboa. 1993.

SOUSA, António Caetano de Sousa (ed.) - **Testamento del Rey D. Diniz, que são declarados (...). Provas do Livro II da História Genealógica da Casa Real Portuguesa**. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real. 1946, p. 125-132.

SOUSA, António Caetano de Sousa (ed.) - **Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Lisboa: 1739 a 1749.** Tomo II, Livro IV.

VENTURA, Leontina; VELOSO, M. Teresa (ed. crít.) - **Livro Preto da Sé de Coimbra.** In COSTA, Avelino de Jesus da (dir.). Coimbra: A.U.C. 1977-1979. 3 vols.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Castelo de São Jorge e Cercas de Lisboa. **Sistema de informação para o Património Arquitectónico.** [Em linha] [Consult. a 12 de Julho de 2014]. Disponível na WWW: <URL: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3128>.

ANTT - **Câmara Municipal de Lisboa.** [Em linha] [Consult. a 23 de Julho de 2014]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/edificio-do-arquivo-nacional-torre-do-tombo>>.

BARROCA, Mário - D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. **Revista da Faculdade de Letras. História.** [Em linha]. Porto: Faculdades de Letras da Universidade do Porto. Série II: Vol. 15, nº1, (1998), p. 801-822. [Consultado a 10 de Setembro de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7748?locale=pt>>.

CUNHA, Maria Cristina - Da "capsa" à "livraria" – a localização dos livros da Biblioteca medieval. **Da Memória do Mundo.** [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (1996), p. 115-119. [Consult. a 29 de Agosto de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id115&sum=sim>>.

FERREIRA, Maria Conceição Falcão - Roupas de Cama e Roupas do Corpo nos Testamentos ed Guimarães (1250/1300). **Revista Faculdade de Letras do Porto. História.** [Em linha] Porto: Universidade de Porto. 2ª série, Vol. XIV, (1997), p. 33-63. [Consultado a 15 de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim>>.

MARTIN, Therese - Chronicling the Iberian Palace: Written Sources and the Meanings of Medieval Christian Rulers' Residences. **Journal of Medieval Iberian Studies.** [Em linha]. Vol. 2/1, (2010), p. 109-139. [Consultado em 13 de Agosto de 2016]. Disponível na WWW: <URL: http://digital.csic.es/bitstream/10261/50376/1/Martin_JMIS_palaces.pdf>. ISBN 10.1080/17546551003619654.

O Tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros europeus. Anexo. [Em linha]. Dissertação de mestrado em Património, Arte e Teoria do Restauro. Lisboa: Universidade de Lisboa, (2011). Disponível na WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10451/4147>>.

MUSEU NACIONAL DO AZULEJO - SÉCULO XV E XVI. Azulejaria arcaica. **Museu Nacional do Azulejo** [Em linha]. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo. [Consult. a 24 de Julho 2013]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.museudoazulejo.pt/pt-PT/ExposAct/ExpoPerm/ContentDetail.aspx?id=853>>.

PARTEARROYO LACADA, Cristina - Estudio Histórico Artístico de los Tejidos de al-Andalus y afines. **Bienes Culturales, Revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español.** [Em linha]. (s.L). Instituto Valencia de Don Juan, Nº5, (2005), p. 37-74, [Consult. a 10 de Novembro de 2014]. Disponível na WWW: <URL: http://www.mcu.es/patrimonio/docs/MC/IPHE/BienesCulturales/N5/03-Estudio_historico.pdf, 1695-9698>.

PIZARRO, José Augusto - De e para Portugal. Anuario de Estudios Medievales. (Julho/ Dezembro 2010): **Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC**. [Em linha]. Nº 40, 2. [Consult. a 20 de Novembro de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/327/331>. ISSN 00665061>.

ROSSI VAIRO, Giulia - O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis. **Medievalista**. [Em linha]. Janeiro - Junho 2013. Nº13. [Consult. a 29 de Setembro de 2016]. Disponível na WWW: <URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>. ISSN 1646-740X>.

RUGGLES, D. Fairchild - The Alcazar of Seville and Mujedar Arquitectures – **Gesta - International Center of Medieval Art**. [Em linha]. New York: University of Chicago Press. [2004]. Vol. 43, nº2, p. 87-98, [Consult. a 12 Abril 2016]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.jstor.org/stable/25067097>>.

VENTURA, Leontina - **A Nobreza na Corte de Afonso III**. [Em linha]. Dissertação de Doutoramento em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. I, (1992). Disponível na WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10316/12221>>.

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES NA CAPELA DA MATA FRESCA (ARACATI, CEARÁ, BRASIL): ARQUEOLOGIA, ARQUITETURA E HISTÓRIA

Thalison dos Santos

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN
Ministério da Cultura do Brasil/MinC
Rua Liberato Barroso, 525, Centro, 60030-160
Fortaleza, Ceará, Brasil
sthalison@yahoo.com

Cristiane de Andrade Buco

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN
Ministério da Cultura do Brasil/MinC
Rua Liberato Barroso, 525, Centro, 60030-160
Fortaleza, Ceará, Brasil
archeocris@icloud.com

Ramiro Teles Beserra

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN
Ministério da Cultura do Brasil/MinC
Rua Liberato Barroso, 525, Centro, 60030-160
Fortaleza, Ceará, Brasil
ramiroteles@gmail.com



Diálogos interdisciplinares na capela da Mata Fresca (Aracati, Ceará, Brasil): arqueologia, arquitetura e história

Thalison dos Santos

Cristiane Buco

Ramiro Teles Beserra

Historial do artigo:

Recebido a 04 de outubro de 2017

Revisto a 17 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

A capela de Nossa Senhora da Soledade da Mata Fresca é um templo católico construído na primeira metade do século XVIII, no distrito da Mata Fresca, município de Aracati. Sua edificação ocorreu antes de 1731, dado o fato concreto do registro de um batismo executado no interior dessa capela. Trata-se de uma edificação bastante pequena realizada com *beachrocks* trazidos da praia a cerca de 16 km de distância, os quais compõem a nave principal e as ruínas da fundação da antiga sacristia. A capelinha da Mata Fresca, como também é conhecida, apresenta influências maneiristas (séculos XVI e XVII), que chegaram ao Brasil através do *savoir-faire* dos primeiros colonos construtores, os quais se utilizaram de mão de obra indígena ou africana. A edificação foi objeto de restauro arquitetônico e de uma pesquisa arqueológica, conduzidos pela Superintendência do Iphan no Ceará através da aplicação de um Termo de Ajustamento de Conduta. Tais ações permitiram recuperar aspectos originais da arquitetura dos setecentos, assim como identificar as suas alterações ao longo do tempo. Também foram identificados enterramentos na nave principal (como esperado para templos desse período) e na sacristia (fato singular, não se conhecendo situações semelhantes em outras igrejas do Nordeste). Os restos humanos encontravam-se revolvidos e fragmentados, principalmente em virtude dos sucessivos enterramentos praticados de 1731 até cerca de 1860.

Palavras-chave: Mata Fresca; Capela de Nossa Senhora da Soledade; Arqueologia, Arquitetura; História.

ABSTRACT

The chapel of Nossa Senhora da Soledade da Mata Fresca is a Catholic temple constructed in the 18th century, in the district of Mata Fresca, municipality of Aracati-CE. This building was already erect in 1731 as it is shown in a birth certificate that took place in its interior. Its walls prepared



with beachrocks brought from the shore about 16 km away make up the main nave and the ruins of the sacristy. It is assumed that this little church displays Mannerist influences (16th and 17th centuries), arriving in Brazil in the savoir-faire of the first colonist builders that used, however, indigenous or African labor. Such chapel was subject of architectural restoration and archaeological research conducted by the Superintendence of IPHAN in the state of Ceará through the means a Conduct Adjustment Agreement. This action allowed recovering original features of the eighteenth architecture, as well as the identification of its changes through the time. In addition, human burials were found in the main nave (as expected of churches of this period) and in the sacristy (singular characteristic not found yet in the Northeast of Brazil). However, these human remains were found very fragmented due to the constant burials practiced between 1731 until 1860.

Key-words: Mata Fresca; Chapel of Nossa Senhora da Soledade; Archaeology; Architecture; History

1. Introdução

No ano de 2008, durante a instalação dos complexos de geração de energia eólica no município de Aracati, destruiu-se parte do patrimônio arqueológico que havia nas suas áreas de impacto direto. Ao constatar o referido dano, a Superintendência do IPHAN no Ceará, avançou um Termo de Ajustamento de Conduta (1) (TAC 001/2013) com a empresa responsável pelos empreendimentos, com o objetivo de corrigir e compensar a conduta danosa ao patrimônio cultural brasileiro, protegido pela Constituição Federal de 1988, Leis Federais e Decretos. No âmbito desse Termo de Ajustamento de Conduta, uma das medidas compensatórias, seguia as orientações da Carta de Veneza, e previa a realização do restauro arquitetônico de uma das edificações mais antigas do estado do Ceará: a Capela de Nossa Senhora da Soledade da Mata Fresca (ou Capela da Mata Fresca), templo setecentista com influências arquitetônicas tardo-maneiristas.

Tal medida compensatória apoiava-se ainda nas recomendações da Carta e de Lausanne, e estabelecia a realização de pesquisa arqueológica, com vistas a subsidiar as decisões projetuais do restauro, bem como agenciar os remanescentes construtivos ali existentes e em dispersão. Ambas as ações, foram coordenadas pela equipe de arqueologia e de arquitetura da Superintendência do IPHAN no Ceará, sob o objetivo comum de identificar e recompor traços e elementos da arquitetura original dos Setecentos, assim como a história religiosa e social do edifício, a partir da cultura material móvel e imóvel, que compõem a edificação e as suas adjacências.

2. Localização e Ambiente

A capelinha da Mata Fresca está localizada no distrito homônimo, no sertão do município de Aracati-CE, a cerca de 16 km da linha de praia, na planície aluvial do Córrego da Mata (**vd. Figura 1.**). Cortada por riachos intermitentes, em área sujeita à formação de brejos onde cresce a carnaúba (DUQUE, 1949: 19), palmeira típica do semiárido nordestino, que se desenvolve em planícies aluviais ou em zonas com lençol freático relativamente raso.



Figura 1. Vista geral da capela da Mata Fresca. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

O Córrego da Mata constitui um sistema hidrográfico independente, mas de caráter intermitente, com um pequeno estuário no litoral de Icapuí, no qual a atividade salineira vem sendo explorada desde o século XVII, quando era praticada por portugueses e holandeses, até os dias de hoje.

No que diz respeito à geologia, o domínio mais característico que aflora nos município de Aracati, no litoral leste do Ceará, é a Formação Barreiras, uma cobertura sedimentar terrígena continental e marinha (AIRAI, 2006) de idade miocênica a pleistocênica inferior (SUGUIO, NOGUEIRA, 1999; NUNES, SILVA, 2011), datada entre 23 milhões na parte mais profunda da estratigrafia (fim do Oligoceno e início do Mioceno) e 781 mil anos na parte mais rasa da sequência estratigráfica (Pleistoceno) (BRASIL, 2003).

A formação Barreiras repousa sobre o embasamento cristalino pré-cambriano (NUNES; SILVA, 2011) apresentando sedimentos areno-argilosos, arenitos cimentados por óxido de ferro e conglomerados que compõem os tabuleiros costeiros (BRASIL, 2003). Na faixa litorânea, é sobreposta pelos sedimentos quaternários, representados por campos de dunas de idade pleistocênica a holocênica. Esses sedimentos caracterizam-se como grãos de quartzo e argilas (com significativa contribuição marinha), conglomerados quartzosos e feldspáticos e assentam-se nos depósitos aluviais, planícies fluviais e fluviomarinhas do baixo curso do rio Jaguaribe, além dos seus tributários. Contudo, ocorrem também os depósitos eólicos litorâneos, formados pelas ações deflacionais dos ventos que erodem e acumulam sedimentos quaternários, compostos principalmente por grãos de quartzo, feldspatos, micas e minerais pesados, especialmente, nas areias da planície litorânea ou sobre os tabuleiros costeiros (BRASIL, 1973).

Na zona de estudo identificam-se as seguintes feições de relevo (PENHA, 2007): a planície litorânea, zona pós-praia, campos de dunas de variadas formas e gerações, planícies lacustres, planícies fluviolacustres, tabuleiros costeiros, falésias e chapada do Apodi (CEARÁ, 1997; SOUZA, 2000). No que diz respeito aos solos da zona da Mata Fresca, os mesmos podem ser classificados

como Planossolos Solódicos ou Neossolos Flúvicos, já que essas são as categorias de solos admitidas para planícies de inundação ou planícies fluviais (BRASIL, 1973; CEARÁ, 1997).

3. Breve Contextualização Etno-Histórica

A etno-história do município de Aracati coincide, em boa medida, com a do baixo curso do rio Jaguaribe, este grande marco paisagístico que serviu como uma zona de confluência para diversos grupos indígenas do litoral e do sertão (VIANA et. al., 2008: 35). O Jaguaribe, que forma um grande estuário rico em recursos marinhos explorados desde os períodos pré-coloniais, situava-se à meia rota entre as capitanias do Rio Grande e do Maranhão, na qual transitaram, por terra e por mar, tropas colonizadoras portuguesas, holandesas e francesas, assim como grupos indígenas (Tupi e não Tupi) que migravam a partir da Paraíba e do Rio Grande em consequência dos primeiros conflitos com os colonizadores (STUDART FILHO, 1926: 39).

Várias etnias habitavam ao longo dos principais rios e estuários dessa faixa do litoral cearense, contudo, não obstante os inúmeros testemunhos arqueológicos, as primeiras menções escritas à sua existência só ocorreriam após a chegada dos colonizadores nas proximidades do rio Jaguaribe, que vão citar alguns grupos com os quais tiveram contato ou sobre os quais tomaram conhecimento a partir de grupos contatados anteriormente. Inicialmente, essas descrições apoiavam-se em características linguísticas para definir os diferentes grupos, como aconteceu com os termos Tupi, referente a falantes da língua Tupi ou língua geral; e Tapuia, aplicado a todas as etnias não falantes da língua Tupi, as quais se encontravam dispersas por quase todo o território cearense (LUNA, 2010: 24).

Na porção do atual município de Aracati, Thebèrge (1973) cita dois grupos que seriam falantes da língua tupi, os Pitaguara e os Paiani, ao longo do vale do Jaguaribe. Entretanto, Studart Filho (1962) afirma que o tronco Tupi no Ceará seria representado por dois grupos; os Tabajaras, na Serra da Ibiapaba, e os Potiguaras (Petiguara, Pitiguara, Potiuara etc.) no extremo litoral leste, região de Aracati (LUNA, 2010: 28). Além dos Potiguaras, na região de estudo habitavam também grupos não tupi, como os Paiacu (Baiacu ou Pacaju), que transitavam todo o litoral e partes do vale do Jaguaribe; e os Aruá, que viviam entre os rios Jaguaribe e Itaim (STUDART FILHO, 1962: 26; LUNA, 2010: 28). Certamente, muitos dos povos indígenas que ocupavam a região do vale do Jaguaribe e o litoral leste devem ter transitado ou mesmo se estabelecido em diversos pontos ao longo dessa vasta área que envolve o município de Aracati.

Acerca do contato entre indígenas e europeus, destaca-se, sobretudo, a relação conflitante imposta pelos colonizadores, principalmente a partir da missão portuguesa na Capitania do Siará, em 1603, chefiada por Pero Coelho. Este que teria se estabelecido temporariamente nas margens do rio Jaguaribe, onde *“cativou muitos gentios”*, agindo com tamanha *“violência que indispôs os povos nativos contra a gente branca, a quem começaram logo a considerar como inimiga”* (OLIVEIRA, 1890: 118).

O contato violento, a tomada de território, a escravização dos indígenas e a extinção de etnias promoveu uma tensão que gerou o episódio conhecido como Guerra dos Bárbaros (OLIVEIRA, 2012: 55), uma reação indígena ao projeto colonizador português que interceptava, através das concessões de sesmarias, os territórios indígenas ao longo do vale do Jaguaribe, como o território dos grupos Paiacu ou Pacaju, próximo ao rio Açu, Serra do Apodi e o baixo Jaguaribe; dos Potiguara que também ocupavam o Baixo Jaguaribe e pontos ao longo da costa norte-riograndense e paraibana; os domínios Tarairiú às margens do rio Jaguaribe, além dos territórios dos grupos vizinhos, como os Genipaboçu e Kitariú, desde as margens da Barra do Jaguaribe até

o estuário do Curu; e as terras entre a Barra do Apodi ao Açú, onde residiam os Jandoin e Otxucayana (POMPEU SOBRINHO, 1967: 120).

4. Breve Contextualização Histórica do Ceará

O sertão nordestino, desde os primórdios da colonização brasileira até o final do século XVII, encontrava-se em segundo plano nas iniciativas de exploração territorial da coroa portuguesa, diferentemente do que se processava na zona da mata com sua florescente produção açucareira. Para essa porção de vastas e áridas terras estava reservado tudo aquilo contrário aos conceitos urbanístico, econômico e social portugueses. O desolado sertão, a “terra dos bárbaros”, como era descrita nos antigos mapas do século XVII (JUCÁ NETO, 2012: 111), abrigava a grande parte dos indígenas resistentes à lógica da colonização. Um lugar ermo, climatologicamente desfavorável aos grandes empreendimentos agrários monocultores, habitado pelos grupos considerados selvagens, os temidos tapuias.

À exceção de algumas poucas e pontuais tentativas exploratórias, apenas no último quartel do século XVII é que esse território começa a ser percorrido pelos primeiros vaqueiros provenientes do Piauí e do litoral açucareiro, que enriqueceriam aqueles primeiros sertanejos. O “sertanejo”, adaptando-se às adversidades do meio, multiplicou rebanhos de gado criados extensivamente e criou uma atividade econômica alternativa à cultura açucareira, a qual, incipiente a princípio, em pouco tempo adquiriria vigor e atrairia a atenção da metrópole portuguesa. Com o desbravamento das antigas veredas dos tapuias, criaram-se os primeiros caminhos que interligavam os grandes centros litorâneos ao imenso sertão, semeando pequenos povoados (JUCÁ NETO, 2012: 111).

Consolidada a atividade pecuária que já gerava expressivos dividendos no início do século XVIII, a Coroa Portuguesa busca a hegemonia territorial (em oposição à resistência indígena e aos ataques estrangeiros), através da instalação das primeiras vilas cearenses. Esses núcleos foram criados por Cartas-régias, as quais definiam os princípios normativos geradores do traçado urbano, segundo a tradição urbanística luso-brasileira, entre a regularidade e o orgânico. Este processo de urbanização, ainda que embrionário, evidencia uma questão significativa que justifica a fundação das vilas: o entendimento dessas localidades como pontos de convergência conectados entre si e aos grandes centros através de estradas coloniais, conferindo continuidade à expansão territorial portuguesa.

As vilas cearenses formaram-se em torno dos caminhos das boiadas que, por necessitarem de vastas áreas livres, eram expulsas das zonas canavieiras baiana e pernambucana. Esta “civilização do couro” (JUCÁ NETO, 2012: 137), com baixo investimento e tecnologia rudimentar, continuou, como força indutora para o povoamento do sertão, mesmo após o declínio da produção de açucareira.

Os caminhos das boiadas seguiam-se de Pernambuco pelo litoral em direção às capitanias do norte, o “sertão de fora”; como também pelos vales dos rios baianos, em direção ao “sertão de dentro” (ABREU, 1988: 136). No Ceará, as principais rotas foram a “Estrada Velha, a Estrada Geral do Jaguaribe, a Estrada Nova das Boiadas, a Estrada das Boiadas, a Estrada Camocim-Ibiapaba, a Estrada Crato-Oeiras e a Estrada Crato-Piancó” (JUCÁ NETO, 2012: 143).

A Estrada Velha, que conectava o Pernambuco ao Maranhão pelo litoral, e a Estrada Geral do Jaguaribe, a partir da Vila de Santa Cruz do Aracati, seguindo o Rio Jaguaribe até chegar ao Pernambuco e à Bahia, constroem o contexto espacial para a implementação de um dos subprodutos comerciais mais importantes da pecuária: as charqueadas, indústria sertaneja que

se valeu do “*sal farto e do clima favorável litorâneo*” (FREITAS FILHO, 2003). Nesse contexto, a antiga vila de Aracati, em 1750, desponta como o principal núcleo urbano cearense. Com suas salinas nas planícies litorâneas e a rentabilidade econômica das oficinas de charque, surgiram, os primeiros latifundiários, como o português Antônio de Souza Machado, que, ávido por mais “*terras onde pudesse estender seu patrimônio criatório*” (FREITAS FILHO, 2003), estabelece-se no Vale da Mata Fresca.

4.1. Topônimos e Sesmarias da Área de Estudo

Acerca da zona da Mata Fresca, os documentos relativos à concessão de datas de sesmaria, mencionam alguns topônimos, como *Hug-beranduba*, palavra indígena que designava o atual Córrego da Mata, em cuja planície de inundação construiu-se a Capela de Nossa da Soledade. Outro topônimo identificado em documentos datados entre 1700 e 1702, *Mouxoró*, referia-se, muito provavelmente, ao mesmo local (FREITAS FILHO, 2014: 19).

Atualmente, trabalha-se com a hipótese de que a colonização do atual distrito da Mata Fresca tenha se efetivado entre os anos de 1712 e 1783, através do estabelecimento de capitães-mores e militares das milícias. Contudo, na documentação histórica o topônimo “Matta Fresca” aparece pela primeira vez em 1731, no livro de batizados da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas – Cúria Diocesana de Limoeiro do Norte (2). Noutros registros, como os das datas de sesmaria, observam-se os termos “*caminho da Matta Fresca*”, “*córrego da Matta Fresca*” e, posteriormente, Mata Fresca (FREITAS FILHO, 2014).

Solicitante/Proprietário	Topônimo/Local	Ano
Capitão Bento Pessoa Faria	Caminho da Matta Fresca	1732
Caetano Pereira Martins	Córrego da Matta Fresca	1744
Sargento-mor Geronimo de Castro de Oliveira	Córrego da Matta Fresca	Sem data
Sargento-mor Antônio Souza Machado	Entradas de Mata Fresca e Cajuais	1783
Sargento-mor Antônio Souza Machado, Domingos Fernandes de Souza e Félix Antônio de Souza	Data de sesmaria do Riacho Grande do Juazeiro até o Vale da Mata Fresca até o sítio Santa Luzia em Mossoró.	1788
José Vicente Ferreira de Freitas	Uma sorte com braças incertans no Corrego Manguinho na Matta Fresca	1850
Joaquim Vicente Ferreira de Freitas	Uma sorte de terra de meia legoa de fundo para o mar no logar Matta Fresca	1850
Zacharias de Souza Machado	Uma parte de terra na Matta Fresca da pancada do mar com os fundos de 1 légoa para o centro.	1850
José Vicente Ferreira de Freitas Junior	Uma sorte de terra no sítio Matta Fresca com braças incertas para o poente	1850

José Antônio d'Olanda	Uma parte de terra de uma legoa de fundo no sitio Matta Fresca	1850
Felix de Souza Nogueira	Uma sorte de terras na data do Córrego da Matta Fresca	1850
Antônio da Silva Castro	Duas sortes de terra nas praias do logar Canto Forte, compreendendo Curral Grande e Matta Fresca	1850
Reverendo Antônio Francisco Sampaio	Meia legoa de terras no Córrego da Matta Fresca	1850
Padre Claudio Pereira de Farias	Oito centas braças de terra no sitio Matta Fresca	1850
Reverendo Antônio Francisco Sampaio	Huma penhora de terras da Matta Fresca	1850

Tabela 1. Relação das solicitações de datas de sesmarias na região da Mata Fresca. **Adaptado de:** Brandão, 1902 e Freitas Filho, 2014.

4.2. E no Sertão havia uma Capela

A construção da Capela da Mata Fresca é comumente atribuída a Antônio Souza Machado, fundador da cidade de Mossoró (BRANDÃO, 1902), que, ao estabelecer seus empreendimentos pastoris, teria, conseqüentemente, difundido a fé católica, erguendo com ajuda de seu genro, Manoel José Rodrigues Braga, uma pequena Capela, em terras ainda não visitadas por missionários (BRANDÃO, 1902; FREITAS FILHO, 2003). Contudo, os dados extraídos de alguns documentos que o citam e daqueles relativos à Capela de Nossa Senhora da Soledade evidenciam certa incoerência cronológica.

De fato, tem-se pouca documentação acerca da vida de Antônio Souza Machado antes da sua chegada ao Ceará. Sabe-se, contudo, que teria nascido em Braga (Portugal) em 1718 e se mudado para o Brasil ainda “moço”, estabelecendo-se na Vila de Russas (CE), onde contraiu matrimônio (FONSECA, 1999; FREITAS FILHO, 2014). Mais tarde, em 1797, viria a falecer na localidade Grossos, Mossoró (RN), onde vivia desde 1760 (BORGES, 1904; FREITAS FILHO, 2014: 22).

Por volta de 1766, tornar-se-ia sargento-mor das “*Entradas dos distritos da Mata Fresca e Cajuais*” e entre 1768 e 1769, teria se tornado charqueador e juiz ordinário da Vila de Santa Cruz do Aracati, momento em que ampliara substancialmente as suas posses e riquezas (FREITAS FILHO, 2003, 2014: 22). Contudo, a solicitação de datas de sesmarias em seu nome, que se estendiam da zona da Mata Fresca (região do atual Riacho Grande) até a Fazenda Santa Luzia, em Mossoró, aparece nos registros de 1788 (BORGES, 1904).

Esses dados cronológicos quando comparados com aquele oriundo do registro de um batismo (fonte primária), ocorrido na capela da Mata Fresca em 1731 e identificado durante a pesquisa, sugerem que Antônio Souza Machado, teria, à época deste evento, 13 anos de idade, considerando-se a data do seu suposto nascimento em 1718.

Esse novo dado confere subsídios para contestar a hipótese de Souza Machado como fundador da capela da Mata Fresca, devido à clara discrepância entre fontes históricas primárias e secundárias, assim como a ausência de mais informações sobre essa personagem. Contudo, considerando que a sua chegada à região de Aracati e a posse de terras na Mata Fresca tenham

ocorrido posteriormente à construção da capelinha de pedras, não se descarta a possibilidade de tê-la utilizado como *orago* particular e como templo religioso para os agregados.

5. A Capela da Mata Fresca: Tempo e Memória

A Mata Fresca ainda nos dá ideia de como seria sua ambiência há mais de dois séculos, quando integrava a incipiente rede de povoados ao longo das penosas estradas coloniais que cruzavam os largos domínios dos sesmeiros. Esses latifúndios congregavam em suas divisas grande parte da esparsa população da capitania do Ceará, os chamados agregados, que viviam servilmente sob a proteção dos grandes proprietários. Fazendas eram unidades autônomas, em torno das quais orbitava todo o *modus vivendi* dos colonos, do nascimento à morte, no qual a religião era um forte componente da dimensão político-administrativa da colônia.

As capelas existentes na Capitania do Ceará em 1730 eram, em sua maioria, anexas às fazendas, e vinham sendo construídas já por volta de 1697, intensificando-se a partir de 1708. Inicialmente, a preocupação dos povoadores resumia-se à aquisição de terras, contudo, a construção de templos vinha a reboque das exigências dos Visitadores Diocesanos, que lhes ofereciam os cultos (IPHAN, 2014: 22), disseminando a Igreja como estratégia de manutenção e propagação das práticas cristãs, congregando pessoas e potencializando a eficiência das práticas de doutrinação e controle ideológico.

Apesar da sua datação bastante recuada, os relatos orais relativos que se teve acesso cobrem apenas os meados do século XIX, quando o templo teria sido reencontrado por caçadores locais sob “ramagens e mato” (IPHAN, 2014: 6). A partir de então ocorreram sucessivas reformas, como as de 1888, de 1940 e de 1970. Contudo, a de 1940 provocou maiores modificações no edifício, consistindo na ampliação de sua nave (recuando-se o altar-mor) e na realização de um transepto. Tais acréscimos se arruinaram em virtude das sucessivas enchentes do córrego, vindo a ruir no inverno de 1970 (IPHAN, 2014: 25-26).

A reforma de 1940 é a única que foi minimamente documentada, ainda que apenas textualmente, em pequeno excerto lavrado no Livro de Tombo da Paróquia de Areias (3). Conforme mencionado, a intervenção consistiu na ampliação da pequena ermida, outrora cúbica, transformando-a em capela paroquial, com a criação de um transepto e uma capela-mor com novo altar – esse que viria a se arruinar três décadas mais tarde, achando-se, quando da obra de restauro, degradado e fisicamente apartado da capela, ainda que se mantivesse como local de reverência popular (vd. **Figura 2.**).



Figura 2. Igreja e ruínas do antigo altar externo. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

Pode-se inferir que o arruinamento das ampliações da capela se deveram a fundações pouco sólidas e/ou à ineficiente solução do telhado, especificamente no transepto, com seu cruzamento de vários planos de águas, calhas e rincões. No entanto, o arcabouço setecentista original, em alvenaria de pedra resistiu e foi novamente reaproveitado como espaço de culto, retomando volumetria praticamente igual àquela com que fora concebido há quase 300 anos (excetuando-se a “velha sacristia”, demolida em 1947: nave única, longilínea, coberta por telhado cerâmico em duas águas guarnecido frontalmente por empena triangular.

Tal partido arquitetônico remonta às primitivas ermidas brasileiras, cujo processo construtivo, normalmente gradual, iniciava-se por um pequeno oratório – embrião de capela-mor – associado a um ambiente de apoio – a sacristia –, aos quais, posteriormente, anexar-se-ia o volume da nave. Note-se que esse sistema evolutivo nunca ocorreu na Mata Fresca, seja por falta de recursos econômicos, ou por ausência de população que o justificasse. Quedou a capela como concebida no século XVIII (perdendo-se, do arranjo original, a sacristia): *tempietto* em alvenaria de pedra arenítica oriunda das praias circunvizinhas, guardando, em seu traço, reminiscências maneiristas, com frontão triangular ladeado por coruchéus piramidais e entablamento linear rígido.

Ressalta-se ainda a existência de um refinado conjunto de lancis de pedra, lavrados em cantaria, técnica construtiva rara, principalmente, para uma região distante dos grandes centros em tempos tão recuados. Parte desses lancis foram entaipados, provavelmente na reforma de 1888, e estavam ocultos sob o reboco e caiações sucessivas, sendo redescobertos através das prospecções arquitetônicas executadas durante o processo de restauro.

No documento que versa sobre a reforma de 1947 extraíram-se informações que subsidiaram decisões fulcrais no projeto de restauro, especialmente no que se refere à incorporação dos remanescentes do altar de 1940 (embora não reintegrados espacialmente à capela) e à exposição das fundações da antiga ruína, que se encontravam enterradas. Assim, a intervenção prezou pelo respeito aos diversos momentos construtivos do edifício, articulando-os em uma espacialidade de leitura razoavelmente clara.

A capela de Mata Fresca não é tombada pelo IPHAN ou por qualquer outro ente federativo. Contudo, foi apontada pela população como uma edificação de grande relevância para sua memória coletiva. No concernente ao seu estilo, o mesmo se assemelha a outros exemplares de capelas rurais construídas entre os séculos XVII e XVIII, seja pela sua volumetria simples, com elementos decorativos e modulação, ou mesmo, pelos materiais e técnicas utilizados em sua arquitetura.

Dentre os exemplares similares citam-se aquela da Fazenda Borda do Campo, em Antônio Carlos (MG), e a capela de Nossa Senhora da Cabeça (RJ), ambas tombadas pelo IPHAN; a Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem em Niterói (RJ); a igreja Santana em Ilhéus (BA); a capela de Nossa Senhora da Ajuda em Cachoeira (BA); a capela de Nossa Senhora da Escada (BA); além da capela de São Bento da Buraquinha em Barcelos, Portugal.

6. O Edifício como Narrativa: Arquitetura e Arqueologia

O edifício como narrativa é uma abordagem interdisciplinar que relaciona conhecimentos próprios da arqueologia e da arquitetura, sobretudo nos trabalhos de restauração, buscando o conhecimento da sociedade através das relações entre os diversos elementos culturais e os contextos nos quais se inserem os monumentos. Tal abordagem articula ainda um amplo tecido de estudo do espaço, desde o aspecto urbano às sociedades criadoras de materialidade,

perpassando os limites temporais e históricos, de modo a envolver os grupos que ainda utilizam esses monumentos na atualidade (SANTOS, 2009: 219).

No cerne da investigação da materialidade construída, enfatiza-se a edificação como artefato que fornece informações práticas ao trabalho dos restauradores (SANTOS, 2009: 219). Parte-se do pressuposto de que os espaços arquitetônicos utilizados ao longo de séculos são espaços completamente dinâmicos, pois são significados por sociedades essencialmente dinâmicas. Assim, o resultado final da intervenção deve mostrar-se coerente com a memória coletiva do espaço-tempo, sendo, neste sentido, uma construção visual e material interdisciplinar. Dessa forma, as decisões projetuais podem ser tomadas levando-se em consideração as dinâmicas e processos sociais multitemporais do ambiente em estudo e da arquitetura.

De forma pragmática, os investigadores dos espaços construídos, tanto o arqueólogo como arquitetos e historiadores, coletam dados de acordo com os diversos métodos dos quais dispõem, compartilhando-os e analisando-os em conjunto. Inicialmente, os dados são provenientes de fontes primárias e secundárias, como documentos cadastrais (projeto original, plantas, registros etc.) e históricos (mapas, leis, manuscritos, imagens fotográficas e pictóricas, notícias, registros orais etc.). Mas, na análise do edifício em si, um quantitativo de informações prévias relativas às técnicas construtivas e materiais utilizados, aparentes *in situ* ou acessíveis, podem ser compartilhadas, discutindo necessidades e expectativas (SANTOS, 2009: 224).

Devem-se observar, ainda, as recomendações da Carta de Lausanne, principalmente, no tocante à necessidade de envolvimento dos vários setores responsáveis da sociedade nas ações de preservação, assim como o público em geral, que deve estar informado para que haja a possibilidade de uma conservação integrada do patrimônio (ICOMOS, 1990). Pode-se, com isso, compreender as edificações como obras que adquiriram, com o tempo, significação cultural e que, nesse sentido, são também considerados monumentos históricos.

A perspectiva do edifício como narrativa aplica-se, sobretudo, às edificações com evidente valor histórico e arquitetônico, como edificações muito antigas, dos primórdios da colonização, sobre as quais não se dispõe de registros históricos que deem conta de toda a sua existência. Nessas situações, a arqueologia mostra-se eficaz para a recuperação histórica, suprimindo a ausência de dados bibliográficos e promovendo o diálogo com os poucos documentos escritos (NAJJAR, 2005: 45).

A aplicação dessa perspectiva na Capela da Mata Fresca foi essencial para investigar aspectos da história do local e as relações sociais havidas nas adjacências do edifício, através da cultura material dos que utilizaram aquele espaço. As escavações arqueológicas possibilitaram uma narrativa sobre a forma como a edificação foi realizada, e, concatenadas com as prospecções arquitetônicas ou verticais, permitiram revelar diferentes materiais compositivos do edifício, estruturas arruinadas, aparentemente inexistentes, elementos encobertos por materiais sobrepostos durante algumas reformas, dentre outras características construtivas.

Com a participação do público, normalmente, registram-se os anseios coletivos, harmonizando-os com as relações socioafetivas do espaço pesquisado. No caso da Mata Fresca, os subsídios da participação popular contribuíram para as soluções referentes à não destruição do cruzeiro mais recente e à reincorporação, através de um telhado cerâmico, da ruína do altar externo (o de 1947), que se encontrava desconectado do volume da capela, criando-se uma área abrigada para os fiéis que ainda prestam culto no local (vd. **Figura 3.**).



Figura 3. Incorporação do antigo altar externo ao volume principal da capela. **Fonte:** Arquivo IPHAN-CE.

6.1. As Prospecções Arquitetônicas e Aplicações no Restauro

Paralelamente às escavações arqueológicas, as prospecções arquitetônicas aconteceram em segmentos verticais e horizontais nas áreas internas e externas do edifício. Na parte interna, fizeram-se em linha contínua, na altura da cimalha, tendo como objetivo a identificação de pontos de apoio do antigo madeiramento do telhado composto por tesouritas de linha alta, conforme relatos de antigos moradores. Com isso, descobriu-se a inclinação inicial da cobertura, o ponto de cumeeira, os quais foram refeitos com reaproveitamento da madeira antiga. Na face interna da empena do frontão, as prospecções tentaram identificar possíveis envasaduras, tais como óculos ou janelas de coro, uma vez que o espaço interno do templo era assaz escuro, induzindo a hipótese de que existiriam outras aberturas além da porta central. Contudo, nenhum vestígio de óculo ou janelas foi encontrado.

O coro em madeira foi avaliado através de prospecções cromáticas, que revelaram ter sido pintado em tempos recentes com tinta a óleo industrial. Optou-se por remover a pintura quimicamente, deixando a madeira de cumaru à mostra. O vigamento executado com troncos de carnaúba foi mantido e as madeiras do piso de tabuado receberam tratamento em verniz marítimo fosco.

Na parede oposta à fachada principal, as prospecções revelaram, entaipado por tijolos, o arco-cruzeiro que interligava a antiga nave à capela-mor edificada nos anos de 1940. Optou-se por deixar exposta a alvenaria de tijolos que obstrui o arco em sua face posterior. Argamassa com conchas foi identificada em alguns pontos prospectados da alvenaria, sugerindo a retirada de material malacológico das praias próximas para a produção de cal.

O arranjo dos nichos para as imagens de devoção, orquestrado pelos moradores quando da demolição do altar original dos setecentos, foram mantidos do mesmo modo que se apresentavam, encerrando santos de membros articulados, com cabelos humanos e que recebem anualmente roupas novas feitas por costureiras locais.

Por intermédio das prospecções, o reboco antigo em pasta de cal foi identificado abaixo de duas camadas de reboco novo à base de cimento. Procedeu-se, então, à remoção dos rebocos cimentícios expondo-se o revestimento original que teve suas lacunas regularizadas, sendo novamente caiado na cor branca. Os coruchéus que haviam sido cobertos pela platibanda, a cimalha do frontão e a *espadaña* tiveram seus contornos originais recuperados. Na porção posterior do complexo, onde foi criada a nova cobertura para o altar externo, optou-se por cair a nova empena que foi executada para amparar o frágil retábulo em ruínas, mantendo a sua pátina original, de forma a ressaltá-lo visualmente enquanto obra antiga.

Quando a obra já se encaminhava para sua finalização, concretizando as especulações preliminares acerca da possível existência de outras aberturas para o exterior, uma prospecção revelou dois arcos de descarga em tijolos, os quais induziram imediatamente à descoberta das ombreiras e lintéis de duas janelas baixas talhadas em blocos de arenito, as quais foram recuperadas e agora cumprem sua função de iluminar e ventilar o espaço interno do edifício (**vd. Figura 4.**).

A descoberta das janelas induziu a uma associação imediata à Capela de Nossa Senhora da Cabeça, no Rio de Janeiro, tombada pelo IPHAN, cuja tipologia apresenta as seguintes características: fachada simples arrematada por frontão triangular e precedida por copiar; porta central com folhas almofadadas e ombreiras em cantaria, encimada por placa e ladeada por janelas gradeadas; telhado em duas águas coberto por telhas canal; copiar, com cobertura igual, sustentado por duas colunas toscanas criando um elevado nível formal e implantação em primoroso adro, dando ao conjunto, rara proporção, principalmente por se tratar de uma construção do século XVII (ALVIM, 1996: 192) (**vd. Figura 5.**).

Tal similaridade tipológica fomenta a hipótese de que a capela cearense outrora dispunha de copiar frontal, contudo, não houve recursos suficientes para ampliar as escavações no sentido de investigar essa conjectura. Em todo o caso, a probabilidade de existência de alpendre original não deve ser descartada, já que este é um elemento recorrente em igrejas com a mesma solução de janelas baixas de cantaria, sobretudo, em capelas rurais do século XVII, cuja função era a de abrigar peregrinos durante as festas religiosas (CEZAR, 2004: 30).

Outros exemplares de capelas alpendradas são identificados na zona rural do Piauí, principalmente na faixa litorânea. Acerca da sua função, Silva Filho (2007: 92), sugere que os mesmos seriam utilizados por serviçais e catecúmenos; ou seja, embora os templos fossem comuns a brancos, pretos, vaqueiros e escravos, haveria segregação de espaços para patrões e agregados. Qualquer que fosse o real propósito dos alpendres, é fato que a sua presença na capela de Nossa Senhora da Soledade da Mata Fresca, reforçaria ainda mais o ineditismo da solução construtiva, em se tratando do território cearense.



Figura 4. Fachada e volumetria da capela após a reforma. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.



Figura 5. Capela Nossa Senhora da Cabeça – Rio de Janeiro. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capela nossa senhora cabeça vista frontal.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capela_nossa_senhora_cabeça_vista_frontal.jpg); [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Capela nossa senhora cabeça vista diagonal.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Capela_nossa_senhora_cabeça_vista_diagonal.jpg).

6.2. A Pesquisa Arqueológica de Campo

A pesquisa arqueológica na Capela da Mata Fresca desenvolveu-se a partir de três objetivos principais: 1) realizar escavação arqueológica na área da capela com o intuito de evidenciar eventuais artefatos arqueológicos e estruturas arquitetônicas; 2) subsidiar as obras de restauro arquitetônico; 3) e compreender como se deu o seu processo de construção e as mudanças ocorridas no edifício ao longo do tempo. Assim, o restauro compatibilizado com pesquisa arqueológica incorporaria os elementos descobertos e originais dos monumentos, valorizando-os de acordo com o seu contexto histórico e importância social.

As metodologias da pesquisa prévias ao restauro dos monumentos são, em sua maioria, determinadas pelo tipo de bem que se deseja restaurar e pelas hipóteses de intervenção previamente elaboradas. Nesse sentido, devem ser consideradas as especificidades dos sítios no trato das estratégias metodológicas, as quais devem ser ainda flexíveis, pois, mesmo com um design de pesquisa bem definido em momento anterior à ida ao campo, os métodos e as decisões do trabalho de campo poderão ser repensados de acordo com as descobertas que venham à tona. O mesmo ocorre com o projeto de restauro arquitetônico, que pode sofrer adequações ao longo desses estudos.

No caso da pesquisa da Mata Fresca, a metodologia foi pensada para um contexto religioso católico em utilização desde o século XVIII, incorporando as possibilidades arquitetônicas para a descoberta de estruturas antigas como pisos, alicerces e soleiras. Além disso, trabalhou-se com a hipótese de evidência de esqueletos humanos, já que o sepultamento em igrejas e capelas foi uma prática bastante comum no Ceará até as intervenções da medicina sanitária em meados do século XIX. Como possibilidades arquitetônicas, trabalhou-se com a hipótese de que haveria um piso antigo e soleiras sob o atual pavimento da capela e outras alterações internas e externas que, ordenadas cronologicamente, revelariam outra configuração do edifício.

A Capela da Mata Fresca, atualmente, resume-se apenas à nave principal, com cerca de 10 metros de comprimento por 6 metros de largura. E, na sua área externa apresenta-se uma estrutura de pedra remanescente da antiga sacristia. Desta forma, para verificar as possibilidades arquitetônicas e arqueológicas, pensou-se em uma escavação de superfície ampla, distribuída entre os espaços internos e externos, objetivando-se reconhecimento de diferentes tipos de vestígios que sugerissem usos diferenciados desses espaços numa mesma sociedade (vd. **Figura 6.**).

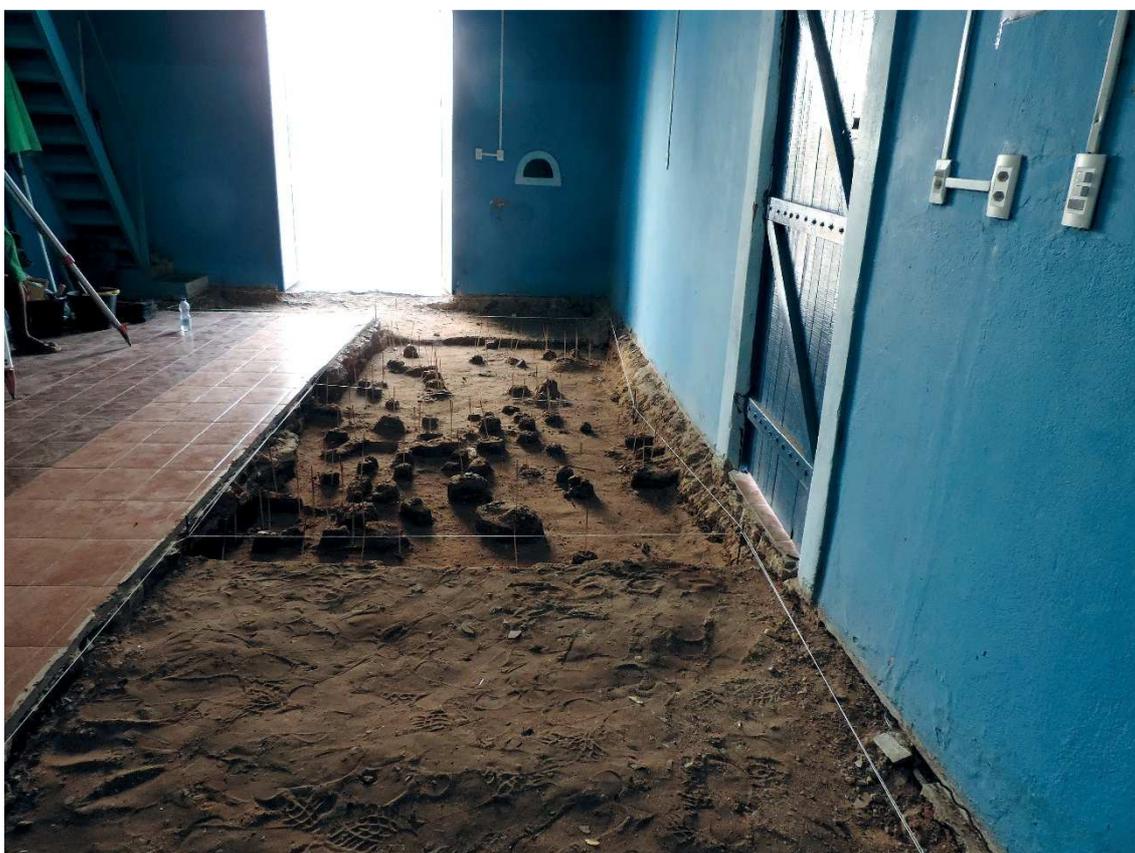


Figura 6. Vista da escavação arqueológica na parte interna. **Fonte:** Arquivo IPHAN-CE.

Como forma de controle de escavação, optou-se pela utilização de um sistema de quadriculas (HARRIS, 1991: 223) envolvendo o edifício como um todo e as suas adjacências, interceptando uma área de aproximadamente 100 m², na qual cada subunidade do quadriculado definia uma área de 4m², denominadas a partir de um eixo numérico e outro alfabético.

Além do sistema de quadrículas, trabalhou-se com a topografia como uma forma de registrar o desmonte do sítio. Inicialmente, realizou-se um levantamento topográfico para registrar a situação atual da capela antes de empreender as modificações de pesquisa. Nesse levantamento foi localizada a área escolhida para escavação com 37 quadrículas, sendo que 23 foram escavadas de acordo com finalidades específicas que envolviam a verificação do potencial do subsolo, conhecimento da estratigrafia e a confirmação de hipóteses prévias, relacionadas ao que seriam as áreas construídas da capela (vd. **Figura 7.**).



Figura 7. Vista da escavação arqueológica na parte externa. **Fonte:** Arquivo IPHAN-CE.

A sistemática de rebaixamento dos sedimentos deu-se por níveis arbitrários de 10 cm de espessura, utilizando material de escavação mais pesado nos locais onde houve a necessidade de remoção de pavimentos e estruturas recentes, ou para retirar entulho composto por material construtivo do século XX, o que ocorreu principalmente nas quadrículas do alinhamento N e O (área externa nos fundos da capela) e nas quadrículas da parte interna. Já o material mais leve, como colher de pedreiro e pincel, se restringiu às quadrículas da escavação interna à estrutura 1, remanescente da antiga sacristia, e da nave principal, onde havia suspeitas de existência de esqueletos humanos devido à grande quantidade de macrofragmentos de ossos verificados durante a remoção do piso e limpeza de superfície.

Ao final de cada nível, fichas de controle estratigráfico também foram preenchidas, descrevendo características básicas como o tipo de sedimento e os principais vestígios encontrados na escavação, sendo complementadas por desenhos (feitos por triangulação) nos níveis que apresentaram vestígios mais íntegros ou alguma estrutura.

6.2.1. Resultados das escavações

Do início ao fim da estratigrafia, identificaram-se muitos fragmentos de ossos ao longo das quadrículas distribuídas na sacristia e na nave principal da capela. Também apareceram vários pregos e cravos, e muitos dentes de leite e definitivos, a partir dos quais se percebeu, em campo, uma mistura de indivíduos adultos e subadultos. Os pregos maiores que foram encontrados entre os níveis I e V correspondem a dois tipos: pregos de madeiramento de telhado ou piso e pregos menores que provavelmente compunham os esquifes dos enterramentos.

Outros vestígios apareceram em pouca quantidade, como dois fragmentos cerâmicos e de louças, um botão e uma moeda do II Império, além de alguns artefatos líticos identificados nas camadas mais profundas, os quais indicariam um momento anterior à existência da capela. No que diz respeito às estruturas, evidenciaram-se, ao final do nível I, da quadrícula I4, um batente que correspondia à base da pia de batismo, e, no mesmo nível da quadrícula H4, uma soleira de pedra que formava o batente na entrada principal da capela.

Nos níveis IV e VII, nas quadrículas J4, K2, K3 e L3, foram identificados três indivíduos (dois deles no nível IV e um no nível VII). Tal constatação baseou-se no aparecimento de partes de três crânios que permitiram definir três indivíduos. O crânio do indivíduo 3, identificado no nível IV da quadrícula J4, na parte interna da capela, foi encontrado sem o esqueleto pós-cranial e junto com vários fragmentos de ossos que não permitiram o reconhecimento visual preliminar das suas unidades ósseas. Já o crânio do indivíduo 1, começou a ser evidenciado ainda no nível III da quadrícula K2, sendo totalmente evidenciado ao final do nível IV. O mesmo estava associado ao seu esqueleto pós-cranial, apresentando, inclusive, alguns ossos em conexão anatômica. Devido às dimensões dos ossos e à presença de dentes de leite próximos à mandíbula, foi possível diagnosticá-lo como um indivíduo subadulto (vd. Figuras 8. e 9.).



Figura 8. Vista do esqueleto 1. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

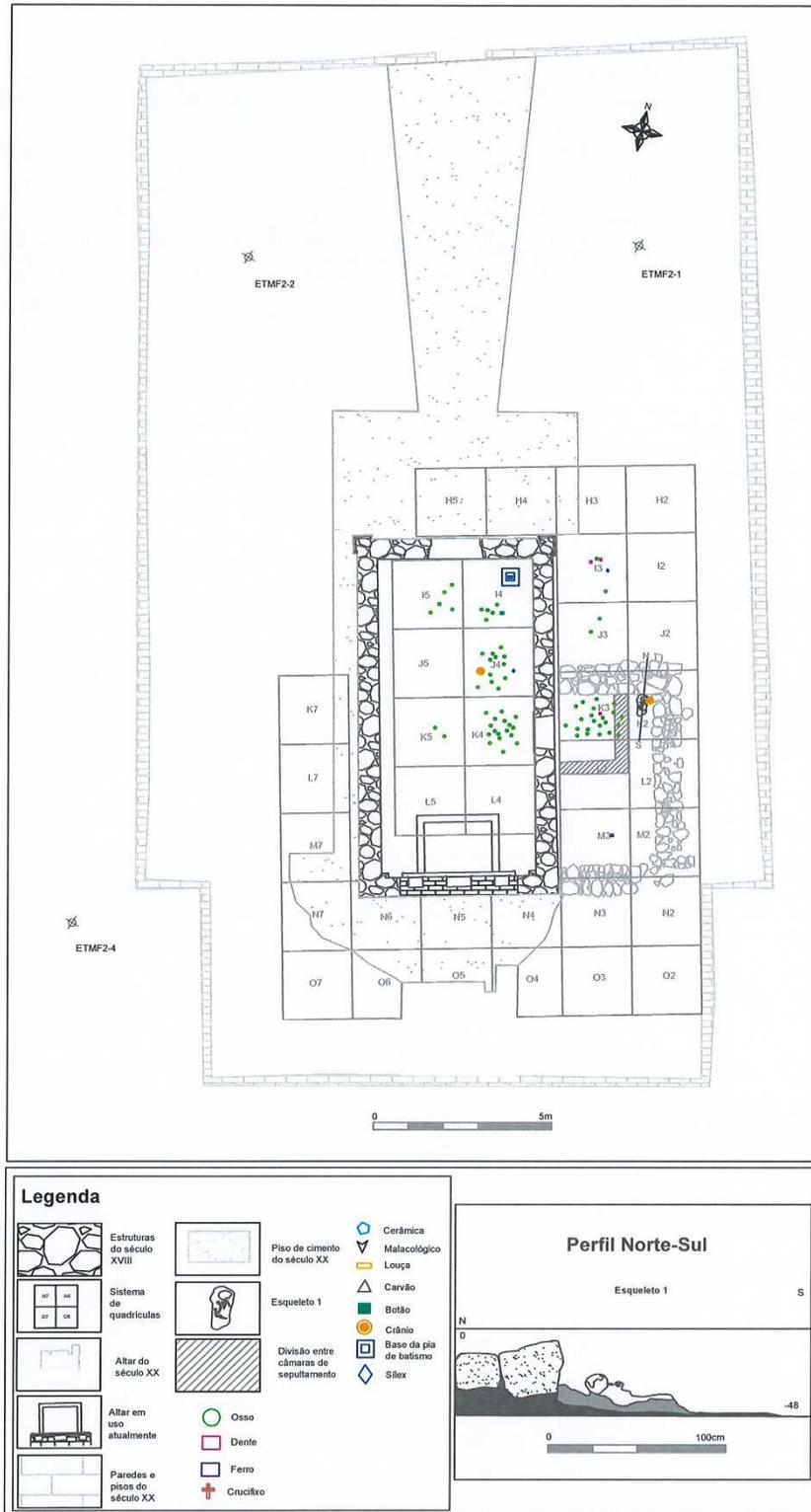


Figura 9. Planta do nível IV com localização dos esqueletos 1 e 3. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

Durante a sua evidenciação, alguns ossos fragmentaram-se por causa do péssimo estado de conservação, o que exigiu que alguns deles fossem retirados envoltos a grandes blocos de sedimento areno-argiloso para mantê-los íntegros. O indivíduo 1 foi depositado sobre o dorso e orientado no sentido norte-sul. Os ossos das mãos encontravam-se sobre o esterno e sua cabeça

estava levemente inclinada para o seu lado esquerdo. Processos tafonômicos, provavelmente, foram os responsáveis pelo deslocamento da mandíbula da sua articulação, já que a mesma encontrava-se sobre as clavículas, assim como por alterações da sua posição original de deposição como a inclinação da cabeça e da bacia, cujas laterais esquerdas encontravam-se mais altas que as laterais direitas; além de uma relativa abertura das pernas que, apesar da ausência de alguns ossos dos membros inferiores, como os ossos dos pés, fez-se perceptível na altura do fêmur esquerdo.

A localização do indivíduo 1, na quadrícula K2, foi um tanto surpreendente, dado o fato da mesma estar na área da antiga sacristia da capela, o que implicou o surgimento de algumas questões relativas ao enterramento nas sacristias, se seria uma prática funerária comum à época. Conforme se sabe, os enterramentos em capelas e igrejas foram praticados no Ceará até 1860, quando então, a província do Siará, influenciada pelas questões da medicina sanitária, por meio da Resolução nº 964 de 18 de setembro de 1860, proibiu a prática (SILVA, 2013: 50) e determinou a construção dos cemitérios públicos em áreas arejadas e distantes dos aglomerados urbanos. Entretanto, até a proibição, os enterramentos nas igrejas predominavam como comportamento funerário da sociedade católica, inclusive fazendo parte do plano de salvação.

Acredita-se que a localização das sepulturas no interior das igrejas representava um traço muito importante do plano de salvação de cada indivíduo e de suas famílias, uma vez que a proximidade entre as sepulturas e o altar significava uma maior proximidade entre a alma do morto e a divindade através do santo da sua devoção (RASCHE, 2014: 129). Essa preocupação com a salvação teria impulsionado a divisão do espaço dos enterramentos de acordo com as classes sociais. Se isso ocorreu na capela da Mata Fresca, a localização do indivíduo 1 na sacristia poderia implicar a sua classe social?

Inicialmente, achou-se que o enterramento do indivíduo 1 na sacristia representasse um caso isolado, entretanto, durante a escavação do nível VI na quadrícula K3, ao lado da quadrícula K2, uma calvária de um indivíduo adulto foi evidenciada. Ao final do nível VII, revelou-se o crânio por completo do indivíduo 2 e parte de um fêmur que se prolongava até a quadrícula L3. Durante o rebaixamento do nível VII na quadrícula L3, outros ossos longos e fragmentados foram evidenciados, sendo considerados como unidades do esqueleto do indivíduo 2, em face à semelhança de tonalidade do sedimento em seu entorno.

Ao que tudo indica, esse indivíduo foi depositado sobre o dorso, no sentido norte-sul. Nenhum dos ossos que fariam a conexão entre a cabeça e as pernas foi encontrado, embora existissem fragmentos de difícil reconhecimento distribuídos ao longo dessa área.

Ainda na escavação do nível III, entre as quadrículas K2 e K3, percebeu-se uma diferença de tonalidade e de consistência do solo, formando uma faixa de sedimento argiloso com largura de aproximadamente 30 cm, dividindo duas áreas, ambas com sedimento mais friável, nas quais se encontrava uma grande quantidade de fragmentos ósseos. Ao final da escavação do nível IV e após a evidenciação do indivíduo 1 na quadrícula K2, chegou-se à conclusão que essa faixa de sedimento argiloso correspondia a uma divisória entre câmaras de sepultamento, apesar da mesma não ter sido identificada nas outras quadrículas da sacristia, como a M2 e M3, devido à mistura de sedimentos causada por fatores antrópicos. Tal hipótese ganhou mais força após a total evidenciação da câmara, na qual se encontrava o indivíduo 2, no nível VII, disposto entre as quadrículas K3 e L3 (vd. **Figuras 10.** e **11**). Deve-se mencionar que essa câmara de sepultamento se encontrava na sacristia da capela, o que revela que a prática do enterramento na sacristia não foi um caso esporádico. Esse novo dado indica que o enterramento na sacristia ocorreu de forma sistemática e duradoura na Capela da Mata Fresca, já que os indivíduos

enterrados parecem revelar uma lógica de planejamento do espaço tanto horizontal quanto verticalmente.

A grande quantidade de pequenos fragmentos de ossos identificados desde o nível I até o nível VII levou à formulação de duas hipóteses, às quais deveriam ser verificadas ao longo da escavação. A primeira hipótese argumentava a possibilidade de os enterramentos terem sido fragmentados e descontextualizados devido às reformas ocorridas na capela, a de 1885, a de 1941 e a de 1960. Já a segunda hipótese afirmava que a fragmentação dos ossos resultaria da constante movimentação de terras no interior da capela, desde 1730, até pelo menos, 1860, devido à escavação de sepulturas nos mesmos espaços, somados a fatores naturais, como o PH dos solos e o intemperismo químico nas constantes inundações do Córrego da Mata.

Ao longo da escavação foram-se reunindo elementos para verificação de ambas as hipóteses, como a mistura dos estratos em alguns pontos, desde 90 cm até a superfície, e a presença de alguns ossos incompletos que testemunham a existência de degradação diferencial, sendo essa, mais intensa em algumas partes dos esqueletos e em outras não. Tais evidências mostraram-se mais convergentes com a segunda hipótese, embora não se descarte a possibilidade das sucessivas reformas terem contribuído para a fragmentação dos ossos nos estratos mais rasos, já que não se percebeu nenhuma evidência de rebaixamento do piso.



Figura 10. Esqueleto 2. **Fonte:** Arquivo IPHAN-CE.

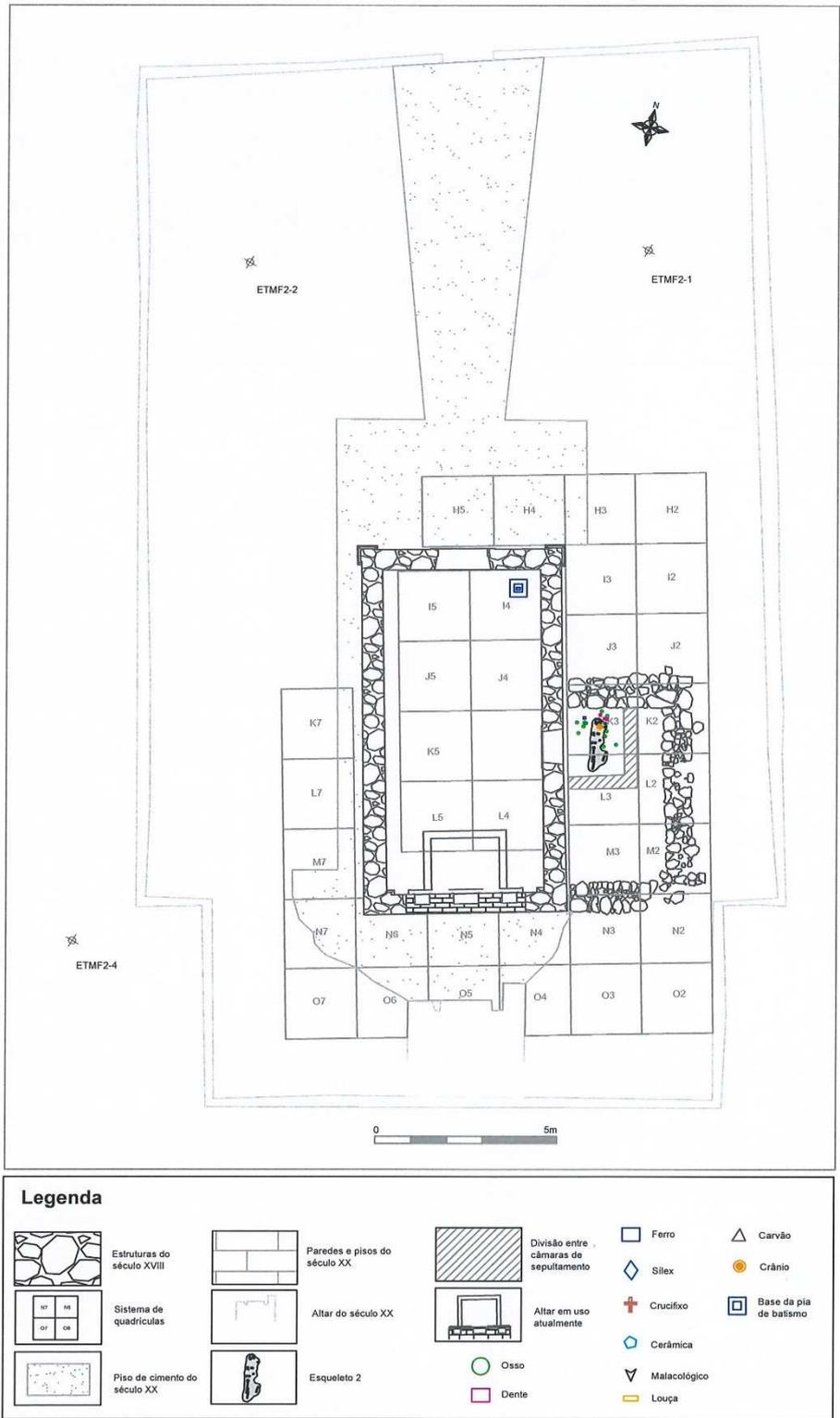


Figura 11. Planta do nível VII com localização do esqueleto 2. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

A estratigrafia arqueológica da Capela da Mata Fresca é bastante simples, apresentando apenas 2 camadas, uma delas composta por cascalho com muitos fragmentos malacológicos utilizados

na fabricação de cal e dos *beachrocks* trazidos da praia para a construção da capela no século XVIII. O cascalho foi utilizado para calçar a estrutura de pedra que sustentava as paredes.

A Camada 1 apresentou sedimento areno-argiloso de granulometria fina à média e coloração bege clara à marrom. Acredita-se que a constante movimentação de terras entre 1731 e 1860, para os enterramentos humanos, tenha alterado os estratos naturais do sítio, misturando sedimentos de camadas distintas, assim como restos de ossos e outros vestígios dos indivíduos já sepultados, resultando na total mistura de materiais e temporalidades.

Ressalta-se que a capela da Mata Fresca sofreu pelo menos três reformas conforme se observa na sua fachada e nos relatos orais: uma ocorrida em 1885, outra em 1941 e outra após a década de 1960. Acredita-se que em 1731 a capela já estaria edificada com capela-mor – ou nave - e a sacristia na sua lateral esquerda. Assim permanecera até a reforma da década de 1940, quando houve a supressão da sacristia e a ampliação do transepto. Contudo, a beira-seveira e os silhares em cantaria das janelas frontais teriam sido suprimidos na reforma de 1885, ocasião em que também foi incorporada a platibanda. Entre 1947 e 1960, o altar primitivo teria sido deslocado, formando um presbitério mais ao sul, através da abertura de um arco na parede original em pedra. Com a construção das naves nas laterais – o transepto - teria ocorrido, ainda, a mudança da geometria do telhado, com o seu rebaixamento e a abertura do ângulo do emadeiramento. Estes elementos identificados durante a pesquisa permitiram elaborar um esquema cronológico do prédio, através de quatro momentos que vão desde 1731 a 2013 (vd. Figuras 12., 13., 14., 15., 16.).



Figura 12. Vista geral da capela da Mata Fresca pós restauro e pesquisa arqueológica. **Fonte:** Arquivo IPHAN-CE.

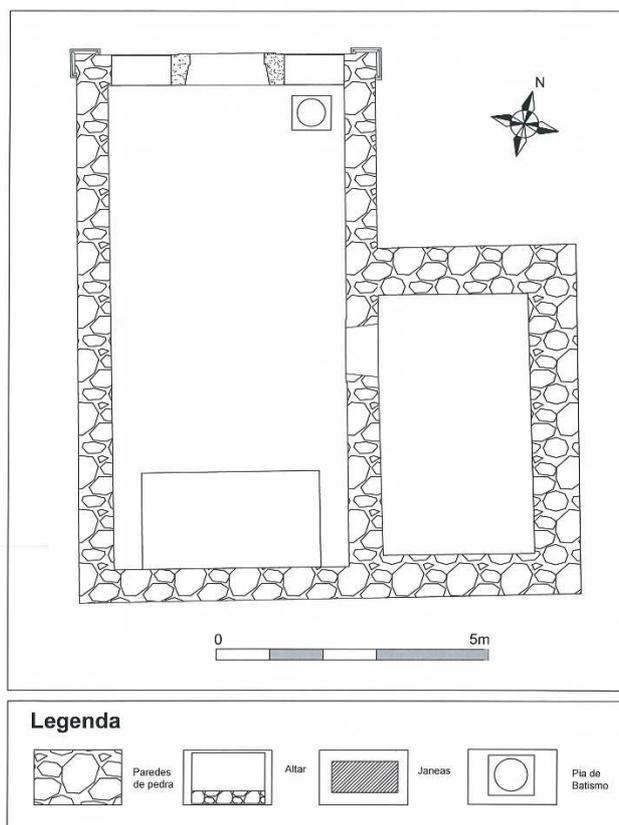


Figura 13. Esquema cronológico da capela da Mata Fresca: estrutura em 1731. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

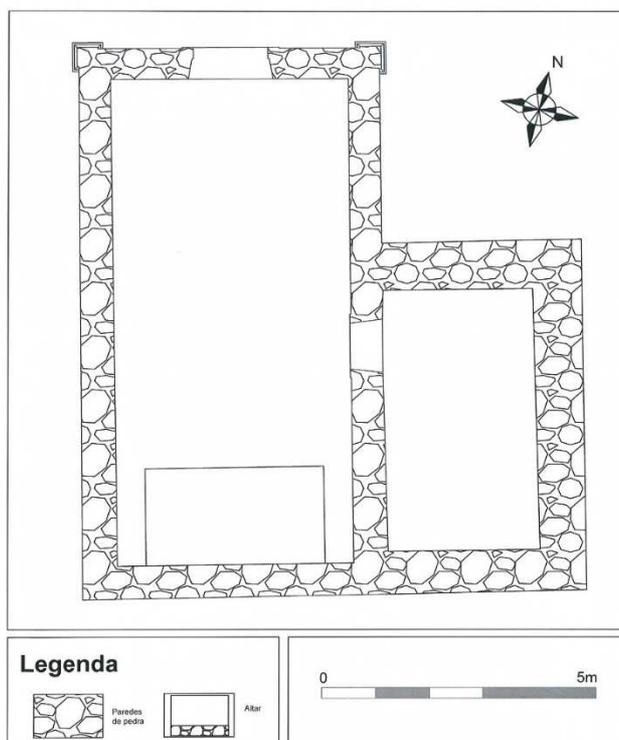


Figura 14. Esquema cronológico da capela da Mata Fresca: estrutura em 1880. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

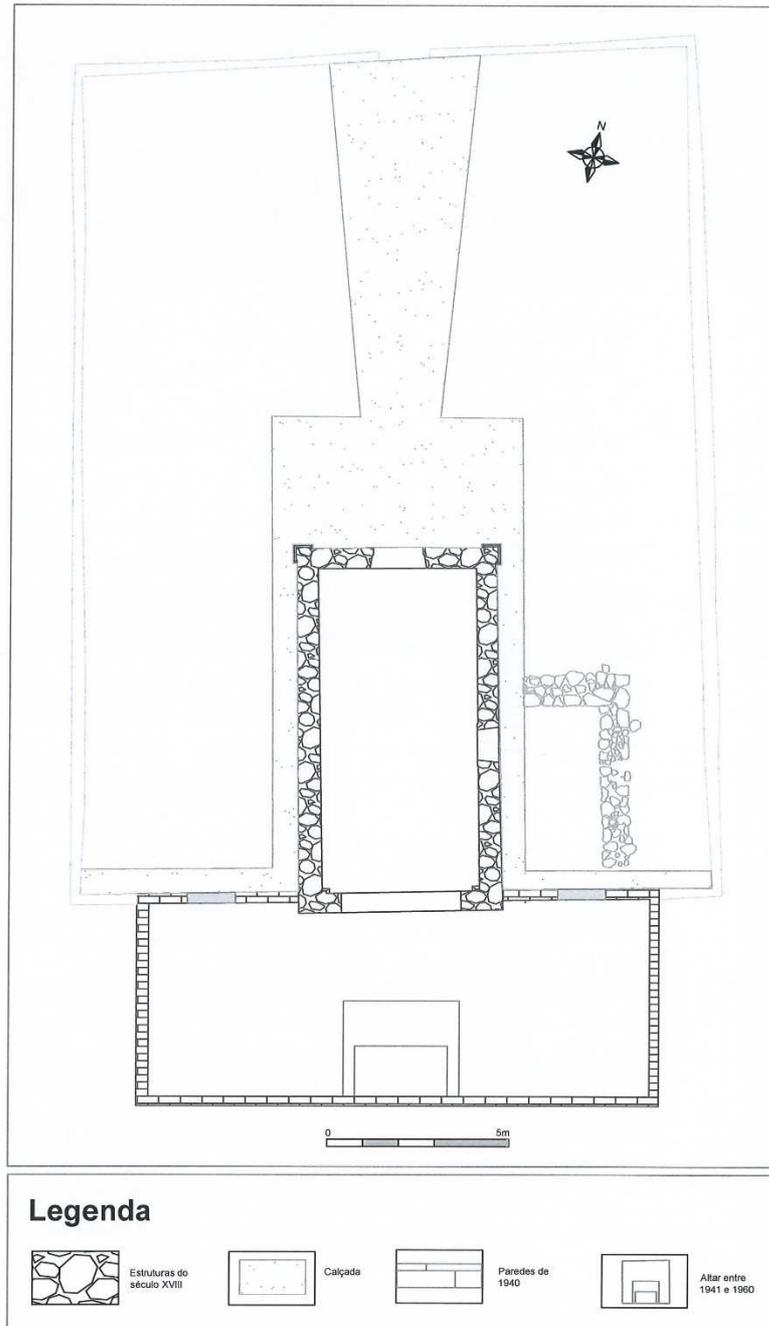


Figura 15. Esquema cronológico da capela da Mata Fresca: estrutura em 1940. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

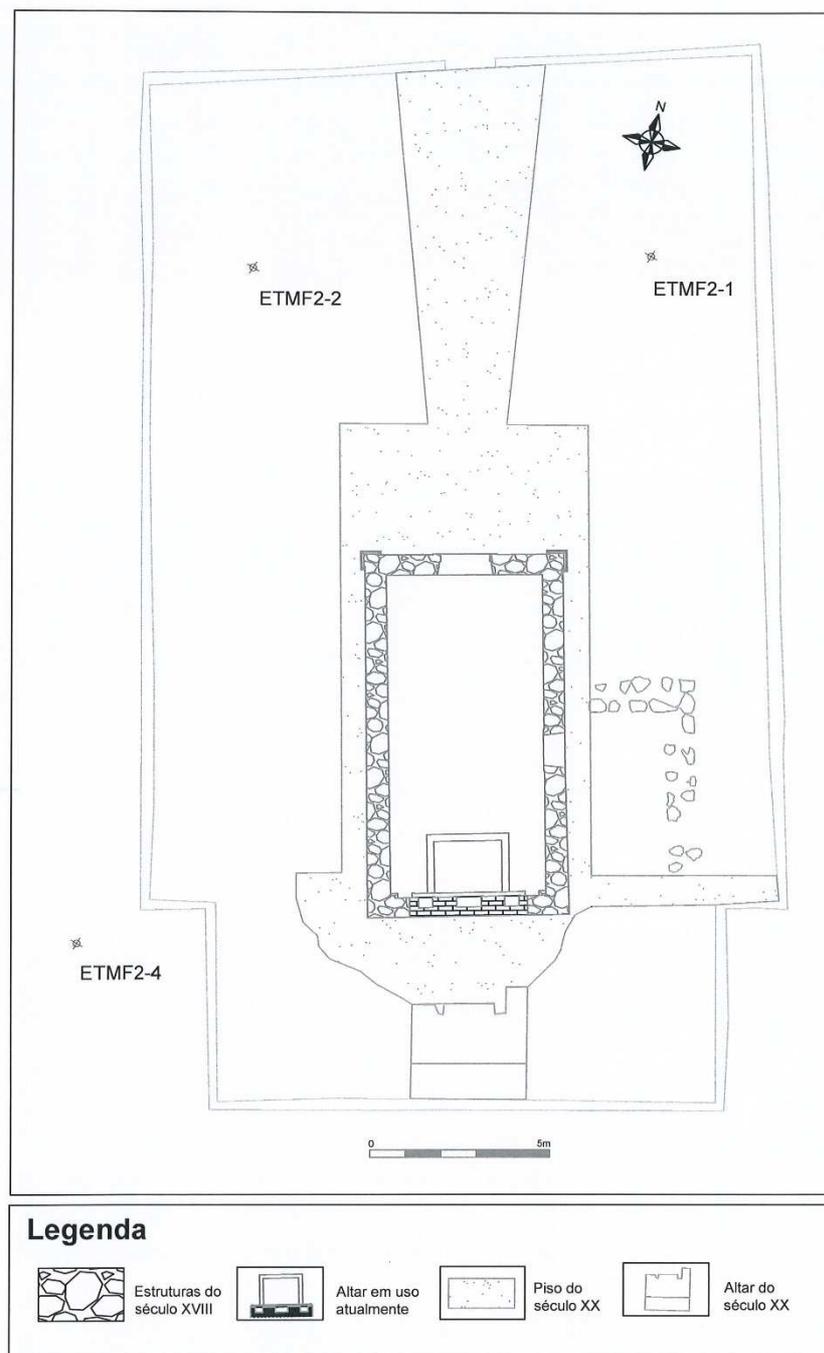


Figura 16. Esquema cronológico da capela da Mata Fresca: estrutura em 2013. Fonte: Arquivo IPHAN-CE.

6.2.2. Análise Paleoantropológica Preliminar

O material osteológico identificado durante a pesquisa na Capela da Mata Fresca corresponde a cerca de 90% dos vestígios coletados no sítio, representando um total de 4.264 fragmentos de ossos e dentes. Essa amostra osteológica foi analisada preliminarmente pela técnica Rebeca Andrade (2014), conforme solicitação da Superintendência do IPHAN no Ceará, tendo como objetivo, identificar, quantificar, tipificar, caracterizar indivíduos e reconhecer os processos tafonômicos e antrópicos, aos quais os indivíduos foram submetidos antes, durante e após a sua

morte. Contudo, o péssimo estado de conservação da amostra não permitiu que o objetivo fosse alcançado na sua totalidade.

O nível de degradação da amostra abarca cerca de 80% da mesma, limitando, em muitos casos, o sucesso na obtenção de informações básicas, como a identificação das unidades ósseas, a qual só ocorreu em 30% dos fragmentos, a partir dos quais se extraíram dados osteológicos.

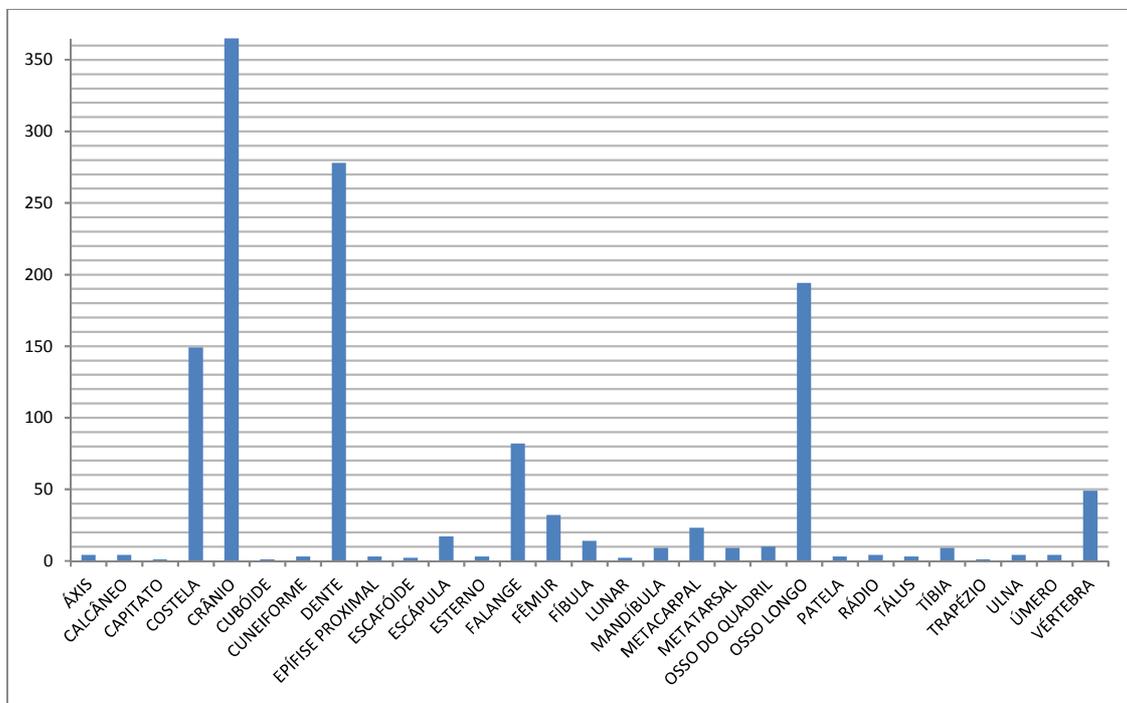


Gráfico 1. Identificação das unidades ósseas da amostra osteológica analisada. Adaptado de: Andrade, 2014.

No início das análises procedeu-se à identificação dos ossos mais íntegros quanto à sua origem, de modo a se certificar se a amostra era composta totalmente por ossos humanos ou se poderia, por acaso, reunir algum osso não humano, o que se fazia pouco provável. Para tanto, utilizaram-se os manuais clássicos de anatomia óssea comparada e consideraram-se os critérios de maturidade óssea, morfologias e tipos de ossos (DUPRAS et. al., 2006; ANDRADE, 2014: 56) e, conforme esperado, essa análise não resultou na identificação de nenhum osso não humano compondo a amostra osteológica estudada.

Após a identificação da origem óssea da amostra, procedeu-se à quantificação dos indivíduos através do cálculo mínimo de indivíduos (NMI). Nessa fase da análise, considerou-se como um elemento identificador dos indivíduos, a presença dos ossos ímpares, como crânios, mandíbulas, axis, atlas, sacros (BROTHWELL, 1981; ANDRADE, 2014: 57); a contagem das unidades ósseas dividida pela frequência anatômica (MAYS, 2002) e os seus respectivos segmentos (ADAMS, BIRD, 2008; ANDRADE, 2014: 57). Durante a escavação do sítio, foi possível identificar um número mínimo de 3 indivíduos com base na presença de crânios; após análise em laboratório, identificaram-se mais cinco indivíduos (excetuando-se os indivíduos 1, 2 e 3 já conhecidos na escavação) no conjunto ósseo, totalizando um mínimo de 8 indivíduos.

Algumas unidades ósseas, provavelmente correspondem aos mesmos indivíduos, como, por exemplo, o parietal e o occipital encontrado na quadrícula J4, na parte interna da capela, que se conectam anatomicamente, sendo ambos associados ao indivíduo 3, assim como o crânio e a mandíbula do indivíduo 1, subadulto, encontrado na quadrícula L2 na sacristia.

Unidade óssea	Lateralidade		Total	NMI
	Direita	Esquerda		
Crânio	3	2	5	3
Escápula	3	3	6	3
Fêmur	8	4	12	8
Fíbula		1	1	1
Mandíbula	2	2	4	2
Osso do Quadril		1	1	1
Patela		1	1	1
Rádio		1	1	1
Tálus	1	1	2	1
Ulna	1	2	3	2
Úmero		1	1	1

Tabela 2. Relação das unidades ósseas por lateralidade e quantificação de indivíduos. **Adaptado de:** Andrade, 2014.

Para a diagnose sexual, só foi possível analisar o crânio do indivíduo 3 da quadrícula J4, setor nave, com base no seguinte critério: os indivíduos masculinos apresentam marcas de inserções musculares mais proeminentes devido à musculatura da nuca, concentradas, principalmente, no occipital (UBELAKER, 1984; ANDRADE, 2014: 65). Essas características foram observadas no neurocrânio do indivíduo 3, que apresenta uma crista nugal muito proeminente e uma conexão occipital/parietal compondo uma abobada bem robusta. Com base nessas características sugere-se que o indivíduo 3 é do sexo masculino (ANDRADE, 2014: 65). Quanto à idade dos indivíduos à época de sua morte, só foi possível identificar as unidades ósseas quanto à fase da vida subadulta com base no grau de ossificação óssea (ANDRADE, 2014: 49), correspondendo à maior parte da amostra.

7. Considerações Finais

A pesquisa na capela da Mata Fresca foi de extrema importância para revelar as alterações arquitetônicas nas camadas arqueológicas que serviram de subsídios às ações de restauração. Além disso, permitiu identificar um aspecto cultural importante no tocante à arqueologia da morte em períodos históricos: o enterramento nas sacristias, impulsionado, talvez, pelo pouco espaço que havia na nave principal da capela. Além disso, foi possível revelar aspectos históricos sobre a sua construção e o seu funcionamento, contrastando com hipóteses já bastante difundidas na literatura histórica, como, por exemplo, a hipótese que afirma que Souza Machado

teria sido o responsável pela construção da Capela da Mata Fresca, quando, na verdade, a mesma já se encontrava ereta antes da sua chegada àquela zona.

A escavação arqueológica resultou, ainda, na identificação de três indivíduos, sendo dois deles, localizados na sacristia e um na nave da capela, além de muitos fragmentos de ossos e dentes, cujas análises osteológicas preliminares revelaram mais cinco indivíduos.

Por fim, ressalta-se a importância da abordagem interdisciplinar que permitiu, através dos conhecimentos próprios da arqueologia, história e arquitetura, recompor parte da história da Capela da Mata Fresca e dos grupos que a utilizaram desde os tempos antigos.

NOTAS

(1) Os Termos de Ajustamento de Conduta são instrumentos aplicados pelo Iphan a entes particulares ou públicos em casos de constatação de danos ao patrimônio cultural, provocados pela implantação de empreendimentos. Os termos visam trazer compensação à sociedade, especificamente no âmbito da cultura, e, portanto, suas medidas incluem a pesquisa, a promoção e/ou a recuperação de bens de valor patrimonial.

(2) **Transcrição:** *“Aos oito dias de mes de Agosto de mil sete centos e trinta e hû: em a Capela de Nossa Senhora da Solidade da Mata Fresca da Freguezia da Russas [grifo nosso], de liscensa minha o cura abaixo assignado, batizou o Padre Antônio Martins Pimentel a Joana filha legítima de Amaro Rodrigues Barros, e de Tereza de JESUS, forão padrinhos Domingas Fernandes e o Capitão-mor Gonçalo de Castro, de que fiz este assento” (Livro nº 1 de Batizados da Freguezia de Nossa Senhora do Rosário das Russas - Cúria Diocesana de Limoeiro do Norte)*

(3) **Transcrição:** *“As novas obras da igreja de Mata-Fresca, justificando-se compulsoriamente o seu aumento, tiveram início no dia dez de novembro de 1947 com a demolição da chamada “sacristia”, compartimento edificado à esquerda da dite igreja e feito totalmente de pedras, que, quebradas, foram postas nos alicerces da nova construção em forma de cruz, para oferecer aos fiéis católicos recintos arejados, ao assistirem aos atos religiosos. No dia 11 de novembro, eu, abaixo assinado, o pedreiro mestre Raimundo Mariano, o pedreiro Júlio Rodrigues Rebouças e do ajudante servente Antônio de Freitas, aos primeiros minutos da manhã, rumámos demandos de Mata-Fresca, onde, sem mais demoras metemos lombos à obra, esquadrinhando-se o terreno para a elevação das novas paredes, cavação das fundações e prosseguindo-se na demolição das paredes da velha sacristia. E assim ficaram inaugurados os serviços, regressando eu no dia 12 de Novembro pela manhã depois de uma visita às caieiras e recomendações atinentes às obras” (Padre Marcondes, Livro de Tombo da Paróquia de Areias).*

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. C. D. - **Capítulos de história colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ADAMS, B. J.; BYRD, J. E. - **Recovery, analysis, and identification of commingled human remains**. USA: Humana Press, 2008.

AIRAI, M. A. - Grande elevação eustática do mioceno e sua influência na origem do Grupo Barreiras. **Geologia USP - Série Científica**. Vol. 6, nº. 2, 2006, p. 1-6.



ALVIM, S. P. D. F. - **Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro**: revestimentos, retábulos e talha. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

ANDRADE, R. - Análise dos ossos da Capela da Mata Fresca. In IPHAN-CE **Escavação e restauro arquitetônico na Capela da Mata Fresca, Aracati, CE**. Fortaleza: Processo administrativo IPHAN-CE nº 01496.000928/2014-36, 2014, p. 450.

BORGES, F. A. - Limites entre o Ceará e Rio Grande do Norte: razões finais - Egregio Tribunal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará**, 1904, p. 139-186.

BRANDÃO, M. N. - **Memória justificativa do parecer do juiz árbitro na questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte**, [S.l.], 1902.

BRASIL - **Mapa Geológico do Estado do Ceará**. Fortaleza, 2003.

BRASIL - Levantamento exploratório de reconhecimento de solos do Ceará. **Boletim Técnico nº 28 - Série Pedologia**, 1973.

BROTHWELL, D. R. - **Digging Up Bones**. New York: Cornell University Press, 1981.

CEARÁ - **Mapa Municipal de Aracati**. Fortaleza, 1997.

CEZAR, P. B. - **Capela Nossa Senhora da Cabeça**: Pequena joia do patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SETUR/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2004.

DUPRAS, T. L. et al. - **Forensic Recovery of Human Remains**: archaeological approaches. USA: CRC Press, 2006.

DUQUE, J. G. - **Solo e água no Polígono das Secas**. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1949, p. 273.

SILVA FILHO, O. P. D. - **Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2007.

FONSECA, J. A. D. - Verbete: Antônio de Souza Machado. In GUEDES, J.; ROSAS, T. **Personalidades Históricas do Rio Grande do Norte (Séc. XVII a XIX)**. Natal: Fundação José Augusto - Centro de Estudos e Pesquisa Juvenal Lamartine-CEPEJUL, 1999, p. 79.

FREITAS FILHO, M. D. - **A aldeia do areal**: história e memória de Ibicuitaba, Icapuí, Ceará. Fortaleza: Editora BNB, 2003.

FREITAS FILHO, M. D. - Relatório etnohistórico: o Vale da Mata Fresca. In IPHAN-CE **Escavação e restauro arquitetônico da Capela da Mata Fresca, Aracati, CE**. Fortaleza: Processo administrativo IPHAN-CE nº 01496.000928/2014-36, 2014, p. 450.

HARRIS, E. C. - **Princípios de estratigrafia arqueológica**. Barcelona: Editora Crítica, 2ª edição, 1991, 226 p.

ICOMOS - **Carta de Veneza** - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: ICOMOS/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1964, p. 1-4.

ICOMOS - **Carta de Lausanne** - Assembléia geral de Lausanne para a proteção e gestão do patrimônio arqueológico. Lausanne: ICOMOS/Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, 1990, p. 1-7.

IPHAN - **Escavação e restauro arquitetônico da Capela da Mata Fresca, Aracati, CE.** Fortaleza: Processo administrativo IPHAN-CE nº 01496.000928/2014-36, 2014, p. 450.

JUCÁ NETO, C. R. - **Primórdios da urbanização no Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LUNA, D. - **Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antônio e Olho d'Água do Pau (Mauriti, Ceará).** Recife: Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Pernambuco, 2010. 115 p.

MAYS, S. - **The Archaeology of Human Bones.** New York: Routledge, 2002.

NAJJAR, R. - **Construtores de igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro.** São Paulo: Tese de doutorado - Universidade de São Paulo/USP, 2005.

NOGUEIRA, F. N. A.; RIGOTTO, R. M.; TEIXEIRA, A. C. D. A. - O agronegócio do camarão: processo de trabalho e riscos à saúde dos trabalhadores no município de Aracati/Ceará. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**, 34, 2009, p. 40-50.

NUNES, F. C.; SILVA, E. F. D. - Grupo Barreiras: características, gênese e evidências de neotectonismo. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento EMBRAPA**, 2011, p. 31.

OLIVEIRA, A. L. D. - **Praia de Ponta Grossa: vestígios arqueológicos da ocupação humana.** Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

OLIVEIRA, J. B. P. D. - Um capítulo da história do Ceará: a conquista dos indígenas. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, 1890, p. 118-154.

PENHA, H. M. - Processos endógenos na formação do relevo. In GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. D. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 51-81.

POMPEU SOBRINHO, T. - Introdução, notas e comentários à Relação do Maranhão. In: OFICIAL, D. D. I. **Três documentos do Ceará Colonial.** Fortaleza: Instituto do Ceará, 1967.

RASCKE, K. L. - Um Funeral "Digno": Celebrações da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888-1925). **Afro-Ásia** 50, 2014, p. 129-169.

SANTOS, N. F. - Arqueologia Histórica e Arquitetura: o patrimônio das cidades. In FUNARI, P. P. A.; CERQUEIRA, F. V.; NOBRE, C. K. - **Arqueologia Histórica, Memória e Patrimônio em Perspectivas Multidisciplinar: Contribuições da Arqueologia, História, Literatura, Arquitetura e Urbanismo.** Pelotas: UFPEL, 2009, p. 213-226.

SILVA, J. S. S. E. - **Novas territorialidades para o turismo em Fortaleza (CE): as potencialidades do cemitério São João batista visto como um espaço sagrado.** Rio Claro: Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista/UNESP, 2013.

SOUZA, J. M. - Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do Estado do Ceará. In LIMA, L. C. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000, p. 6-98.

STUDART FILHO, C. - As Tribus indígenas do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, XL, 1926, p. 39-54.

STUDART FILHO, C. - Os aborígenes do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, LXXVI, 1962, p. 05-75.

SUGUIO, K.; NOGUEIRA, A. C. R. - Revisão crítica dos conhecimentos geológicos sobre a Formação (ou grupo?) Barreiras do Neógeno e o seu possível significado como testemunho de alguns eventos geológicos mundiais. **Geociências**, 18, 1999, p. 461-479.

THEBERGE, P. - **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de cultura, desporto e promoção social, 1973.

UBELAKER, D. H. - **Human Skeletal Remains: excavation, analysis, interpretation**. Washington: Taraxacum, 1984.

VIANA, V. et al. - **Prospecção e Resgate Esgotamento Sanitário no município de Aracati**. Fortaleza, 2008, p. 177-202.

DOCUMENTO ELETRÓNICO

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Em linha]. 2013. [Consult. 20 Set. 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://ibge.gov.br>>.

ARQUEOLOGIA NA VILLA AYMORÉ: CACOS, FRASCOS E GARRAFAS DE VIDRO

Jackeline de Macedo

Arqueóloga, Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro no PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil

jackelinedemacedo@gmail.com

Railson Cotias da Silva

Historiador, Mestre em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil

railsoncs@gmail.com

Elizabeth di Palma

Arqueóloga do Instituto de Arqueologia Histórica do Médio Paraíba, Rio de Janeiro, Brasil

elizabethfdipalma@gmail.com



Arqueologia na Villa Aymoré: Cacos, Frascos e Garrafas de Vidro

Jackeline de Macedo

Railson Cotias da Silva

Elizabeth di Palma

Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 21 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

Nos quase quatro anos em que foi realizado o Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés, na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, recuperou-se um espólio com aproximadamente 36 mil fragmentos de peças arqueológicas de diversos tipos de materiais. Dentre o espólio recuperado, optou-se por selecionar os materiais vítreos, com mais de 7.000 artefatos que foram relacionados às práticas de higiene, de cuidados com o corpo e de saúde. Através da análise preliminar deste material vítreo, obtivemos informações relativas aos tipos de medicamentos que foram utilizados, as bebidas e aos perfumes que foram consumidos por aqueles que ali viveram entre os séculos XIX e o início do XX. As escavações e a análise dos vestígios exumados, permitiu a recuperação de parte da memória de nossa cidade que se encontrava esquecida naquele Sítio.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, Patrimônio Arqueológico, Pesquisa Arqueológica.

ABSTRACT

In the almost four years in which the Archaeological Diagnostic Project of Alameda dos Aymorés, in the city of Rio de Janeiro / RJ - Brazil, was carried out, a collection was recovered with approximately 36 thousand fragments of archaeological pieces of different types of materials. Among the recovered material, it was chosen to select the vitreous materials, with more than 7,000 artifacts that were related to the practices of hygiene, body care and health. Through this preliminary analysis of this vitreous material, we obtained information on the types of drugs that were used, the drinks and the perfumes that were consumed by those who lived there between the nineteenth and early twentieth centuries. The excavations and the analysis of the exhumed vestiges allowed the recovery of part of the memory of our city that was forgotten in that Site.

Key-words: Historical Archaeology, Archaeological Heritage, Archaeological Research.



1. Introdução

A origem da palavra *arqueologia*, que em grego significa “estudo das coisas antigas”, pode na maioria dos casos, levar a uma limitação do objeto de estudo da disciplina para o estudo dos restos materiais da atividade humana do passado. Entretanto, percebemos uma mudança na definição do que é arqueológico ou não, e vemos assim, a arqueologia voltada para o estudo da cultura material de qualquer época, seja esta passada ou presente. Desta forma, podemos dizer que a disciplina estuda a totalidade material “apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (FUNARI, 2003: 13).

Partindo desta definição, podemos dizer que a produção material de uma sociedade serve de base para a compreensão de sua história e de suas transformações, ou seja, tudo que é produzido pelo invento humano, nos fornece subsídios para identifica-la e compreendê-la. Para a arqueologia, os artefatos são de extrema importância, pois é a partir destes, que são encontrados na maioria dos casos na forma de fragmentos diversos, que a disciplina busca compreender e recuperar a memória humana.

Ao intervir em um sítio arqueológico, o pesquisador pode recuperar desde pequenos vestígios móveis que revelem a presença humana naquele local e leva-los a laboratório para dar continuidade as suas pesquisas, bem como, podem ser expostas evidências de estruturas que não podem ser retiradas do sítio. Dentre as estruturas que sobreviveram de um passado distante ou recente até os nossos dias, algumas delas devido ao seu tamanho, podem ser consideradas como parte da paisagem cultural (ORSER, 1982: 34).

Assim, analisando o meio ambiente no qual os indivíduos vivem ou viveram, os arqueólogos estudam o conjunto de recursos apropriáveis que são utilizados de modo diverso e, que estão ligados à apropriação da natureza pelo homem. A partir do estudo da cultura material produzida ou apropriada, podemos compreender aspectos da vida cotidiana, dieta alimentar, religião, higiene, saúde, arte, entre outros.

Neste sentido, para compreender o modo de vida destes indivíduos, é necessário estar ciente de que cada fragmento de objeto, de estrutura, de construção, de paisagem, carrega em si inúmeras ações executadas por distintos agentes envolvidos na sua criação, na sua manufatura e na sua transformação. E desta forma, todo artefato, desde a sua concepção, possui uma história própria, uma memória que será alimentada e recarregada pelas ações posteriores que este irá sofrer, gerando assim, novas conexões entre as várias temporalidades até o seu descarte e posteriormente, a sua re-apropriação.

A partir destas afirmativas, compreendemos ser fundamental para o entendimento do nosso presente, preservar este patrimônio, bem como incentivar a realização de pesquisas com este objetivo (restaurativas, arqueológicas, etc.). Estas, não devem ser encaradas unicamente como uma exigência prevista em Lei, mas sim, como um processo transformador de construção do passado e de resgate da memória a partir do reconhecimento da importância da preservação do patrimônio e de como este entendimento proporciona uma sociedade melhor e igualitária.

No que se refere ao cotidiano da arqueologia, este está vinculado às pesquisas, sejam estas de cunho acadêmico ou não, e tem como objetivo identificar, descrever, analisar e construir o passado humano ao extrair informações acerca da materialidade recuperada nas escavações arqueológicas. Através da análise de dados, da interpretação e da consolidação de resultados, a arqueologia contribui para a compreensão da sociedade “reconstituindo através dos artefatos, vozes abafadas, práticas esquecidas, culturas reprimidas” (ORSER, 1992: 11).

Entendemos assim, que o principal objetivo da arqueologia é antes de tudo, a produção de conhecimento a partir da pesquisa, e que a socialização deste conhecimento se faz fundamental para permitir o reconhecimento da noção de pertencimento deste bem dentro da sociedade que o preserva. Ao socializa-lo, rompe-se com o distanciamento existente entre a sociedade e os bens patrimoniais, cujo afastamento ocorre na maioria das vezes, pelo não reconhecimento de que este patrimônio pertence a todos e não apenas a grupos específicos. Desta forma, ações educativas e de extroversão das informações obtidas através das pesquisas, devem ser incentivadas no sentido de construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios (CARVALHO, 2007).

Estes diálogos devem ser estabelecidos com o objetivo de viabilizar as conexões entre o cotidiano da população com a construção do processo histórico. No Brasil, o princípio da fruição coletiva do patrimônio cultural decorre do art. 215, caput, da Constituição Federal, a qual dispõe que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

Desta forma, poderemos definir o nosso patrimônio como o conjunto de bens identificados pelo homem que são testemunhos da sua cultura, a qual é construída a partir das relações entre eles e o meio no qual vivem, e de como estes constroem suas identidades (individual ou coletiva), sendo que estas (identidades) são perpetuadas através da memória. Assim, o patrimônio cultural passa a ser entendido como a representação da memória histórica e, o patrimônio arqueológico, por sua vez, seria a materialização dessa memória, constituída por todos os produtos materiais (móveis e imóveis) produzidos pela atividade humana ao longo de toda a sua existência (TONELLI, 2005: 72).

O fato é que toda a produção material possui o potencial para representar nossa história, nossa memória, mas, não é possível preservarmos a totalidade de objetos e de coisas com o risco de congelar a vida cultural, que tem natureza dinâmica e assim, limitar a capacidade criativa e de escolha por parte das novas gerações (MIRANDA, 2012: 219). Neste sentido, selecionamos apenas o que achamos relevante para a memória de uma comunidade ou de uma nação, e este ato pode representar uma opção política ligada a vários interesses que não apenas o da preservação do patrimônio. O que passa a ser identificado e reconhecido como patrimônio arqueológico de uma determinada comunidade pode ser entendido enquanto um elemento da memória, o qual contribui para a construção de uma identidade local.

2. Contextualizando o sitio arqueológico no bairro da Glória

O sítio, objeto de estudo arqueológico, está localizado morro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e compreende uma área de aproximadamente 9.000 metros quadrados. O outeiro da Glória tem sua história ligada a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, visto que desde os primórdios da ocupação do nosso território, esta área foi alvo de disputa entre indígenas, portugueses e franceses.

Nos primórdios da nossa colonização, no atual morro da Glória estava localizada a fortaleza de Uruçumirim, a qual fora ocupada por franceses e seus aliados os índios Tupinambás, e foi palco de uma sangrenta batalha travada entre portugueses e os invasores. Após a vitória portuguesa, Estácio de Sá, o fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, morreu e o centro administrativo da cidade foi transferido para o Morro do Descanso, posteriormente denominado de Morro do Castelo.

A partir de então, a área urbanizada da cidade esteve contida entre os morros do Castelo, São Bento, Santo Antônio e da Conceição, como acesso restrito à faixa que ligava o Morro do Castelo até o do São Bento. Este panorama transformou-se a partir da transferência do centro político-administrativo do Vice-Reinado, de Salvador para o Rio de Janeiro e a partir desta, a cidade extrapolou os “muros” e ultrapassou a Rua da Vala (atual Uruguaiana). Este fato, propiciou uma mudança na sua feição e permitiu o seu crescimento no sentido norte e oeste (FRIDMANN, 1999: 103). Este crescimento urbano ao longo do século XVIII, também foi favorecido pelo dessecamento dos brejos da cidade para a criação de espaços para a implantação de novas construções.

Percebe-se a partir dessas, uma expansão territorial agora na direção sul (Lapa e Glória), na direção oeste (Campo de Santana) e na direção norte (Conceição e Providência). Entretanto, o maior impulso no processo de desenvolvimento urbano ocorreu com a transferência do mercado de escravos do centro da cidade (Rua Direita) para o cais do Valongo no século XIX.

Em meados desse século na região da Glória, foi construída uma igreja em devoção a Nossa Senhora da Glória (1740), mas apesar das igrejas funcionarem como vetores de expansão urbana, esta região permaneceu praticamente despovoada. Apenas no século XIX, com a preferência da Família Real pela igreja da Glória do Outeiro, a área começou a se desenvolver. A partir deste período, muitas famílias abastadas passaram a se instalar em chácaras na região e dentre as elas, destacamos a propriedade da família Ribeiro da Costa, na Ladeira da Glória.

Percebemos que desde o início da ocupação daquele sítio, ele esteve atrelado a uma parcela privilegiada da sociedade carioca, como a família Ribeiro da Costa, que tinha na época grande influência política e social. Por ocasião do casamento do marechal Joaquim José Ribeiro da Costa, em 1765, entre os convidados encontrava-se o Vice-Rei, Conde da Cunha (CAVALCANTI, S/D). Contudo, a sua relevância só ocorre a partir do estabelecimento de Boaventura Delfim Pereira em 1824, o futuro Barão de Sorocaba. Os barões promoviam na chácara elegantes e animadas festas da qual a elite carioca, e até mesmo o Imperador D. Pedro I participavam. Irmã mais velha da Marquesa de Santos, Maria Benedita de Castro Canto e Melo, a Baronesa de Sorocaba, teve um de seus filhos, Rodrigo Delfim Pereira reconhecido como bastardo de D. Pedro I.

Descrições da chácara, relatam sobre a elegância da propriedade que possuía uma bela entrada, caminho privativo ligando o palacete e o adro da igreja, acomodações para a família, salões de baile, cocheira, cavalaria, quarto para criados, área avarandada repleta de janelas para uma bela vista e água boa para beber. Apesar deste conforto, a propriedade foi colocada à venda mesmo antes da morte da Baronesa (1857), conforme o anúncio de leilão no Diário do Rio de Janeiro de 25/10/1847. Entretanto, a venda não foi efetivada e a família voltou a anunciar o imóvel no ano seguinte, mas apesar dos vários anúncios a venda não foi efetivada, levando a Baronesa a anunciar o imóvel para locação em 1849.

No trabalho sobre a Villa Aymoré elaborado por Nireu Cavalcanti (s/d), este relata que o palacete foi alugado por Cândido José Rodrigues Torres, em 1855, e ressalta que a parte do terreno acima da entrada até o alto do morro, não fazia parte deste contrato.

A venda da chácara aconteceu em 1860 e, ao tomar posse, José Joaquim Ferreira, iniciou a ampliação do seu patrimônio com a compra de vários imóveis nas proximidades, além de construir cinco casas térreas no terreno da chácara com o objetivo de locação. Após o seu falecimento, José Nunes Teixeira seu genro e herdeiro, vendeu a propriedade para seu ex-sócio Manoel Vicente Lisboa que era dono de uma empresa de tecidos registrada com a marca *O Aymoré*, em 1887.

Em finais do oitocentos, a Glória e o seu entorno, passavam por várias mudanças em virtude das transformações político-sociais que ocorreriam na cidade e quando o novo proprietário assumiu a posse do imóvel, pode perceber que o perfil dos habitantes da área também mudara.

Observa-se que durante o período do Império, os nobres buscavam estabelecer-se nas proximidades da Glória, Catete e Laranjeiras, aonde o Palácio da Princesa Isabel fora construído, e desta forma, muitas chácaras foram instaladas na região. Dentre as chácaras pertencentes a nobreza destacamos a da Condessa de Iguazu, filha de D. Pedro I e da Marquesa de Santos, a do Visconde de Meriti, dentre outras. Entretanto, ao fim do Império e início da República, bem como, com o fim do regime escravagista, na região começaram a ser instaladas as moradias para operários, mudando o perfil de seus habitantes.

Com o falecimento de Lisboa no início do século XX, o novo proprietário, Mendes Campos, promoveu melhorias na chácara construindo uma vila de casas entre 1908 e 1916, chamada Villa Aymoré. A hipótese provável para a origem do nome da vila é que seria uma homenagem ao antigo proprietário da chácara. Composta por dez casas estas foram igualmente identificadas por nomes indígenas: Aymoré, Guarany, Tamayo, Tupy, Juruna, Goytacaz, Kiriri, Carijó, Moema e Iracema, a última a ser finalizada (1916). Além da vila, Mendes Campos construiu um terraço na frente do palacete e uma escadaria ao lado deste, fazendo o acesso com o antigo Beco do Rio.

Apesar destas melhorias, com a decadência da área o antigo palacete veio a transformar-se em “casa de cômodos”, com a locação de quartos para a população pobre. E assim, a escadaria de acesso para o Beco do Rio acabou por separar os inquilinos pobres do palacete, dos inquilinos de posse da Villa (**vd. Figura 1.**).

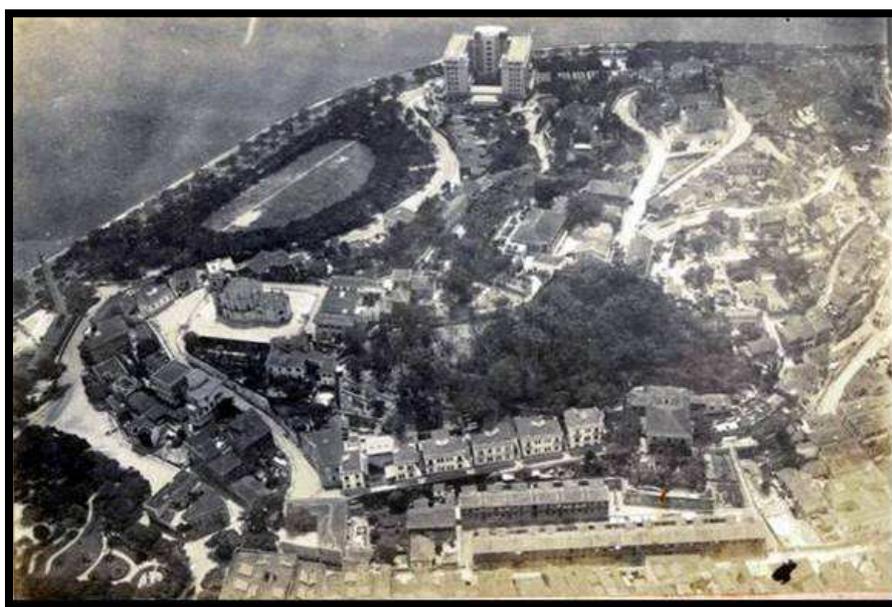


Figura 1. Ao alto a esquerda a igreja de Nossa Senhora da Glória, ao centro a Villa Aymoré, a direita desta, o palacete da Baronesa de Sorocaba. Podemos ver abaixo da Villa os sobrados que serviram de moradia para operários. **Fonte:** Acervo da Marinha do Brasil, Período: década de 1920.

Na década de 1920, a chácara foi comprada pela família Seabra, e seus descendentes a venderam para os atuais proprietários no início do século XXI e, estes, deram início ao projeto de restauro da Villa para a instalação de um empreendimento corporativo.

3. A Pesquisa Arqueológica na Alameda dos Aymorés

Para instalar um empreendimento corporativo naquele local era necessário restaurar a Villa Aymoré e como tratava-se de área com alta relevância histórica, exigiu-se também, uma avaliação do potencial arqueológica. Com o Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés pretendia-se através das escavações e exumação de artefatos e estruturas arqueológicas recuperar parte da memória esquecida e enterrada sob camadas de sedimento.

Por tratar-se de bem tombado pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro através do Decreto nº 25.693 de agosto de 2005, que em seu Art. 12 prevê que “quaisquer obras ou intervenções a serem executadas nos bens referenciados deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro – CMPC”, o projeto para a implantação do novo empreendimento e o restauro das casas da Villa Aymoré, como também, o projeto de arqueologia seguiu as diretrizes e as recomendações dos órgãos de preservação do patrimônio, como do Instituto Rio de Patrimônio – IRPH e do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Através da pesquisa arqueológica naquele local foi identificado um sítio arqueológico e este registrado junto ao IPHAN com **Sítio Arqueológico Caminho da Baronesa**.

Antes mesmo do início das obras civis, a investigação arqueológica pode avaliar o potencial arqueológico e verificar a viabilidade do empreendimento na área. Contudo, muito mais do que cumprir a uma exigência legal, a pesquisa arqueológica estava voltada para a produção de conhecimento a partir de suas atividades, fossem estas de campo, de laboratório ou de arquivo visando recuperar a memória local e a parte da história de nossa cidade.

O Projeto de Arqueologia foi desenvolvido em duas fases, a **primeira**, com uma duração de seis meses, iniciada em 2011, foram realizadas prospecções arqueológicas em subsuperfície a partir da escavação de trincheiras e poços-teste em parte do terreno aonde havia o antigo palacete da Baronesa e os seus anexos foram construídos (A1, A2, A3, A4).

A partir destas prospecções foi exumado um volume expressivo de peças arqueológicas, cuja curadoria permitiu recuperar dados relevantes sobre o cotidiano daqueles que viveram naquele sítio. Através da consolidação destas informações foi possível subsidiar a fase posterior que estava intimamente relacionada ao restauro das edificações e a implantação do empreendimento.

Na **segunda fase**, novas prospecções arqueológicas foram realizadas e o monitoramento das obras iniciados em meados 2012 e finalizados em meados de 2015. O monitoramento arqueológico visava acompanhar todas as atividades de obra que envolvesse revolvimento de solo na área do empreendimento (áreas A5, A6, A7, A8 e A9), áreas diretamente vinculadas com as atividades de obra (interior das casas, implantação de infraestrutura, construção de novas edificações e área posterior a Villa, na qual foi identificado o caminho de pedras) e a curadoria do material exumado. Foram ainda, desenvolvidas atividades educativas com palestras e visitas guiadas com a comunidade, profissionais da área e alunos de graduação e pós-graduação.

A pesquisa arqueológica produziu um espólio significativo de elementos, sendo que em maior volume foram recuperados objetos cerâmicos (70% da amostra). Contudo, a opção para este trabalho, foi a de analisar objetos ligados às práticas de higiene e cuidados com o corpo, compostos em sua maioria por vidros (20% da amostra). O material vítreo analisado forneceu informações significativas sobre os tipos de medicamentos, de perfumes e de bebidas consumidas pelos grupos estabelecidos naquele sítio no século XIX até o século XX.

A partir desta análise preliminar, relacionarmos um grande volume de garrafas de bebidas, frascos de medicamentos, perfumaria, consumidos e descartados no período citado. Em virtude

da grande quantidade de peças fragmentadas, optamos por analisar neste trabalho, peças que se encontravam inteiras. O exame de marcas de fabricação ou de uso, padrão decorativo diferenciado, entre outros atributos, aliado ao contexto em que estes materiais foram exumados, permitiam uma melhor compreensão do sítio e das atividades pretéritas nele desenvolvidas. A maior parte do material vítreo correspondente ao século XX, foi recuperado na área posterior as casas (A5), utilizada pelos moradores da Villa como depósito de lixo e acabou soterrando o antigo caminho de pedras. Os materiais correspondentes ao período anterior, foram recuperados no contexto relacionado a ocupação nobre do palacete.

Após a retirada das peças do seu contexto deposicional, iniciou-se o trabalho de curadoria e desta, resultou em um espólio de 36.051 fragmentos/peças, das quais 54% (19.353) são oriundas das áreas (A1, A2, A3, A4, A6, A7, A8 e A9) pertinentes à Alameda Aymorés, e 46% (16.698) das peças relativas a Área 5, a do Sítio Caminho da Baronesa.

Apesar de a área pesquisada se única, optou-se por separar o material exumado em duas áreas respectivamente, Alameda dos Aymorés e Caminho da Baronesa, em virtude da estrutura do caminho ter sido incorporada ao projeto final do empreendimento. O contexto deposicional do sítio apresentava o material arqueológico, inserido em aterros, dos quais não há datações precisas em função da dinâmica constante de construção e de demolição promovida pelos seus diversos moradores. Objetivou-se, portanto, buscar identificar a origem de fabricação/uso e datação relativa do material recuperado, no intuito de estabelecer uma temporalidade para a ocupação da região e, igualmente, a diversidade de seus habitantes. Grande parte do espólio remete aos objetos próprios do ambiente doméstico como utensílios de mesa e de cozinha, bem como aqueles produzidos para a higiene pessoal e medicamentos.

A profusão de vasilhames destinados ao envasamento de medicamentos nas camadas relativas ao final do século XIX e início do XX se deu em decorrência aos avanços na área médica e na indústria farmacêutica ocorridos a partir deste período. A medicina de patentes estava no auge, particularmente na Inglaterra e nos Estados Unidos e, um marco deste século foi a criação das Associações para o Progresso da Ciência, contribuindo significativamente para a produção de publicações científicas na Europa.

Neste sistema, qualquer indivíduo podia criar sua fórmula e patenteá-la, comercializando-a sem restrições e como a maioria das doenças não era conhecida, não havia tratamentos específicos. Muitos empreendedores registravam patentes com misturas de produtos e as vendiam à população de forma indiscriminada medicamentos que não apresentavam qualquer registro. Durante o período do Império, foi criada a Sociedade de Medicina e Cirúrgica do Rio de Janeiro com o objetivo de combater esta prática e o charlatanismo. Verificou-se no século XIX, uma a profusão de “médicos” vendendo produtos de todo o mundo, através dos jornais ou almanaques, cuja publicação, eles próprios patrocinavam montando uma estrutura empresarial farmacêutica de grande porte.

A popularidade e a quantidade dos anúncios publicados, evidencia a presença de um fervoroso mercado consumidor, incentivado pelo novo paradigma das cidades que a partir do século XIX passaram a ser objeto de intervenção médica. Em Silva (2014), o autor relata que a organização da vida urbana, agora pensada sob uma ótica jurídica, exigiu a normatização de padrões de comportamento. A questão higiênica das cidades era uma das alternativas para prevenir o aparecimento de epidemias e coibir a circulação de indivíduos doentes na cidade, a partir da criação de lazaretos e hospícios.

Durante a transição do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro absorveu estas transformações, que buscavam principalmente em Paris, o ideal de modernidade e de beleza. Identificou-se um grande percentual de vidros de perfume e de cosméticos que denotam o grau de valorização da

sociedade carioca por produtos que vinham daquela cidade e o volume de produtos relacionados aos cuidados com o corpo e a beleza. A propagada influência francesa nestes novos costumes não era por acaso, Baretta (2009) utiliza Foucault (2001) para destacar que desde o século XVIII, na França, medidas higienistas se tornaram políticas públicas buscando “elevar o nível da saúde do corpo social em seu conjunto” (*Apud* SILVA, 2014).

Neste sentido, os contextos domésticos são fundamentais no entendimento do cotidiano das ações dos indivíduos, onde eles vivem sua vida real. Segundo Heller (*Apud* SILVA, 2014), essa nada mais é que a vida de todo indivíduo, não está ausente da história, mas no centro do acontecer histórico. As atitudes diárias das pessoas constituem o início de quaisquer práxis, não é possível compreender o desenvolvimento histórico e econômico de uma sociedade sem se considerar o caráter heterogêneo das ações e reações humanas presentes na esfera cotidiana.

Tal esfera, relacionada ao tema dessa pesquisa e seu recorte no tempo (fins do século XIX e início do século XX) e no espaço (a *urbe* – seu núcleo inicial em expansão), aproxima-se da dinâmica da modernidade ocidental. Giddens (1991) nos convida a identificar as discontinuidades que separam as instituições sociais “modernas” das ordens sociais “tradicionais”. Buscando uma primeira aproximação, o autor diz que a modernidade “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (*Ibidem*).

Para este autor, isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, “mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta” (*Ibidem*). Em trabalho mais recente este, emprega o termo modernidade num sentido mais geral, referindo-se “às instituições e modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa depois do feudalismo, mas que no século XX se tornaram mundiais em seu impacto”, sendo que a modernidade “pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao mundo industrializado, desde que se reconheça que o industrialismo não é a sua única dimensão institucional” (GIDDENS, 2002).

A unidade doméstica, conforme observaram alguns arqueólogos debruçados sobre o tema (AGOSTTINI, NAJJAR, 2007; LIMA, 1995, 1996, 1997, 2002; SILVA, 2014; SYMANSKI, 1998; TOCCHETTO, 2010), não se esquivou da propalada modernidade, assentada na formação de um Estado-nação com um corpo de leis, e na formação de um mercado capitalista, ainda que incipiente. Ali se conformaram valores impessoais da modernidade segundo feições nacionais, porém com diferentes trajetórias daqueles verificados na Europa, considerando antecedentes históricos particulares.

4. A Cidade Colonial e sua Limpeza

Com a transferência da capital do Vice-reino para o Rio de Janeiro, esta extrapolou os seus “muros” e deu o primeiro impulso de expansão urbana. Durante muito tempo a Rua Direita, foi a principal artéria da cidade e nela se concentravam as principais atividades, como a Mesa do Bem Comum (futura Junta do Comércio), o Palácio dos Governadores, as repartições públicas mais importantes, os armazéns e as moradias dos revendedores de escravos.

Devido aos diversos conflitos entre os agentes do tráfico em frente ao Paço, o Senado da Câmara decidiu transferir o comércio de negros para a região do Valongo que era uma área periférica da cidade e assim, a cidade se expandiu. Desta forma, o novo porto tornou-se um importante vetor para o crescimento e desenvolvimento urbano da cidade.



As transformações ocorridas naquela área acabaram por atrair uma série de atividades como: a criação de um sistema de transporte marítimo entre o Valongo e outros bairros, além do surgimento de várias atividades comerciais para subsidiar o comércio de escravos, bem como, a construção de um cemitério para negros que chegavam mortos ou não resistiam a viagem nos fétidos e insalubres navios negreiros que aqui aportavam. Antes da criação do cemitério dos pretos novos no Valongo, o enterro dos recém-chegados era realizado no Largo de Santa Rita e por pressão dos moradores locais, o enterro destes negros foi transferido para a Rua do Cemitério (atual Pedro Ernesto).

Com o mercado negreiro no Valongo, a Rua Direita passou por sucessivas melhorias que visavam adequá-la às vias europeias, ao comércio crescente e a importância que a cidade tomava não permitia a presença do decadente mercado de compra e venda de escravos na sua principal artéria. Esta proibição do comércio negreiro nas principais ruas da cidade, não estava relacionada apenas ao seu embelezamento, mas a questões de controle sanitário e de aproveitamento do espaço urbano. Neste sentido, os políticos e os mercadores de escravos acordaram que os locais mais indicados para este tipo de atividade, estariam na região da orla do Valongo, da Saúde e da Gamboa, ou ainda, mais para o interior na zona do mangue de São Diogo. O local escolhido foi o Valongo, em virtude da facilidade de acesso por mar e por terra através do caminho de mesmo nome, atual Rua Camerino (HONORATO, 2008: 67).

Pelo porto circulavam mercadorias, pessoas e riquezas, mas também muitas doenças, que eram trazidas, principalmente pelos escravos recém-chegados. Em 1718, com receio de contágio destas moléstias e doenças de pele, a Câmara requereu uma “visita da saúde” em todos os navios vindos de Angola, Costa do Marfim e São Tomé que entravam no porto do Rio. Mas, somente em 1758 sob a presidência do Juiz de Fora Antônio de Matos e Silva, vereadores, médicos e cirurgiões se reuniram para deliberar sobre “o grande prejuízo que causavam nesta cidade os escravos que estavam à venda pública pelas principais ruas da cidade, e ansiando que fossem tomadas providências cabíveis coma situação” (HONORATO, 2008: 66).

A questão sanitária passou a influenciar as grandes transformações urbanas e a forma como seus moradores utilizavam o espaço público. Alguns higienistas da época, acreditavam que o clima da cidade estaria relacionado as epidemias, o Físico-Mor nomeado por D. João VI, Manoel Vieira da Silva, afirmava ser a contaminação do ar a maior causadora das doenças a partir da contaminação pelos gases pestilentos exalados da putrefação de matérias orgânicas nas águas estagnadas das lagoas. A partir desta afirmação, viu-se a necessidade do aterramento das lagoas e do encanamento de águas para a população. Além, disso, acreditava-se que a contaminação do ar também ocorria pelos miasmas da decomposição dos corpos nas sepulturas no interior das igrejas.

Uma prática comum na época, era a utilização do serviço dos “tigres”, escravos que recolhiam os excrementos da casa dos seus senhores e os despejavam nas lagoas. Dentre as muitas áreas utilizadas para este fim, citamos a Lagoa do Boqueirão da Ajuda localizada entre a Lapa e o centro. Esta foi aterrada na administração do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos (1779-1790), para dar lugar a um jardim aos moldes dos existentes na Europa, o Passeio Público do Rio de Janeiro, em 1783.

Desta forma, a partir das transformações implementadas na cidade, o Vice-Rei buscava representar os anseios de uma nova sociedade, promovendo desta forma, um importante plano de reformas urbanas onde a inserção de uma nova paisagem no tecido urbano teve um papel fundamental. A política de modernização e de saneamento proposta por Vasconcellos, imprimiu na paisagem da cidade a marca da sua administração que visava a “prosperidade” e a “modernidade” para trazer à cidade fétida e insalubre, ares metropolitanos (MACEDO, 2009).

Entretanto, a partir da chegada da Família Real, em 1808 e com a abertura dos portos para as Nações Amigas, a cidade se tornou um grande centro de comércio proporcionando, no despertar do novo século um maior incremento, não apenas dos aspectos econômicos ou ligados a morfologia da cidade, mas também sobre aqueles relacionados ao comportamento de seus habitantes.

O século XIX, trouxe para o Rio de Janeiro novas oportunidades geradas pelo crescimento demográfico, contudo, este gerou um novo problema, a ausência de moradias com condições básicas de higiene e habitabilidade. Além das doenças existentes, muitas foram trazidas a partir da circulação de pessoas no porto e este passou a ser considerado um vetor de doenças, principalmente as trazidas pelos navios negreiros. Neste sentido, criou-se um lazareto para a quarentena de escravos recém-chegados na cidade que fossem portadores de moléstias contagiosas e doenças de pele (MARCILIO, 1993: 54).

Mas, o grande flagelo deste século foi a epidemia de febre amarela, que infectou quase cinquenta por cento da população gerando uma enorme mortandade e para combater-la a medicina no Brasil foi obrigada a tomar novos rumos no que se referia às formas de atuação e de intervenção na sociedade, principalmente no contexto urbano, tornando-se preventiva.

Entretanto, era difícil combater tantas moléstias que assolavam a cidade, visto que por mais de cinquenta anos a febre amarela produziu muitas vítimas e, entre os anos 1855-1860 a epidemia de cólera-morbo assolou a cidade. Doenças como a varíola e as que se favoreciam pelas aglomerações das tropas que iam combater no Paraguai, também causaram uma enorme mortandade.

Aliado a isto, podemos relacionar o mau estado de conservação e de venda dos gêneros alimentícios, o que levou as autoridades a deduzirem que a má qualidade dos alimentos ingeridos, aliada ao grande consumo de bebidas fermentadas, a utilização de grande quantidade de condimentos, a carne salgada e seca que perdia seus principais nutrientes contribuíam e muito, para a propagação de várias doenças (MARCILIO, 1993: 54). Neste sentido, foi proposto um maior controle sanitário para a manipulação e o comércio de alimentos, do funcionamento dos matadouros e dos açougues.

Por volta de 1838, foram muitas as vítimas da broncopneumonia e o desleixo com a higiene pública, as más condições climáticas, aliados ao comércio desumano da escravidão tornaram a varíola altamente avassaladora, quando esta invadiu bairros próximos a região do porto adoecendo famílias inteiras e fazendo várias vítimas, em especial as crianças. Com a aglomerações da população no centro urbano, aliada a falta de saneamento, o descaso no preparo e conservação de alimentos verificou-se a multiplicação dos casos de doenças intestinais.

Para combater as epidemias, várias medidas foram tomadas, dentre elas a modificação de hábitos como velar os mortos dentro das igrejas. Desta forma, a Ordem Terceira de São Francisco de Paula construiu um cemitério extramuros, o Cemitério do Catumbi (RODRIGUES, 1995: 29). Além das medidas restritivas para os sepultamentos, mudanças em hábitos cotidianos ocorreram devido à grande epidemia de meados século XIX. Desta forma, medidas profiláticas foram implantadas chegando estas até os primeiros anos do século seguinte, como a extinção de ofícios exercidos na rua, de caixeiros, ambulantes, músicos, pintores, vendedores de livros, entre outros. Dentre os costumes populares mais combatidos, o de cuspir no chão, comercializar leite de porta em porta, criar porcos nos limites urbanos, bem como, as exposições da carne na porta dos açougues foram condenadas (NEEDELL, 1993).

Estas medidas tomaram vulto devido à incerteza da forma de transmissão destas doenças. A medicina praticada nos últimos anos do Império e início da República, era dividida pelos profissionais de saúde a partir de duas teorias explicativas de como as doenças eram transmitidas. Alguns médicos defendiam a teoria do contágio, quando as moléstias eram transmitidas de um doente para outro, mediante o contato pessoal ou através de objetos contaminados. Por outro lado, havia a teoria da infecção, em que a transmissão era explicada pela existência dos miasmas, que contaminavam o ar em virtude da putrefação de animais e dos indivíduos sepultados (CHALHOUB, 1996: 168).

No final do século XIX havia urgência para controlar doenças como a tuberculose, a malária, a febre amarela e a varíola que assolavam os habitantes da capital do Império. A cidade vivia afligida pelas grandes epidemias, mas enfermidades mais comuns como a sarna, a erisipelas, as impingens, os edemas nas pernas, as lombrigas, a dismenorreia, as hemorroidas, as hepatites e os diferentes tipos de febres também atingiam a população.

Neste sentido, foram implementadas novas medidas a fim de promover modificações no centro urbano visando a melhoria da qualidade de vida da população como a retirada dos cortiços, o alargamento das ruas, a construções de valas para escoamento das águas das chuvas, dentre outras. Mas não era apenas a questão do acúmulo das águas, fossem estas proveniente das chuvas ou das lagoas e dos pântanos, consideradas as responsáveis pelas doenças, a dieta alimentar da população foi amplamente discutida por médicos no século XIX.

A febre amarela, sem dúvida foi a maior responsável pelo aumento da mortandade na cidade do século XIX, e esta somente começou a ser erradicada a partir da campanha de vacinação comandada por Oswaldo Cruz em início do XX. Com a chegada deste novo século, avanços na medicina e a implantação da mentalidade higienista geraram uma crescente preocupação com a higiene e com a saúde pública visando erradicar as epidemias ao promover intervenções na cidade com o objetivo de sanear e remover a aglomeração da população do centro para a periferia da cidade.

Apesar de a maioria da população lançar suas imundícies no mar ou lagoas, contribuindo para a proliferação de doenças e pragas, o Brasil foi o segundo país no mundo a ter organizado o seu sistema de esgoto. O local escolhido para a implantação para o recolhimento e desinfecção das águas servidas e materiais fecais foram os bairros da Glória e do Catete (FRIDMAN, 2002: 31), com a instalação da companhia de tratamento de esgoto *City Improvement Company*.

A erradicação das doenças passava por medidas preventivas de proteção à saúde pública, com campanhas de vacinação e a instalação de sistema para o tratamento de água e esgoto. Além de medidas preventivas, a preocupação com o tratamento de moléstias também foi beneficiada a partir do surgimento de novos medicamentos e de tratamentos de saúde realizados através de banhos ou da ingestão de bebidas. A utilização das águas gasosas para o tratamento dos “males do estomago” tornou-se um hábito entre aqueles que podiam pagar por esta bebida. Os banhos de mar voltaram a moda e a procura por moradias nas zonas litorâneas da cidade por uma parcela da população que saía das chácaras em busca de novos ares, gerou especulação imobiliária e a criação de novos bairros.

A necessidade por arejar a cidade, fez com que o modelo aplicado por Hausmann em Paris fosse copiado, com a abertura de ruas largas e avenidas, bem como, a necessidade de providenciar o embelezamento com a retirada dos cortiços que se aglomeravam na zona portuária, pois estes produziam uma imagem feia e decadente para os visitantes que chegavam à cidade.

Com a valorização da França, além de copiar o modelo urbanístico de Paris, o comércio, a exportação e a fabricação de produtos, em especial os perfumes franceses foi impulsionada.

Para Needell (1993), o afrancesamento simbolizava a aproximação do país e a um futuro civilizado. Estes produtos eram largamente utilizados com o objetivo de promover um cuidado maior com a higiene pessoal e, a partir da grande profusão do consumo destes, ampliou-se também, o volume de material descartado na forma de frascos e vidros de perfume. Civilizar, progredir e modernizar eram as palavras de ordem identificadas nos documentos históricos e consubstanciada na cultura material e na paisagem urbana que nos foram deixadas como legado, e que ainda podem ser observadas nas cidades.

A paisagem da cidade foi profundamente impactada a partir das reformas implementadas por Rodrigues Alves, que tinham como objetivo transformar a urbanização da capital do país. Estas medidas também conferiam a quem delas participasse, prestigiar-se e aliar à sua a imagem de moderno, civilizado e higienista. A todos interessava ser visto como moderno, como alguém preocupado com a higiene, como promotor e incentivador da civilidade na cidade. Com o alargamento das vias e a alteração dos traçados, a ligação entre as zonas norte e sul da cidade foi facilitada, principalmente a partir da abertura do Túnel no Leme o que incrementou ainda mais a procura por residências nos bairros litorâneos.

A noção de civilização internalizada por diversos segmentos das elites se aproximava do modelo cultural europeu, de forma que civilizar era “ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, etc.” (HERSCHMANN, 1994: 12).

5. Villa Aymoré e seus Habitantes

Em fins do século XIX, a chácara que agora pertencia a Manoel Lisboa sofreu com as transformações político-sociais que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Novos usos foram dados para o palacete, quando neste passou a funcionar o Colégio de Educação de Meninas, em 1885. Posteriormente de 1897 a 1902, foi alugado para uma fábrica de perfumes da loja Fornasini, e a partir desta data, o palacete transformou-se em habitação coletiva com o aluguel de cômodos para solteiros e famílias pobres (CAVALCANTI, s/d).

Vários anúncios publicados por moradores do palacete e da Villa em jornais a partir de 1908, permitiram definir os perfis de seus anunciantes. Dentre os moradores do palacete, estes ofereciam os serviços de jardineiro, para trabalhar em casa de família, de engomadeira e lavadeira, de ama de leite, de cozinheira, dentre outros. Por volta de 1910, em terreno vizinho à chácara, a Prefeitura construiu dois blocos de sobrados, destinados a moradia de operários.

Com tantas transformações socioeconômicas na região, muitos dos casarões foram abandonados por seus proprietários que buscavam áreas mais nobres. Assim, em jornais das décadas de 1950 e 1960 encontramos registros sobre a ocupação irregular no antigo palacete dos barões de Sorocaba. Noticiavam as condições precárias que estas pessoas viviam, amontoadas em aproximadamente vinte cômodos do palacete praticamente em ruínas e que dispunham de apenas um banheiro.

Os invasores foram expulsos e o proprietário retomou a posse do palacete e apesar, desse ter marcado uma época gloriosa do bairro, com suntuosas festas frequentadas pela nobreza carioca e inclusive pelo próprio Imperador, acabou sucumbindo ao abandono e ao descaso. Assim, o palacete foi demolido por volta da década de 1970, todavia, não foi possível identificar o real motivo que levou a sua demolição, mas uma hipótese provável é a de que o proprietário optou por demoli-lo para não correr o risco de novas invasões. E assim, a antiga chácara chegou ao século XXI desprovida de seu maior marco, o palacete.

Sem o palacete, a Villa com suas casas amarelas passou a destacar-se na paisagem da região chamando a atenção daqueles que circulavam pelo bairro, apresentando uma arquitetura moderna contrapondo-se com as demais construções existentes na Glória em meados do século XX.

Diferentemente dos moradores do palacete, o perfil socioeconômico dos moradores da Villa Aymoré, identificado a partir da análise dos anúncios publicados nos periódicos, denotava um poder aquisitivo superior, pois estes solicitavam serviços, como o de empregados domésticos. Somente percebe-se uma mudança no perfil dos moradores da Villa a partir de 1960, com anúncios de sublocação, denotando uma diminuição no padrão econômico dos mesmos. Até esta década, apenas a primeira casa da Villa funcionava para fins comerciais, como hotel, posteriormente, em escola de línguas e, chegou aos anos 2000 novamente como hotel.

A década de 1960, marcou profundamente a vida política e a economia da cidade com a transferência da capital federal para Brasília e, assim, a cidade perdeu, empregos, prestígio e sendo este um período difícil para todos, em especial para os que residiam nos bairros do Catete e da Glória.

A partir do início das obras do metrô, na década de 1970, ocorreram mudanças no cenário urbano com a implantação de estações no Flamengo, Largo do Machado, Catete e na Glória. O caos urbano causado pelas obras e pelas demolições, como a da vila operária, prejudicou ainda mais o cotidiano dos moradores dos bairros atingidos. A dicotomia produzida pela instalação do metrô era evidente, por um lado o progresso trazendo melhorias com um sistema de transporte eficiente, promovendo a valorização da área, mas ao mesmo tempo, estas mudanças descaracterizavam os bairros, com a desapropriação e a demolição de edificações tradicionais em nome deste mesmo progresso. Com o declínio socioeconômico e as transformações na paisagem urbana da Glória e arredores, percebe-se um novo público a circular e a residir na região. Assim, a imagem desta década foi a de um palacete que abrigou a nobreza carioca transformar-se em cortiço, o abandono das belas chácaras em busca de novos ares próximo as praias da zona sul e as obras do metrô que traziam ao mesmo tempo, o progresso e caos.

A Villa que a princípio foi ocupada por inquilinos de posse, também caiu no abandono, no esquecimento e sofreu com a sublocação, com danos irreparáveis aos imóveis como a ruína da última casa, Iracema no início do século XX. Apesar disso, a Villa apresentava características únicas quanto ao conjunto arquitetônico tendo seu reconhecimento de seu valor histórico-cultural transformando-se em legado a ser preservado às gerações futuras.

A partir deste reconhecimento e em concordância com o exposto na Lei Federal nº 3924/1961 e no Decreto Municipal da cidade do Rio de Janeiro nº 22.872/2003, foram tomadas medidas que visavam a sua salvaguarda, a avaliação do potencial arqueológico da área com a realização de pesquisa científica e a realização de ações educativas que promovessem a revitalização da área, a socialização dos materiais recuperados e a fruição do conhecimento produzido a partir deste trabalho. Através da pesquisa arqueológica houve o reconhecimento deste patrimônio que se encontrava escondido sob nossos pés, devolvendo-o na forma de conhecimento a quem lhe é de direito.

6. Análise do material vítreo na pesquisa arqueológica da Alameda dos Aymorés

Durante o processo de análise da coleção do Projeto de Diagnóstico Arqueológico da Alameda dos Aymorés, o elemento discursivo que se tornou inquietante centrava-se na observação do

potencial interpretativo do material vítreo, mas em contrapartida, esbarrava no silêncio e na ausência exploratória de análises deste tipo de artefato. Tendo como perspectiva uma abordagem a questões pautadas no aspecto cognitivo-comportamental, não se limitando ao seu caráter eminentemente técnico, nosso levantamento condicionou a inferência de objetos vítreos que nos direcionou a entender o período de introdução deste material em maior profusão no cotidiano das famílias na cidade do Rio de Janeiro.

A partir do desejo de se espelhar nas metrópoles europeias e assim, afastar o passado colonial, diversos administradores públicos e setores da elite promoveram nas principais cidades brasileiras do novecentos, um processo de transformação e de reorganização social que refletiu principalmente nas áreas urbanas, gestando novas percepções estendidas para a relação estabelecida entre as pessoas e a materialidade.

Diante desta observação, foi possível perceber na amostra proveniente deste sítio, uma frequência dos materiais vítreos associada ao século XIX e do XX, que nos conduziu a dois questionamentos sobre os significados desses materiais para a sociedade que os incorporava. Em primeiro lugar, perceber como pode ser pensada a relação entre a introdução desses bens e os processos de urbanização e de modernização da cidade naquele período; e em segundo lugar, sobre quais aspectos essa apropriação operou mudanças nas esferas cotidianas e no modo de vida daqueles indivíduos.

Assim, o foco deste trabalho é voltado para a análise do material vítreo recuperado na área da antiga chácara da Ladeira da Glória, com o objetivo de compreender aspectos ligados às questões de higiene e de salubridade dos grupos que ali viveram no período de referência, a partir das análises dos vasilhames, frascos e garrafas produzidos em vidro que foram resgatados a partir do trabalho de arqueologia.

Com o objetivo de esclarecer estas questões, passaremos à análise de alguns dos exemplares recuperados, como o frasco encontrado que apresentava a inscrição *Radway & Co. - R.R.R. New York*, sabe-se que este fabricante iniciou suas atividades em Nova Iorque no ano de 1847 vendendo um sabonete medicinal. O frasco recuperado pertence a indústria *Radway's Regulating Pills*, e era utilizado para acondicionar comprimidos destinados a curar males do fígado, do estômago e dos rins, segundo anúncio em periódico de 1868, com uma dose prescrita de " 1 to 6".

Outro exemplar que instigante, foi o de cor âmbar que apresentava uma tampa tipo "contagotas" em formato de coração, destinado ao envasamento de anestésico a ser utilizado no processo de sedação em cirurgias. Os anestésicos cirúrgicos tiveram as primeiras patentes registradas na Alemanha, em 1882, sendo que o registro do primeiro caso de sedação para intervenção cirúrgica, no entanto, data de meados do século XIX, em Boston nos Estados Unidos. O anestésico utilizado nesta primeira intervenção com sedação foi o éter sulfúrico (REZENDE, 2009).

A utilização de éter sulfúrico para sedação cirúrgica no Brasil, ocorreu no Hospital Militar do Rio de Janeiro pelo médico Roberto Jorge Haddock Lobo, em 1883 (Ibidem). Entretanto, constatou-se que este produto causava sérios perigos para a saúde dos pacientes e isto impediu sua disseminação em terras brasileiras e europeias. A partir deste fato, ocorreu a sua substituição pelo clorofórmio, considerado como o anestésico mais poderoso e seguro dentre todos os outros. Sendo este, também utilizado no tratamento da asma e como estimulante (vd. **Figura 2.**).



Figura 2. Frasco de sedativo para fins cirúrgicos. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2015.

Outro exemplar recuperado inteiro foi o de *Chloro Calcion*, um medicamento “recalcificante, hemostático, antialbuminurico, diurético e antiserico”, ou seja, suas propriedades terapêuticas estavam relacionadas na reposição de cálcio, combate a hemorragias, anticoagulante, diurético e para a limpeza do sangue. Outro vidro recuperado foi o de Galenogal um antirreumático utilizado nos processos inflamatórios e reumáticos (vd. Figura 3.).



Figura 3. Frasco de Galenolol. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

No que se refere as garrafas de águas minerais, recuperou-se exemplares com inscrição/marca do fabricante fundo da peça. Um dos exemplares foi a da água de origem húngara denominada por “*Bitterquelle Hunyadi Janos*”, que apresentava sabor amargo e propriedades digestivas e

curativas contra degenerescências provocadas por “indiscrições” alimentares. O negociante Andreas Saxlehner atribuía estas qualidades, caracterizando-a como suave laxante e sua cronologia de produção situa-se entre finais do XIX e início do século XX.

As águas foram muito utilizadas por suas propriedades terapêuticas e curativas, como a Águas **Pedras Salgadas**, uma água gaseificada naturalmente de uma fonte de Portugal conhecida por seu poder curativo. Sua exploração comercial iniciou-se em 1871 e, entre os anos de 1878 e 1889 já era reconhecida em Paris, Londres, Barcelona e Rio de Janeiro e ainda hoje, a indústria responsável por seu envasamento possui uma infraestrutura voltada para a manutenção de sua qualidade (vd. **Figura 4.**).



Figura 4. Fundo de garrafa de água mineral gasosa. **Fonte:** Equipe de Arqueologia, 2014.

Outro tipo de frasco de remédio encontrado foi o produzido por Carlos Erba, à base de magnésia. Este farmacêutico com empresa sediada em Milão, era o responsável por produzir um medicamento à base de tamarindo em meados do século XIX e durante este século, Erba ampliou seus negócios para uma produção em escala maior, atingindo com isso, o mercado da América, do Oriente e da Europa. A ampliação de seus negócios contribuiu para uma revolução no mercado farmacêutico e sua empresa é ainda hoje conhecida como uma das maiores neste ramo (vd. **Figura 5.**).



Figura 5. Frasco de Medicamento Erba. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

Devido à falta de tratamento da água e de esgoto, aliado às péssimas condições de higiene na manipulação dos alimentos, a maioria da população sofria com doenças provocadas por vermes. Assim, no início do século XX, um medicamento muito popular para o combate aos vermes e administrado na forma de comprimidos gelatinosos, principalmente para as crianças era o Panvermina.

Além dos vermes, muitos eram os males que assolavam a sociedade do início daquele século, e uma doença comum que levou a grandes perdas foi a tuberculose. Dentre a amostra recuperou-se frascos de *Nuclearsitol Robin*, medicamento à base de arsênico que poderia ser administrado tanto na forma de comprimidos quanto na forma injetável, caso da nossa amostra que contava ainda, com vários frascos de injeções e de seringas.

No combate de muitos males, era necessária uma mudança de hábitos e a propagação de medidas preventivas, através de um discurso informativo, sobre os benefícios do uso de novos medicamentos, no sentido de colaborar na profilaxia de doenças e para que estes novos hábitos passassem a ser adotados por todos (CARVALHO, 1996: 24).

Desta forma, a propaganda do início do XX voltava-se para um mercado crescente e ávido por novidades. Nos anos de 1930, o mercado publicitário crescia e criava campanhas voltadas à saúde da população, conhecido como o ciclo da propaganda de remédios, que desde 1850 era o maior anunciante do mercado. Remédios para a Saúde da Mulher eram populares, sendo os mais anunciados, os indicados para os incômodos mensais de senhoras e tamanha a popularidade deste tipo de medicação que foi o primeiro luminoso instalado do Brasil, no Rio de Janeiro. Na amostra foram recuperados frascos do Regulador Gesteira, produto recomendado para melhorar “incômodos mensais” e também a falta de ânimo e ataques nervosos (vd. Figura 6.).



Figura 6. Frasco de Regulador Gesteira. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

Em meados de 1840 passou a ser comercializado o Tricopherous, um tônico capilar que se tornou um dos produtos mais vendidos pela companhia, tendo sua produção até a virada do século. (vd. Figura 7.). Voltado para atingir a uma clientela espanhola foi amplamente promovido através de anúncios que descreviam os seus benefícios passando a ser vendido com o nome de "Tricopherous for the skin and hair", em 1864. Dentre a coleção analisada, foram recuperados vidros de tônicos capilares como o Tônico Oriental para el Cabello, fabricado pela companhia Lanman & Kemp.



Figura 7. Frasco de Tônico Capilar. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

Dentre os novos hábitos adquiridos e amplamente divulgados nas propagandas da época, encontramos os produtos destinados a higiene da boca como o *Odol*, criado em meados de 1892

na Alemanha para enxague bucal. Este produto foi registrado em 1895 como "agente de limpeza da boca e dos dentes" e é um exemplo de produto que teve o início de sua produção no século XIX e continua a ser utilizado nos dias atuais. Sua presença na amostra recuperada é expressiva.

Ligado a higiene bucal outro exemplar aparece dentro das amostras resgatadas no sítio, o *Eau Dentifrice Docteur Pierre*, marca criada em 1837 pelo médico *Docteur Pierre*, que afirmava que os problemas bucais estariam relacionados à falta de higiene com a boca. A indústria que produziu e comercializou este produto até o início do século XX quando iniciou um processo de fusões com outras empresas e, finalmente em 1969 ocorreu a última fusão com a *Bristol Meyers* levando ao encerramento das atividades da *Docteur Pierre* (vd. **Figura 8.**).



Figura 8. Frasco de *Eau Dentifrice Docteur Pierre*. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

A preocupação com a beleza e a aparência feminina sempre foi uma tônica, principalmente nas classes mais abastadas. No que se refere aos itens de perfumaria relacionados ao século XIX e início do XX, observamos que em sua maioria tratam-se de perfumes franceses, visto que existia uma valorização do "modelo europeu" e Paris era a cidade de referência de moda e de civilidade desta época.

Na amostra analisada identificamos um exemplar perfume francês, *Lubin* do famoso perfumista *Pierre François Lubin*. Esta é uma das mais antigas indústrias de perfume conhecidas e sua fundação data de 1798 em Paris, seus perfumes foram intensamente utilizados pela corte francesa e pela nobreza de outros países, chegando as Américas em 1830. O período de produção e de comercialização deste perfume coincidem com o de ocupação do sítio pela família dos barões de Sorocaba.

Entretanto, por volta de 1980, a indústria não produzia mais o perfume que a tornara conhecida mundialmente, sendo que em 2001, um grupo financeiro passou a administrar a empresa *Lubin* (vd. **Figura 9.**).



Figura 9. Frasco de perfume Lubin. Fonte: Oscar Liberal, 2014.

Um perfume que foi amplamente utilizado pela corte francesa, em especial a de Luiz XVI, bem como pela nobreza de outros países e seus perfumes são largamente utilizados até os dias de atuais é o *L.T. Piver* cuja fabricação data do século XVIII com a criação da indústria em 1774 (vd. Figura 10.).



Figura 10. Perfume Piver. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

A popularidade de vidros de perfume no sítio é evidente, demonstrando como estes itens eram valorizados e consumidos pelos habitantes daquela local. Outro exemplar recuperado foi o da perfumaria *L. Legrand*, que produz desde 1811 e atingiu um crescimento comercial por todo o século XIX. O período de comercialização deste produto, corresponde ao de ocupação do sítio por moradores pertencentes a uma classe abastada. O fabricante, introduziu a "*Parfumarie Oriza*", patenteada em 1887 e, que se tornou a primeira linha de perfume da *L. Legrand*, com grande sucesso, a perfumaria tornou-se conhecida como *Oriza-Legand* (vd. Figura 11.).



Figura 11. Frasco de Perfume *Oriza-Legend*. Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014.

A amostra de vidros de perfumes relacionados ao século XIX é marcada pelo consumo de produtos franceses, contudo este, recuperou-se um exemplar do perfumista americano *Paul Rieger*, conhecido por seu perfume *Riegres Flower Drops* que foi criado no início do século XX. O frasco recuperado no sítio encontra-se bem preservado com tampa e líquido em seu interior (vd. Figura 12.).



Figura 12. Propaganda de perfume Rieger's. Fonte: Oscar Liberal, 2014.

Optamos por selecionar o fragmento do frasco da *Água de colônia Florida Water* para compor esta coleção devido a sua popularidade. Marca de sucesso criada por *Robert I. Murray* em 1808, passou a ser utilizada tanto por homens quanto por mulheres sendo fabricada até os dias atuais.

No início do século XX, os cosméticos eram tratados como remédios para a beleza e vários eram os anúncios publicitários da época que pretendiam, educar e disciplinar a população, e estes consumidores, eram induzidos a consumirem os produtos europeus e voltar seu olhar ao consumo de produtos de beleza e higiene pessoal (BOAVENTURA, 2011).

Dentre os produtos comercializados voltados para este fim, destacam-se os desodorantes como o MUM (criado em 1888) e as águas de colônia. Na amostra encontramos um exemplar deste

que seria o primeiro desodorante a ser de criado, além do desodorante para as axilas, seu fabricante teria criado um creme que também poderia ser utilizado nos pés.

Este produto foi amplamente utilizado e muito conhecido durante o início do século XX, quando a empresa *Bristol & Mayers* começou a comercializá-lo em 1932. Ao longo do tempo, o *Mum* sofreu modificações em sua embalagem original até que em 2001 a empresa *Bristol & Mayers* optou por vender sua divisão de cosméticos para a *Procter & Gambler* nos Estados Unidos. Atualmente a linha *Mum* vem sendo revisada para uma linha mais atual.

No que se refere à confecção dos vidros, que serviam de recipientes para os mais diversos produtos, foi possível identificar várias fases em sua manufatura. Identificamos uma expressiva presença de garrafas de bebidas fermentadas na amostra, garrafas de vinho e de cerveja populares do século XX que contrapõem as garrafas de bebida do século anterior, que eram de vinho, de águas gasosas, além da presença de taças de cristal para consumo de bebidas refinadas.

Os vidros eram feitos, entre os séculos XVI ao início do XVIII, somente a partir da técnica de sopro e moldados manualmente. Já em meados do século XVIII ao final do século XIX, passaram a ser feitos através de moldes de vários tipos de recipientes, estes apresentam-se em moldes inteiros, duplos e triplos. Na passagem dos séculos XIX para o XX surgiram exemplares confeccionados a partir da semi-automação demonstrando a transição da produção manual para a semi-automação e mais tarde, para automação.

A maioria destes métodos de fabricação deixavam marcas nos objetos produzidos, o que nos possibilitam identificar a técnica de sua manufatura. Os exemplares de vidros aqui mencionados, tanto os utilizados para medicamentos, bebidas, quanto os destinados para a perfumaria foram identificados dentro de um período de fabricação do final do século XIX e início do XX.

Analisando a quantidade de vidros de medicamentos exumados, percebemos uma grande preocupação com a saúde, bem como identificamos os principais males que afligiam os moradores daquele sítio. Dentre os vidros de medicamentos mais utilizados pelos moradores da Villa Aymoré no início do século XX, os destinados para o alívio das dores e dos problemas estomacais, de fígado, foram os mais populares.

Informações sobre os vestígios exumados relacionados a dieta alimentar destes moradores, encontram-se em fase de análise, entretanto, acreditamos que um dos fatores que contribuíram para estes males, estaria relacionado alimentação e a um estilo de vida não muito saudável.

No que se refere ao gênero feminino, a partir das análises realizadas até o momento, percebemos que as mulheres que ali viveram tinham uma grande preocupação com sua aparência, visto a profusão de vidros de perfumes e de cosméticos. Entretanto, percebe-se a partir das peças recuperadas na amostra referente ao século XIX, que as consumidoras destes produtos pertenceriam a uma classe social privilegiada, visto o volume de itens franceses. Dados históricos e documentais corroboram com esta hipótese, ao identificarmos os períodos de ocupação do sítio vinculado as famílias nobres e abastadas.

No que confere a amostra de objetos de perfumaria vinculados ao século seguinte, notamos uma evidente popularização destes itens, entretanto, evidenciamos uma queda no poder aquisitivo destes consumidores com uma presença significativa de itens populares como de perfumes da AVON. Dentre os produtos mais populares, com preço acessível e disponíveis no mercado nacional, além dos perfumes da AVON (vd. **Figura 13.** e **14.**), encontramos um número expressivo de frascos de Água de Colônia, Leite de Rosas entre outros.



Figura 13. Frasco de perfume da marca AVON



Figura 14. Frasco de Leite de Rosas

Fonte: Equipe de Arqueologia, 2014

Percebemos que muitos dos medicamentos e perfumes utilizados no século passado, ainda hoje encontram-se disponíveis para consumo e permanecem em uso. Contudo, é possível notar mudanças em algumas formulas, embalagens e nomes, mas percebemos que esta continuidade no fabrico e consumo de marcas por tantos anos nos fazem refletir sobre a eficiência de produtos que nossas avós nos faziam tomar como os "deliciosos" remédios, a base de óleo de fígado de bacalhau, a exemplo da Emulsão Scott. Este medicamento que foi um dos mais populares, recorria a uma campanha publicitária que reforçava a legitimidade e confiança em produtos de origem estrangeira, itens tão apreciados naquele momento histórico-cultural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Camila; NAJJAR, Rosana - **Pesquisa arqueológica na Casa da Hera – Vassouras / RJ.** In: Revista de Arqueologia, nº 20, 2007, p. 39-50.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira - Representações do adoecer: doenças e epidemias na historiografia brasileira. In **Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?** Ouro Preto: Edufop, 2009.

BOAVENTURA, Gustavo F. - A narrativa de beleza em anúncios da belle époque tropical. In **Revista Contemporânea.** Ed. 18, Vol. 9, 2011.

CARVALHO, N. - **Publicidade: a linguagem da sedução.** São Paulo: Ática, 1996.

CARVALHO, Aline V. - Arqueologia e Patrimônio no Século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In **III Encontro de História da Arte.** IFCH/UNICAMP, 2007.

CAVALCANTI, Nireu - **O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004

CAVALCANTI, Nireu - **Villa Aymoré.** Rio de Janeiro: Landmark, s/d.

CHALHOUB, Sidney - **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRIDMAN, Fânia - **Donos do Rio em nome do Rei - uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. e Editora Garamond, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo - **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1998.

GIDDENS, Anthony - **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony - **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HELLER, Agnes - **O cotidiano e a história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERSCHMANN, M. M. - **Invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.1994.

HONORATO, Cláudio de Paula - **Valongo: O mercado de escravos do Rio de Janeiro – 1758/1831**. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2008.

LIMA, T. A. - Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. 1995, p. 129-191.

LIMA, T. A. - Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. In **História, Ciências, Saúde**. 2, 1996, p. 46-98.

LIMA, T. A. - Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In **Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material**. 5, 1997, p. 93-127.

LIMA, T. A. - Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre os vidros históricos. In **Canindé**. 2, 2002, p. 283-290.

MACEDO, Jackeline, SAMPAIO, Ana C. O. - Passados escondidos sob um jardim: a arqueologia no Museu Casa de Rui Barbosa. In **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Belém/PA: SAB, 2009.

MARCILIO, Maria Luiza - Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. **Revista História**. São Paulo, n-127-128, agc-dez/92 a jan-jul/93, p. 53-68.

MIRANDA, Marcos Paulo - **Estudos de Direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Forum, 2012.

NEEDEL, Jeffrey D. - **Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ORSER, Charles E. Jr. - **Introdução à Arqueologia Histórica**. Tradução e apresentação Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

PIMENTA, Tânia S. - **O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)**. Dissertação de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.

PIMENTA, Tânia S. et al. - A província do Rio de Janeiro em tempos de epidemia. **Dimensões**. Vol. 34, 2015, p. 145-183.

REZENDE, J. M. - À sombra do plátano: crônicas de história da medicina. In **Breve história da anestesia geral**. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 103-109.

RODRIGUES, Cláudia - **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural/Divisão de Editoração, Coleção Biblioteca Carioca, Vol. 43, 1995.

SILVA, Railson - **Nem tudo que reluz é vidro: mudanças sociais e introdução de artefatos vítreos na Salvador oitocentista**. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Acessível no PROARQ-UFS, Laranjeiras – SE, 2014.

SYMANSKI, L. C. - **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TOCCHETTO, F. B., SYMANSKY, L.C., OZÓRIO, S.R., OLIVEIRA, A.T.D., CAPPELETTI, A.M. - **A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade**. Porto Alegre: UE. Secretaria Municipal da Cultura, 2001, 168 p.

TOCCHETTO, Fernanda - **Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre moderna oitocentista**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

TONELLI, Marizia - Arqueologia e Direito: uma abordagem interdisciplinar à evidenciação de patrimônio cultural edificado. In FUNARI, Pedro Paulo; FOGOLARI, Everson P. (org.) **Estudos de Arqueologia Histórica**. 1aed. Erechim: Allprint, Vol. 1, 2005, p. 59-82.

EL VALOR ETNOARQUEOLÓGICO DE LAS IMÁGENES DE LA RELIGIOSIDAD POPULAR EN LA PROVINCIA DE LUGO, GALICIA. NOROESTE DE LA PENÍNSULA IBÉRICA

José Manuel Vázquez Varela

Universidad de Santiago de Compostela (USC)
Facultad de Geografía e Historia. Praza da Universidade 1, 15782 Santiago de
Compostela
josemanuel.vazquez@usc.es

Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez

Universidad de Santiago de Compostela (USC)
Facultad de Geografía e Historia. Praza da Universidade 1, 15782 Santiago de
Compostela
alexandre Luis.vazquez@rai.usc.es



El Valor Etnoarqueológico de las Imágenes de la Religiosidad Popular en la Provincia de Lugo, Galicia. Noroeste de la Península Ibérica

José Manuel Vázquez Varela

Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez

Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 21 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMEN

A través del estudio etnoarqueológico de los santuarios tradicionales rurales de la provincia de Lugo (Galicia, España) se analizan los problemas de la iconografía de las imágenes religiosas, sus significados y funciones en la cultura popular gallega con la finalidad de valorar las posibilidades de los métodos de estudio de las imágenes del pasado. Se señalan las principales dificultades del análisis y las posibles vías de solución del problema.

Palabras clave: Etnoarqueología, Galicia, Iconografía, Problemas, Religión

ABSTRACT

Through the ethnoarchaeological study of traditional rural sanctuaries in the province of Lugo (Galicia, Spain) the iconography problems of religious images are analyzed. Their meanings and functions in the galician popular culture are reviewed in order to assess the possibilities of the study of images of the past methods. The analysis main difficulties and the possible ways of solving the problem are identified.

Key-words: Ethnoarchaeology, Galicia, Iconology, Problems, Religion

1. Introducción y Metodología

La interpretación del simbolismo, de las posibles funciones y de los significados de cualquier tipo de imagen del pasado suele ser a menudo una tarea ardua, llena de dificultades y limitaciones, por lo que a menudo no se puede llegar al campo de las certezas y hay que quedarse en el de las hipótesis de trabajo. El estudio, desde la perspectiva de la etnoarqueología, de las imágenes de los santos en los santuarios más populares de la provincia de Lugo (Galicia, Noroeste de la

Península Ibérica) y de la documentación histórica existente permite ahondar en los problemas de sus funciones y significados. Quizás en este caso la principal conclusión de este trabajo, más allá de indicar la cautela necesaria para afrontar el tema y los problemas habituales, es la de que la etnoarqueología tiene, entre otros valores, aparte de la elaboración de modelos, generar hipótesis de trabajo e ilustrar al historiador de la existencia de múltiples formas de entender el mundo, la posibilidad de contrastar sus propuestas con los diferentes ejemplos que ofrece la disciplina, y de este modo orientar mejor las conclusiones de la investigación.

Las ideas básicas de la etnoarqueología, independientemente de las numerosas definiciones concretas que se le de en las versiones que se han analizado (VÁZQUEZ, 2004), o de las aplicaciones que se haga de ellas (VÁZQUEZ et al., 2016), son las siguientes:

Mediante la extrapolación al pasado de comportamientos actuales se pueden conocer algunos aspectos del primero. Esta idea es antigua y se aplica de un modo u otro desde los inicios de la arqueología y la prehistoria como ciencias sociales. Otra idea importante que se desarrolla paralelamente a la primera es la de que las culturas del pasado han ido evolucionando hacia las formas actuales.

Por otro lado, la idea de cualquier elemento de una cultura solo adquiere significado pleno dentro de ella a través de su relación con los restantes componentes de la misma resulta implícita en las aplicaciones del conocimiento presente y se extrapolan por analogía al conocimiento del pasado.

Las ideas citadas subyacen en el concepto de Etnoarqueología (VÁZQUEZ, 2004), en la mayoría de sus definiciones y usos. La idea básica es la de que la comparación de elementos del presente con otros aparentemente análogos del pasado, en esencia, en su forma, tamaño y materia prima, pueden aclarar a la luz de las funciones y significados que tienen en el primero y se pueden atribuir por analogía a los del pasado.

La validez del método tiene gran importancia para familiarizar al investigador con muchos aspectos de varias culturas incluyendo la propia pues, por ejemplo, el conocimiento de los molinos en nuestro mundo ayuda a comprender mejor los del pasado.

Otro aspecto importante es el valor didáctico de la disciplina, que desvela múltiples aspectos de las culturas, que permiten formular preguntas pertinentes en la investigación, sobre todo en cuestiones relativas al contexto cultural completo más allá de los aspectos formales y técnicos.

El factor limitante básico de la etnoarqueología es que en sentido estricto es una fuente de hipótesis de trabajo, que han de ser contrastadas en la medida de lo posible, pues cuanto mayor sea la afinidad resultante será más grande la probabilidad de veracidad de la interpretación.

También es posible a través de comparaciones con culturas parecidas por sus datos históricos y artísticos crear o contrastar hipótesis.

En el caso que nos ocupa, se trata de estudiar los problemas de interpretación de las imágenes del pasado a través del análisis de la imaginería religiosa de los santuarios católicos populares campesinos más importantes de la provincia de Lugo, que fueron objeto de un estudio completo desde el punto de vista de la antropología religiosa (BLANCO, 1996) y de la hagiografía de los santos más populares de Galicia (GONZÁLEZ, 2012).

Las cuestiones que formulamos son las del tipo que pueden contrastar mejor algunas implicaciones subyacentes en las interpretaciones. En este sentido, el trabajo sobre la interpretación de los restos funerarios hecho desde un punto de vista crítico con las hipótesis tradicionales de P. Ucko (1969) sirve como muestra.

1.1. Método

Para entender la complejidad de las posibilidades reales de interpretación hemos recurrido a varios enfoques:

El primero, analizando los casos de las imágenes de los santos objeto de devoción principal en santuarios de la provincia de Lugo (Galicia, España).

En segundo lugar se ha escogido el análisis de los principales santos gallegos para completar y contrastar la información del punto anterior.

1.1.1. Características Geográficas del Espacio Estudiado

La provincia de Lugo se ubica en la parte este-noreste de Galicia entre los 42º N y los 44º N de latitud y los 8º W y los 6º W de longitud (vd. **Figura 1.**). Se trata de principalmente de una llanura central, denominada *Terra Chá* (tierra llana) que limita al norte con la *Serra do Xistral*, conjunto de montañas que separan la parte llana de la zona costera, en la que se ubican parte de las rías altas gallegas. A lo largo de esta llanura circula parte del río Miño, el río más grande de Galicia. Al este están las sierras orientales de Galicia, Caurel y Ancares, donde se ubica el punto más alto (Pico de Mustallar, *serra dos Ancares*, 1935 m) de la provincia. Estas sierras orientales a su vez componen el sector más occidental de la Cordillera Cantábrica. Sur y oeste presentan una continuidad de la *Terra Chá*, exceptuando por las zonas montañosas del sureste.

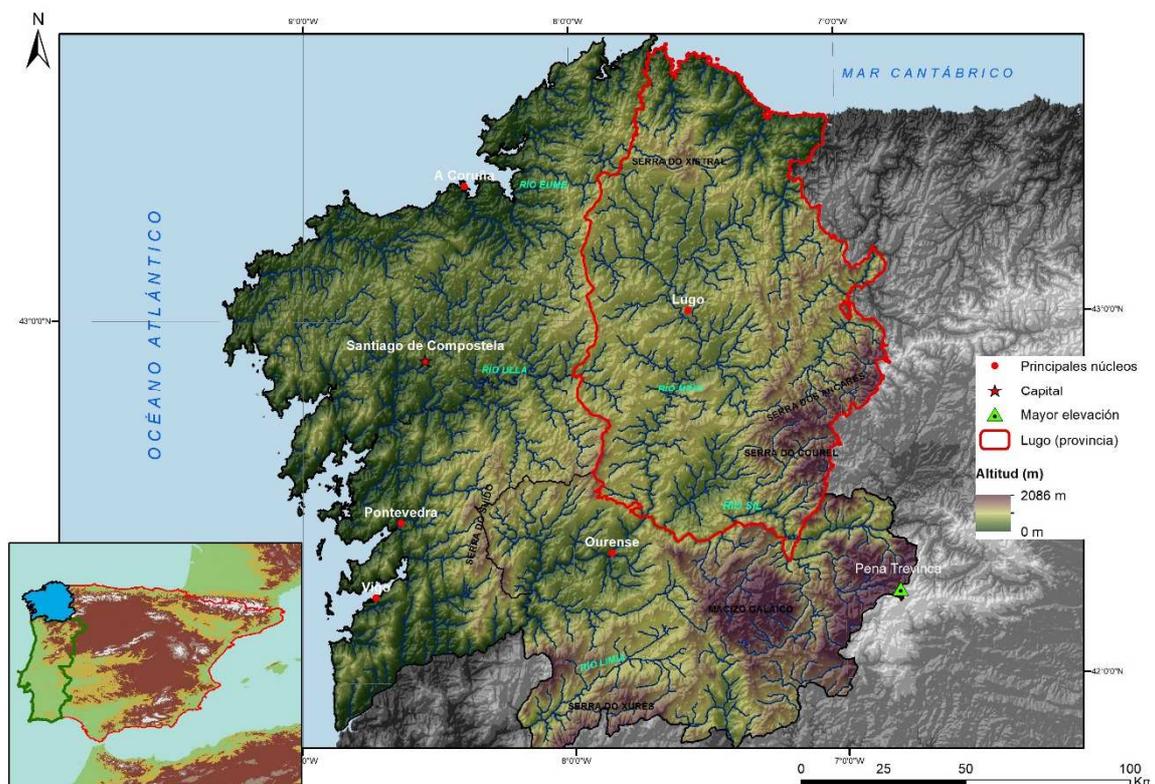


Figura 1. Ubicación y altitud de la provincia de Lugo. Fuente: Elaboración propia. MDT obtenido a partir del GMTED2010 del *United States Geological Survey*

Esta provincia tiene 339.386 habitantes, el 12,42 % de la población total de Galicia (INE, 2016), distribuidos en 67 municipios y en torno a 1.138 parroquias (la archidiócesis de Lugo abarca parroquias de otras provincias también), población dispersa a lo largo de toda su extensión, siendo la ciudad con mayor población la capital homónima con 98.134 habitantes (INE, 2016). Su actividad económica va desde el sector servicios en los núcleos urbanos, hasta la industria agropecuaria y florestal, prácticamente presente en todo el territorio. Destaca la presencia de la industria del Aluminio en Cervo (en la costa) y la presencia de la vitivinícola en el sur con la denominación de origen (DO) *Ribeira Sacra*.

2. Los Santos Populares

A partir del análisis de los datos de un detallado estudio antropológico de los santuarios populares de la provincia de Lugo (BLANCO, 1996) (vd. **Figura 2.**), en el que se estudian, entre otras cosas, los poderes atribuidos a los santos objeto de la devoción en el medio rural; de un modo especial los veinte y seis centros de culto tradicional más importante, y de un modo menos detallado cerca de otros ciento cincuenta de menor entidad, se pueden establecer una serie de observaciones sobre las imágenes de los santos y sus poderes:

- 2.1. Diversos santos tienen en común el poder curativo sobre una misma enfermedad.
- 2.2. Hay santos especializados en la concesión de un tipo de ayuda concreta, así como hay santos que conceden ayudas de varios tipos. Estas ayudas y poderes de un mismo santo, así como las leyendas hagiográficas, pueden variar de una comarca a otra.
- 2.3. Un mismo santo puede tener imágenes distintas en los diferentes santuarios, tanto en su vestuario como en los símbolos alusivos a su hagiografía o poder curativo. En ocasiones alguno de los objetos que acompañan la escultura del santo pueden tener usos diferentes que varían de una comarca a otra.
- 2.4. Una misma imagen del santo puede tener poderes distintos o parecidos, pero con distinto grado de efectividad en lugares de culto próximos. También los ritos, las peticiones y las ofrendas a una misma imagen pueden variar de unas zonas a otras.
- 2.5. Diferentes santos pueden recibir el mismo tipo de ofrendas ante peticiones parecidas o distintas.
- 2.6. A menudo no hay una relación lineal entre la hagiografía, los poderes atribuidos al santo, las peticiones dirigidas a él y el tipo de ofrendas. De hecho, los atributos que se le adjudican a determinados santos en ocasiones tienen muy poco que ver con su historia y su hagiografía oficial.
- 2.7. La frecuencia de la aparición de determinadas imágenes no indica necesariamente su importancia en la religiosidad popular, pues existen casos en los que no hay ofrendas ni peticiones especiales dedicadas a ellos.
- 2.8. La jerarquización teórica del panteón religioso puede ser muy distinta a la valoración real que se hace de ellos en la práctica, como lo indica la frecuencia de las peticiones a sus diversos componentes.

2.9. Con el paso del tiempo, y con el cambio del contexto cultural y religioso, a algunas imágenes antiguas, o sencillamente viejas, se les desconoce su advocación, sus poderes curativos, o hagiografía, pero a pesar de ello siguen estando presentes en los templos.

2.10. Algunos santos solo tienen un grupo muy reducido de devotos, que en ocasiones son procedentes de otro país donde si tiene gran devoción, pero en la ubicación en la que se hallan actualmente son prácticamente desconocidos para la mayoría de los que acuden al templo.

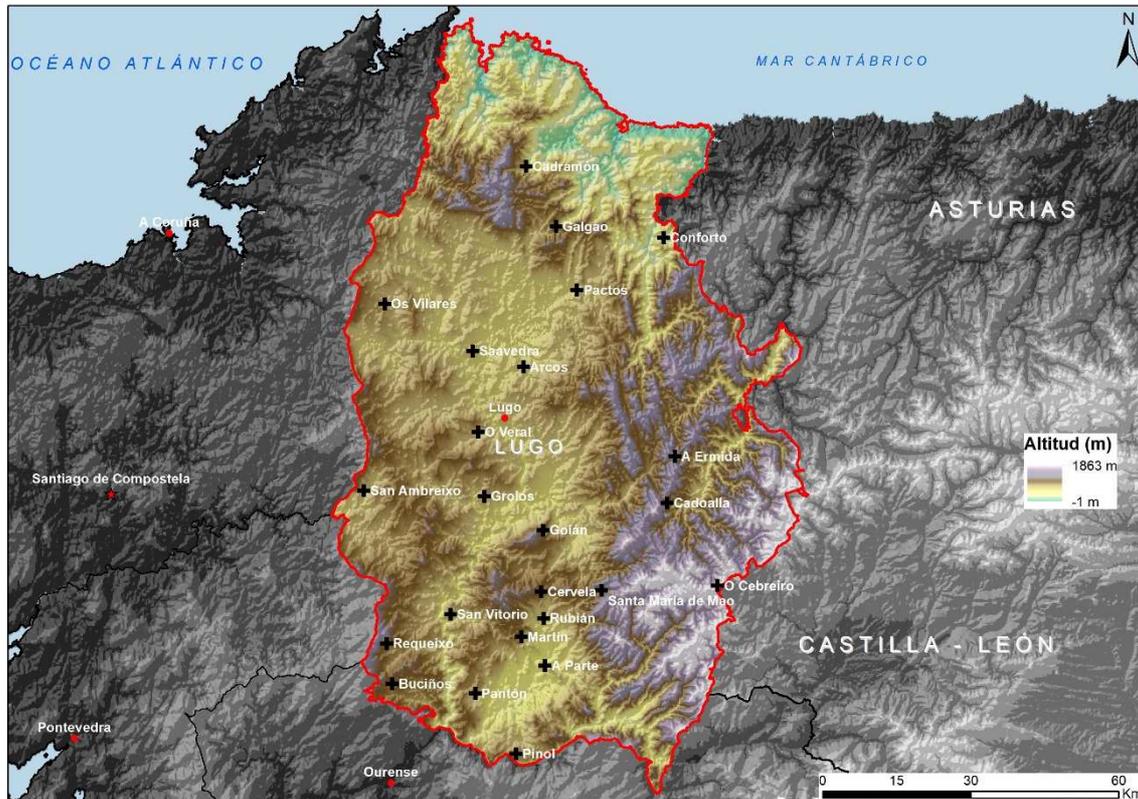


Figura 2. Ubicación de los santuarios populares en la provincia de Lugo. Fuente: Modificado de Blanco, J.M. (1996) *Exvotos e Rituais nos Santuarios Lucenses*

3. Conclusiones

Las imágenes cristianas que hemos citado, y que bajo un conjunto de rasgos comunes visibles ocultan una serie de amplias variaciones peculiares en sus funciones y significados, son una muestra de cómo, en una religión de pretensión universal organizada jerárquicamente con un gran aparato burocrático, universalidad y ortodoxia de sus principios, que llegó a generar instituciones como el tribunal de la inquisición y a actuar como factor de peso en guerras y enfrentamientos, no ha sido capaz de mantener sus ideas por igual en todos los países y grupos sociales donde se encuentra instalada. Si esto es así, cabe pensar en la situación en otras religiones del pasado y del presente, donde no se dieron, ni se dan, las estructuras de poder citadas como necesarias para mantener la creencia y el rito uniformes en todos los lugares por donde tienen presencia.

Por tanto, a la hora de interpretar las imágenes del pasado hay que tener en cuenta los límites al traspasar la simple identificación iconográfica, ya que en un número elevado de casos falta el contexto arqueológico del que pudiera precisar sus funciones y significados. Estas dificultades

pueden ser tomadas más como un reto para desarrollar nuevos enfoques en la interpretación, que como circunstancias que paralizan la investigación, ya que estudios de etnoarqueología, etología y psicología, entre otras disciplinas, permiten avances en lo que por el momento parece un umbral difícil de superar.

Los principios señalados indican la dificultad de averiguar con la precisión la naturaleza y el alcance de los poderes de las imágenes, aunque se hallen en lugar sagrado, pues si bien en todo caso hay que hacer la interpretación dentro del contexto en que se hallan, como a menudo este es poco explícito, no es fácil contrastar las posibles hipótesis de trabajo con otros elementos de la cultura material.

BIBLIOGRAFÍA

BLANCO PRADO, J. M. - **Exvotos e Rituais nos Santuarios Lucenses**. Servicio de publicaciones de la Diputación Provincial de Lugo, Lugo, 1996.

GONZÁLEZ REBOREDO, J.M. - **Os titulares de parroquia en Galiza**. Sotelo Blanco Edicións. Santiago de Compostela, 2012.

VÁZQUEZ VARELA, J.M. - Culturas distintas, tiempos diferentes y soluciones parecidas. In **Ensayos de Etnoarqueología**. Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Pontevedra. Pontevedra, 2004.

VÁZQUEZ VARELA, J.M.; VÁZQUEZ RODRÍGUEZ, A.L. y VALCÁRCEL DÍAZ, M. - Estudio etnoarqueológico de la evolución de un hábitat estacional de alta montaña en Lugo (Galicia, España). In **Boletín del Museo Arqueológico Nacional**, 34, 2016, p. 405-420.

UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO RELIGIOSO DE PAUDALHO-PE

Mércia Carréra

Professora Coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da
Faculdade Damas da Instrução Cristã- Fadic, Brasil
merciacarrera@hotmail.com

Leandro Surya

Professor do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da
Universidade Federal do Vale de São Francisco – Univasf
6477-000, SRN-PI, Brasil;
leandro.surya@univasf.edu.br

Flávia Maria Rodrigues do Nascimento

Arquiteta e Urbanista, Brasil
fmrnascimento@gmail.com



Um Olhar sobre o Patrimônio Religioso de Paudalho-Pe

Mércia Carréra

Leandro Surya

Flávia Maria Rodrigues do Nascimento

Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 18 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

O presente artigo tem como base a pesquisa sobre o patrimônio religioso do município de Paudalho-Pe, do período do século XVII ao século XIX e a relação da população local com os mesmos. A metodologia empregada baseou-se no entendimento de conceitos pertinentes ao tema, entrevistas semi-estruturadas, questionários aplicados a população local, análise de documentação e levantamento físico-arquitetônico do patrimônio religioso, localizado na Zona de Interesse Histórico e Cultural – ZIHC e relacionados na lista dos Conjuntos de Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs, com o intuito de verificar a situação da preservação desses bens e o que representa para os paudalhenses. O resultado da pesquisa verificou o estado de conservação das igrejas e capelas, constatando a necessidade de intervenção. Além disso, a relação da população com os seus bens patrimoniais religiosos é relacionado com a importância de se preservar esses patrimônios.

Palavras-chave: Patrimônio Religioso; Identidade Cultural; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

The present article has as a basis the research on the religious heritage of the municipality of paudalho-pe, from the XVII century to the XIX century and the relationship of the local population with the same. the employed methodology was based on the understanding of concepts relevant to the theme, semi-structured interviews, questionnaires applied to the local population, analysis of documentation and physical-architectural survey of religious heritage, located in the Zone of Historical and Cultural Interest - ZIHC and related in the list of sets of Special Preservation buildings - CIEPs, intended to verify the situation of the preservation of these goods and what it represents for the paudalhenses. the result of the research verified the state of conservation of churches and chapels, finding the need for intervention. in addition, the relationship of the population with their religious patrimonial property is related to the importance of preserving these patrimonies.

Key-words: Religious Heritage; Cultural Identity; Heritage Education.



1. Introdução

Atualmente a discussão sobre a preservação do patrimônio cultural tem sido recorrente em diversos países do mundo. Preservar o passado para gerações futuras é uma forma de garantir a identidade de um povo. A importância em identificar a relação da população de Paudalho, Estado de Pernambuco, com o seu patrimônio religioso e a conservação do mesmo, contribuirá para o debate sobre a integridade do patrimônio religioso paudalhense.

Paudalho é um dos municípios do estado que tem em seu perímetro urbano exemplares da arquitetura religiosa colonial, suas igrejas e capelas. Essa pesquisa se desenvolveu tendo como objeto de estudo as Igrejas e Capelas que fazem parte da Zona de Interesse Histórico e Cultural - ZIHC e relacionados na lista dos Conjuntos de Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs.

Mesmo sendo uma área definida como de preservação do Plano Diretor da Cidade de Paudalho (2002), estas edificações não são priorizadas na agenda do município em detrimento de outras ditas prioridades, tais como saúde, infraestrutura e educação. Esquecem, porém, que a memória cultural da cidade é registrada pela sua história e arquitetura, estruturadores culturais.

O patrimônio sofre constantes mudanças, seja pela ação do tempo com a falta de manutenção e conservação, seja por intervenções ocorridas ao longo de sua história, sem critérios apropriados, dificultando a caracterização não só do edifício como da paisagem do seu entorno.

2. Patrimônio, Memória, Identidade Cultural, Atribuição de Valor e Legislação Patrimonial

A partir do século XIX, o termo patrimônio adquiriu outros conceitos além de algo que se é herdado. Um período de grandes transformações em decorrência da Revolução Francesa e a Revolução Industrial foi um tempo em que a restauração se firmava como ciência. Neste contexto se salientou a necessidade de eleger monumentos que pudessem negar o esquecimento do passado. Durante esse período, não só novos critérios e novos objetos foram acrescidos, ampliando a ideia de patrimônio, mas também foi levado em conta a noção historiográfica da época, na qual os monumentos deveriam expressar os fatos históricos singulares e grandiosos de identidade de uma população (coletividade). Sendo assim, a preservação da arquitetura passa a salvaguardar a história de um lugar, de um momento e de uma identidade coletiva (GUILLAUME, 2003; CHOAY, 2014).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), patrimônio constitui-se como o legado que recebemos do passado ao qual vivemos e que vamos passar para as futuras gerações, sendo “fontes insubstituíveis de vida e inspiração”, nossa identidade, nosso ponto de referência.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988 o artigo 216, configura como patrimônio:

“As formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Compreender patrimônio como algo que nos remete ao passado, nos permite poder vivenciar o presente e disseminar as gerações futuras, Pelegrini admite “que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos” (PELEGRINI, 2007: 87), sentimento esse, que assegura uma identidade cultural.

Segundo Santos (2008), o termo patrimônio surge quando uma comunidade se refere à qualidade de representação conferida aos bens, tangíveis e intangíveis, que escolhe valorizar, e a ele indica uma atribuição de valor.

A compreensão atual de patrimônio cultural acaba estabelecendo a existência de duas categorias distintas de bens culturais. Uma mais antiga e tradicional, que se refere ao patrimônio material, na qual integra construções, obeliscos, esculturas, acervos documentais e museológicos, e outros itens das belas-artes. Em paralelo, temos o chamado patrimônio imaterial, que abrange as expressões culturais e as tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito a sua identidade, como o modo de fazer, os saberes, as danças, as manifestações religiosas, suas crenças, festividades tradicionais, costumes e lendas. Percebe-se que a preservação do patrimônio é de suma importância para o registro da memória e da identidade cultural de uma sociedade.

A memória é uma faculdade cognitiva extremamente importante, pois forma a base para nossa identidade individual e coletiva, culminando em um arquivo que nos permite recuperar experiências e histórias. No sentido de herança, construção e identidade, a memória é permeada do sentido, não apenas daquilo que ocorreu no passado, mas do tempo presente.

Como afirma Le Goff (1984), a memória é crucial, ao ressaltar a sua importância nas discussões contemporâneas no campo das humanidades, principalmente entre os historiadores, bem como remete a importância fundamental da memória no debate atual acerca do problema da identidade, na medida em que a memória é um dos elementos constituintes e fundadores da identidade.

Dessa forma, não podemos separar o conceito de memória do conceito de identidade, pois segundo Pollak:

“(...) a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo”. (POLLAK, 1992: 204-205).

Segundo a antropologia, identidade é uma característica de um ser que se percebe como tal ao longo do tempo, podendo ser individual ou cultural, característica a qual é compartilhada entre diferentes indivíduos. Identidade essas que também são citadas ao longo da vida são identidades que nos definem como pessoa, lugar. É a identidade própria que vai diferenciar uma pessoa da outra, e as torna única e especial (FUNDARPE, 2009).

As edificações do passado constituem um legado fundamental para a manutenção de identidade nacional. O conhecer e preservar dessas edificações servem de instrumentos que garantem a identidade e a memória coletiva de um povo, o seu patrimônio. Portanto, os conceitos de memória, identidade, atribuição de valor e história permitiram nessa pesquisa avaliar como a comunidade local do município do Paudalho se relaciona e se apropria do seu patrimônio religioso edificado.

Um das ferramentas para preservação do patrimônio, são as legislações que se referem ao patrimônio, desde a Constituição Federal até Leis, Decretos e Resoluções Estaduais e Municipais.



No Brasil, a primeira medida oficial sobre preservação patrimonial surge com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo regulamentado pelo Decreto-lei 25/1937, que é adequado, principalmente, á proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos, o qual fundamenta as normas de preservação e o intuito de tombamento como mecanismo de controle do Estado Novo, usando das atribuições que lhe confere o art.180 da Constituição. Em 1970, passa a ser o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que perdura até os dias de hoje.

Em 1972, acontece em Paris a primeira Convenção referente a patrimônio nacional cultural que supera as fronteiras nacionais, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Nela constatou-se que o patrimônio cultural e o patrimônio natural estão cada vez mais ameaçados de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agravam através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes.

O patrimônio é imprescindível para a preservação da identidade, porém as políticas que reconhecem o patrimônio e lhe dão significado, não são neutras, mas refletem a ideologia dos responsáveis e muitas vezes adotam critérios ambíguos em função de interesses conjunturais, que são alteradas quando muda a administração pública (BARRETTO, 2007).

Não se pode deixar de lado a política urbana dos municípios, tomou-se como parâmetro o plano diretor de Paudalho (2002), no qual está definido o tipo de intervenção que pode ser realizado no bem onde será feita a intervenção como também está estabelecido a área onde está localizada as Igrejas e Capelas que fazem parte da Zona de Interesse Histórico e Cultural - ZIHC e relacionados na lista dos Conjuntos de Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs.

3. Paudalho e o seu Patrimônio Religioso

Conforme a tradição local, na segunda metade do século XVII, no extinto engenho Paudalho, se dá o início da povoação da cidade. De acordo com Melo (1918), ergue-se o núcleo urbano, inicialmente entre o entorno da Igreja Matriz e a Igreja do Rosário, se desenvolvendo posteriormente para o Leste, o Sul e o Oeste. Ficando registrado em suas igrejas a lembrança do passado.

Foi criado o Distrito de Pau D'Alho, pertencente ao município de Nazaré, em 1789, vindo a tornar-se município no dia 27 de junho de 1811, mas a provisão só foi dada no dia 15 de fevereiro de 1812 e a instalação do município ocorreu no dia 16 de maio do mesmo ano. Tornando-se cidade em quatro de fevereiro de 1879.

As maiorias das edificações referentes ao patrimônio religioso de Paudalho tiveram a sua origem nos engenhos. Na época era de costume se erguer uma capela ou igreja ao lado da casa grande do proprietário.

A história econômica de Paudalho teve grande êxito na produção do açúcar financiando a arquitetura religiosa.

4. Cenário Atual do Patrimônio Religioso de Paudalho Pertencente à Delimitação do Plano Diretor

De acordo com, o Plano Diretor do Município do Paudalho (2002), instituído pela Lei Municipal nº. 574/2006, o território do município é dividido em Zona Urbana e Zona Rural (art. 5º). O mesmo ainda tem seu território organizado em zonas e setores específicos (art. 9º), situando-se dentre elas a Zona de Interesse Histórico e Cultural – ZIHC e os Conjuntos e Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs, sendo as duas últimas áreas de interesse nesta pesquisa.

Como estabelecido, também, no art. 9º da Lei mencionada, a ZIHC, “compreende os núcleos de origem dos assentamentos, as localidades e conjuntos edificados que servem de referência histórica e compõem a identidade cultural do Município” (PLANO DIRETOR, 2002: 42), a qual tem como diretriz a preservação das características morfológicas e tipológicas dos assentamentos. As CIEPs “constituem o conjunto ou imóvel isolado, de interesse histórico e cultural, situados no Município” (*idem, ibidem*), tendo como diretrizes a preservação das características morfológicas e tipológicas dos imóveis e conjuntos, a implantação do raio de proteção com o objeto da intervenção sob análise espacial, para valorizar e preservar a integridade do conjunto.

Paudalho não possui lei municipal que oriente o uso e a ocupação do solo e a proteção do patrimônio municipal. Sendo assim, no art. 16º da legislação referida, trata-se do parcelamento do solo, indicando que na ausência de legislação municipal, pertinente, ele será regido pela legislação Federal e Estadual. Já o art. 39º, esboça que o Município aplicará os instrumentos de política urbana do Estatuto da Cidade. Os artigos 50º e 51º determinam prazos para delimitação precisa do perímetro urbano, bem como elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Código de Obras e Edificações. No entanto, já transcorreram mais de cinco anos e ainda não foram elaborados.

O Município dispõe da Lei Municipal nº 572, de 02 de junho de 2006, a qual institui o Código de Postura do Município de Paudalho. No Título III, Capítulo I – Disposições Relativas à Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, consta que:

Art. 74º - As disposições deste Capítulo têm por objetivo estabelecer condições especiais para utilização e conservação das edificações e espaços situados na Área Histórica, tendo em vista a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural da cidade. Parágrafo Único – As demais disposições deste Código serão aplicáveis à áreas histórica, quando não conflitarem com as disposições deste Capítulo (CÓDIGO DE POSTURA, 2006: 6).

Em relação às edificações religiosas, o mapa de diretrizes histórico-culturais incluso no Plano Diretor de Paudalho (2002), confirma que tais edificações estão localizadas em uma Zona de Interesse Histórico e Cultural - ZIHC, e algumas dessas também se apresenta como um imóvel que compõe a lista de Conjuntos e Imóveis Especiais de Preservação – CIEPs

Conforme a lista de CIEPs, disponível no Anexo IV do Plano Diretor (2002), constam relacionadas como “Arquitetura Religiosa”, as edificações abaixo:

4.1. Igreja de Santa Tereza – Datada de 1711, é reminiscência do engenho Paudalho e está locada próximo à estação ferroviária;

4.2. Igreja Matriz do Divino Espírito Santo - Padroeira da cidade, esta localizada na Praça do Espírito Santa, construção do final do século XVIII;

4.3. Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Núcleo histórico original, delimitado pela Zona de Interesse Histórico e Cultural (ZIHC), que compreende a área do Desterro até o engenho Ramos;

4.4. Igreja de Nossa Senhora da Luz – Situada a 3km da sede municipal, no povoado de São Severino, antigo Engenho Ramos, construção do século XIX;

4.5. Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – Construção do século XVII;

4.6. Capela de Nossa Senhora do Desterro – Construção do século XVII;

4.7. Igreja de Nossa Senhora do Livramento (Igreja de São Sebastião) – Localizada na Rua Henrique Dias e datada de 1831.

Partindo dessa relação referente ao patrimônio religioso, iniciamos o levantamento fotográfico com o intuito de registrar a situação atual dessas edificações.

Paudalho possui um rico acervo arquitetônico religioso de valor histórico, no qual agrega edificações do século XVII e princípio do século XIX, herança dos inúmeros engenhos. No mesmo período, as ordens e irmandades (Franciscanas e Jesuítas) marcam sua presença em Paudalho. A religiosidade do município está registrada em suas igrejas e capelas.

4.1. Igreja Santa Tereza

Próxima à estação ferroviária, esta localizada a Igreja mais antiga do município, construída em homenagem a Santa Tereza d'Ávila. A capela de Santa Tereza, datada de 1711, atendia na época aos moradores do antigo Engenho Paudalho.

Na área do Conjunto Histórico onde está localizada a Igreja de Santa Tereza, o traçado urbano ainda é preservado à margem esquerda do Rio Capibaribe. As características estilísticas do conjunto histórico apresentam um alto grau de degradação e descaracterização de algumas edificações. A ambiência do local mostra um entorno agradável e calmo, como as características da ocupação local, as edificações apresentam uma volumetria de apenas um pavimento, o que favorece o destaque da Igreja neste conjunto.

Através do levantamento histórico e fotográfico foi possível perceber que na fachada frontal não houve alteração, há mudança apenas de cor no pano de fachada, ornatos e cunhas, que ocorre até os dias atuais, que era pintada na cor branca e hoje se encontra pintada na cor bege com os detalhes em marrom.

Na Igreja de Santa Tereza, a estrutura encontra-se em bom estado de manutenção e com pintura efetuada recentemente. O telhado em duas águas com cobertura em telha canal e apoiado nas paredes, foi perceptível o deslocamento de algumas telhas, sendo assim o grande causador de danos, ocasionando inúmeras goteiras e infiltrações.

O piso da nave central em pedra de mármore é original e mostra-se desgastado nas pedras e no rejunte, ação causada pelo tempo e falta de conservação. O desgaste no piso de cimento queimado nas duas naves laterais é bastante visível, com fissuras e lacunas, ocasionado por falta de manutenção adequada.

Na área interna o guarda-corpo e a escada de acesso ao coro em madeira, estão pintados com tinta a óleo na cor bege, esse tipo de pigmentação não é o ideal e feita de forma inadequada com camadas sobrepostas deformando o desenho dos ornatos, afetando suas características.

O Altar-mor e os dois Altares Laterais hoje são em alvenaria e estão em bom estado, com os ornamentos pintados em dourado e o fundo em branco.

Visivelmente a Igreja de Santa Tereza apresenta algumas intervenções que foram feitas para atender as necessidades do uso. A primeira em 1852, reformada por intermédio do Frei Caetano de Messina pároco da época, a segunda e terceira realizada em comemoração aos 250 anos (1951) e de 300 anos (2011) respectivamente. Durante a gestão do Padre Inácio Vieira.

4.2. Igreja Matriz do Divino Espirito Santo

A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo tem sua construção datada de 1750, época que foi criada a irmandade do Rosário dos Homens Pretos, localizada no centro da cidade.

Foi observado o acréscimo da nave lateral direita para suprir a falta de espaço na edificação e a retirada do cruzeiro para alargamento da via. A pintura colorida é algo bastante corriqueiro nas fachadas e ornatos em igrejas no estilo barroco/rococó que não tem uma base estrutural maneirista, na Igreja Matriz podemos verificar que no decorrer dos anos, ela passou por várias mudanças na cor de suas fachadas, lilás, tons pastéis como azul e bege, e atualmente um rosa, e todas com os ornatos na cor branca.

A Igreja Matriz do Divino Espírito Santo é a que se encontra em melhor estado de conservação. Todo seu piso é em ladrilho hidráulico, no piso da nave lateral esquerda, aonde se encontra localizado o Altar de Santa Terezinha, o desenho tem uma composição com as cores, caramelo, marrom e banco, enquanto os que compõem a nave central, na lateral direita, presbitério e no altar mor tem uma paginação em desenho tipo arabesco, nas cores branca e preta, e na sacristia predominando a cor verde com desenhos em branco com detalhes em preto.

Em madeira, os púlpitos, as tribunas, as sanefas e os altares, são ornamentados em estilo barroco, pintados em dourado. O fundo dos altares e as paredes da Igreja levam a cor branca com um detalhe em marmorino em toda lateral, proporcionando leveza à obra. Na capela-mor está representado o Divino Espírito Santo coberta por uma abóboda de aresta, e com as imagens de Nossa Senhora do Rosário e São Miguel Arcanjo no altar, e ao fundo outra imagem do Divino Espírito Santo.

Os dois Altares Laterais passaram por restauro há dois anos, onde algumas partes foram recuperadas e outras reconstruídas por completo.

O telhado em duas águas coberto com telha canal, também apresenta deslocamentos de algumas telhas, ocasionando inúmeras goteiras e danificando o forro de lambri em madeira, assim como o piso e guarda-corpo do coro.

A edificação passou por seis intervenções, sendo quatro reformas, um acréscimo e uma manutenção:

1840, quando foi elevada a sede da Paróquia, reforma com ampliação;

1869, reforma devido a grande cheia do rio Capibaribe;

1934, acréscimo da sacristia e inauguração do Altar de Santa Terezinha;

1975, reforma, devido outra grande cheia do rio Capibaribe que abalou parte do Altar-mor e destruiu por total a casa paroquial;

1986, manutenção da coberta;

2015, reforma dos Altares Laterais.

4.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em estilo barroco, possui sua construção datada de 1778, conforme placa fixada em sua fachada. Apresenta em seu entorno casas simples e em frente à Praça Joaquim Nabuco. Como nas demais igrejas o que se observou foi à mudança a cada ano das cores de sua fachada, no caso da igreja citada anteriormente confirma que em edificações com predominância do estilo maneirista são utilizadas cores claras ou branca.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi a que se apresenta em pior estado de conservação. O problema não é pontual como ocorre nas demais edificações no qual a falta de manutenção periódica na coberta é o maior problema. Na visita *in loco* observou-se inúmeras patologias e sinais de degradação.

O telhado se torna o grande causador desse desgaste, do tipo duas águas, com estrutura de madeira e coberto com telha canal, assim como nas demais o deslocamento das telhas causa inúmeras goteiras, ocasionando infiltração em toda a edificação. Também são visíveis focos de cupins e o surgimento de fungos por conta da umidade.

O piso atual em cimento queimado, já é resultado de intervenções anteriores, no qual foi possível observar fissuras e lacunas. Os vestígios do piso original em ladrilho hidráulico com desenho tipo arabesco, esta em pequenos detalhes, como soleira e uma faixa que delimita a Nave Central do Altar-mor.

A degradação do tempo e a falta de manutenção foram os causadores da perda dos dois Altares Laterais em madeira, os quais foram refeitos em alvenaria, perdendo a delicadeza dos ornatos e a originalidade.

O Altar-mor é o original de madeira em estilo barroco, com os ornatos em dourado e o fundo branco, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário no nicho central, e nos da lateral a imagem de São Francisco e Nossa Senhora Sagrado Coração de Maria. Encontra-se bastante depreciado pela umidade e manifestação de cupins, foi observado lacunas, desprendimento da camada pictórica, além de instalação de fiação elétrica feita de forma inadequada sobre o Altar.

A escada de acesso à galeria lateral, assim como o piso tabuado em madeira, encontra-se em péssimo estado de conservação, com lacunas e desgaste da madeira, ainda sendo usada de forma inadequada como depósito.

O Coro também se encontra bem deteriorado, ação da umidade causada pela infiltração de águas devido aos deslocamentos de algumas telhas. Neste caso, é possível ver área com apodrecimento da madeira.

Na torre sineira se repete todas as patologias das demais áreas da edificação, a escada e os pavimentos intermediários de acesso ao sino estão comprometidos.

Desde a sua inauguração a edificação passou por três intervenções, sendo estas em 1869, reforma devido a cheia do rio Capibaribe, em 1988 reforma e reabertura, e 2005 a última reforma durante a gestão do Padre Raimundo.

4.4. Igreja de Nossa Senhora da Luz

O município recebe milhares de romeiros no período do mês de agosto até a semana Santa do ano seguinte na Capela de Nossa Senhora da Luz, conhecida como Igreja de São Severino, uma das maiores manifestações religiosas do Brasil. Nela encontra-se o Santuário em homenagem a São Severino, nas terras do antigo engenho Ramos, desativado na década de 1920. A Igreja é de propriedade particular, a arquidiocese não intervém nem tem autonomia sobre a romaria, a prefeitura vem tentando há anos fazer a desapropriação das terras.

A igreja não apresenta um bom estado de conservação e nem de manutenção. O forro e detalhes nas paredes estão pintados com tinta a óleo, num tom de azul celeste em todo forro, no Altar-mor seu forro apresenta uma pintura de Nossa Senhora da Luz.

As patologias e elementos espúrios estão bem evidentes em todo o forro, como: umidade, estufamento e fiação elétrica indevida. A umidade é proveniente da infiltração de água por consequência do deslocamento das telhas e a falta de manutenção. O guarda-corpo da galeria é todo em gradil pintado na cor prata.

O Altar-mor, contém a imagem de Nossa Senhora da Luz no centro. No Altar Lateral, esta a imagem de São Sebastião trazida de Portugal, esta é protegida por vidro, em estuque, pintado de branco. As ofertas são depositadas no Altar do Santo.

O piso da Capela de Nossa Senhora da Luz é todo em ladrilho hidráulico com várias padronagens, apresentando desgaste em boa parte da composição.

Durante todos esses anos passou apenas por duas intervenções, em 1906, ampliação de sua área para atender o número de romeiros, e em 1918 ocorreu uma reforma interna.

4.5. Capela Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Construção do século XVII em estilo maneirista, durante todos esses anos não sofreu intervenções de acréscimo em sua edificação. A frente da Capela tem um cruzeiro em madeira, sobre uma base de pedra. O seu entorno é marcado pelas casas do povoado do Rosarinho. É visível a descoloração da cor amarela pintada na cornija.

O estado de conservação é relativamente bom, visto que a limpeza é realizada pelos zeladores que vem a serem moradores do povoado. O telhado em duas águas, com estrutura em madeira e coberto com telha canal com beiral. O deslocamento das telhas canal, causam infiltrações de água, o que acarreta várias patologias.

Os Altares são em alvenaria com os ornatos pintados em amarelo claro com o fundo branco. No Altar-mor fica a imagem de Nossa Senhora do Rosário em um belíssimo oratório talhado, com a imagem de Santo Benedito à direita, e a esquerda a imagem de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Nos Altares Laterais: no altar da esquerda a imagem de Jesus, o da direita com a imagem de Jesus Crucificado e Nossa Senhora das Dores.

A estrutura do coro é toda em madeira onde consta lacuna na composição do guarda corpo, e piso tabuado, o acesso se dá por uma escada localizada na lateral esquerda da Nave Central. O conjunto foi pintado com tinta a óleo, o que apaga a sinuosidade dos detalhes originais. O piso em ladrilho hidráulico mostra as marcas do tempo, com desenho tipo arabesco na padronagem branco, preto e verde, compõe do à Capela.

Passou por três reformas todas em decorrência das cheias do rio Capibaribe, nos anos de 1854, 1869 e 1975.

4.6. Capela Nossa Senhora do Desterro

A Capela Nossa Senhora do Desterro tem sua construção datada do final do século XVII ou início do Século XVIII. Foi à primeira igreja de Paudalho construída pelos Jesuítas. Em estilo maneirista, possui um cruzeiro na frente, e está localizada no Povoado de Desterro. Devido o fato de ter passado por intervenção há quatro anos o seu estado de conservação é bom.

O telhado em duas águas, com estrutura de madeira e coberto com telha canal tem eira, beira e tríplice beira, o deslocamento das telhas ocasiona as patologias na edificação, devido o número de goteiras, resultando na infiltração de água. É possível visualizar algumas intervenções, como a colocação de gradil no entorno do adro e a construção de contrafortes, na lateral que margeia a via local como forma de conter os abalos causados pelas trepidações decorrentes do tráfego de caminhões da Usina Mussurepe.

O interior da Capela esta pintada em azul claro. Os elementos em madeiras pintados com tinta a óleo destacam a cor marrom, como o guarda corpo do coro com fechamento de muxarabi e púlpito.

O piso passou por intervenção e foi trocado por um de cerâmica composto por peças em formato hexagonal, fazendo uma apologia ao original.

Os Altares, assim como na Capela do Rosário, são em alvenaria. Na Capela do Desterro os ornatos estão pintados de branco com o fundo em azul claro. O Altar-mor, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário ao centro, ladeada pela imagem de São Sebastião e Santo Antônio, possuem forro em madeira tabuado pintado na cor branca com tinta a óleo. Neste local é visível o dano decorrente dos vários pontos de infiltração de água.

Nos Altares Laterais se encontram a imagem de Nossa Senhora das Dores do lado direito, e a de Nossa Senhora da Apresentação à esquerda, e o Altar que esta locado na lateral da Nave Central tem a imagem de São Gonçalo.

A Capela passou por algumas intervenções no decorrer dos anos, em 1854, 1869 e 1975 a reforma ocorreu em consequência dos danos causados pelas cheias do rio Capibaribe. Em 2013 o pároco da época, Padre Limacedo, realizou uma reforma e a substituição do piso original do Século XVII, foi deixado uma “janela” na parede mostrando os elementos de composição e técnica construtiva usada na Capela.

4.7. Igreja de Nossa Senhora do Livramento (Igreja de São Sebastião)

A Igreja de Nossa Senhora do Livramento, construção datada de 1831 em estilo barroco e uma sutileza do rocó em elementos compositivos da fachada. Durante os meados de 1980, foi



totalmente descaracterizada. Após o tombamento de sua fachada frontal por inteiro em 1986 e posteriormente a torre lateral esquerda, a mesma foi demolida. A nova edificação em nada se assemelha ou remete a edificação do Século XIX. Como memória desse tempo apenas o cruzeiro, a escadaria de acesso e a mesa de celebração ignorada na parede de fundo em seu interior.

Passou a ser conhecida como Igreja de São Sebastião, após um milagre atribuído ao Santo, padroeiro do município. As comemorações relacionadas à festa ao Santo ocorrem no mês de janeiro e dura dez dias com o novenário e a procissão. Mesmo passados 148 anos, o povo não deixou de celebrar com gratidão a promessa feita ao santo pela graça alcançada.

A tipologia interna da edificação nos remete à tipologia de galpão, com piso de granilite demarcado por uma faixa vermelha ao centro. Apresenta em toda extensão longitudinal um forro de gesso pintado de branco. O Altar esta localizado ao fundo da edificação, com um recuo, ao centro está a imagem de Jesus Crucificado, a sua esquerda São Sebastião e a sua direita Nossa Senhora e o Menino Jesus. Nas paredes laterais do Altar cada uma tem uma imagem, à esquerda, Santo Agostinho e Santo Antônio à direita.

A Igreja sofreu duas intervenções, a primeira pelo missionário capuchinho Frei Fidelis de Forgnano em 1871, reforma e construção da escadaria. Após a demolição em 17 de julho de 1986 passou por uma grande construção perdendo por completo sua identidade, e foi reinaugurada em 12 de janeiro de 1992.

Foi examinada a situação em que se encontra o patrimônio religioso pertecente a lista de CIEPs, disponível no Anexo IV do Plano Diretor (2002). Sem dúvida se faz necessário um cuidado para a sua conservação e preservação para as gerações futuras.

5. A Preservação do Patrimônio um Compromisso Social

A preservação dos bens culturais de uma comunidade é um compromisso social que está diretamente ligado ao exercício de cidadania. Este trabalho coloca-se como um instrumento de diálogo na elaboração e melhoramento de políticas públicas de preservação desses bens.

Preservação não significa apenas manter de pé as antigas construções, mas também as relações sociais, significados e valores atribuídos a uma determinada cultura.

Segundo Salvadori (2008: 26), “Quando se luta pela permanência de um bem, são as relações humanas que lá se estabelecem que deve vir a tona e nossa compreensão sobre ela. O que se preserva não é uma coisa, mas um dado da cultura.” Portanto, preservar o patrimônio é um compromisso social que deve ser respeitado.

Para preservar é preciso conhecer e se relacionar com o patrimônio, considerando a memória, a identidade cultural e o valor a que lhe atribui. A partir dessa afirmação, deve-se buscar uma legislação que possa protegê-lo e as políticas públicas existentes em prol da preservação dos mesmos.

Com o intuito de entender a relação dos paudalenses com o seu patrimônio religioso, foi elaborado um questionário baseado nos conceitos sobre patrimônio, preservação, memória, identidade cultural e valores atribuídos aos mesmos. Aplicar o questionário contribuiu para verificar a importância desse patrimônio para a população, constatando o compromisso social em preservá-los.

Na mesma sequência das igrejas e capelas utilizadas no registro fotográfico, seguiu-se com o trabalho de campo para a aplicação do questionário com a população.

O questionário foi elaborado em duas partes principais: a primeira corresponde às questões socioeconômicas e a segunda, as questões patrimoniais.

Questionário – 1ª Parte: Questões Socioeconômicas

Por meio dessas questões, procurou-se conhecer e caracterizar a população entrevistada por gênero, escolaridade, faixa salarial, religião. Para efeito da pesquisa, foram consideradas pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos e que já moram há pelo menos cinco anos no local.

Questionário – 2ª Parte: Questões Patrimoniais

Correspondem as questões patrimoniais e permeiam tematicamente pelo patrimônio religioso, memória, identidade cultural, valorização e preservação.

As questões são relacionadas ao patrimônio religioso, a importância de sua preservação, identidade e memória, permitindo aos entrevistados responderem sim ou não. Em caso de resposta SIM, pediu-se a descrição, em poucas palavras, do entendimento de patrimônio religioso. Objetivando saber não só o nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao conceito de patrimônio religioso, como também se o mesmo considera importante a preservação das igrejas e capelas. Também se objetivou saber se as mesmas representam a identidade e a memória da população local.

A grande maioria (91%) afirmou saber o significado de patrimônio religioso, e todos (100%) afirmaram a importância da preservação desse patrimônio no qual as igrejas e capelas fazem parte da memória da população local. Dos entrevistados, 90 % afirmaram que o patrimônio religioso representa a identidade cultural local.

Através da análise desses dados, percebe-se que a maioria da população local tem consciência do que é patrimônio religioso e da importância da preservação para garantir sua história.

Sobre a ausência da valorização e o cuidado na preservação desse patrimônio por parte do poder público foi unânime na opinião dos entrevistados. Ao contrário do posicionamento da população e afirmado pelos entrevistados. Ficou evidente que de uma forma geral por parte dos frequentadores das igrejas ou capelas, todos colaboram para a manutenção e preservação dentro das condições econômicas possíveis dos moradores e da arquidiocese.

O questionário elaborado foi desenvolvido com a finalidade de obter uma amostra que possa permitir visualizar o cenário atual do patrimônio religioso de Paudalho e sua relação com a população. Foram aplicados 70 questionários para a população local no entorno das cinco Igrejas e das duas Capelas em estudo, verificou-se que existe uma relação da população de Paudalho com o seu patrimônio religioso.

Na tentativa de manter a imparcialidade em relação às repostas buscadas nessa pesquisa, se teve o cuidado em escolher atores de diferentes segmentos da população paudalhense, como forma de evitar ao máximo a indução dessas repostas. Os relatos feitos pelos entrevistados não deixaram dúvidas quando se remete a importância do patrimônio religioso para a preservação da memória e identidade do município de Paudalho.

6. Considerações Finais

O resultado da pesquisa verificou o estado de conservação das Igrejas e Capelas, percebendo a necessidade de intervenção. De acordo com a situação em que se encontram, a ordem de prioridade para intervenção futura, seria: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a Capela de Nossa Senhora da Luz, Capela de Nossa Senhora do Rosário, a Capela de Nossa Senhora do Desterro, Igreja de São Sebastião e Igreja Matriz do Divino Espírito Santo.

Além disso, a relação da população com os seus bens patrimoniais religiosos é evidente e clara sob a ótica da importância de se preservar esses patrimônios. No entanto, ainda se faz necessário promover um trabalho de educação patrimonial com os diversos atores sociais do município. De tal maneira, que esses atores se apropriem do patrimônio religioso local e assim possam garantir a salvaguarda do patrimônio por completo (os ritos, as festas, a edificação, seu acervo material e imaterial).

As políticas pertinentes à preservação dos bens patrimoniais são de suma importância. O que torna urgente a necessidade da elaboração das mesmas. O resultado dessa pesquisa poderá contribuir ao trazer para o debate as prioridades que devem ser consideradas nas políticas públicas para a preservação do patrimônio de Paudalho-Pe. E, dessa forma, as Igrejas e Capelas, objeto de estudo desta pesquisa, poderão estar mais próximas de receberem as intervenções necessárias, garantido, em parte, a preservação da identidade cultural local para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Margarita - **Cultura e turismo: Discussões contemporâneas**. Coleção Turismo. Campinas: Papyrus, 2007.

CHOAY, F. - **Alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL - **Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura**, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

CONDEPE - Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco. **Série monografias municipais Paudalho**. 1ª. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1987.

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937.

FUNARI, P. P. A; PELEGRINI, C. A. - **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO INTERIOR DE PERNAMBUCO - **“Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Interior/PPSHI Primeira Parte”**, Recife: FIAM, 1982.

FUNDARPE, IPHAN - **Patrimônio de Pernambuco: materiais e imateriais**. Recife, 2009.

GUILLAUME, Marc - **A política do património**. Porto: Campo das Letras, 2003.

LE GOFF, Jacques - Memória. In **Enciclopédia Einaudi, Memória - História** (trad.). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Vol.1, 1984.

MELO, Mário C.D.R. - **Pau d’Alho Geographia Phisica e Política**. Recife: Imprensa Oficial, 1918.



NORA, Pierre - Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury, In **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, p. 07-28.

PERNAMBUCO, Governador do Estado de; SOCIAL, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - **Plano Diretor de Paudalho**. Recife. FIDEM, 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. - Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol. 26, nº 51, 2006, p. 115-140.

PELEGRINI, Sandra C. A. - O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. In: **Revista Eletrônica do CEDAP. Edição Especial**. São Paulo, Vol.3, n.1, 2007, p. 87-100.

POLLAK, M. - Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, 1992.

SANTOS, Irene S. F. - **Patrimônio Histórico Cultural: Leitura Crítica dos Conceitos e suas Implicações na Prática Escolar**. Ponta Grossa: UEPG, 2008.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRASIL - **Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000**. [Em linha]. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. [Consulta em 15.jan.2017] Disponível na WWW: < <http://www.unesco.org>>.

UNESCO - **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. [Em linha]. CONFERENCIA GERAL da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. [Consulta em 27.mar.2016]. Disponível na WWW:<<http://portal.iphan.gov.br>>.

ART AS A RESEARCH METHOD: ON THE EXPRESSION OF ANTHROPOLOGICAL INSIGHTS

Paola Tinè

PhD student of Anthropology and Development Studies at the University of Adelaide,
South Australia

paola.tine@adelaide.edu.au



Art as a Research Method: on the Expression of Anthropological Insights

Paola Tinè

Historial do artigo:

Recebido a 02 de outubro de 2017

Revisto a 10 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

Nos últimos anos, seguindo o exemplo de estudos antropológicos e sociológicos, o uso de métodos visuais de observação tornou-se cada vez mais importante em muitas outras disciplinas de pesquisa social, como trabalho social, política social, setor de saúde e educação. Mas, por que a representação visual é tão útil na pesquisa social? Este artigo fornece uma breve visão geral sobre a evolução histórica da disciplina antropológica visual, bem como sobre o debate sobre a relação entre a prática artística e a pesquisa etnográfica. Além disso, enfoca o papel da arte como meio de comunicação e, em particular, como forma de expressar sentimentos internos, emoções e todos esses estados de mente inexplicáveis, conhecidos na filosofia como "qualia". A teoria proposta por Ricoeur sobre a aplicação da metodologia de interpretação do texto como paradigma para a interpretação em geral no campo das ciências sociais, é aplicada aqui para oferecer uma proposta para o uso da arte fina, especificamente a pintura, como um método complementar para expressar antropológicos conceitos.

Palavras-chave: Antropologia Visual; Belas artes; Comunicação; Pesquisa social; Pintura

ABSTRACT

In recent years, following the example of anthropological and sociological studies, the use of visual methods for the observation and production of insights has become increasingly important in many other disciplines of social research, such as social work, social policy, health sector and education. But why can visual methods of representation be so useful in social research? This article provides an overview of the historical evolution of the visual anthropological discipline, and of the debate about the relationship between art practice and ethnographic research. It focuses on the role of art as a means of communication and, in particular, as a way of expressing inner feelings, emotions, and all those inexplicable states of mind known in philosophy as 'qualia'. The theory developed by Ricoeur on the application of text-interpretation methodology as a paradigm for interpretation in general in the field of social sciences, is used here to offer a proposal for the implementation of fine art, specifically painting, as a complementary method to express anthropological insights.

Key-words: Communication; Fine Art; Painting; Social research; Visual Anthropology



1. Introduction

General consensus has been reached in the last thirty years on the importance of the use of visual media in anthropological research, with the American Anthropological Association stating in 2001 that “visual media are appropriate for the production and dissemination of anthropological knowledge because they can ‘convey distinct forms of knowledge that writing cannot’ and they provide a means to experience and understand ‘ethnographic complexity richness and depth’” (COX, WRIGHT, 2012: 21). However, while there is general agreement on the use of visual research methods in the field, the use of art for the expression of insights is more problematic.

The original positivistic approach that marked the beginning of anthropology has been abandoned over the last century, giving space to a more interpretative approach. The current preoccupation of many anthropologists is to find a way to express those inexplicable feelings that form the experience of being in the world. It has become a modern tendency to use visual arts as a method of accessing these themes, often alongside traditional academic researches. However, while contemporary ethnographers commonly make use of visual methods for data storage, such as photography, filming, artistic diaries and portraiture of interviewees, there is still not a general agreement on how to produce visual artistic insights as an outcome of the research. Without renouncing to these methods, I believe that a form of art should be incorporated in the analytical phase of the research rather than in the data acquisition one. This does not apply to the photographic tool, because pictures are taken in the field and their power of capturing insights, which is mediated by the perception of the researcher, remains linked to the time and place of their creation. Instead, documentary production provides a good example of what I mean with visual methods as the result of a process of analysis of material. The documentary does not constitute a simple collection of videos, but rather a production purposely formed by the author in order to convey certain insights. While the debate on the production of documentaries as a valid part of sociological research has been extensive in recent years, a critical discussion on the development of other artistic expressions, such as painting, sculpture and installations as forms of anthropological knowledge is still to be fully developed.

In this article, after having distinguished between art practice during and after the fieldwork, I suggest the importance of post-fieldwork art production for anthropological analysis and expression of insights. Specifically, I wish to support the role of painting beside other visual practices. The two interrelated questions pervading my discussion will be: what can art express better than common speech and, consequently, what can social research gain from the use of art? I will attempt to describe the role of art in anthropological research as a work of interpretation, representation and expression mediated through a form. I hope in this way to encourage a discussion on this topic and to invite to experimentation along these lines.

2. The history and debate on visual approach in social research

The definition of Visual Anthropology I refer to in this article is the study of social and cultural contexts through the use of visual methods of data collection during the research (photography, video, portraiture) and/or through visual representation of insights at the end of the research. Visual anthropology supports the importance of integrating classical qualitative research methods, such as participant observation, informal conversations, interviews and questionnaires, with visual ones. This is different from the other use of Visual Anthropology that studies visual contents of a society, such as its artifacts (1).

The use of visual methods dates back to the beginning of anthropology, with images at that time considered as proof of scientific verification and impartiality. In 1898, for the expedition to Torres Straits, which marked the beginning of modern anthropology, Alfred Haddon used film to record events and rituals. The original myth of photographic truth was eventually abandoned in favour of an increasing awareness on the subjectivity and manipulated nature of generated images. From the 1930s, photographs started being recognized as “constructed by the maker and the viewer, both of whom carry their social positions and interests to the photographic art” (HARPER, 1998:32). As a consequence of this epistemological transition, the use of photography was largely made into ethnographic monographs until the 1930s, after which the use decreased notably, only to re-emerge with a new premise in the 1960s (2). An important use of photography was made in 1942 by the anthropologists Margaret Mead and Gregory Bateson for their study *Balinese Character* to document aspects of material culture. Their approach was based on the assumption that words would not be sufficient to “reveal and communicate Balinese culture” (PROSSER, LOXLEY, 2008). Contemporary anthropologists still follow the heritage of Mead and Bateson integrating fieldwork pictures as data within their texts, but “what remains unresolved is whether the visual can attain a more productive role in anthropology as a medium of enquiry and discourse (MACDOUGALL, 1997: 292).

The debate on visual anthropology has been historically linked with the debate on the scientific value of the anthropological discipline (CARRITHERS, 1990; SPENCER, 1989). This idea of anthropology as science has been abandoned in the last fifty years, as result of a debate affirming the ‘partiality of the vision’ and the impossibility for the researcher to engage with a completely objective way of seeing that is not mediated by their personal experience and cultural formation. As a consequence, the subjectivity of the researcher has now been accepted and even glorified, culminating in a proposal for more narrative written researches that exalt the personality of the author (GEERTZ, 1988; SPENCER, 1989).

The discussion on the essence and validity of anthropological theories has led to a “problematization of the different possible ways of communicating ethnographic findings and insights” (RUTTEN et al., 2013: 465). Along these lines, some scholars have developed a critique on ‘writing culture’ (CLIFFORD, MARCUS, 1986; MARCUS, FISHER, 1999), with the aim of supporting the emergence of new artistic experimentations within anthropological research. Similarly, Tim Ingold has criticised the classical academic way of ‘knowing’ and the idea that a ‘truth’ can be found on “the library shelf, groaning under the weight of scholarly books and periodicals, rather than ‘out there’ in the world of lived experience” (INGOLD, 2011: 15). In the same way, the strength of a visual representation alongside traditional scholarly textual analysis, in fact, is its ability to convey feelings more than just notions. According to MacDougall (1997: 292), we should start “rethinking certain categories of anthropological knowledge in the light of understandings that may be accessible only by non-verbal means”. Paul Sweetman (2009: 491) argues further that “visual methods of research may be particularly helpful in investigating areas that are difficult otherwise to verbalise or articulate” (p. 491). According to him, this would include Bourdieu’s concept of habitus, that way of being in the world that is “beyond the grasp of consciousness, and hence cannot be touched by voluntary, deliberate transformation, cannot even be made explicit” (BOURDIEU, 1977: 94).

On the topic of what would be better represented through visual representation, other scholars have given various suggestions and practical examples of work, some focusing on the study of religion and spirituality (MORGAN, 2005; DUNLOP, DADROWSKA, 2015; WILLIAMS, 2015), on political fight (PINNEY, 2004) and so on. According to Paul Sweetman (2009: 491), “visual methods of research may be particularly helpful in investigating areas that are difficult otherwise to verbalise or articulate” (2009: 491). Sweetman suggests that this would include Bourdieu’s concept of habitus, that way of being in the world that is “beyond the grasp of consciousness,



and hence cannot be touched by voluntary, deliberate transformation, cannot even be made explicit” (BOURDIEU, 1977: 94).

Even if general consensus has been reached among the scholars on the use of art and visual methods in social research, a definition on some of the important elements is still missing in the debate, such as the way in which these visual methods should be used in order to be scholarly valid and what these insights should represent. It is interesting in this sense to mention some of the critiques that have emerged in the debate on the use of visual methods in anthropological research. The first scholar to point out the scientific danger of the blurring boundaries between art and ethnography was Hal Foster (1995: 306) who noticed that in the artistic works defined as ethnographic “few of the principles of ethnographic participant-observer are observed, let alone critiqued. And despite the best intentions of the artist, only limited engagement of the sited other is effected”. Moreover, Fadwa El Guindi (2011: 678) has criticised the 2007 book edited by Sarah Pink entitled *Visual interventions: applied visual anthropology* because it does not “consistently show awareness or knowledge of ‘the potential of visual anthropology theoretically, methodologically and ethnographically’”. Moreover, as she writes, “pictures used as page-fillers, without research purpose, diminish the value of visual anthropology” (EL GUINDI, 2011: 679). The fear behind this critique is that visual methods are becoming a tendency that adds nothing to the research. The same can be said of those uses of art in the field, such as diaries and portraits of interviews that are introduced as part of the research outcomes even though they have not formed a part of the analysis process. Similarly, I believe that the recent practice of collaboration between anthropologists and artists for the creation of ethnographic art pieces cannot fulfil the goal of expressing the insights felt directly by the researcher in the field.

On this debate about the validity of art used for research purpose, my suggestion is that any work of art that has the ambition of been considered as a part of an anthropological and academically valid research should at least have an anthropological research as background. The “world of lived experience” (INGOLD, 2011: 15) could be, as I suggest, part of the anthropological findings, without renouncing to the classical fieldwork research, analysis and writing.

3. Visual methods in and out of the field

The first observation I want to make here about visual anthropological practices is related to the context in which their production occurs. We need to distinguish between visual productions made during and after the fieldwork research.

Visual methods in the field include the use of drawing in diaries (HENDRICKSON, 2008; TAUSSIG, 2011), portraiture of interviewees (BRAY, 2015), photo elicitation (COLLIER, COLLIER, 1986), and also the delegation of the camera to the informants, in order to achieve a representation of the informant’s point of view (BAI, 2007; GINZBURG, 1995). Furthermore, most anthropologists make general use of a camera to take pictures and video and to collect data for later analysis.

However, as every anthropologist knows, a crucial moment of the research occurs after the fieldwork, when it is the time to produce insights from the acquired data. This is a very important phase of the anthropological research and equally as fundamental as the fieldwork itself. As some scholars have observed, if acquiring visual data is relatively easy, the problems start when the data has to be organised in order to become communicative (MAC DOUGALL, 1997; BANKS, 2008).

The use of visual methods in the post-fieldwork generally consists of documentary video productions, photo reports, installations or fine art productions. In all of these practices, the use of creativity by the authors is needed along with their sensibilities and insights. In other words, it is required here that the author adds something, namely an interpretation, and produces a representation of the related insights.

The difference between the production during and after the fieldwork can be found in the space and time of their making, thus determining a temporal and physical separation from the studied object and context. The production of visual material after the research constitutes the representation of emotions and feelings of the researcher and of the people observed. I do not want to argue here the supremacy of the visual production after-fieldwork, but I do wish to stress its potential to enrich the other visual methods used in the field, which have become more and more popular in the last years among social researchers.

With the exception of the portraiture of the interviewees, I notice a relative absence of the use of painting as a visual practice in the context of the post-fieldwork anthropological production. I wish to underline here the importance of art and especially painting as a research method, due to its communicative function. To explain what these art pieces can add to the classical written text, I will develop the concept of art as communication, with the ultimate goal of achieving a better comprehension on the value of artistic expression in social research.

4. Art as expression of findings

In the long-lasting and irresolvable debate about art and its definition, an agreement has at least been reached among artists, scholars and art theorists, concerning the function of art as a means of communication. In *The Prehistory of the Mind: The Cognitive Origins of Art, Religion and Science*, the archaeologist Steven Mithen (1999) defines art as a set of “artifacts or images with symbolic meanings as a means of communication”. Through its communicative power, art has historically been able to function as entertainment or aesthetic enjoyment, as conveyer of emotions, as an avant-garde for political change or deconstruction of socio-cultural schemes and impositions, and as a medium for the expression of a certain concept (3).

The general agreement on the communicative role of art is based on the assumption that art is able to go beyond verbal expression, describing the innermost feelings of the artists themselves and other abstract concepts. This was the philosophical perspective on art that Immanuel Kant (1790) showed in his *Critique of Aesthetic Judgment*, according to which art would correspond to the ‘aesthetic idea’:

“In a word, an aesthetic idea is a presentation of the imagination, which is conjoined with a given concept and is connected, when we use imagination in its freedom, with such a multiplicity of partial presentations that no expression that stands for a determinate concept can be found for it.” (KANT, 1790: 185).

I suggest here that art intended as a form of communication involves representation and interpretation expressed through a form. Let me explain further what I mean by this. Respectively, the operation of representation takes place after the collection of direct data as a result of observation during the research; this data must then be interpreted in order to pass to the production, which is the moment of expression of the author’s deeper feelings, thoughts and ideas. The balance between observation, interpretation and expression will take the form of an art piece, which could be abstract or figurative, more or less realistic. Any case study could



be approached through visual methods in order to show all of those states of the mind that have been defined in philosophy as 'qualia' (4).

Any artistic anthropological work should constitute a visual insight into what the author has understood and felt, bringing the observer in this way to participate in the experience of the social actors. Furthermore, as Sweetman suggests, through artistic representation insights can be enlightening for the interviewees themselves:

"Visual methods can play a part in revealing to *the informants* otherwise unrecognised aspects of their everyday lives and in so doing effect the sort of potentially revelatory self-transformation that Bourdieu suggests can be achieved through 'socioanalysis' (SWEETMAN, 2009: 493).

An important element related to art production is that like any text, it is open to interpretation. As observed by Ricoeur (1973: 92), being "virtual and outside of time", texts do not allow a direct communication between the sender and the recipient. As a consequence of this, they are open to the public interpretation. Ricoeur extends this definition of inter-textual interpretation to the broad field of social research, constituted by written texts. I suggest here that this concept can be further extended to any art that is intended as a research methodology in the anthropological discipline. Therefore this art should be recognised as a product open to interpretation and not as a product conveying immutable truths. Heinrich Bluecher (1951) offers a more articulated definition of art as a means of communication, defining it instead as 'engagement in participation':

"To say that art is communication when it has the ability to bring the beholder into a procedure of participation means to underestimate and to misunderstand art because participation is a much higher possibility than communication and one which is surpassed only by the possibility of human beings in the creative human performance of love: the possibility of identification" (5).

In the same way in which Bluecher proposes a different approach to art, seen as participation rather than communication, in an article on painting as a research method, Graeme Sullivan (2012) talks of art as a form of understanding rather than explanation. The reason for this, according to Sullivan, is the potential power art has in "revealing new insights and understandings" (SULLIVAN, 2012: 3). Moreover, "if the intent of research is seen to be the creation of new knowledge (...) then art practice achieves this goal in a distinctive way" (SULLIVAN, 2012: 4). In fact, it is the understanding more than the explanation that is of central interest in this research activity. These terminological debates do not aim to reduce the communicative power of art, but rather to exalt it. The possibility of involving the recipient in the world of feelings of the author and of the people observed is the power of art as a method of research.

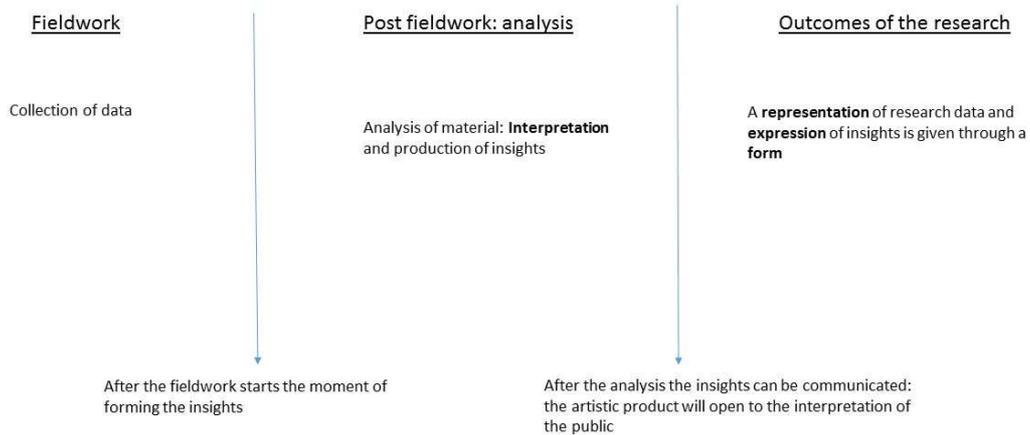


Figure 1. Art as communication of the research outcomes. Source: The Author.

5. A brief note on poetry

I wish to add here that the theoretical framework of my discussion does not assume the supremacy of image over word. In fact, words can also be used artistically, such as in poetry, to go beyond the more rational thoughts and try to express feelings and more abstracted concepts. As stated by Dale Jaquette:

“We can think poetry as an activity or product of an activity involving the use of words and sentences that is equally both language and art. Poetry is undoubtedly expressive, but importantly for present purposes, the more artistic or art-like the use of language is in poetry, the more typically opaque its meaning and elusive its exact interpretation.” (JAQUETTE, 2014: 74).

Similarly to Jaquette, according to Bluecher (1951) “the trick of poetry is to take words out of their original communicative purpose in order to enable them to draw us into the participation of a certain experience.”

6. Concluding remarks

I have provided here a brief overview on the historical evolution of the visual anthropological discipline, and on the debate about the relationship between art practice and ethnographic research. I have focused on the role of art as a means of communication and especially as a way of expressing inner feelings, ideas and emotions, showing in this way why visual representation can be a useful tool in social research. As I have proposed, in fact, the use of art in anthropological outcomes can be a really important tool to represent the feelings of the researcher and the people observed, as well as mediating between their perspectives. To be academically and anthropologically valid, however, I have argued that the work of art has to be the result of a research on the field conducted with classical qualitative methods. Finally, I have argued that the visual production should add something to the final outcomes of the research and that visual productions taken directly from the fieldwork merely constitute interesting data, not anthropological outcomes. Simply including photography or realistic drawings in a

publication is the equivalent of including a transcript of an unedited interview. While it may be interesting in certain contexts, it is the anthropological analysis of the data that produces theories and is the real heart of anthropology.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to express my deep gratitude to professor John Gray from the University of Adelaide, whose valuable insights have been fundamental in my academic formation. The ideas I express here are the result of deep intellectual exchanges we have had on the topic. I am also grateful to my teacher and friend professor Massimo Squillacciotti from the University of Siena for reviewing this paper and to Josh Smiech for his corrections to the English version and for his suggestions in structuring this article.

NOTES

(1) These two approaches have generally been associated. A third use of visual methods has been defined in the last twenty years as a form of “collaborative representation” involving the collaboration of the researcher with social actors for the production of visual representation (BANKS, 1995).

(2) These ‘para-anthropologists’ used photography to classify racial types with the goal of providing scientific material for the study of humankind.

(3) This is the case of conceptual art, which represents the extreme outcome of the aim that began with impressionism to disrupt the formal aesthetic code in order to free the feelings. This was not, however, an argument that art before avant-gardism was empty of meaning. In recent years, conceptual art is recuperating painting, which had been discarded in favour of installations and is also reaccepting other classical techniques.

(4) In philosophy and cognitive psychology, the term ‘qualia’ refers to that experience of the world that is private and inexplicable.

(5) Heinrich Bluecher, *Fundamentals of A Philosophy Of Art - On The Understanding Of Artistic Experience* (1951), see: <http://www.bard.edu/bluecher/>

REFERENCES

- BAI, Z. - The Camera in ‘Native’ Hands: The Making of Ethnicity in a Temple Video. **The Asia Pacific Journal of Anthropology**. Vol. 8, nº 4, ISSN 1444-2213 (2007), p. 309-319.
- BANKS, M. - **Using visual data in qualitative research**. London: Sage, 2008. ISBN 978-0-7619-4979-4.
- BANKS, M. - Visual research methods. **Social Research Update**, nº 11, 1995.



BOURDIEU, P. - **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. ISBN 0-521-29164-X.

BRAY, Z. - Anthropology with a paintbrush: Naturalist–realist painting as “thick description”. **Visual Anthropology Review**. Vol. 31, n°2, ISSN 1548-7458 (2015), p. 119-133.

CARRITHERS, M. - Is anthropology art or science?. **Current Anthropology**. Vol. 31, n° 3, ISSN 0011-3204/90/3103-0003 (1990), p. 263-282.

CLIFFORD, J.; MARCUS, George E. (eds.) - **Writing culture: The poetics and politics of ethnography**. London: University of California Press, 1986. ISBN 0-520-05652-3.

COLLIER, J.; COLLIER, M. - **Visual anthropology: Photography as a research method**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986. ISBN 0-8263-0899-6.

COX, R.; WRIGHT, C. - Blurred visions: reflecting visual anthropology. In FARDON, R.; HARRIS, O.; MARSHAND, T.H.J.; NUTTALL, M.; SHORE, C.; STRANG, V.; WILSON, R.A. (eds.) **The SAGE Handbook of Social Anthropology**. London: SAGE Publications, Vol. 1, 2012, p. 84-101. ISBN 978-1-84787547-1.

COX, R.; IRVING, A.; WRIGHT, C. - **BeyondText? Critical Practices and Sensory Anthropology**. Manchester: Manchester University Press, 2016. ISBN 0719085055.

DENNETT, Daniel C. - Quining Qualia, in Marcel, A. & Bisiach, E. (eds.) - **Consciousness in Contemporary Science**. Michigan: Oxford University Press, 2004 [1988]. ISBN 0-19852-1685.

DUNLOP, S.; DADROWSKA, K. - **Visualising Hope: exploring the spirituality of young people**. London: YTC, 2008. ISBN 9781847996695.

EL GUINDI, F. - Visual interventions: applied visual anthropology, **Journal of the Royal Anthropological Institute**. Vol. 17, n°3, ISSN 14679655 (2011), p. 678-679.

FOSTER, H. - The artist as ethnographer?. In MARCUS, George E.; MYERS, Fred R. (eds.) **The Traffic in Culture: Refiguring Art and Anthropology**. University of California Press, 1995, p. 302-309. ISBN 978-0520088474.

GEERTZ, C. - **Works and Lives: the anthropologist as author**. Stanford: Stanford University Press, 1988. ISBN 9780804717472.

GINSBURG, F. -The parallax effect: The impact of aboriginal media on ethnographic film. **Visual Anthropology Review**. Vol. 11, n° 2, ISSN 1548-7458 (1995), p. 64-76.

HARPER, D. - An argument for visual sociology, in Prosser, J. (ed.) - **Image-based research: a sourcebook for qualitative researchers**, London: Falmer, 1998, p. 20-35. ISBN 978-0750706490.

HENDRICKSON, C. - Visual field notes: Drawing insights in the Yucatan. **Visual Anthropology Review**. Vol. 24, n° 2, ISSN 1548-745824-2 (2008), p. 117-132.

KANT, I. - **Critique of Judgment**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1987 [1790]. ISBN 0-87220-026-4.

INGOLD, T. - **Being Alive: essays on movement, knowledge and description**. Oxon: Taylor & Francis, 2011. ISBN 9780415576840.



JACQUETTE, D. - Art, expression, perception and intentionality. **Journal of Aesthetics and Phenomenology**. Vol. 1, nº1, ISSN 2053-93391.1 (2014), p. 63-90.

KANT, I. - **Critique of Judgment**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1987 [1790]. ISBN 0-87220-026-4.

MACDOUGALL D., The visual in anthropology, in Banks, M. and Morphy, H. (eds.) - **Rethinking visual anthropology**. London: Yale University Press, 1997, p. 276-295. ISBN 978-0300078541.

MARCUS, George E. and FISHER, Michael, M. J. - **Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences**. Chicago: The University of Chicago Press, 1999. ISBN 978-0226504604.

MITHEN, S. – **The prehistory of the mind: the cognitive origins of art, religion and science**. London: Phoenix, 2003[1996]. ISBN 075380204X.

MORGAN, D. - **The sacred gaze: Religious visual culture in theory and practice**. California: The University of California Press, 2005. ISBN 0520242874.

PINK, S. (ed.) - **Visual interventions: applied visual anthropology**. New York: Berghahn Books, 2007. ISBN 978-1845456788.

PINK, S. - **Doing Sensory Ethnography**, London: Sage, 2009. ISBN 9781-4129-4802-9.

PINNEY, C. - **Photos of the Gods: The Printed Image and Political Struggle in India**. London: Reaktion Books, 2004. ISBN 978-0195669008.

PROSSER, J. and LOXLEY, A. – **Introducing visual methods**. National Centre for Research Methods, NCRM Review Papers, NCRM/010, 2008.

RICOEUR, P. - The model of the text: Meaningful action considered as a text. **New Literary History**. Vol. 5, nº1, ISSN 00286087 (1973), p. 91-117.

RUTTEN, K., DIENDEREN, An V., SOETAERT, R. - Rvisiting the ethnographic turn in contemporary art. **Critical Arts**. Vol. 27, nº 5, ISSN 1992-6049 (2013), p. 459-473.

SPENCER, J. - Anthropology as a kind of writing. **Man**. Vol. 24, nº 1, ISSN 00251496 (1989), p. 145-164.

SULLIVAN, G. - Painting as research. In KNOWLES, J. Gary; COLE ARDRA, L. - **Handbook of the arts in qualitative research: Perspectives, Methodologies, Examples, and Issues**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012. ISBN 9781452226545.

SWEETMAN, P. - Revealing habitus, illuminating practice: Bourdieu, photography and visual methods. **The Sociological Review**. Vol. 57, nº3, ISSN 1467-954X (2009), p. 491-511.

TAUSSIG, M. - **I swear I saw this: Drawings in fieldwork notebooks, namely my own**. University of Chicago Press, 2011. ISBN 9780226789835.

WILLIAMS, Roman R. (ed.) - **Seeing religion: toward a visual sociology of religion**. Oxon: Routledge, 2015. ISBN 978-1138897809.

WEB PAPERS

BLUECHER, H. - **Fundamentals of A Philosophy Of Art - On The Understanding Of Artistic Experience**. [On line]. Available at WWW: URL< <http://www.bard.edu/bluecher/>>.



PRIMERAS APLICACIONES ARQUEOLÓGICAS Y MUSEÍSTICAS EN GALICIA DE TOMOGRAFÍA COMPUTERIZADA DE RAYOS X

Oscar Lantes-Suárez

Universidade de Santiago de Compostela. RIAIDT. Unidade de Arqueometría. 15782.
Santiago de Compostela. España
oscar.lantes@usc.es

Pilar Prieto-Martínez

Universidade de Santiago de Compostela. Grupo de Investigación SINCRISIS.
Departamento de Historia. 15782. Santiago de Compostela. España
pilar.prieto@usc.es



Primeras aplicaciones arqueológicas y museísticas en Galicia de tomografía computerizada de rayos X

Oscar Lantes-Suárez

Pilar Prieto-Martínez

Historial do artigo:

Recebido a 08 de setembro de 2017

Revisto a 18 de setembro de 2017

Aceite a 07 de outubro de 2017

RESUMEN

La tomografía computerizada es una técnica que está basada en la transmisión y absorción de rayos x por un objeto y su detección en diferentes posiciones para obtener información tridimensional de la estructura interna. la técnica se ha utilizado ampliamente en el campo de la medicina y más recientemente se ha extendido su uso en un ámbito no clínico, incluyendo piezas de museo y la arqueología. en este trabajo mostramos las primeras experiencias realizadas en galicia en cerámica arqueológica y otros materiales arqueológicos y muesísticos. en cada uno de los ejemplos se resuelven, de un modo no invasivo, diferentes problemáticas asociadas a cada pieza.

Palabras clave: Tomografía Computerizada, Tomografía de haz de Cono, Arqueometría, Cerámica Arqueológica, Museo de Historia Natural

RESUMO

A tomografia computerizada é uma técnica que seja baseada na transmissão e absorção de raios x para um objeto e sua detecção em posições diferentes para obter informações tridimensionais da estrutura interna. a técnica foi utilizada extremamente no domínio da medicina e o mais recente extendido seu uso em um campo não clínico, incluindo peças de museu e arqueologia. neste trabalho mostramos as primeiras experiências em galiza em cerâmicas arqueológicas e outros materiais arqueológicos e musetísticos. em cada um dos exemplos, problemas diferentes associados a cada peça são resolvidos, em um modo não invasivo.

Palavras-chave: Tomografía Computerizada, Tomografía de Feixe de Cone, Arqueometria, Cerâmica Arqueológica, Museu de História Natural

ABSTRACT

Computerized tomography is a technique that are based on the transmission and absorption of x-rays for an object and their detection in different positions to obtain three-dimensional



information of the internal structure. the technique has been used extremely in the field of medicine and the most recently extended its use in a non-clinical field, including museum pieces and archeology. in this work we show the first experiences in galicia in archaeological ceramics and other archaeological and sameestic materials. in each of the examples, different problems associated with each piece are resolved, in a non-invasive mode.

Key-words: Computed tomography, Cone beam tomography, Arqueometry, archaeological pottery, museum of natural history

1. Introducción

Los rayos X son descubiertos en 1895 por Wilhelm Conrad Röntgen. Una aplicación temprana que encuentra es impresionarlos sobre una placa fotográfica atravesando un objeto (ANTELO et al., 2008), en esto consiste la radiografía. En función del diferente espesor, densidad y composición de un objeto los rayos X son absorbidos con diferente intensidad y por tanto una placa fotográfica que actúa como detector se va a velar en diferente grado, obteniéndose así, una imagen que es una representación bidimensional de todas las estructuras del objeto superpuestas. El principal uso de esta técnica ha sido clásicamente la medicina y la seguridad aeroportuaria, pero también ha encontrado importantes aplicaciones en el campo de la arqueología, en especial en el análisis de cerámica (BERG, 2008; CARR, 1990; CARR, RIDDICK, 1990; GREENE et al., 2017; RYE, 1977).

A principios del siglo XIX, el radiologista Alessandro Vallebona propuso una variante de la radiografía con el fin de evitar de alguna manera la superposición de estructuras. Este incipiente método (estratigrafía axial) es el origen de la tomografía, técnica que posteriormente desarrolla Godfrey Hounsfield en 1972 (SIMONOV, 2004). En la tomografía, la fuente de rayos X y el detector se desplazan sincrónicamente en direcciones opuestas durante la exposición provocando que las estructuras en el plano focal aparezcan nítidas mientras que las estructuras de los otros planos aparezcan borrosas; por superposición de estas imágenes se puede obtener una representación tridimensional de cada uno de los puntos del objeto. La llegada de los ordenadores posibilitó la aplicación de algoritmos matemáticos de reconstrucción avanzando la técnica de la tomografía convencional a la tomografía computerizada. Ahora se puede obtener una imagen tridimensional que posteriormente puede ser visualizada como cortes o rodajas en los planos axial (arriba-abajo), coronal (delante-detrás) o sagital (izquierda-derecha). La técnica más conocida, en especial en el ámbito médico, es la Tomografía Axial Computerizada (TAC). Otra variante, la Tomografía de Haz de Cono, desarrollada a finales de los años 90, tiene ahora un extendido uso en odontología (CHENINN, 2010; LENGUAS et al., 2010). Históricamente, la Tomografía de rayos X ha tenido un uso predominantemente médico o clínico, al igual que sucedió con la radiografía, sin embargo la gran versatilidad de la técnica y su carácter no destructivo ha hecho que se extienda su uso a otros sectores como el industrial e incluso a otros como la arqueología, la historia y la conservación de bienes culturales. En la **tabla 1.** se recoge una selección bibliográfica de los estudios tomográficos más destacados dentro del campo de las humanidades.

En este trabajo hemos analizado diversos objetos arqueológicos y museísticos en Tomografía de Haz de Cono, técnica muy apropiada para objetos con dimensiones decimétricas. Nuestros objetivos se centran, más que en ofrecer una descripción sistemática de cada pieza, en destacar sus rasgos más significativos y peculiares según su composición y en resaltar los diferentes tipos de información que se pueden extraer con la tomografía – texturas, morfometrías, densitometrías, reconstrucción 3D, etc-étrica, densitométrica, 3D, etc.

Autor	Técnica	Material de estudio	Objetivo
Anderson y Fell (1995)	CT	Vasijas romanas (urnas de cremación arqueológicas)	Ver el contenido
Applabaum y Applabaum (2005)	CT	Cerámica antigua de Oriente próximo	Ver el contenido
Barberini et al. (2009)	CT	Cerámicas altomedievales italianas	Estudiar su homogeneidad y evaluar intervenciones con la Termoluminiscencia
Berdondini et al. (2011)	CT	Vaso cerámico lleno de monedas	Comparar los usos médicos con estas aplicaciones
Berg (2008)	CT	Cerámica	Establecer la relación entre procesos de modelado
Bonadies (2007)	CT	Metales de la colección del Museo de Arte de Cincinnati	Estudiar su estructura interna
Bonogofsky (2002)	CT	Cráneos enyesados neolíticos del Levante	Análisis estructurales
Bouzakis et al. (2008)	CT	Especulum vaginal de Bronce de la Grecia Helena	Estudiar el diseño y la manufactura
Browne et al. (1998)	CT	Ingeniería	Mostrar aplicaciones industriales
Carlson y Pickering (2004)	CT	Huesos de babuinos fosilizados en cuevas	Análisis de la densidad mineral
Carretero Díaz et al. (2010)	CT	Elementos paleontológicos de la Sierra de Atapuerca	Conservar y difundir el patrimonio paleontológico
Cassali et al. (2009)	CT	-	Discutir el uso de la tomografía en arqueometría y patrimonio
Cesáreo et al. (2002)	CT	Obras de arte	Análisis general
González-Reimers et al. (2007)	CT	Tibias humanas prehistóricas	Aplicar un software específico para el análisis de densidad ósea
Grieshaber et al. (2008)	CT	ADN de hueso de cerdo	Estudiar el efecto de la radiación en la amplificación del ADN
Hunter et al. (1993)	CT	Azabache romano británico usado para joyería	Caracterizar su estructura y compararlo con fuentes geológicas
Huppertz et al. (2009)	CT	Escultura y estucos de la reina egipcia Nefertiti	Análisis general
Jacobs et al. (1985)	CT	Materiales de construcción pétreos	Estudiar las aplicaciones y su fundamento
Juanes (2010)	CT	Esculturas y tallas de madera	Mostrar ejemplos de aplicación
Juanes y Juárez (2011)	CT	Esculturas y tallas de madera	Mostrar ejemplos de aplicación
Kyle et al. (2008)	CT	Oro, cobre y otros depósitos minerales de una cantera de Papúa	Cuantificar tamaños de grano, estudiar sus formas....
Lam et al. (1998)	CT	Restos arqueológicos de fauna en cápridos	Análisis post-deposicional
Lam et al. (2003)	CT	Restos arqueológicos de fauna en cápridos	Análisis post-deposicional
López-Polín et al. (2008)	CT	Restos humanos del pleistoceno en Atapuerca	Estudiar tratamientos de conservación
Mena et al. (2015)	CT	Sedimentos marinos de Galicia	Estudios ambientales
Minozzi et al. (2010)	CT	Cremaciones etruscas conservadas en recipientes de cerámica	Establecer registros en arqueología comercial
Natterer (1985)	CT	-	Avanzar en el procesado algorítmico en la reconstrucción tomográfica
Natterer y Ritman (2002)	CT	-	Revisar históricamente y mostrar su proyección de futuro
O'Connor et al. (2011)	CT	Cráneo británico-romano de Heslington	Estudiar el estado de conservación del cerebro
Özbek (2009)	CT	Cráneos humanos neolíticos de Anatolia tratados con arcilla y ocre	Estudiar las técnicas mortuorias
Reimers et al. (1989)	CT	Esculturas pintadas, bonsái, y otros objetos de madera	Estudiar los anillos de crecimiento, en especial de coníferas
Rizescu et al. (2002)	CT	Cañon de Giurgiu	Detectar los defectos de fundición, la corrosión y mejorar la restauración
Rossi y Cassali (2002a)	CT	-	Discutir el uso de la tomografía en arqueometría y patrimonio
Shang et al. (2008)	CT	Huesos y cráneos de <i>Homo erectus</i> de China	Estudiar la tafonomía y la evolución de huesos
Simonov (2004)	CT	Médico	Estudiar los problemas físicos de la tomografía
Veniale et al. (2008)	CT	Patrimonio monumental construido	Diagnostificar el deterioro de la piedra
Yang et al. (2009)	CT	Cuentas antiguas de piedras	Visualizar marcas de pulido
Yang et al. (2011)	CT	Cuentas antiguas de piedras	Visualizar marcas de pulido
Harvig et al. (2011)	CT/R	Huesos cremados de urnas de Dinamarca del Bronce Final	Estudiar la intensidad de cremación
Bouzakis et al. (2011)	CT/R	Cerámica funeraria de la Edad del Hierro en Macedonia	Analizar morfométricamente con software de modelado sólido
Casali et al. (2010)	CT/R	Objetos arqueológicos, histórico artísticos y patrimonio cultural	Comparar ambas técnicas
Gostner et al. (2011)	CT/R	Hombre de hielo de los Alpes (5300 BP)	Estudiar los restos momificados y las causas de la muerte
Gostner y Vigil (2002)	CT/R	Hombre de hielo de los Alpes (5300 BP)	Estudiar los restos momificados y las causas de la muerte
Grim y Allison (2004)	CT/R	Pigmentos y pinturas	Estudiar la conservación y distribución espacial de los pigmentos
Griuffa et al. (2011)	CT/R	Momias medievales del renacimiento italiano	Estudiar las mismas y sus rellenos de plantas
Hershkovitz et al. (1995)	CT/R	Cráneos neolíticos de Israel	Estudiar la matriz de yeso aplicada en la restauración
Hirata (2005)	CT/R	Momias egipcias antiguas	Análisis de estructura y conservación
Klaus et al. (2010)	CT/R	Huesos del Perú costero prehistórico	Estudiar lesiones y el ADN
Morigi et al. (2007)	CT/R	Pinturas sobre tablas de madera de Fabriano	Estudiar la conservación y distribución espacial de los pigmentos
Nedden et al. (1994)	CT/R	Hombre de hielo de los Alpes (5300 BP)	Estudiar los restos momificados y las causas de la muerte
Nobuyuki (2005)	CT/R	Pigmentos y pinturas	Estudiar la conservación y distribución espacial de los pigmentos
Pernter et al. (2007)	CT/R	Hombre de hielo de los Alpes (5300 BP)	Estudiar los restos momificados y las causas de la muerte
Seguin (1990)	CT/R	Objetos arqueológicos, histórico artísticos y patrimonio cultural	Comparar ambas técnicas
Tout et al. (1980)	CT/R	Urna de cremación romana, estatua egipcia, objetos de madera	Mostrar ejemplos de aplicación
Vainberg 1985	CT/R	Cerámicas de bajas densidades	Comparar ambas técnicas

Tabla 1. Selección de los principales estudios realizados sobre objetos patrimoniales y museísticos con las técnicas de tomografía (CT). En algún caso complementando el análisis con radiografía (R). **Fuente:** P. Prieto-Martínez.

2. Material y Métodos

En la selección de los casos de estudio, se ha escogido un número amplio de materiales, en especial cerámicas, pero también otros materiales arqueológicos y algunas piezas de colección de un museo historia natural. El criterio de selección fue básicamente el escoger piezas de diferente naturaleza para poder observar contrastes en los diferentes resultados. En la **tabla 2.** recogemos el listado de muestras incluyendo su interés de análisis y en la **Figura 1.** se describen las características y condiciones de medida del equipo utilizado.

ID UAR	ID CBCT	ID Arq. (fragmento)	ID Arq. (pieza)	Época	Tipo de muestra	Origen	Interés de análisis
CERAMICA PREHISTORICA Y MEDIEVAL							
Mn07	PR05	MTN02/519	CAMTN007	Neolítico Final	Cuenco metopado	Yacimiento de Montenegro (Bueu)	Estudio incisos; radiodensidad
Fm01	PR06	PZ20/A001	CA20/001	Bronce Inicial	Vaso campaniforme	Dolmen de Forno dos Mouros (Toques)	Nitidez estructura interna y nódulos Fe; radiodensidad
Po71ta	PR28	PZPOU.02/584	CAPOU071	Alta Edad Media	Indeterminada	Yacimiento de A Pousada (Santiago de C.)	Visualización junta unión y pegamento; radiodensidad
Cidabela	PR04	PZCID06/201	CACID-001	Alta Edad Media	Cuenco vidriado	Yacimiento de Cidabela (Sobrado dos M.)	Estudio del vidriado; radiodensidad
CERAMICA MODERNA							
Rocha1 (RF02)	PR2	RF-05/552/478	-	XV-XVI	Cuenco con pintura	Castillo de Rocha Forte (Santiago de C.)	Estudio arcilla y decoración/Medir densidad
Rocha2 (RF03)	PR3	RF-04/502/4172	-	XV-XVI	Pote meleiro vidriado	Castillo de Rocha Forte (Santiago de C.)	Estudio del vidriado; radiodensidad
Rocha3 (RF01)	PR	RF05/615/2472	-	XV-XVI	Jarra vidriada	Castillo de Rocha Forte (Santiago de C.)	Estudo de la decoración o vidriado; radiodensidad
Po63ta (Po63)	PR25	PZ010404PO1_13	CAPOU063	Época Moderna	Anforeta de Indias	Yacimiento de A Pousada (Santiago de C.)	Identificación vidriado superficial; radiodensidad
Po69ta (Po69)	PR26	PZPOU_02_356	CAPOU069	Época Moderna	Plato vidriado	Yacimiento de A Pousada (Santiago de C.)	Identificación vidriado superficial; radiodensidad
Po57ta (Po57)	PR27	PZpou_02_198	CAPOU057	Época Moderna	Faineça portuguesa	Yacimiento de A Pousada (Santiago de C.)	Identificación vidriado superficial; radiodensidad
Po56ta (Po56)	PR23	PZpou_02_002	CAPOU056	Época Moderna	Jarra de gres de Raeren	Yacimiento de A Pousada (Santiago de C.)	Identificación vidriado superficial; radiodensidad
CERAMICA CONTEMPORÁNEA							
Po59ta (Po59)	PR24	PZpou_02_266	CAPOU059	Época Contemporánea	Plato liso	Yacimiento de A Pousada (Santiago de C.)	Identificación vidriado superficial; radiodensidad
Gundivos	PR10	-	-	Época Contemporánea	Jarra entera	Alfarería de Gundivós (Sober)	Visualizar estructura y barniz y cordón; radiodensidad
Buño001	PR20	-	-	Época Contemporánea	Indeterminada	Alfarería de Buño (Malpica de B.)	Visualizar estructura interna; radiodensidad
Ceram001	PR01	-	-	Época Contemporánea	Cuenco	Alfarería de Buño (Malpica de B.)	Recipiente entero y banda decorativa; radiodensidad
Tazasar	PR15	-	-	1991	Taza	Fábrica de Sargadelos (Cervo)	Desconchado del labio, decoración azul; radiodensidad
Fifem	PR12	-	-	Época Contemporánea	Estatuilla	Fábrica de Sargadelos (Cervo)	Visualizar la estructura y ver colores; radiodensidad
Cuensar	PR13	-	-	Época Contemporánea	Cuenco tipo gres	Fábrica de Sargadelos (Cervo)	Ver grietas internas; radiodensidad
Popor	PR18	-	-	Época Contemporánea	Crisol industrial	Fábrica de Sargadelos (Cervo)	Visualizar capa superficial; radiodensidad
OTRAS CERÁMICAS							
Lucerna	PR11	-	-	1999	Lucerna	Alfarería de Teruel	Radiodensidad
Hueve	PR14	-	-	Época Contemporánea	Huevera	Alfarería de Albarracín	Ver forma y decoración; radiodensidad
Japo1	PR17	-	-	Época Contemporánea	Estatuilla	Japón	Visualizar estructura interna y forma; radiodensidad
Japo2	PR16	-	-	Época Contemporánea	Estatuilla	Japón	Visualizar estructura interna y forma; radiodensidad
OTROS MATERIALES ARQUEOLÓGICOS							
Sar01b	PR21	-	-	Época Contemporánea	Azulejo	Fábrica de Sargadelos (Cervo)	Vidriado y radiodensidad
Moneda1	PR8r	-	PR8r	1/4 siglo V	Moneda	Castillo de Rocha Forte (Santiago de C.)	Metal y óxidos
Moneda2	PR8	-	RF-03/205/545	1870	Moneda 5 cent. Isabel II	Castillo de Rocha Forte (Santiago de C.)	Metal y óxidos
Clavo	PR9	-	RF-04/LS/2873	Medieval	Clavo de hierro	Castillo de Rocha Forte (Santiago de C.)	Metal y óxidos
Vil1	PR65	-	-	Geológica	Sílex	Villalba	Identificación de materia primas de utensilio lítico
PIEZAS DE COLECCIÓN DE HISTORIA NATURAL							
Mamol01	PRM06	-	-	Plioceno-Holoceno	Molar de Mamut	Museo HN Luis Iglesias	Estudiar la fosilización de la estructura interna
Maver01	PRM01	-	-	Plioceno-Holoceno	Vértebra nº 1 de Mamul	Museo HN Luis Iglesias	Estudiar la fosilización de la estructura interna
Paj01	PRM08	-	-	Contemporánea	Pájaro disecado	Museo HN Luis Iglesias	Estudiar la conservación y montaje internos
Titi1	PRM11	-	-	Contemporánea	Títi disecado	Museo HN Luis Iglesias	Estudiar la conservación y montaje internos
Met01	PRM02	-	-	Contemporánea	Meteorito	Museo HN Luis Iglesias	Estudiar la estructura interna

Tabla 2. Listado de casos de estudio. Fuente: O. Lantes-Suárez.

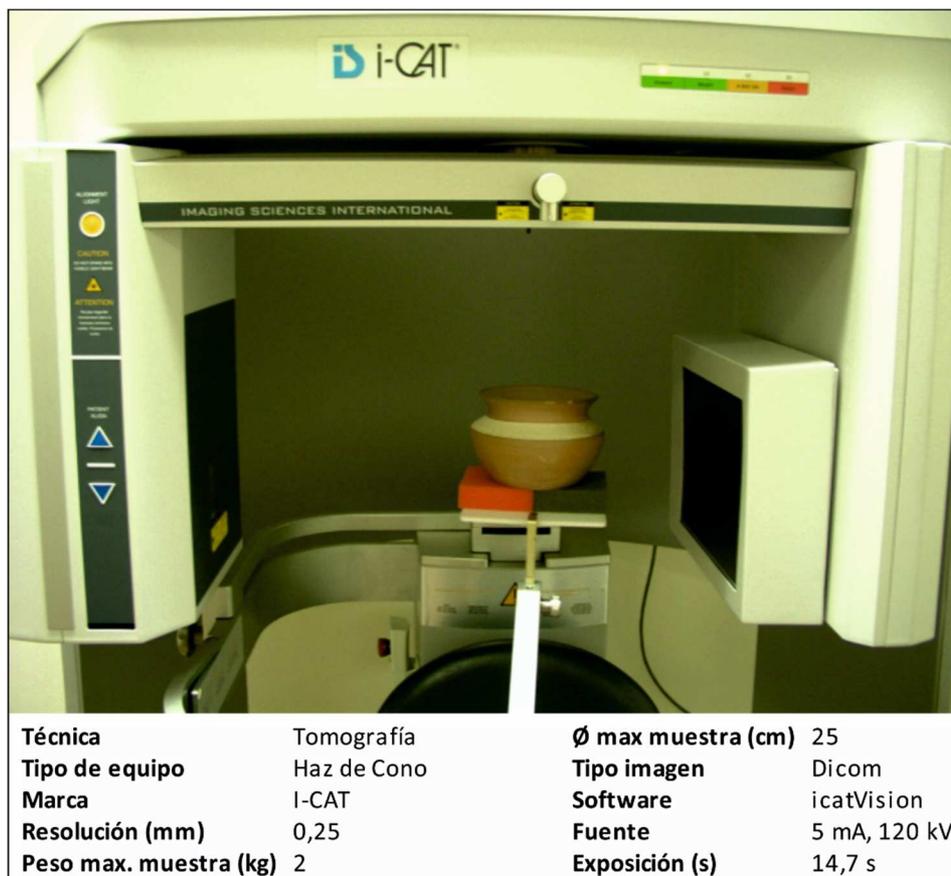


Figura 1. Imágenes del equipo tomográfico I-CAT. Fuente: O. Lantes-Suárez.

3. Resultados

En este apartado iremos describiendo los resultados más destacados de cada pieza, en un orden cronológico y por tipo de material.

3.1. Cerámica

3.1.1. **Mn07**. Esta muestra es un fragmento de panza de un recipiente cerámico con forma de cuenco del Neolítico Final encontrado en el yacimiento de *Montenegro* (Península de O Morrazo, Pontevedra). Está decorado con incisión profunda hecha con un punzón imitando una metopa tipo *Penha*. La textura es porosa y tiene abundante desgrasante de granulometría media y distribución irregular, anguloso, sin nervio en fractura (sección monocroma). Los resultados tomográficos nos han permitido contrastar la información textural que había sido descrita antes a nivel macroscópico. En la tomografía se puede apreciar claramente la estructura porosa, con presencia de poros grandes aunque no muy frecuentes. Los desgrasantes angulosos se distribuyen irregularmente. Destacan especialmente los rasgos decorativos, pudiéndose en la tomografía distinguir muy bien los canales de las incisiones realizados de forma semicircular. Un estudio posterior más detallado podrá revelar aspectos más concretos a través del cálculo de medidas (morfometrías) pero con la información ahora extraída ya se demuestra la utilidad de la técnica (vd. **Figura 2**).

3.1.2. **FM01.** Esta cerámica es un fragmento de panza de un vaso campaniforme de contexto funerario, del Dolmen de *Forno dos Mouros* (Concello de Toques A Coruña). Se clasifica tipológicamente como CZ/M y está decorado por impresión con concha y cuerda. Su textura es compacta, con abundante desgrasante de granulometría media y que se reparte de modo regular en todo el volumen, la angulosidad es mixta y no se observan nervios en la fractura (sección monocroma) (PRIETO-MARTÍNEZ, 2011; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2008). El estudio de las tomografías confirma la descripción textural, y además descubren algunos espacios porosos, aunque escasos en el interior de la pasta. En uno de los tomogramas se observa la abundancia del desgrasante de pequeño tamaño. No se aprecian, sin embargo, en este estudio preliminar los nódulos de hierro que sí se detectan cromáticamente en la fotografía, su valor de radiodensidad debe de ser semejante al del resto de la pasta. La decoración sólo se observa someramente como bandas en la reconstrucción 3D.

3.1.3. **Po71ta.** Esta cerámica es un fragmento de fondo de un recipiente cerámico liso de morfología indeterminada. Su cronología es de la Alta Edad Media y fue excavada en el asentamiento de *A Pousada* (Concello de Santiago de Compostela, A Coruña). Su textura es porosa, con abundante desgrasante anguloso, de granulometría fina y repartido de modo regular en el cuerpo cerámico. No se observan nervios en la fractura (sección monocroma) (BLANCO et al., 2010; LANTES-SUÁREZ, 2012; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2016b). El principal descubrimiento aportado por la técnica tomográfica es la que la porosidad de la pieza se revela a través de una imagen en su sección vertical. Se observan también algunos desgrasantes aislados de gran tamaño que están orientados en superficie y que se corresponden con estructuras planas, probablemente micas orientadas, algunas no visibles en un examen macroscópico.

3.1.4. **Cidadela.** Esta cerámica es un fragmento de borde de un cuenco cerámico modelado a torno y vidriado de producción importada altomedieval procedente del campamento militar romano de *Cidadela* (Concello Sobrado, Lugo). Su textura es porosa, con presencia de desgrasante muy abundante de granulometría gruesa. En la tomografía, destaca en la cerámica algún alineamiento de las partículas en su sección vertical con una apariencia ligeramente hojaldrada fruto de su modelado a torno. Se observan bastantes huecos en su interior de un tamaño considerable, y los desgrasantes se identifican abundantemente, en coherencia con el análisis macroscópico. En un tomograma, se observan restos del vidriado que forma una lámina fina pero regular en una de las caras de la cerámica, esta lámina tiene un espesor medio de 0,85 mm y no brilla mucho (baja radiodensidad) porque su composición es alcalina y no tiene plomo –elemento que contribuye notablemente a la radiodensidad-, como se pudo comprobar en análisis de microscopía electrónica que estamos realizando en estos momentos en la Unidad.

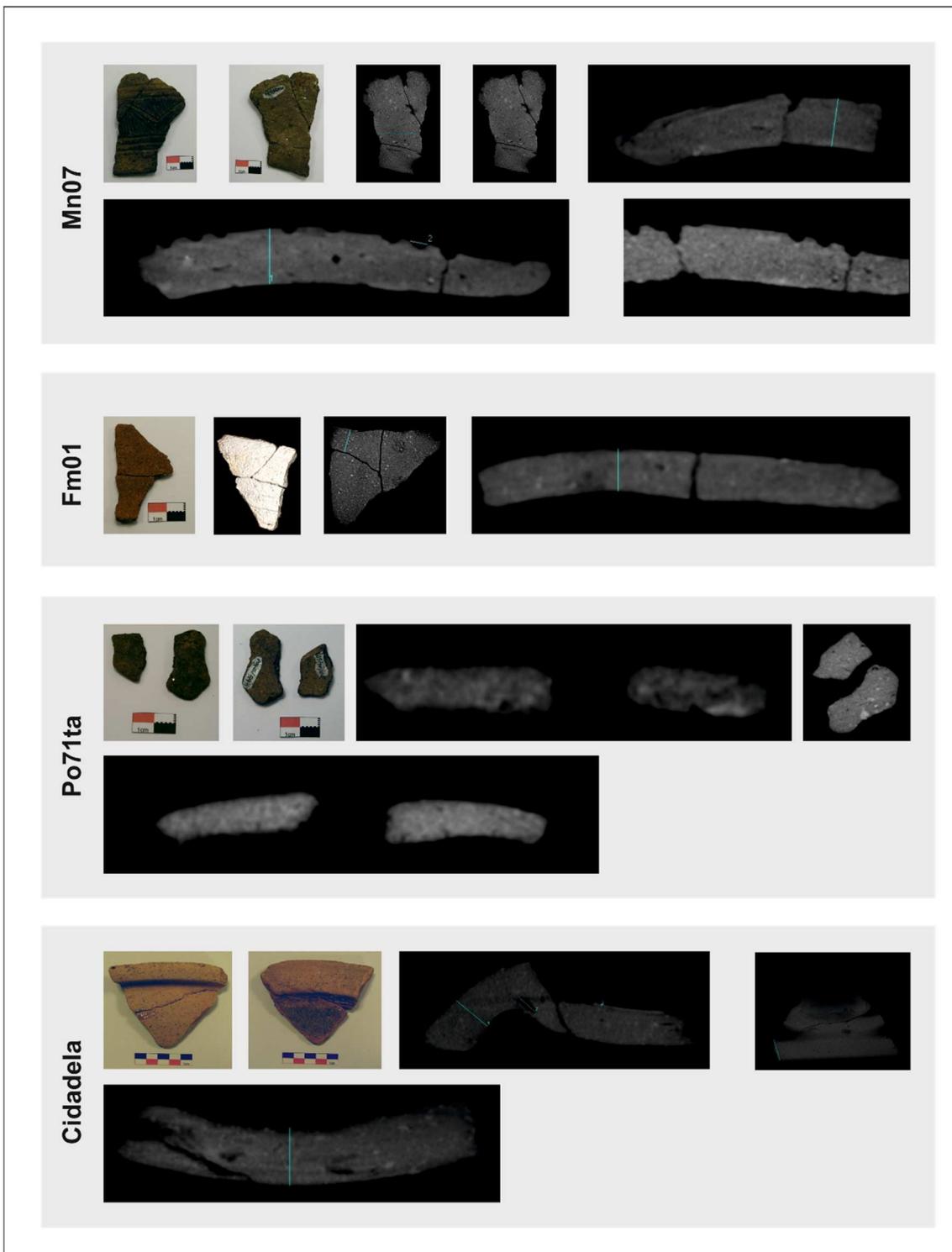


Figura 2. Fotografías y tomogramas de las cerámicas prehistóricas y medievales. Fuente: O. Lantes-Suárez.

3.1.5. **Rocha1.** Esta cerámica es un fragmento de recipiente de tipo cuenco realizado a torno del Castillo de *Rocha Forte* (Santiago de Compostela) (FERNANDEZ ABELLA, 2014). Tiene un vidriado exterior y también interior de color verde apagado. Sus pastas son de color sepia con una buena decantación y con texturas porosas finas. La tomografía descubre una orientación preferente de las partículas marcando fisuras longitudinales que confirman la elaboración de esta pieza a torno, también se detectan algunos poros de gran tamaño están dispersos por toda

la matriz cerámica. Toda la superficie está cubierta de un vidriado muy radiodenso (color blanco brillante) rico en un elemento químico de alto número atómico, cuyo análisis químico evidenció que es plomo utilizado como fundente (PRIETO MARTÍNEZ et al., 2016a). La tomografía también permitió conocer que la capa vidriada está bien adherida al cuerpo cerámico (**vd. Figura 3.**).

3.1.6. Rocha2. Fragmento vidriado melado perteneciente posiblemente a un *pote meleiro* también del Castillo de *Rocha Forte*. Su decoración es aserrada. Posee una cubrición vidriada entre amarillenta y melada, aunque su estado de conservación es malo y sólo es apreciable en su exterior. Sus pastas amarillentas presentan una buena decantación, con texturas compactas finas (PRIETO MARTÍNEZ et al., 2016a). El estudio tomográfico permite identificar en el interior algún poro ocasional de gran tamaño. Por lo general la pasta es muy homogénea y no se observan estrías claras de su elaboración a torno. El vidriado, como en el caso anterior, cuando está presente se observa muy claramente, y tiene en su composición un elemento químico de gran peso atómico (plomo) (PRIETO MARTÍNEZ et al., 2016a) que genera claros artefactos en la tomografía perceptibles como líneas claras y oscuras que irradian desde los nodos decorativos de la pieza. Este fenómeno es habitual en muestras metálicas o que contengan elementos metálicos en grandes cantidades y cuando aparece, se requiere de estudios más detallados que conjuguen diferentes condiciones de medida con la finalidad de intentar minimizar estos efectos.

3.1.7. Rocha3. Fragmento de loza dorada, de perfil cilíndrico y fuerte esvasamiento en la parte superior; podría ser la parte superior de una jarra con una panza globular (110x 95x12 mm). Encontrada igualmente en el Castillo de *Rocha Forte*. Sus pastas sepias presentan una buena decantación, con una textura porosa fina. Su vidriado es superficial. El interior es blanco y tiene la superficie craquelada siendo de peor calidad que el exterior. Se pueden observar claramente sus marcas de torno. El vidriado exterior es básicamente decorativo y está aplicado con 4 colores diferentes: marrón caoba, blanco, azul y negro. La pasta se caracterizó como calcárea, con presencia del mineral dióxido, que indica que ha sido cocida a alta temperatura (1100 °C) (PRIETO MARTÍNEZ et al., 2016a). En alguno de los cortes tomográficos se aprecian muy bien las marcas de torno en la superficie, y como el escalonamiento de éstas afecta a la cubrición del vidriado, dejando zonas de bajo grosor y con huecos porosos bajo esas zonas adelgazadas. Además, en otras áreas del vidriado se ve como éste no está bien unido al cuerpo cerámico con presencia de amplias bolsas de aire. La tomografía permite reconocer las zonas de debilidad del vidriado, que son las que potencialmente tienen mayor susceptibilidad de alterarse química (ataque por el agua) y mecánicamente (desconchado). En el cuerpo cerámico se aprecian también alguna línea de orientación de la pasta debido a la aplicación del torno. Los poros son relativamente abundantes en algunas zonas, casi siempre orientados en bandas circulares confirmando de un modo complementario el manejo a torno. El vidriado que es muy reconocible en la tomografía por su radiodensidad, tiene plomo en su composición, tal y como se estableció en algunas de las piezas anteriores.

3.1.8. Po63ta. Anforeta de Indias de los siglos XV-XVI. Está realizada a torno y decorada con vidriado. Se encontró en el yacimiento arqueológico de *A Pousada* (Santiago de Compostela, A Coruña). El fragmento analizado es una parte de asa que conserva el vidriado parcialmente. La textura es harinosa, con presencia de muy poco desgrasante de granulometría fina, distribuido regularmente y con contorno anguloso (BLANCO et al., 2010; LANTES-SUÁREZ, 2012; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2016b). El estudio tomográfico permite constatar la parcial conservación del vidriado. Este vidriado tiene que ser rico en plomo, pues es muy radiodenso (brillante) respecto al cuerpo cerámico; de ahí que los restos sean fácilmente detectables con esta técnica. El asa, externamente, bajo el vidriado, presenta una línea que podría corresponderse con la zona de unión de dos churros. En las tomografías no se ve una continuidad de esta línea hacia el interior de la pieza, lo que descartaría esta hipótesis y confirma la elaboración a partir de un único

churro. En el cuerpo cerámico, la textura es fina y granulada, coincidiendo con lo evaluado macroscópicamente, y se visualizan diferentes poros en el interior, alguno de ellos bastante grande (1 mm).

3.1.9. **Po69ta.** Plato de importación del siglo XVII o quizás algo más tardío. Está decorado por cubrición de vidriado y presenta un color blanco. El fragmento analizado, que se corresponde con un borde de la pieza, se encontró también en el yacimiento arqueológico de *A Pousada*. La textura es harinosa, con muy poco desgrasante de granulometría fina y distribuido regularmente. Se identificó el mineral mullita en alta cantidad (26%), que confirma una temperatura de cocción elevada (BLANCO et al., 2010; LANTES-SUÁREZ, 2012; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2016b). Los tomogramas constatan claramente la homogeneidad interna, no se aprecian desgrasantes, ni poros, ni orientación de las partículas, evidenciando una alta calidad de manufactura. En cuanto al vidriado, no se trata de una capa externa aplicada independientemente como en otros casos anteriores, si no que parece corresponderse a una zona vitrificada del propio cuerpo cerámico; en un tomograma se distingue una zona en el borde incluso más homogénea que en el interior pero muy posiblemente de la misma composición. El uso de una pasta muy decantada y la alta temperatura alcanzada en la cocción deben de ser las responsables de esta textura tan uniforme y homogénea.

3.1.10. **Po57ta.** Faiança portuguesa probablemente del siglo XVII, decorada por cubrición de vidriado blanco. Se encontró igualmente en el yacimiento arqueológico de *A Pousada*. El fragmento analizado es un asa que conserva el vidriado casi completo. La textura es harinosa, con muy poco desgrasante de granulometría fina, que se distribuye regularmente. Las pastas se identificaron como calcáreas, con la presencia de mucho dióxido (33%), confirmándose así altas temperaturas de cocción (900 °C; BLANCO et al., 2010; LANTES-SUÁREZ, 2012; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2016b). El estudio tomográfico deja ver una marcada orientación de la pasta definida por grandes poros alineados y con algunas bandas en la pasta menos perceptibles de color gris. Este hecho nos da pistas de cómo se elaboró el asa, no fue a través de hacer un churro sino probablemente través del modelado a torno de un vaso que luego se cortó en tiras para hacer asas, a diferencia de una de las cerámicas anteriores (Po63ta) que aparentaba ser elaborada con churro. El vidriado, visto *de visu*, tiene una ligera apariencia alterada, pero en el examen de su perfil en tomografía se aprecia cómo está bien conservado y además bien adherido al cuerpo cerámico. Con este fragmento se realizó una reconstrucción 3D. Esta reconstrucción, además de servir como registro 3D de la pieza permite apreciar la superficie irregular del asa.

3.1.11. **Po56ta.** Fragmento de panza de una jarra de gres alemán de finales del siglo XVI. Está decorada por motivos en altorrelieve y vidriada. Se encontró en el yacimiento arqueológico de *A Pousada*. La textura es compacta, con muy poco desgrasante, de granulometría fina y distribuido regularmente. En los análisis arqueométricos (BLANCO et al., 2010; LANTES-SUÁREZ, 2012; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2016b) se identificaron los minerales indicadores de altas temperaturas de cocción mullita (3%) y cristobalita (82%). En el examen macroscópico de la pieza, en su interior se observan las marcas de haber sido elaborada a torno. Éstas marcas son igualmente visibles en la tomografía. Las pastas son muy homogéneas y no se detecta la capa de vidriado, debido a que éste no tiene plomo (PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2015), la radiodensidad de esta capa es muy similar a la del cuerpo cerámico y su espesor muy fino. Parece más bien tratarse de una vitrificación de la parte más externa del cuerpo cerámico originada por las altas temperaturas alcanzadas, si bien, son necesarios estudios posteriores de mayor resolución con microtomografía para poder analizar en detalle esta capa. En una imagen coronal se pueden observar los detalles de la superficie decorada en relieve, en concreto la forma de una pierna humana, pero no es tan apreciable si se visualiza la pieza en sección, pues no se reconocen tan claramente las figuras. En la reconstrucción 3D se perfila muy bien la decoración.

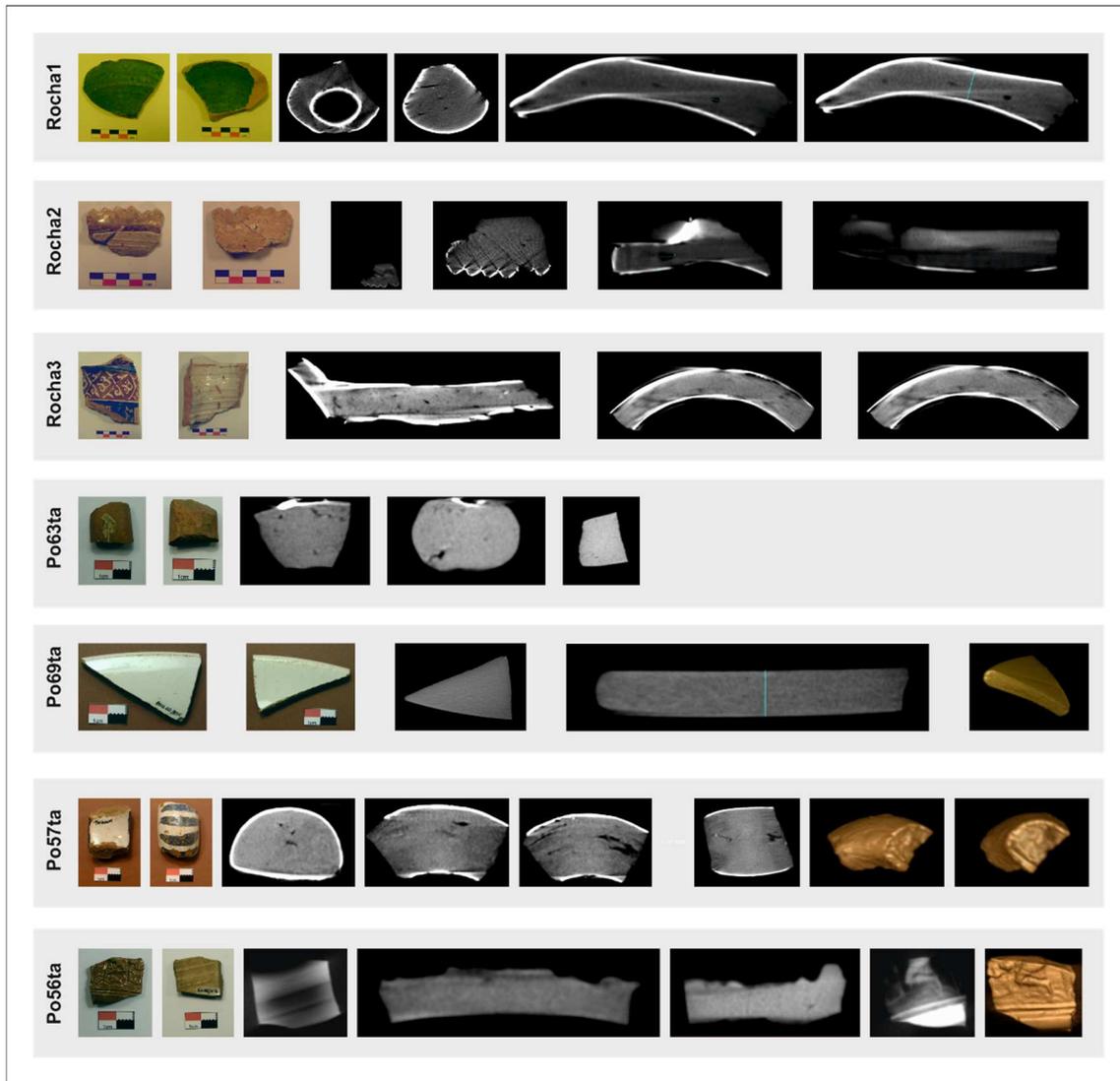


Figura 3. Fotografías y tomogramas de las cerámicas modernas. Fuente: O. Lantes-Suárez.

3.1.12. **Po59ta**. Fragmento de fondo de un plato blanco de importación realizado a torno que aparenta ser porcelana, con una cronología bastante reciente, quizás del siglo XIX, como muy atrás y localizada en el yacimiento de *A Pousada*. La textura es compacta y tiene muy poco desgrasante, éste de granulometría fina y bien distribuido. Se identificó mullita (68%), indicando una alta temperatura de cocción (BLANCO et al., 2010; LANTES-SUÁREZ, 2012; PRIETO-MARTÍNEZ et al., 2016b). El aspecto de la pasta, en el tomograma, es muy homogéneo, si bien, se detecta un cierto granulado distribuido muy homogéneamente. El vidriado, sin embargo, no es perceptible. En un análisis de microscopía electrónica se identificó esta capa, pero debe de ser tan fina, y de la misma composición del cuerpo cerámico que la convierte en indetectable con esta técnica tomográfica. Sería necesario realizar un estudio microtomográfico que mejoraría en varios órdenes de magnitud la resolución. La reconstrucción 3D de este fragmento da cuenta de la continuidad de la superficie, en buen estado y, con un aspecto pulido pero con erosiones en algunos bordes (vd. Figura 4.).

3.1.13. **Gundivós**. Esta jarra conserva el estilo del siglo XIX de la tradición alfarera de Gundivós (Concello de Sober, Lugo). Fue adquirida en un taller de la zona en 2009. Además de la morfología típica de estas piezas de boca lobulada rematada por un botón se caracteriza por su

saturado color negro y un revestimiento en el interior de resina de pino como impermeabilizante. Las dos imágenes completas de la jarra, se corresponden con un tomograma que abarca un grosor igual al diámetro de la pieza, lo que convierte al tomograma en una radiografía, pues se está recogiendo toda la información de la pieza superpuesta. En esta visión, que es útil para apreciar el aspecto general de las pastas, destaca la homogeneidad en la distribución del desgrasante por toda la pieza, que es además de un tamaño muy similar; se visualizan como granos brillantes. El asa y los cordones de las piezas están unidos al cuerpo de la vasija con perfección y sin apreciarse huecos o fisuras en la zona de contacto. Otro aspecto que se puede ver bien es la decoración, incluso en una proyección a lo largo del perímetro de la panza (**vd. Figura 4.**); última imagen de la fila superior) se aprecia la continuidad del motivo así como el relieve del cordón. Las últimas imágenes se corresponden con una reconstrucción 3D de la jarra. La morfología y los surcos y cordones de la superficie se definen claramente, lo que demuestra la utilidad de este tipo de reconstrucción para el estudio y registro de decoraciones en cerámica.

3.1.14. **Buño001.** Este fragmento forma parte de una jarra elaborada a torno en una experiencia de cocción al modo tradicional en la alfarería de Buño. En su elaboración (inicios s. XXI) se utilizaron pastas tradicionales, bien homogeneizadas y con presencia de pequeños desgrasantes aunque abundantes (LANTES-SUÁREZ, 2017). El análisis tomográfico constata la granularidad de las pastas y la buena distribución del desgrasante. En un perfil de la pieza se comprueba como las paredes son finas con presencia de una carena con paredes más gruesas, algo muy difícil de observar y todavía más de medir en un mero examen macroscópico.

3.1.15. **Ceram001.** Este cuenco se elaboró igualmente en una experiencia de cocción al igual que la pieza anterior. En las imágenes radiográficas (imágenes grises) se aprecia la distribución regular del desgrasante, que destaca como puntos claros sobre el resto del cuerpo cerámico (LANTES-SUÁREZ, 2017). En los tomogramas se pueden apreciar algunos poros alargados, paralelos a las superficies en un patrón de orientación circunferencial, probablemente originados en el proceso de modelado a torno. El fondo está bien unido con la panza del recipiente. La reconstrucción 3D es muy buena y permite incluso apreciar defectos que tiene la pieza en superficie, si bien, la banda decorativa no se distingue por tener la misma composición que el resto de la pasta.

3.1.16. **Tazasar.** Esta taza es una pieza de Sargadelos elaborada a finales del s. XX y adquirida en 1993. Está decorada superficialmente en azul. Sus pastas, como todas las que se utilizan en Sargadelos, son porcelana, caolines de muy alta calidad. Se comprueba que su textura es muy compacta, sin la presencia de desgrasantes apreciables. Destacan las líneas que aparecen en el asa, que se corresponden con una textura en hojaldrado resultado del proceso de pliegue de la pasta para la elaboración del asa. La reconstrucción 3D deja ver la perfección geométrica de la taza. Un aspecto importante que se ha visto es que la decoración no destaca en radiodensidad, quizás debido al fino espesor de la capa aplicada, y por tanto sería necesario un estudio microtomográfico en superficie para profundizar en el análisis de la decoración.

3.1.17. **FiFem.** Esta pieza pertenece también a Sargadelos, adquirida en 2011. Es la representación de una figura de mujer estilizada y hueca por dentro. Se percibe a través de la imagen tomográfica la silueta de la pieza tanto en su exterior como en su interior. Las paredes son finas y de un espesor constante en toda la pieza, muy homogéneas, como se corresponde con las porcelanas de esta marca. La decoración de la pieza no se aprecia en la tomografía, ni siquiera en una visión radiográfica, lo que indica que los pigmentos utilizados son muy similares en radiodensidad; esto limita el estudio de este aspecto a través de esta técnica.

3.1.18. **Cuensar.** Este cuenco se elaboró en un taller experimental de materias primas en 1993, en Sargadelos usando gres. Tiene la forma de crisol y está elaborado a mano con la técnica de

presión. Sus pastas son muy rugosas con claros desgrasantes. En los cortes tomográficos, se aprecia claramente esta rugosidad, e incluso se revela la presencia de nódulos arcillosos que están mal adheridos al resto de la pasta, por tanto, rodeados de poros de diverso tamaño y orientación. Estos nódulos no se habían detectado en el análisis macroscópico. En el resto de la pieza se observan poros más medianos y repartidos homogéneamente.

3.1.19. **Popor.** Esta pieza, fabricada igualmente en Sargadelos, tiene un uso industrial. Se trata de un crisol que se utiliza en hornos de alta temperatura y se elabora a partir de porcelanas de alta resistencia. En la tomografía, se observa que las paredes son extremadamente finas y regulares y la textura es muy compacta. Aunque tienen un brillo externo a nivel macroscópico, en la tomografía no se aprecia ninguna capa superficial. El análisis tomográfico ha permitido evaluar que la calidad de sus pastas es similar a la de las otras cerámicas analizadas de Sargadelos.

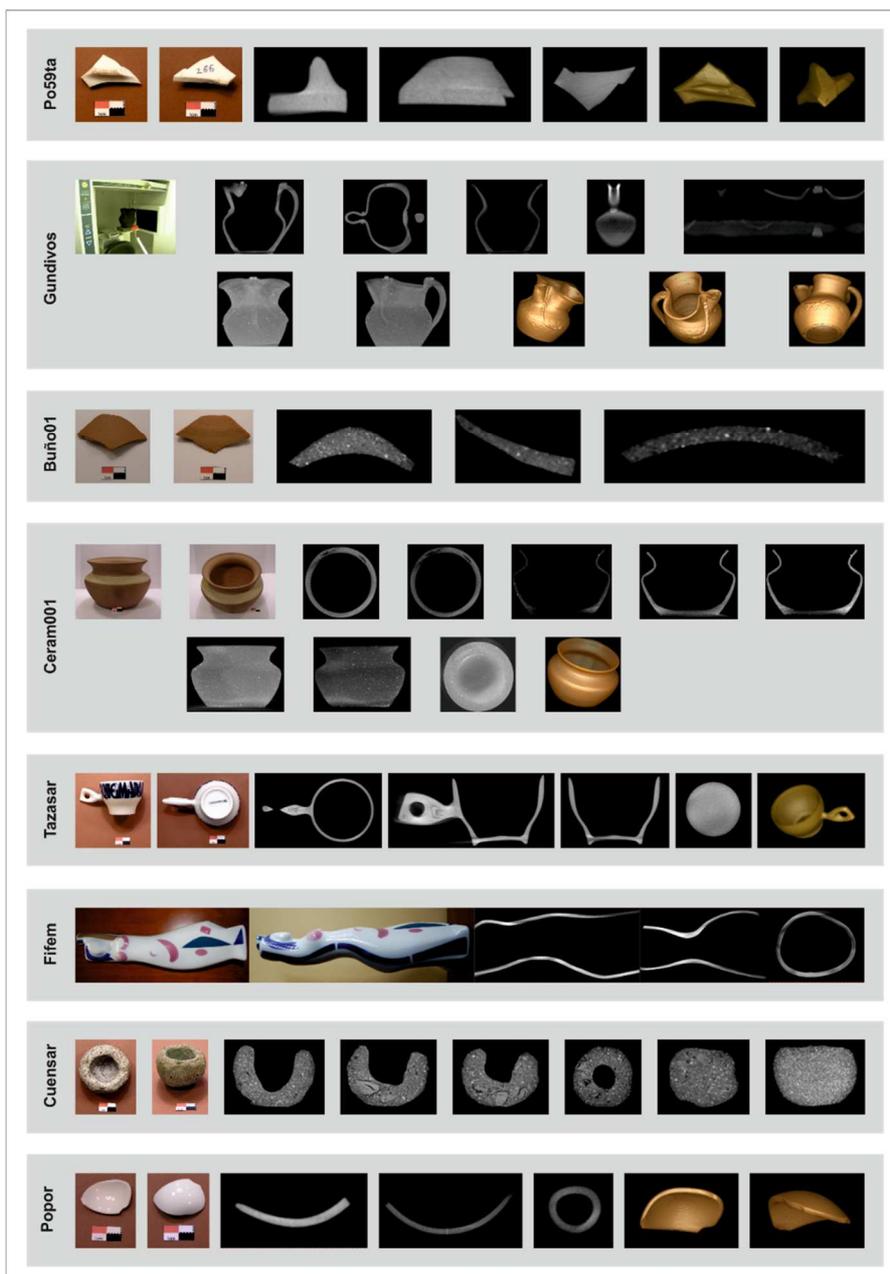


Figura 4. Fotografías y tomogramas de las cerámicas contemporáneas. Fuente: O. Lantes-Suárez.

3.1.20. **Lucerna.** Se trata de una lucerna de cerámica de la alfarería de Teruel, adquirida en el año 1999. Está vidriada y decorada en tonos verdes y marrones. El tomograma muestra como el vidriado está aplicado por toda la superficie de la pieza, incluido en el interior, y su grosor es muy constante en toda la pieza. En las pastas destaca lo compactas que son y la ausencia de desgrasantes apreciables. En cuanto a las fisuras, existen en la base de la pieza, hacia la zona del pitorro, lo que podría estar indicando una adición posterior de esta parte de la pieza. Tan solo son apreciables algunos poros en alguna zonas de unión (**vd. Figura 5.**). No hay cambios de radiodensidad en la visión radiográfica (imagen de fondo blanco), lo que indica que no se puede visualizar la decoración de la lucerna a partir de esta técnica, quizás por bajo radiocontraste en la composición de los pigmentos.

3.1.21. **Huevo.** Cerámica de la alfareía de Albarracín, adquirida en 1998, con una morfología de huevera decorada en azul. Posee un vidriado fino aplicado en su superficie, con diferente espesor según la zona y muy acumulado en el fondo de la copa. Seguramente se trate de un vidriado plomado, puesto que el brillo es similar a otros vidriados que hemos analizado tomográfica y químicamente. La concentración de plomo debe de ser alta puesto que se generan artefactos de difracción en algunos tomogramas (haces de líneas claras). Las pastas son compactas, algo granulosas pero con poco contraste entre arcilla y desgrasantes. En las paredes de la copa se observa una orientación de las partículas paralela a las superficies que se ocasionan por el moldeado a torno. La reconstrucción 3D permite estudiar la morfología de la pieza, si bien es necesario procesar en detalle los datos porque por la alta cantidad de elementos metálicos en el vidriado origina artefactos de difracción en el pie de la copa que sería necesario eliminar o bien repetir la tomografía con otras condiciones de exposición.

3.1.22. **Japo1.** Estatuilla cerámica adquirida en 2008 en Tokio (Japón), de color marrón oscuro y hueca por dentro. No tiene recubrimiento exterior y su textura es suave. El estudio tomográfico revela que las paredes son relativamente finas, no hay engrosamientos en su interior y se identifica algún desgrasante, no muy grueso pero que destaca sobre la pasta como granos más claros. Se observa algún poro ocasional alargado en el cuerpo cerámico. La reconstrucción tomográfica permite visualizar en detalle la morfología de la pieza, incluso de un modo más nítido que a partir de la propia fotografía. Se tiene constancia de que esta pieza se ha fabricado a molde pero no se puede contrastar más allá que la perfección de los detalles y el espesor constante de las paredes.

3.1.23. **Japo2.** Estatuilla cerámica adquirida con la anterior en 2008 en Tokio (Japón), de color marrón claro y hueca por dentro. No tiene recubrimiento exterior y su textura es suave. El estudio tomográfico revela unas características semejantes a la pieza anterior, de paredes relativamente finas, con algún engrosamiento en el área superior y una textura homogénea en la que casi no se distingue ningún granulado, a diferencia de la estatuilla anterior. En una de las imágenes se registra el valor de radiodensidad (unidades hounsfield) que servirán para comparará más adelante la radiodensidad de todas las cerámicas. La reconstrucción tomográfica permite apreciar con nitidez la morfología externa de la pieza, y en relación a los comentarios sobre el uso de molde en la manufactura de la pieza, remitimos a lo comentado en Japo1.

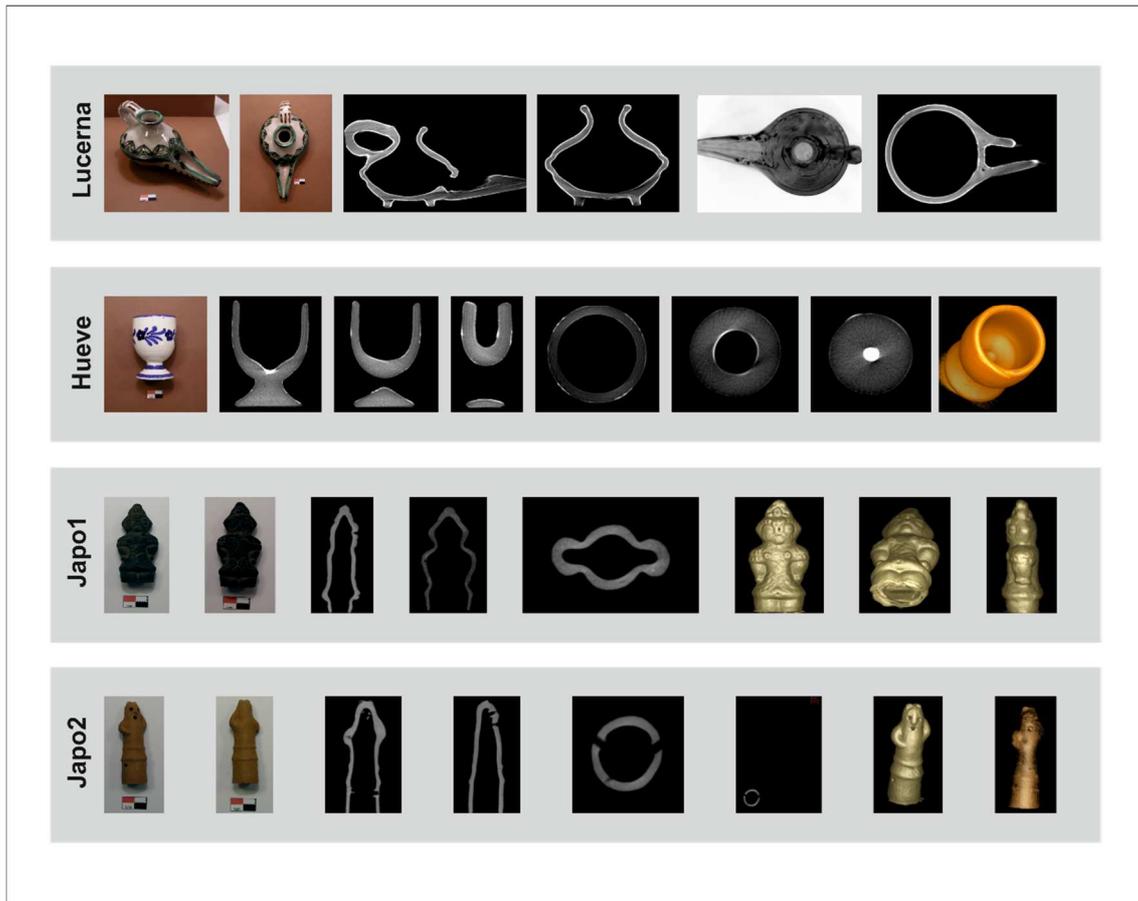


Figura 5. Fotografías y tomogramas de otras cerámicas. Fuente: O. Lantes-Suárez.

3.1.24. **Sar01b.** Fragmento de azulejo recuperado en una prospección en superficie en las antiguas fábricas de Sargadelos. Se encuentra relativamente rodado y en una cara está decorado en verde. Sus pastas son blancas y compactas. La tomografía muestra una textura homogénea, ligeramente granulada pero regular y compacta. En el exterior se aprecian dos capas algo más radiodensas que se corresponden con el vidriado de la pieza; en cualquier caso no se trata de vidriados gruesos como en otras cerámicas modernas pero se puede llegar a visualizar a través de la tomografía (vd. Figura 6.).

3.2. Metal

3.2.1. **Moneda1.** Esta moneda fue recuperada en el sector 35 del Castillo de *Rocha Forte* (Santiago de Compostela, A Coruña) en el primer cuarto del siglo XV. Está bastante deteriorada y oxidada en su superficie. Aunque el estudio tomográfico no es muy satisfactorio, pues al ser de composición metálica se generan fácilmente artefactos de difracción, ya observados antes en algunos vidriados de plomo, pero mucho más intensos en este caso. Estos artefactos se visualizan como rayos de luz que distorsionan la morfología real de la pieza y que además hacen imposible la reconstrucción tomográfica 3D. Para este tipo de objetos es imprescindible jugar con las condiciones de exposición para minimizar estos efectos. A grandes rasgos, sí que se puede igualmente ver la parte interna de la moneda, y aunque las imágenes sean de baja calidad

se pueden observar heterogeneidades y fisuras, en este caso ambas ausentes en la pieza, en la que además el avance de la corrosión no está muy pronunciado.

3.2.2. **Moneda2.** Moneda de 5 céntimos de Isabel II acuñada en 1870 (recuperada en el sector 32 del mismo castillo de *Rocha Forte*. Su estado de conservación es bastante bueno conservándose el relieve de ambas caras. La imagen tomográfica es mejor que en el caso de la moneda anterior. Se observa un ligero estado de oxidación en la zona central, más pronunciado que en los bordes, visualizado con un color más grisáceo y menos claro.

3.2.3. **Clavo.** El clavo es de hierro y de origen medieval, excavado en el sector 34 del Castillo de *Rocha Forte*. Su estado de conservación es bastante bueno pero está oxidado externamente. El estudio tomográfico deja acceder al interior del clavo y ver su estructura interna. En este caso la tomografía es muy útil para evaluar su grado de corrosión, de hecho en algunos tomogramas se aprecia claramente como está afectada la superficie oxidada y con desconchamiento y desprendimientos mientras que la parte interna se conserva bastante bien, en concreto el núcleo de la cabeza es plenamente metálico.

3.3. Piedra

3.3.1. **Vil1.** Este fragmento de sílex es una muestra geológica del concello de Villalba (Lugo) y que se recuperó para utilizar como muestra de referencia en estudios de procedencia de sílex arqueológico. Es un material relativamente oscuro y algo granulado. El estudio tomográfico confirma que el interior también es granulado y homogéneo, si bien presenta bastantes poros o fisuras. En esta muestra sería importante la caracterización de la textura interna y el cálculo de su radiodensidad pues puede permitir luego comparar con otros fragmentos geológicos y muestras arqueológicas que no puedan ser muestreadas para su análisis en otras técnicas.

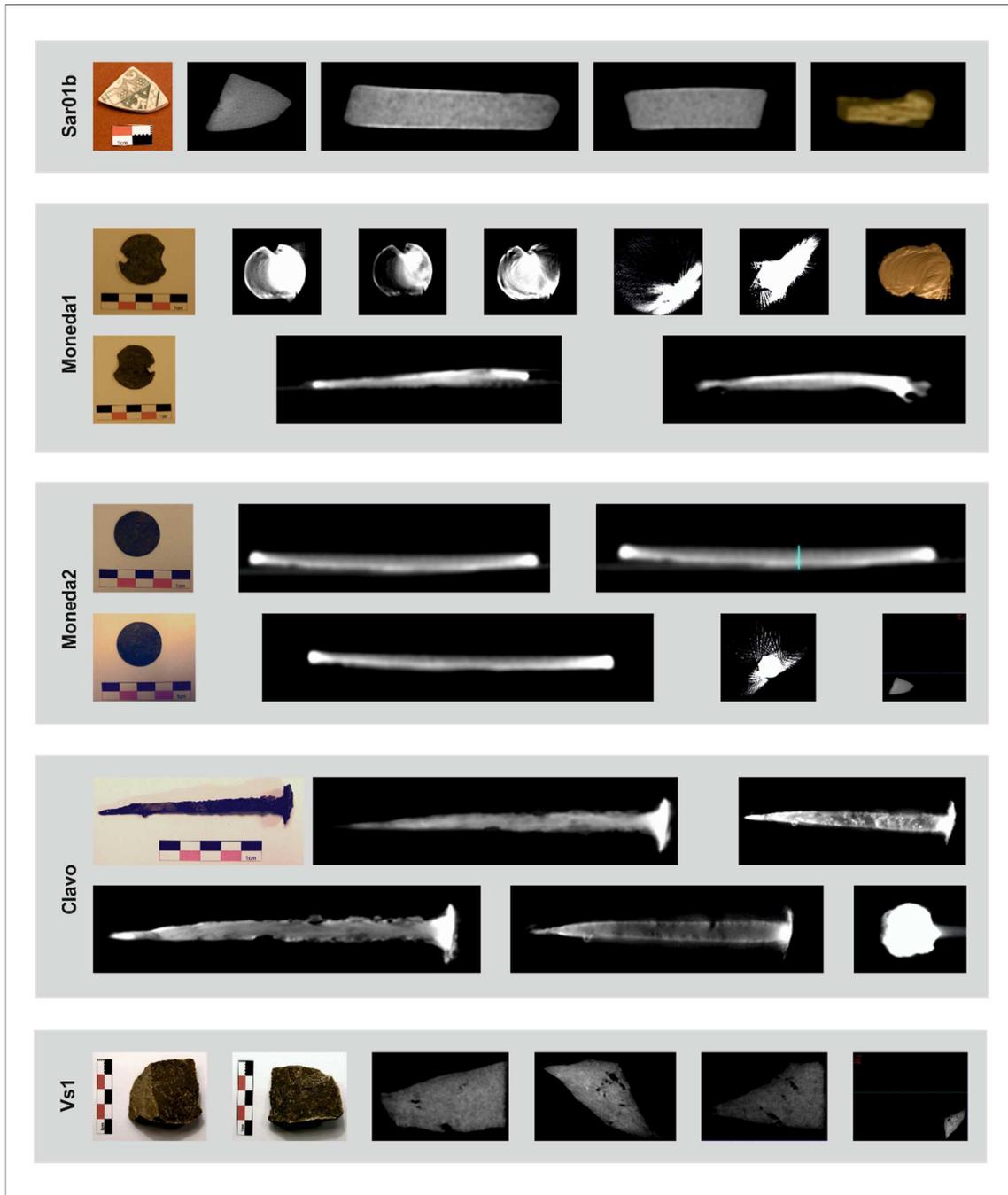


Figura 6. Fotografías y tomogramas de otros materiales arqueométricos. Fuente: O. Lantes-Suárez.

3.4. Piezas de colección del Museo de Historia Natural Luis Iglesias de la Universidad de Santiago de Compostela

3.4.1. **Mamol01.** Molar de un mamut. Está fosilizado, en buen estado aparentemente pero se deshace algo a nivel superficial, si bien las crestas de esmalte de los molares, de contorno ondulado, se conservan relativamente bien y duras. El estudio tomográfico permite confirmar el buen estado de las crestas de esmalte de los molares en el interior. Otras partes del molar también están en un estado aceptable de conservación, no detectándose grandes fisuras o poros internos (vd. Figura 7.).

3.4.2. **Maver01.** Vértebra del mismo mamut, que también se conserva en buen estado. El estudio tomográfico permite constatar este buen estado en el interior de la pieza y diferenciar claramente las trabéculas óseas que, en algunos casos, están rellenas de sedimento.

3.4.3. **Paj01.** Pájaro disecado de la colección América del mismo museo. Está en buen estado de conservación y montado sobre un pie de madera. En este estudio, el principal objetivo era explorar el animal en su interior y ver detalles del proceso de taxidermización. Se puede ver con claridad el complejo entramado de alambres que mantienen al animal en su posición. Destacan asimismo los ojos de vidrio.

3.4.4. **Titi1.** Tití disecado de la misma colección que el anterior. También está en buen estado y montado en un pie de madera. En este estudio, al igual que en el anterior, el principal objetivo era explorar el animal en su interior y ver detalles del proceso de taxidermización. Se puede ver el entramado de alambres que mantienen al animal en su posición, igualmente los ojos de vidrio y también otros detalles como la estructura del cráneo, incluso con su dentadura que se haya en buen estado y completa. Gracias a la tomografía se podría realizar un estudio anatómico en base a la tomografía sin tener que diseccionar la pieza.

3.4.5. **Met01.** Meteorito de tipo condrita que se caracteriza por ser rocoso en lugar de metálico. Es muy denso de color negro y con alguna parte de la superficie rascada que deja ver una textura interna granulada. Los tomogramas confirman esa textura que es radiodensa y homogénea, si bien, sí se aprecia cierta granularidad. Los minerales deben de ser ricos en elementos metálicos como se evidencia por el brillo de las imágenes, además se generan artefactos de difracción como los mostrados en la última imagen de esta muestra, donde estos efectos, en este caso, forman claramente una estrella de seis puntas.

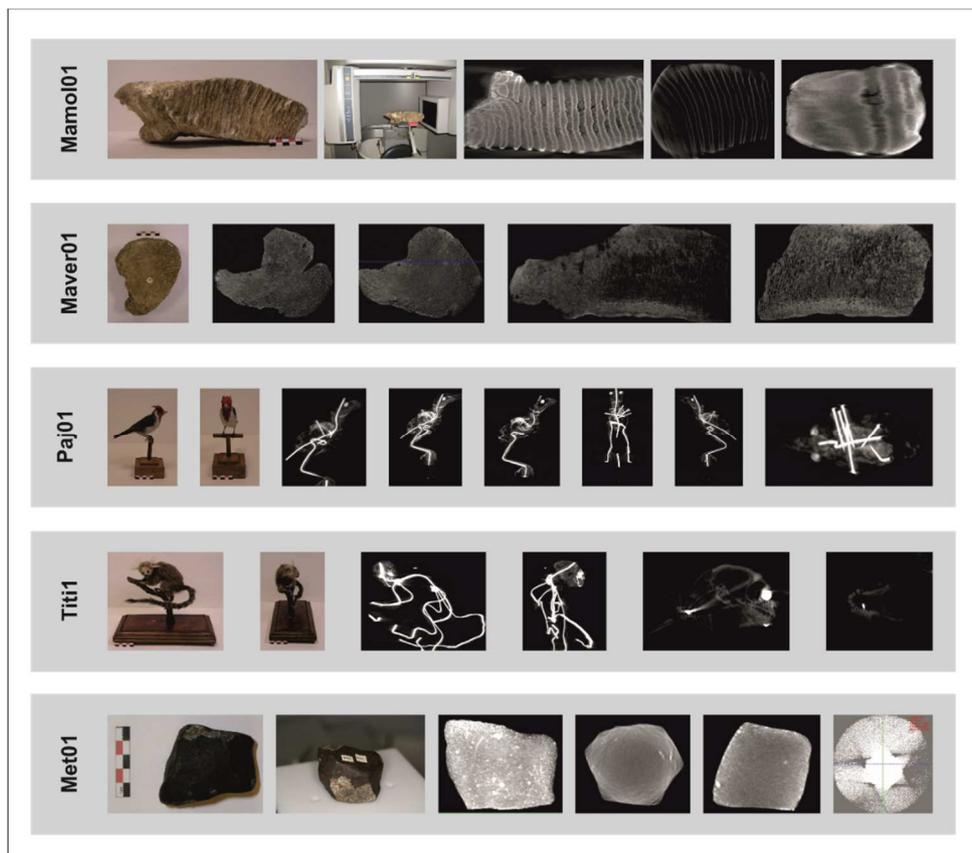


Figura 7. Fotografías y tomogramas de las piezas de colección del Museo de Historia Natural Luis Iglesias. Fuente: O. Lantes-Suárez.

4. Medidas de Radiodensidad

La radiodensidad hace referencia a la atenuación de los rayos X cuando pasa por la muestra, cada voxel -unidad mínima tomografiada- tendrá un determinado valor de radiodensidad que depende del tipo de mineral y de la cantidad de microhuecos que estén dentro de ese voxel. Es una *variable resumen* que caracteriza la pasta cerámica, pues combina información relativa a la composición y a la porosidad (o cantidad de aire interno). Estos valores de radiodensidad se midieron en las piezas arqueológicas de este trabajo en cinco áreas muestreadas al azar (rectángulos de 1-3 mm de lado) de cada pieza siempre en zonas representativas de las muestras. En el caso de las cerámicas se determinaron por separado los vidriados y los cuerpos cerámicos.

Este primer análisis preliminar tenía el propósito de evaluar si existían diferencias entre los diferentes materiales. En la representación comparativa de las medias y sus desviaciones típicas de las medidas efectuadas a cada muestra, se puede comprobar como la gran mayoría de piezas tienen valores de radiodensidad que oscilan entre 1000 y 2000 unidades hounsfield (**vd. Figura 8.**), es decir, podemos llegar a diferenciar tipos de materiales, en mayor o menor medida.

Como materiales de referencia se introdujeron valores de radiodensidad del aire, aceite y agua. El aire es el que presenta los valores de unidades Hounsfield más bajos: -1000 HU. El aceite tiene unos valores medios de -464 y el agua de -358. En el resto de muestras, todos los valores son positivos. Para el caso de los vidriados, (señalados en la figura con *_V_*) tienen valores muy altos comprendidos entre las 4000-9000 HU; valores algo más bajos son los de los objetos metálicos (Moneda1, Moneda2, Clavo) que con una composición muy probablemente férrica, tienen unos valores Hounsfield entre 3000 y 5000 HU. Destacan también otros objetos cerámicos, foráneos a Galicia (Hueve, Japo1, Japo2), con una radiodensidad relativamente más baja que la media del resto. Hacia el lado opuesto, con valores ligeramente superiores a la media están la Lucerna, el azulejo de Sargadelos (Sar01b) y el fragmento de sílex (VS1). Para el resto de las cerámicas, todas gallegas, se diferencian como grupo del resto de los materiales comentados, pero entre ellas es difícil establecer diferencias, pues todas tienen radiodensidades similares y probablemente porque comparten una composición común alúmino-silicatada con barros de tipo caolinítico, que son los que existen en Galicia.

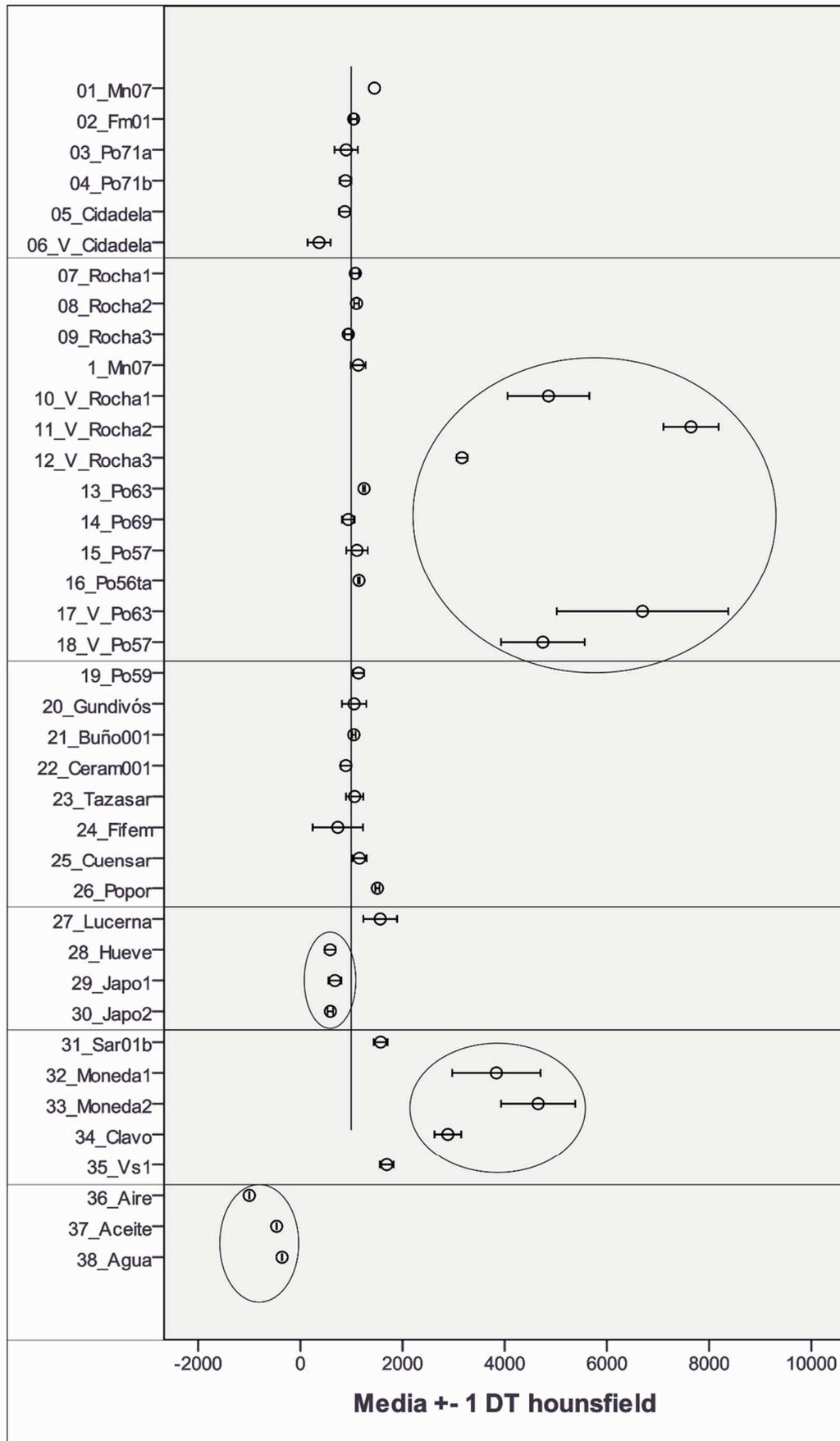


Figura 8. Gráfico de radiodensidades (em unidades Hounsfield) de alguns dos materiais tomografiados. Fonte: O. Lantes-Suárez & P. Prieto Martínez.

5. Síntesis Final

La tomografía es una técnica que en la actualidad tiene un amplio uso en ámbitos no clínicos como el campo de la paleontología, los bienes culturales y la arqueología, sin embargo, en Galicia es la primera ocasión en la que se utiliza esta técnica con estas finalidades. En los primeros ensayos realizados planteamos que era necesario valorar su potencial como herramienta analítica a incluir en los estudios arqueométricos y de conservación y restauración de bienes culturales. En especial, era necesario evaluar la accesibilidad a los equipos tomográficos, no siempre disponibles y el tipo de información concreta que se podíamos obtener con la técnica. Sin duda alguna, una de las grandes ventajas es que se trata de una técnica no destructiva, no invasiva y que permite incluso analizar un objeto aunque esté envuelto en material de embalaje. Los principales resultados que hemos obtenido son de dos tipos, por un lado se crea un registro virtual de la pieza, de su morfología, que se puede recrear tridimensionalmente con fines de investigación, expositivos y divulgativos. Por otro lado, se generan imágenes del interior de las piezas que revelan su estructura y textura interna, granulosidad, poros, fisuras, imperfecciones, homogeneidades, capas, etc. En este sentido se han podido evaluar, para los diferentes materiales analizados, las texturas de las pastas de cerámicas, los tipos de vidriados y su adherencia de los cuerpos cerámicos, la morfología de las decoraciones, estudio de los estados de alteración, fisuraciones, el montaje del armazón de alambre en el caso de las piezas de taxidermia, o la corrosión de los metales en el caso del clavo y las monedas. Todas estas informaciones no sólo se traducen en datos cualitativos a través de imágenes, sino que se pueden cuantificar realizando morfometrías y complementariamente se pueden calcular las radiodensidades en Unidades Hounsfield, lo que permite comparar, y en algunos casos diferenciar, materiales según esta magnitud.

Este trabajo lo encuadramos como un ensayo de *screening*, que nos ha permitido testar la técnica, acumular experiencia, plantearnos nuevas preguntas y está sirviendo, en estos momentos, de base para el diseño de otros estudios más complejos y diversificados. Dado que la tomografía tiene límites de resolución limitantes para algunos casos de estudio, estamos incorporando en algunos ensayos la microtomografía así como técnicas radiográficas, en especial éstas aplicadas a objetos planares como lienzos. Los objetivos de los trabajos que tenemos en marcha son variados, en algunos de ellos se trata de establecer comparaciones entre las diversas técnicas, otros son casos singulares de estudio, en piezas con un alto valor patrimonial y arqueológico, como tallas policromadas de madera (TAC) o lienzos sobre óleo de pintura barroca (radiografía de gran formato) o recipientes cerámicos prehistóricos (TAC) de gran volumen. También estamos emprendiendo estudios más sistemáticos para caracterizar las improntas de conchas en decoración de cerámica campaniforme (microtomografía), sobre conjuntos de fragmentos de cerámicas prehistóricas (técnica CBCT) con la finalidad de clasificarlas y realizar futuras reconstrucciones de recipientes y análisis de jarras que se conservan íntegras de época medieval (técnica CBCT), también con fines clasificatorios y para obtener información cuantitativa contenida en los histogramas de radiodensidad. Finalmente, también se están iniciando (técnica TAC) registros con cerámica de época contemporánea, anforetas de indias y otras piezas de origen inglés, cuyos resultados serán publicados próximamente en detalle.

Es aconsejable que todas las investigaciones relacionadas con las técnicas tomográficas se planteen con una planificación previa en la que se definan muy claramente los objetivos a alcanzar, pues esto es fundamental a la hora de abordar y diseñar los estudios analíticos posteriores, sean éstos con fines de caracterización, clasificación, conservación, restauración, investigación o generación de productos didácticos o expositivos. La gran versatilidad de la tomografía nos está mostrando que todavía quedan muchos caminos a explorar para extraer conocimiento de piezas arqueológicas y museísticas de diferente naturaleza.

RECONOCIMIENTOS

El presente trabajo se financia dentro del programa de actividades de difusión promovidas por la Rede de Infraestructuras de Apoio á Investigación e ó Desenvolvemento Tecnolóxico (RIAIDT) de la Universidad de Santiago de Compostela (USC). La contribución de M. P. Prieto se financia a través del proyecto de investigación: *Tecnología y producción de la cerámica medieval de Galicia* (MC-PTG). HAR2015-64441-P (Plan Nacional: Ministerio de Economía y Competitividad, Convocatorias 2015, Proyectos EXCELENCIA y Proyectos RETOS, Dirección General de Investigación Científica y Técnica, Subdirección General de Proyectos de Investigación). Agradecemos el aporte de algunas de las piezas que se analizaron por parte de María Isabel Fraga Vila (Mamol01, Maver01, Paj01, Tit1 y Met01) - directora del Museo de Historia Natural de la Universidad de Santiago de Compostela-; a los investigadores Carlos Rodríguez Rellán (Vil1), María Raquel Casal García (Rocha1, Rocha2 y Rocha3) y Manuel Caamaño Gesto (Cidadela) y también a Inmaculada Tomás Carmona y Antonio González Mosquera, responsable y técnico, respectivamente del tomógrafo utilizado.

BIBLIOGRAFÍA

- ANDERSON, T.; FELL, C. - Analysis of roman cremation vessels by computerized tomography. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 22, nº 5 (1995), p. 609-617.
- APPLBAUM, N.; APPLBAUM, Y. H. - The use of medical Computed Tomography (CT) Imagin in the study of ceramic and clay archaeological artifacts from the Ancient Near East. In: UDA, M.; DEMORTIER, G. y NAKAI, I. (ed. lit.). **X-rays for Archaeology**. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-1-4020-3580-7. p. 231-245.
- BARBERINI, V. [et al.] - Multi-analytical characterization of archaeological ceramics. A case study from the Sforza Castle (Milano, Italy). **Geophysical Research Abstracts**. ISSN 1607-7962. Vol. 11 (2009), pp. 7970-7971.
- BERDONDINI, A. [et al.] - The successful use of Computed Tomography in the Study of archaeological finds. In TURBANTI-MEMMI (ed. lit.). **Proceedings of the 37th International Symposium on Archaeometry**. ISBN 978-3-642-146770 Berlin: Springer-Verlag, 2011. Part 10, p. 575-578.
- BERG, I. - Looking through pots: recent advances in ceramics X-radiography. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 35, nº 5 (2008),p. 1177-1188.
- BLANCO, R. [et al.] - El despoblamiento de A Pousada: La formación de una aldea rural en la Alta Edad Media. In M. P. PRIETO-MARTÍNEZ; F. CRIADO-BOADO (compil.) **Reconstruyendo la historia de la comarca del Ulla-Deza (Galicia, España). Escenarios arqueológicos del pasado**. Santiago de Compostela: Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2010. ISBN 978-84-00-09134-7. Vol. 41, p. 111-120.
- BONADIES, S. D. - Tomography of Ancient Bronzes. 2007. In SCOTT, D. A.; PODANY, J. Y CONSIDINE, B. B. (ed. lit.). 2007. **Ancient & Historic Metals. Conservation and Scientific Research. Proceedings of a Symposium organized by the J. Paul Getty Museum and the Getty Conservation Institute. November 1991**. Singapore: The J. Paul Getty Trust: 2007. ISBN ISBN 0-89236-231-6. p. 75-84.
- BONOGOFKY, M. - Reassessing “dental Evulsion” in Neolithic plastered skulls from the Levant through the use of Computed Tomography, Direct Observation and Photographs. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 29, nº 9 (2002), p. 959-964.



BOUZAKIS, K. D. [et al.] - An investigations of ceramic forming method using Reverse Engineering Techniques: The case of Oinochoai from Dion, Macedonia, Greece. **Journal of Archaeological Method Theory**. ISSN 1072-5369. Vol. 18 (2011), pp. 111-124.

BOUZAKIS, K.-D. [et al.]. - Design and manufacturing aspects of a vaginal speculum of antiquity, as investigated by computer tomographies. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 35, nº 3 (2008), p. 633-642.

BROWNE, J. A.; KOSHY, M. Y STANLEY, J. H. - On the application of discrete tomography to CT-assisted engineering and design. **International Journal of Imaging Systems and Technology**. ISSN 1098-1098. Vol. 9, nº 2-3 (1998), p. 78-84.

CARR, C. - Advances in ceramic radiography and analysis: applications and potentials. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 17, 1990, p. 13-14.

CARR, C. Y EARLE B. RIDDICK, JR. - Advances in ceramic radiography and analysis: Laboratory methods. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 17, nº 1 (1990), p. 35-66.

CARRETERO DÍAZ, J. M. et al. - La tomografía axial computerizada (TAC) y su utilizad para el estudio, conservación y difusión del Patrimonio Paleontológico. Algunos ejemplos de la Sierra de Atapuerca. In: DEL EGIDO, M. y JUANES, D. (compil.) - **La Ciencia y el Arte II. Ciencias experimentales y conservacion del Patrimonio Histórico**. Madrid: Ministerio de Cultura. Secretaria General Técnica, 2010, p. 196-204. ISBN 978-84-8181-461-3.

DEL EGIDO, M.; JUANES, D. (compil.) - **La Ciencia y el Arte II. Ciencias experimentales y conservacion del Patrimonio Histórico**. Madrid: Ministerio de Cultura. Secretaria General Técnica, 2010. ISBN 978-84-8181-461-3. p. 196-204.

CARLSON, K. J.; PICKERING, T. R. - Shape-adjusted bone mineral density measurements in baboons: other factors explain primate skeletal element representation at Swartkans. **Journal of archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 31, nº 5 (2004), p. 577-583.

CASALI, F. [et al.] - New x-ray digital radiography and Computed Tomography for cultural heritage. In MONTAGNARI KOKEJ, M.; BUDINICH, M. Y TUNIZ, C. (ed. lit.). **Science for Cultural Heritage. Technological Innovation an Case Studies in Marine and Land Archaeology on the Adriatic Region and Inland. VII International Conference on Science, Arts and Culture**. Singapore: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd, 2010. ISBN 978-981-4307-06-2. 226-237.

CASALI, F. [et al.] - New x-ray digital radiography and Computed Tomography for cultural heritage. In MONTAGNARI KOKEJ, M.; BUDINICH, M. Y TUNIZ, C. (ed. lit.). **Science for Cultural Heritage. Technological Innovation an Case Studies in Marine and Land Archaeology on the Adriatic Region and Inland. VII International Conference on Science, Arts and Culture**. Singapore: World Scientific Publishing Co. Pte. Ltd, 2010. ISBN 978-981-4307-06-2. 226-237.

CESÁREO, R. [et al.] - X-ray Transmission Tomography for the study of works of art. In PIACENTINI, M.; SCIUTI, S. (ed. lit.). 2002. **Archaeometry in Europe in the third Millenium**. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2002. ISBN: 88-218-0880-07. p. 222-225.

CHENINN, D. L. - Tomografía dinámica de haz cónico en el tratamiento ortodóncico. **Maxilaris**. ISSN 1139-1626. Vol. 13, Nº 133 (2010), p. 102-110.

FERNÁNDEZ ABELLA, D. - El Castillo de A Rocha Forte, un ejemplo para el estudio de la guerra bajomedieval. **Roda da Fortuna. Revista Electrónica sobre Antiguidade e Medieval**. ISSN 2014-7430. Vol 3, nº 1-1 (2014), p. 225-256.

GONZALEZ-REIMERS, E. [et al.] - Quantitative computerized tomography for the diagnosis of osteopenia in prehistoric skeletal remains. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 34, nº 4 (2007), p. 554-561.

GOSTNER, P.; VIGL, E. E. - INSIGHT: Report of radiological-forensic findings on the Iceman. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 29, nº 3 (2002), p. 323-326.

GOSTNER, P. [et al.] - New radiological insights into the life and death of the Tyrolean Iceman. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 38 (2011), p. 3425-3431.

GREENE, A. [et al.] - The digital radiography of archaeological pottery: Program and protocols for the analysis of production. **Archaeometry**. ISSN 1475-4754. Vol. 78, 2017, p. 120-133.

GRIESHABER, B.M. [et al.] - A pilot study into the effects of X-ray and computed tomography exposure on the amplification of DNA from bone. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 35, nº 3 (2008), p. 681-687.

GRIM, D. M.; ALLISON, J. - Laser Desorption Mass Spectrometry as a tool for the analysis of colorants: The identification of pigments used in illuminated manuscripts. **Archaeometry**. ISSN 1475-4754. Vol. 46, nº 2 (2004), p. 283-299.

GRIUFFA, V. [et al.] - Embalming methods and plants in Renaissance Italy: two artificial mummies from Siena (central Italy). **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 38, nº 8 (2011), p. 1949-1956.

HARVIG, L.; NYNNERUP, N.; AMSGAARD EBSEN, J. - Computed tomography and computed radiography of Late Bronze Age cremation urns from Denmark: an interdisciplinary attempt to develop methods applied in bioarchaeological cremation research. **Archaeometry**. ISSN 1475-4754. Vol. 54, nº 2 (2012), p. 369-387.

HERSHKOVITZ, I. [et al.] - Remedy for an 8500 year-old plastered human skull from Kfar Hahoreh, Israel. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 22, nº 6 (1995), p. 779-788.

HIRATA, K. - Radiographic findings in ancient egyptian mummies. In: UDA, M.; DEMORTIER, G. y NAKAI, I. (ed. lit.). **X-rays for Archaeology**. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-1-4020-3580-7. p. 231-245.

HUNTER, F. J. [et al.] - The scientific identification of archaeological Jet-Like artefacts. **Archaeometry**. ISSN 1475-4754. Vol. 35, nº 1 (1993), p. 69-89.

HUPPERTZ, A. [et al.] - Nondestructive Insights into composition of the Sculpture of Egyptian Queen Nefertiti with CT. **Radiology**. ISSN 1527-1315. Vol. 251, nº 1 (2009), p. 233-240.

JACOBS, P.; SEVENS, E.; KUNNEN, M. - Principles of computerized X-ray tomography and applications to building materials. **Science of the Total Environment**. ISSN 0048-9697. Vol. 167 (1985), p. 161-170.

JUANES, D.; JUÁREZ, P. - Aplicación de los estudios TAC a la recuperación de la talla original y la antigua policromía de la Virgen de las Batallas. En: DEL EGIDO, M.; JUANES, D.; DIEGO, C.; DOMINGO, M.; BUESO, M.; VERGEL, M. (compil.). **La Ciencia y el Arte III. Ciencias Experimentales y conservación del patrimonio**. Ministerio de Cultura, Secretaría General Técnica, 2011. ISBN NIPO 551-11-103-6. p. 239-252.



JUANES, D. - La tomografía axial computerizada. Estudio de escultura de madera. In: DEL EGIDO, M. y JUANES, D. (compil.) - **La Ciencia y el Arte II. Ciencias experimentales y conservación del Patrimonio Histórico**. Madrid: Ministerio de Cultura. Secretaria General Técnica, 2010, p. 196-204. ISBN 978-84-8181-461-3.

JUANES, D. (compil.) - **La Ciencia y el Arte II. Ciencias experimentales y conservación del Patrimonio Histórico**. Madrid: Ministerio de Cultura. Secretaria General Técnica, 2010. ISBN 978-84-8181-461-3. p. 196-204.

KLAUS, H. D. [et al.] - Tuberculosis on the north coast of Peru: skeletal and molecular paleopathology of late pre-Hispanic and postcontact mycobacterial disease. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 37, nº 10 (2010), p. 2587-2597.

KYLE, J. R.; MOTE, A. S.; KETCHAM, R. A. - High resolution X-ray computed tomography studies of Grasberg porphyry Cu-Au ores, Papua, Indonesia. **Mineralium Deposita**. ISSN 0026-4598. Vol. 43, nº 5 (2008), p. 519-532.

LAM, Y. M. [et al.] - Bone density and long bone representation in Archaeological Faunas: comparing results from CT and Photon Densitometry. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 25, nº 6 (1998), p. 559-570.

LAM, Y. M. [et al.] - Bone density studies in zooarchaeology. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. 30, nº 12 (2003), p. 1701-1708.

LANTES-SUÁREZ, O. - Estudio arqueométrico de la cerámica. Estudio de los vidriados. In PRIETO

LANTES-SUÁREZ, O.; DOVAL GALÁN, J. F.; PRIETO MARTÍNEZ, M. P. - La alfarería tradicional de Buño. Una aproximación desde la arqueología y la arqueometría. **Gallaecia**. ISSN 2445-3927. (en prensa).

LENGUAS, A. L. [et al.] - Tomografía computerizada de haz cónico. Aplicaciones clínicas en odontología; comparación con otras técnicas. **Científica Dental**. ISSN 1697-641X. Vol. 7, nº 2 (2010), p. 147-159.

LÓPEZ-POLÍN, L. [et al.] - Pleistocene human remains and conservation treatments: the case of a mandible from Atapuerca (Spain). **Journal of Human Evolution**. ISSN 0047-2484. Vol. 54, nº 5 (2008), p. 539-545.

MARTÍNEZ, M. P. (compil.). **Estudio de la cultura material del yacimiento de A Pousada. Memoria Arqueológica**. 2012. Accesível no Servizo de Patrimonio. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, p. 36-70.

MAZZOLANI (ed. lit.) - **Protection of Historical Buildings: Proceedings of the International Conference on Protection of Historical Buildings, PROHITECH 09**. London: Taylor y Francis Group, 2009. ISBN 978-0-415-55804-4. Vol. 1, p. 847-851.

MENA, A. [et al.] - A novel sedimentological method based on CT-scanning: Use for tomographic characterization of the Galicia Interior Basin. **Sedimentary Geology**. ISSN 0037-0738. Vol. 321 (2015), pp. 123-138.

MINOZZI, S. [et al.] - An investigation of Etruscan cremations by Computed Tomography (CT). **Antiquity**. ISSN 1745-1744. Vol. 84, nº 232 (2010), p. 195-201.

MNATTERER, F.; RITMAN, E. L. - Past and future directions in x-ray computed tomography (CT). **International Journal of Imaging Systems and Technology**. ISSN 1098-1098. Vol. 12, nº 4 (2002), p. 175-187.

MNATTERER, F. - Fourier reconstruction in Tomography. **Numerische Mathematik**. ISSN 0945-3245. Vol. 47, nº 3 (1985), p. 343-353.

MORIGI, M. P. [et al.] - CT investigation of two paintings on Wood tables by Gentile da Fabriano. **Nuclear Instruments and Methods in Physics Research A**. ISSN 0168-9002. Vol. 580 (2007), pp. 735-738.

NEDDEN, D. Z. [et al.] - New findings of the Tyrolean "Ice Man": Archaeological and CT-Body analysis suggests personal disaster before death. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 21, nº 6 (1994), p. 809-818.

NOBUYUKI, K. - Analytical study of paintings by X-ray Radiography and Spectroscopy. In: UDA, M.; DEMORTIER, G. y NAKAI, I. (ed. lit.). **X-rays for Archaeology**. Dordrecht: Springer, 2005. ISBN 978-1-4020-3580-7. p. 231-245.

O'CONNOR, S. [et al.] - Exceptional preservation of a prehistoric human brain from Heslington, Yorkshire, UK. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 38, nº 7 (2011), p. 1641-1654.

ÖZBEK, M. - Remodeled human skulls in Kösk Höyük (Neolithic age, Anatolia): a new appraisal in view of recent discoveries. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 36, nº 2 (2009), p. 279-386.

PERNTER, P. [et al.] - Radiological proof for the Iceman's cause of death (ca. 5`300 BP). **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 34, nº 11 (2007), p. 1784-1786.

PRIETO-MARTÍNEZ, M. P. - Poder y estrategias de apropiación del espacio en las comunidades campaniformes, dos casos de estudio: el Dolmen de Forno dos Mouros y el Túmulo 3 de Alto de San Cosme. In PRIETO-MARTÍNEZ, M. P.; SALANOVA, L. (compil). **Las Comunidades Campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y II Milenios BC en el NW de la Península Ibérica**. Pontevedra: Deputación de Pontevedra, 2011. ISBN 978-84-8457-365-4. Cap. 9, p. 85-94.

PRIETO-MARTÍNEZ, M. P. [et al.] - Cerámica de Lujo medieval en dos castillos de la mitra compostelana. In JORNADAS INTERNACIONALES, 3ª - **Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el noroeste de la península ibérica**. Astorga, Casa-Museo Leopoldo Panero (Astorga, León), 21 y 22 de Abril de 2016a.

PRIETO MARTÍNEZ, M. P. [et al.] - La cerámica vidriada de A Pousada (Santiago de Compostela). In JORNADAS INTERNACIONALES, 3ª - **Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el noroeste de la península ibérica**. Astorga, Casa-Museo Leopoldo Panero (Astorga, León), 21 y 22 de Abril de 2016b.

PRIETO-MARTÍNEZ, M. P. [et al.] - Materiales constructivos de A Rocha Branca (Padrón, A Coruña): Azulejos. In JORNADAS INTERNACIONALES, 3ª - **Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el noroeste de la península ibérica**. Astorga, Casa-Museo Leopoldo Panero (Astorga, León), 21 y 22 de Abril de 2016c.

PRIETO-MARTÍNEZ, M. P.; LANTES-SUÁREZ, O. Y MARTÍNEZ-CORTIZAS, A. - O Campaniforme Cordado de Forno dos Mouros (Toques, A Coruña). **Cuaderno de Estudios Gallegos**. ISSN 0210-847X. Vol. 55, nº 121 (2008), p. 31-51.

REIMERS, P. [et al.] - A. Dendrochronology by means of x-ray computed tomography (CT). In MANINATIS, Y. (ed. lit.) **Archaeometry: proceedings of the 25th International Symposium**. Amsterdam: Elsevier, 1989. ISBN 0-444-87333-3. p. 121-125.

PRIETO MARTÍNEZ, M. P. [et al.] - Una cerámica de gres de Raeren en Santiago de Compostela (NW de España). In MARTÍNEZ PEÑÍN, R. & CAVERO DOMÍNGUEZ, G. (ed. lit.) **Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste del a Península Ibérica**. León: Ediciones El Forastero S.L., 2015. ISBN: 978-84-942791-8-8. p. 253-268.

RIZESCU, C. [et al.] - Complex Analysis of the "Cannon of Giurgiu" by Computerized Tomography with ¹⁹²Ir. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403 29, nº 3 (2002), p. 267-275.

ROSSI, M.; CASALI, F. - 3D Computed Tomography for archaeometry. In PIACENTINI, M. y SCIUTI, S. (ed. lit.). 2002. **Archaeometry in Europe in the third Millenium**. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2002a. ISBN: 88-218-0880-07. p. 222-225.

RYE, O. S. - Pottery manufacturing techniques: X-ray studies. **Archaeometry**. ISSN 1475-4754. Vol. 19, nº 2 (1977), p. 205-211.

SEGUIN, F. H. - High-resolution computed tomography and digital radiography of archaeological and art-historical objects. In VANDIVER, P. B.; DRUZIK, J. y WHEELER, G. S. (ed. lit.). **Materials Issues in Art and Archaeology II**. ISBN 9781605112961. Pittsburgh: Materials Research Society, 1990. p. 63-73.

SHANG, H. [et al.] - Neurocranial abnormalities of the Goungwangling Homo erectus from Lantian. China. **Journal of Archaeological Science**. ISSN 0305-4403. Vol. 35, nº 9 (2008), p. 2589-2593.

SIMONOV, E. N. - Physical Problems of Medical Computer X-Ray Tomography. **Biomedical Engineering**. ISSN 0006-3398. Vol. 38, nº 4 (2004), p. 170-175.

TOUT, R. E.; GILBOY, W. B.; CLARK, A. J. - The use of computerized X-ray tomography for the non-destructive examination of archaeological objects. In **Proceedings of the 18th International Symposium on Archaeometry and Archaeological Prospection, Bonn, 14-17 March 1978**. Colonia: Rheinland-Verlag GmbH, 1980. ISBN 978-3792704295. p. 608-616.

VAINBERG, E. I.; KALINCHEV, A.; SVIRIDOVA, Z. I. - Comparing the effectiveness of radiography and x-ray computer tomography for controlling low-density ceramics. **Refractories and Industrial Ceramics**. ISSN 1083-4877. Vol. 26, nº 3-4 (1985), p. 199-202.

VENIALE, F.; SETTI, M.; LODOLA, S. - Diagnóstico del deterioro de la piedra en el patrimonio construido. Datos y perspectivas. **Materiales de Construcción**. ISSN 0465-2746. Vol. 58, nº289-290 (2008), p. 11-32.

YANG, Y. [et al.] - Application of micro-CT: a new method for stone drilling research. **Microscopy Research Technique**. ISSN 1097-0029. Vol. 72, nº 4 (2009), p. 343-346.

YANG, Y. [et al.] - Application of Micro-CT: 3D Reconstruction of Took Marks on an Ancient Stone Bead and its implication for Jade drilling techniques. In TURBANTI-MEMMI (ed. lit.). **Proceedings of the 37th International Symposium on Archaeometry**. Berlin: Springer-Verlag, 2011. Part 10, p. 575-578.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS INSTITUIÇÃO VOCACIONADA PARA O CRÉDITO

Helena Real Gomes

Caixa Geral de Depósitos, Gabinete de Património Histórico, Lisboa, Portugal

helena.real@cgd.pt

Joaquim Pombo Gonçalves

Caixa Geral de Depósitos, Gabinete de Património Histórico, Lisboa, Portugal

joaquim.pombo@cgd.pt



Caixa Geral de Depósitos Instituição vocacionada para o Crédito

Helena Real Gomes

Joaquim Pombo Gonçalves

Historial do artigo:

Recebido a 04 de outubro de 2017

Revisto a 17 de outubro de 2017

Aceite a 31 de outubro de 2017

RESUMO

O presente artigo baseia-se nos diplomas mais preponderantes sobre a evolução e expansão da Caixa Geral de Depósitos (CGD), dando a conhecer de forma clara e objetiva as principais mudanças operadas na instituição ao longo dos anos.

Existem momentos fundamentais eternizados nesses diplomas que fundamentam a criação e reorganização dos serviços: Lei de 21 de maio de 1896; Lei de 26 de setembro de 1909; Decreto n.º 4670 de 14 de julho de 1918; Decreto n.º 16665, 16666, 16667 de 27 de março de 1929; Decreto-Lei n.º 48953 de 5 de abril de 1969 e Decreto-Lei n.º 287/93 de 20 de agosto. Outros haverão, contudo, não se afigura necessário desenvolvê-los neste artigo evitando a exaustão.

As principais mudanças promovidas na sequência da criação da Caixa estão definidas nestes diplomas, incidindo, sobretudo, na criação e alteração de serviços e na formação de um Conselho de Administração (CA) autónomo logo após a desagregação da instituição da alçada da Junta do Crédito Público (JCP), em 1896.

Esta autonomização promoveu a expansão e consolidação da atividade da CGD que, após a Reforma de 1929, pôde instituir-se como estabelecimento vocacionado para o crédito. Com a criação nesse ano da Caixa Nacional de Crédito (CNC), a sua atuação foi imprescindível na instalação e organização de novas indústrias/empresas e nos empréstimos à agricultura e habitação.

A Lei Orgânica de 1969 instituiu definitivamente a CNC, tendo esta deixado de constituir um serviço anexo e tendo sido integrada na CGD.

A Reforma de 1993 promoveu a concentração de todos os serviços da Caixa num só edifício, preconizando a transformação da CGDCP (Decreto-Lei n.º 277/93, de 20 de agosto) em Sociedade Anónima. A partir deste momento, era imperativo que a Caixa se regesse pelo mesmo sistema que as empresas privadas.

Palavras-chave: Caixa Geral de Depósitos, Legislação, Reforma, Serviços.

ABSTRACT

This article is based on the most important documents on the evolution and expansion of Caixa Geral de Depósitos (Caixa Geral de Depósitos) (Caixa Geral de Depósitos) (Caixa Geral de Depósitos), giving a clear and objective view of the main changes that have taken place in the institution over the years.

There are fundamental moments eternalized in these diplomas that base the creation and reorganization of the services: Law of 21 of May of 1896; Law of September 26, 1909; Decree 4670 of July 14, 1918; Decree No. 16665, 16666, 16667 of March 27, 1929; Decree-Law No. 48953 of April 5, 1969 and Decree-Law No. 287/93 of August 20. Others will, but, nevertheless, it does not seem necessary to develop them in this article avoiding exhaustion.

The main changes promoted as a result of the creation of Caixa are defined in these regulations, mainly focusing on the creation and alteration of services and the formation of an autonomous Board of Directors (CA) immediately after the breakdown of the institution from the Public Credit Board (JCP) in 1896.

This autonomy promoted the expansion and consolidation of CGD's activity which, after the 1929 Reform, was able to establish itself as a credit institution. With this year's creation of the National Credit Bank (CNC), its performance was essential in the installation and organization of new industries / companies and loans to agriculture and housing.

The Organic Law of 1969 definitively established the CNC, which ceased to constitute an annexed service and was integrated into CGD.

The 1993 Reform promoted the concentration of all Caixa's services in a single building, advocating the transformation of CGDCP (Decree-Law no. 277/93, of August 20) into a Public Limited Company. From that moment, it was imperative that Caixa be governed by the same regime as private companies.

Key-words: Caixa Geral de Depósitos, Legislation, Reform, Services.

1. Reorganização dos serviços da Caixa Geral de Depósitos

Alargar a esfera de acção da caixa geral de depositos e facilitar o seu natural desenvolvimento são preceitos a que o governo não póde deixar de obedecer para que o tesouro possa ver aumentar os beneficios de uma das instituições mais profícuas que têm sido organizadas no paiz (1).

Foi através da Carta de Lei de 10 de abril de 1876, que foi criada a Caixa Geral de Depósitos (CGD) sob a égide da Junta do Crédito Público (JCP), tendo sido a herdeira do antigo Depósito Público, cujas origens remontavam ao século XVI.

Numa primeira fase do ciclo de vida da CGD, a sua atividade limitava-se a recolher e administrar os depósitos efetuados por imposição da lei através dos tribunais, designadamente, os depósitos necessários. Por outro lado, a Caixa arrecadaria também o produto proveniente das economias de particulares, os chamados depósitos voluntários.

O ritmo de crescimento da Caixa acentuou-se ao longo dos anos e com a expansão da sua atividade, tendo a sua existência sido marcada por diversas alterações, nomeadamente, criação e reorganização constante de serviços presente em diversos diplomas.

1.1. Lei de 21 de maio de 1896

Este diploma, juntamente com o Regulamento de 23 de Junho de 1897, conferiram à instituição autonomia em relação à JCP:

A administração superior da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência incumbe nos termos d'este regulamento, a um administrador geral, que superintenderá em todos os serviços que lhe são cometidos (...) o actual director da Caixa Geral de Depósitos e Economica Portuguesa (...) fica sendo o administrador geral da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência.

A Caixa passou a ser gerida por um Conselho de Administração presidido pelo administrador-geral e assistido por um Conselho Fiscal, tendo sido criados dois novos organismos: a Caixa de Aposentações, para trabalhadores assalariados e o Monte de Piedade Nacional, destinado à concessão de empréstimos sobre penhores, passando a Caixa, a partir deste momento, a designar-se como Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência (CGDIP). Os serviços passaram a integrar quatro repartições: Contabilidade; Caixa Geral de Depósitos; Caixa Económica Portuguesa (CEP); Caixa de Aposentações e Monte de Piedade.

A Caixa Económica Portuguesa (2) continuará a reger-se pelos preceitos consignados na lei de 26 de abril de 1880 (3) e na lei de 15 de julho de 1885 (4).

A Caixa de Aposentações para trabalhadores assalariados ficou igualmente sob a administração da instituição e tinha como objetivo promover a criação das pensões para os trabalhadores que se inscreviam como pensionistas da Caixa, nas condições previstas nesta Lei e respetivos regulamentos. O fundo da Caixa de Aposentações era constituído pelas cotas mensais dos pensionistas inscritos e por uma importância equivalente proveniente dos lucros líquidos do Monte de Piedade.

O Monte de Piedade Nacional estava integrado na sede da CGDIP e tinha sucursais em Lisboa e nos centros mais populosos. As suas operações consistiam em empréstimos a juro módico, sob caução de objetos depositados na mesma instituição com exceção de papéis de crédito.

2. Os anos que antecederam a 1ª República

Verificou-se entre os anos económicos de 1908-1910 um importante crescimento de lucros quando comparados com os anos imediatamente anteriores, testemunhado pela franca recuperação da CEP em 1909.

Antes da passagem para o novo regime, a Caixa viveu uma fase conturbada que se relacionou diretamente com a história político-económica do país. Já desde a mudança partidária da década de 80, com a subida ao poder do partido Progressista, que o governo acalentava imiscuir-se, cada vez mais, no sistema financeiro nacional, tomando as rédeas dos dinheiros públicos em detrimento da própria JCP, que progressivamente, foi perdendo a supremacia sobre a Caixa. A situação agravou-se de tal forma que cessou a publicação dos relatórios anuais da CGD e da CEP. No entanto, apesar de os relatórios terem sido interrompidos até cerca de 1907, as contas continuaram a ser apresentadas ao Governo.

As vicissitudes vividas, política e economicamente afetaram, inevitavelmente, a CGD. Com a intensa crise financeira que afetou a economia nacional houve um interregno na formalização da publicação dos Relatórios e Contas, entre 1891 e 1908.

A situação já havia agravado com a publicação do decreto de 13 de fevereiro de 1892, onde se determinou o aumento do imposto sobre o rendimento dos juros dos títulos da dívida pública, de 3% para 30%. Já desde 1887, em consequência de um contrato realizado entre o Estado e o Banco de Portugal, a Caixa fazia empréstimos em dinheiro sobre a caução de títulos de dívida pública a 90% do valor do mercado. O novo imposto fez baixar o seu valor para 85%, sendo que, quem havia entregado títulos para caução de empréstimos à Caixa, ficaria a beneficiar se deixasse de pagar juros dos mesmos, entregando à Caixa os títulos desvalorizados. Com o acumular de títulos de valor menor em relação aos empréstimos que tinha concedido, a Caixa elevou as suas perdas a nível substancial. Segundo o historiador Pedro Lains no seu volume sobre a História da Caixa Geral de Depósitos 1876-1910, *Essa estratégia viria, todavia, a contribuir para a futura recuperação financeira da Caixa, mas apenas mais de uma década depois.*

Apesar dos radicalismos das disputas políticas até à queda da Monarquia, verificou-se uma harmonia prometedora quanto à administração das contas públicas. Notou-se um verdadeiro sentido de orientação que foi prestado através das reformas a que as instituições financeiras haviam sido sujeitas. Com o estatuto de Banco Central, o Banco de Portugal afastou-se cada vez mais das atribuições de cariz comercial, tendo sido, por outro lado, retirado à JCP, toda a responsabilidade relativamente à administração da dívida pública.

Nas palavras do administrador Geral da CGDIP, Adolpho Alves de Oliveira Guimarães, nomeado a 23 de maio de 1907 *São (...) tão seguros os rendimentos d'este estabelecimento e é tal a sua força de expansão, que desde 1882 a 1908, (...) todos esses prejuizos se encontram cobertos e ainda com saldo a favor da Caixa (...)*

D'este modo se confirma a minha asseveração acêrca do estado verdadeiramente prospero d'este estabelecimento, e da confiança que deve merecer aos que nelle teem depositados os seus valores.

Estavam assim criadas as melhores condições para que a Caixa adquirisse maior autonomia. O facto de deter uma administração própria, concedeu-lhe identidade, apesar do seu percurso se delinear cada vez mais para a sua formalização como Banco do Estado. No entanto, adivinhava-se um forte desenvolvimento depois de 1910.

Recuando atrás, à Lei de 21 de maio de 1896, esta foi muito clara quanto à definição da administração da Caixa, que deixou definitivamente de ser exercida pela JCP, passando o Administrador Geral a ser nomeado pelo governo e os restantes diretores de serviço do Conselho de Administração (CA), admitidos por concurso público. Todavia, com a nova lei de 30 de junho de 1898 o CA é extinto, o mesmo que foi criado pela lei anterior.

2.1. Lei de 26 de Setembro de 1909

Com esta lei passou a existir um único Conselho, pois a *A Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia é gerida por um administrador geral e por um conselho, o qual se denominará Conselho da Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia* (5). As atribuições deixam de ser unicamente deliberativas e passam a ser também fiscais.

O orçamento da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, de acordo com a dita lei, era enviado ao Ministro da Fazenda até o dia 15 de setembro de cada ano para ser incluído no orçamento geral do Estado, e o relatório da administração da Caixa, relativo ao ano económico anterior, acompanhado do parecer do Conselho, era distribuído pelos membros das

camaras legislativas, até ao dia 15 de janeiro. A Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência foi equiparada às secretarias de estado.

Através do Regulamento de 9 de dezembro de 1909, as operações a realizar pela Caixa foram ampliadas e permitiu a organização de delegações em todos os concelhos do continente e ilhas, de acordo com as necessidades.

Foi neste período de franca transição que a Caixa ganhou autonomia e tentou consolidar posição, agora cada vez maior. Por parte do Estado também foi efetuado um exercício no sentido de monopolizar a instituição em benefício dos seus interesses financeiros. A Caixa tornou-se muito atrativa devido à sua elevada importância com a presença no mercado dos depósitos bancários, passando a refletir a atuação dos governantes na esfera financeira e bancária.

Rapidamente, após o golpe republicano, as instituições financeiras sentiram os efeitos da mudança, assim como as fragilidades inerentes a um processo político que demonstrou muitas oscilações e lutas constantes. Aconteceu uma alteração de regime que viria a perdurar até ao final da 1ª República (1926), com vários governos e respetivos presidentes da república.

A reforma que efetivamente mexeria com a reorganização dos serviços da instituição, só aconteceu em 1929.

2.2. Decreto nº 4 670 de 14 de julho de 1918

Antes da reforma de 1929 houve ainda alterações importantes a considerar, e com o decreto n.º 4 670 procedeu-se a uma reformulação das atribuições da Caixa, permitindo o alargamento e aperfeiçoamento do campo de ação do organismo.

Da denominação da Caixa, desapareceu a referência a Instituições de Previdência e passou a designar-se novamente, *Caixa Geral de Depósitos*.

Formalizou-se a alusão a operações como *empréstimos a curto prazo sobre penhor de títulos, ouro, prata, pedras preciosas e outros objectos* (6), através da criação da Casa de Crédito Popular (CCP) oficializada no Regulamento da CGD, pelo decreto n.º 8 162 de 29 de maio de 1922. Esta nova instituição destinava-se sobretudo, a regular e moderar os lucros da indústria prestamista, proporcionando assistência às classes menos abastadas.

Os serviços da CGD foram divididos em repartições, de acordo com o número de instituições especializadas pelas quais eram compostos: Secretaria da Administração; Caixa de Depósitos Obrigatórios; Caixa Económica Portuguesa; Casa de Crédito Popular; Operações Financeiras e Bancárias; Contabilidade e Tesouraria. Paralelamente a estes serviços funcionavam ainda outros de funções complementares, de carácter técnico e consultivo: Contencioso para consulta jurídica e Obras e Edifícios para consulta técnica. As repartições seriam divididas em secções e, por sua vez, em subsecções, conforme as necessidades do serviço.

Os serviços foram distribuídos estrategicamente tendo em vista o interesse público e de acordo com as condições que fossem permitidas para os estabelecer, alargando assim o seu âmbito a todos os centros populacionais importantes e de atividade económica.

Na sequência da expansão geográfica da Caixa, foi ainda determinado que *Na sede de cada distrito administrativo haverá uma filial da Caixa, superintendendo no serviço das agências e delegações da respectiva circunscrição, e serão criadas agências nas sedes dos concelhos em que*

a existência de depósitos, o movimento de fundos e o desenvolvimento económico justifiquem a sua instalação (7).

O mesmo Regulamento que efetivou as atribuições da Caixa, definiu, através das Operações Financeiras e Bancárias, a cooperação na construção de casas económicas para habitação das classes mais necessitadas e realização de operações de crédito agrícola ou hipotecário. Este decreto consagrou o financiamento à agricultura e à construção, assim como, à indústria, através das garantias oferecidas. Começou a delinear-se, de forma ainda envergonhada, a vocação da CGD para o crédito.

3. A Reforma de 1929

Este momento histórico, que conduziu a uma série de reformas nacionais, foi fruto de um contexto político e a própria reforma da CGD tem que ser analisada à luz das transformações promovidas pela ditadura militar associada ao poder de Oliveira Salazar e do Estado Novo. Sendo a Caixa uma instituição determinante para o bom funcionamento de uma política financeira e económica do país, foi alvo de mudanças que já haviam sido perconizadas antes da reforma, aproveitando-se o momento de ascensão dos negócios para dar um impulso na política agora desenvolvida com mais vigor. A CGD, transmitia uma imagem fiável e alguma segurança através da sua ligação aos interesses do Estado. Tornara-se mais ou menos independente e com uma gestão que fazia com que se isolasse, no bom sentido, em relação ao resto das instituições da mesma natureza.

O papel de Salazar como Ministro das Finanças trouxe alterações de grande vulto. Principalmente o saneamento financeiro das contas públicas como consequência do aumento de impostos, assim como a melhoria das contas da balança de pagamentos, que abriu uma nova possibilidade para a intervenção do Estado na economia.

Essa intervenção verificou-se ao nível do reforço dos investimentos em obras públicas e de intervenção na concessão de créditos ao comércio, à indústria e à agricultura. Este seria daqui por diante, o papel preponderante que a Caixa viria a desempenhar.

A CGD estava também incluída no programa de transformação nacional que o Governo almejava realizar com objetivos concretos: a reforma geral dos serviços administrativos, com uma maior simplificação e aproveitamento de organismos existentes; aumento da atividade, produção e riqueza da metrópole e das colónias sem com isso prejudicar o orçamento; reorganização do crédito sob todos os aspetos distribuindo-o, tendo em conta a reestruturação da economia nacional.

A Reforma de 1929 promoveu ainda importantes alterações na orgânica e funcionamento da Caixa. Foi a partir desta data que a Caixa consolidou as suas funções como instituição de crédito. Ao abrigo da reforma do Estado, a Caixa, foi aproveitada para centralizar grande número de instituições e recursos dispersos, relacionados com o setor do crédito agrícola e industrial e da Previdência pública.

A verdadeira missão do Governo prendia-se com o desejo de consolidar a Caixa cada vez mais, mas também *que o seu vasto e experimentado organismo, já estendido por todo o continente e ilhas adjacentes, em conjugação íntima com as funções de tesouraria do Estado e do Banco de Portugal, pode e deve ser aproveitado para outro grande fim especial. E êste é o de se lhe anexar a execução de serviços e operações importantes de crédito e previdência (...)* (8).

3.1. Decreto n.º 16 665 de 27 de março de 1929

A Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da divisão e natureza dos serviços passou a designar-se como Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP). Os serviços foram divididos em serviços privativos e serviços anexos. Eram considerados serviços privativos todos aqueles que pertenciam à instituição. Foram constituídos os serviços anexos com a criação de duas instituições autónomas: a Caixa Nacional de Crédito (CNC) e a Caixa Nacional de Previdência (CNP). A primeira para a concessão de crédito e a segunda para a aposentação do funcionalismo público.

A CGDCP era gerida superiormente por um CA constituído por um administrador geral sob a figura de presidente, dois administradores dos serviços privativos da Caixa, dois administradores dos serviços anexos de Crédito e dois administradores dos serviços anexos de Previdência, e ainda um Conselho Fiscal composto por três vogais que seriam os diretores gerais da Fazenda Pública e da Contabilidade Pública e um representante do Conselho Superior de Finanças.

3.2. Decreto n.º 16 666 de 27 de Março de 1929

Um dos objetivos da Reforma promovida pelo Governo foi incorporar na Caixa muitos organismos que se encontravam dispersos relacionados com os setores do crédito agrícola e industrial. Uma das instituições anexas criadas ao abrigo destes diplomas foi a *Caixa Nacional de Crédito (CNC)*.

Todos os serviços e operações do Estado que dissessem respeito ao crédito agrícola, ao crédito industrial ou a qualquer outro tipo de crédito, seriam realizados pela CNC. Seria ainda da competência deste serviço anexo, a realização de operações de crédito relacionadas com as colónias, sem que isso afetasse as funções exercidas por outros bancos no âmbito de contratos semelhantes com o Estado.

Com a criação da CNC, a Caixa deixou de estar apenas vocacionada para a recolha de poupanças e para o serviço da dívida pública, mas também, para a aplicação dessas poupanças em operações de crédito numa perspetiva de investimento produtivo.

Neste período não existia nenhuma instituição vocacionada para o crédito ao investimento. Contudo, é importante salientar a existência da Caixa Geral de Crédito Agrícola cuja realização das operações de crédito, eram feitas através das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) (9).

Com a CNC foi possível uma concentração de recursos financeiros e técnicos numa só entidade de crédito. Tinha a possibilidade de dispor da emissão de obrigações pela Caixa e a aplicação de lucros apurados pela CNC em fundos de reserva, especialmente consignados a operações de fomento agrícola e industrial. Nos termos do Regulamento da CNC, eram autorizadas operações de crédito agrícola e industrial, a curto e a longo prazo. As de curto prazo seriam contratadas por limite não superior a 12 meses, renovável uma só vez por período não excedente ao inicial. As de longo prazo seriam fixadas pelo CA da Caixa e aprovadas pelo Ministro das Finanças. As obrigações que a CNC viesse a emitir, destinar-se-iam, exclusivamente, a obter fundos para os empréstimos a longo prazo e seriam amortizáveis em 30 anos. Através da criação da CNC, foi possível implementar a reforma imposta pelo Governo, no intuito de fomentar a economia nacional.

3.3. Decreto n.º 16 667 de 27 de Março de 1929

Foi criada, também anexa à CGDCP, uma instituição autónoma, denominada Caixa Nacional de Previdência (CNP). À responsabilidade desta instituição, ficaram todos os serviços de aposentações, reformas, montepios e outros serviços semelhantes.

Na CNP, reunidos numa instituição especial designada Caixa Geral de Aposentações (CGA), ficavam ainda incorporados os seguintes organismos: Caixa de Aposentações, Caixa de Aposentações das várias polícias, do pessoal das extintas administrações de concelho, do pessoal dos Arsenais do Exército e da Marinha e da Fábrica da Cordoaria Nacional, Caixa de Socorros do Pessoal da Imprensa Nacional, em tudo que respeita a aposentações ou reformas, Caixa de Previdência do Pessoal Operário da Casa da Moeda e as Caixas de Reformas do Pessoal de Obras Públicas e do Pessoal dos Caminhos de Ferro do Estado. A CGA começou a funcionar a 1 de maio de 1929, sendo nela incorporados, os fundos, serviços, créditos e débitos dos diferentes organismos e cofres, os quais foram extintos.

4. Caixa Geral de Depósitos Pós-Reforma

Posteriormente à reforma de 1929 houve, ainda, uma série de diplomas que ajustaram procedimentos na estrutura da Caixa e alargaram os quadros do respetivo pessoal, à medida que expandiam os seus serviços. No entanto, a vida da instituição regia-se, sobretudo, pelos diplomas orgânicos de 1918, 1922 e 1929.

Entre as várias providências legislativas respeitantes à Caixa, publicadas desde 1929 quatro delas merecem referência especial:

O Decreto-Lei n.º 24 046 de 21 de Junho de 1934, que criou o Montepio dos Servidores do Estado, como instituição autónoma, paralela à Caixa Geral de Aposentações e, como esta, integrada na Caixa Nacional de Previdência; o Decreto-Lei n.º 44 237, de 15 de Março de 1962, acerca da gradual mecanização dos serviços da Caixa; o Decreto-Lei n.º 46 305 de 27 de Abril de 1965, que instituiu o serviço de operações de compensação e criou, com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, os Serviços Sociais da Caixa; e o Decreto-Lei n.º 47 908, de 7 de Setembro de 1967, que regulou a intervenção da Caixa nas operações de crédito à exportação (10).

A reforma de 1929 marcava o início de uma nova etapa na vida da *Caixa Geral de Depósitos*. O empenhamento do governo era grande para que a reestruturação fosse longe. No conjunto das atividades, seria a CNC que viria a sobressair, por nela convergirem os anseios do desenvolvimento. A posição do crédito agrícola estava muito acima do crédito industrial, o que mais tarde se viria a inverter significativamente, pois nessa altura a indústria era ainda muito rudimentar apresentando por isso, um saldo devedor muito reduzido. Por seu lado, o financiamento da produção agrícola constituía uma maior preocupação da política de crédito, ocupando a maioria da população ativa. O apoio à produção do trigo era fundamental e começou mesmo ainda antes da criação da CNC. Invoca-se o decreto 16 890 de 27 de maio de 1929 que diz que, por a CNC ainda não estar em funcionamento, os agricultores tinham grandes necessidades. As campanhas cerealíferas constituíram um problema sério, sendo a base da alimentação das populações. Assim, os empréstimos para a “Campanha de trigo”, ocuparam durante quase 40 anos, uma posição de destaque no crédito agrícola só vindo a desaparecer em 1969, com a integração da CNC na CGD.

O interesse pelo fomento na construção acentuou-se e diversificou-se. Foi neste período que se generalizou a ideia de construção urbana, patrocinada pela Caixa, construção de habitação a distribuir pelos funcionários públicos.

Foi apresentado um projeto de construção de bairros destinados a operários e funcionários do Estado, com participação de empréstimos da Caixa. A 23 de setembro de 1929 era publicada a legislação que regulamentava as “Casas Económicas”. Para além da sua participação importante, a Caixa colaborava na gestão do fundo destas Casas Económicas. Durante muito tempo a instituição financiou, em articulação com o Estado, a construção das Casas Económicas, tendo sido esta modalidade de crédito precursor dos empréstimos para habitação própria. A posição da Caixa perante o sistema bancário traduzia-se por uma quota de mercado muito elevada. De acordo com a pesquisa de Raul da Silva Pereira nos relatórios anuais da Caixa Geral de Depósitos, *“Representam os depósitos à ordem e a prazo, no ano de 1932, na Caixa Económica Portuguesa, 50% de todos os depósitos dos organismos bancários portugueses. As restantes caixas económicas figuram com 14%, os bancos com 23% e os banqueiros com 13%, aproximadamente”* (11).

Os depósitos voluntários representavam 80% dos depósitos globais, ou seja, os da Caixa Económica, o que se traduzia, cada vez mais, pela confiança dos aforradores privados. A questão do crédito agrícola e do crédito industrial inverteu-se em relação à situação que se acentuou inicialmente, ou seja, o crédito agrícola começa a decair e o crédito à indústria a atingir um valor superior ao do ponto de partida.

É impossível desligar a história da Caixa Geral de Depósitos da história de Portugal. Ela caminha lado a lado, sendo a evolução da instituição um aspeto que vai variando de acordo com a conjuntura portuguesa. Intensificaram-se assim as manifestações de interesse pelo desenvolvimento económico. Multiplicaram-se os trabalhos e iniciativas, publicação de estudos, discussão de temas económicos e outros projetos que mostravam como Portugal estava disposto a elevar o desenvolvimento económico. Este acentuou-se a partir de 1955. A eletrificação com o forte apoio financeiro da Caixa foi um fator decisivo das transformações operadas no país. Os planos de fomento distribuíram-se da seguinte forma: I plano (1953-1958); II plano (1959-1964); III plano (1968-1973). Estes planos constituíram o eixo da política de investimentos daquele período. A Caixa Geral de Depósitos foi uma das principais fontes de financiamento dos planos tendo também participado em alguns aspetos da sua colaboração, na área da habitação e urbanismo.

Foi publicado em 27 de novembro de 1957 o decreto-lei 41 403 que reorganizou o sistema bancário de crédito e a estrutura bancária. Dois anos depois procedeu-se à respetiva regulamentação, através do decreto-lei 42 641 de 12 de novembro. A banca portuguesa continuava a reger-se pelo decreto nº 10 634 de 20 de março de 1925. A reforma de 1957 e a sua regulamentação trouxeram alterações significativas com a flexibilidade das regras de funcionamento do sistema e a sua coordenação. Criou-se um órgão representativo do sector, com funções consultivas e presidido pelo Ministro das Finanças: o Conselho Nacional de Crédito.

Como balanço da evolução da atividade da Caixa entre os anos de 1950 e 1970, verificou-se um aumento substancial dos depósitos obrigatórios e dos depósitos voluntários, aumentando consequentemente os depósitos a prazo. Esta recuperação devia-se à concorrência bancária e o afluxo crescente de depósitos era alimentado em grande parte pelos emigrantes, cujas poupanças depositavam onde houvesse melhor remuneração. Mais uma vez a Caixa Geral de Depósitos voltou a promover os depósitos a prazo como forma de incentivar o aforro. As cadernetas de depósito à ordem funcionavam como instrumento privilegiado de poupança.

Também a principal modalidade de crédito, praticada pela Caixa ao sector privado, viu um acréscimo neste período. Os empréstimos aumentaram, e muito, de 1950 até 1970, no crédito predial, agrícola e industrial. (este último com evolução acentuada).

Uma outra situação paralela, e que assumiu alguma relevância, foi a obrigatoriedade da inscrição dos funcionários públicos na Caixa Nacional de Previdência. Como consequência, a sua atividade expandia-se em função do aumento do número de agentes da função pública. O número de pensionistas aumentou, como resultado do aumento do número de subscritores. Contudo, existiam diferenças significativas entre a Caixa Geral de Aposentações e o Montepio dos Servidores do Estado (12). Tornava-se urgente regulamentar estas instituições 40 anos depois da sua criação.

Em 1960, a atividade da Caixa passou a incluir outras funções na área da habitação para o funcionalismo público. O decreto-lei nº 42 951 veio permitir a aplicação dos valores afetos ao Fundo Permanente da Caixa Geral de Aposentações na aquisição e construção de imóveis destinados à habitação de funcionários do Estado e dos corpos administrativos.

A Caixa assumiu a parte respeitante à construção através da criação de um gabinete técnico, tendo levado a efeito várias construções em Lisboa, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Vila Real e Ponta Delgada.

4.1. Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969

Depois da reforma de 1929, 40 anos depois, impunha-se refletir sobre uma possível revisão geral da estrutura e funcionamento da Caixa Geral de Depósitos. O decreto nº 48 953 de 5 de abril de 1969 passou a constituir a lei orgânica pela qual a Caixa se passa a reger.

No relatório e contas da Caixa de 1969 foram apresentados os objetivos principais no preâmbulo do diploma. Sobre a integração da *Caixa Nacional de Crédito* nos serviços privativos do estabelecimento, pode dizer-se que esta correspondeu a uma formalidade: *“Depois de consolidada a posição da Caixa Nacional de Crédito - cujo volume de empréstimos atingia, no final de 1968, cerca de 6 milhões de contos - , não se justifica que as operações de crédito agrícola e industrial, dada a sua importância para o desenvolvimento económico e social e o papel relevante que devem assumir na actividade do estabelecimento, continuem a ser efectuadas por um organismo anexo à Caixa. Tudo aconselha, pois, a que as atribuições daquela instituição passem a ser assumidas pelos serviços próprios da Caixa Geral de Depósitos e enquadradas no departamento respectivo”* (13).

O mesmo não se passou com os serviços anexos criados pela reforma de 1929, Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Servidores do Estado. Estes mantiveram-se como instituições dotadas de personalidade jurídica, autonomia financeira e património próprio sob a designação de Caixa Nacional de Previdência.

A própria conjuntura do país gerou uma mudança na própria orgânica do Estado. Desde Setembro de 1968 que a condução dos negócios do Estado passara de Salazar para Marcelo Caetano (14). Consistia agora uma esperança de abertura quanto aos destinos do país. Essas mudanças tinham a ver, principalmente, com a rigidez administrativa que dificultava forçosamente, a gestão de certos serviços públicos. Aparecem neste período as chamadas “empresas públicas”, sendo que a Caixa Geral de Depósitos, não escapara a este novo movimento.

O professor Marcelo Caetano definia as empresas públicas como *“organizações empresariais onde os capitais públicos só combinados com a técnica e o trabalho para, sob direcção e fiscalização de entidades públicas, produzirem bens ou serviços destinados a ser oferecidos no mercado, mediante um preço”* (15) e admitia também que uma empresa pública pudesse ser uma pessoa coletiva de direito público. Assim, a Caixa enquadrava-se perfeitamente neste panorama:

“A Caixa é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com património próprio...” (16). Sendo a Caixa Geral de Depósitos uma empresa produtora de serviços e uma instituição do Estado, vai de encontro à definição de empresa pública.

A regulamentação que se seguiu ao diploma de 1969 (17) data de 1970, e consta do decreto-lei nº 694/70 de 31 de dezembro. O decreto-lei nº 693/70 de 31 de dezembro completa e atualiza algumas disposições legais dispersas e revoga outras que a nova legislação viera substituir.

O próprio nível económico, apesar de baixo, mas substancialmente melhor do que o dos últimos 40 anos, era mais alto. Justificava assim a aprovação de esquemas de benefícios mais alargados.

Como consequência, o estatuto de aposentação foi aprovado pelo decreto nº 498/72 de 9 de dezembro. Promoveu o alargamento da inscrição na Caixa, contagem do tempo de serviço e cálculos das pensões e também o esforço no sentido da unificação do sistema de reforma de todos os trabalhadores. As inscrições foram alargadas aos trabalhadores e regime de simples prestação de serviços, se se encontravam a exercer funções de continuidade. As quotas passaram a incidir apenas sobre remunerações suscetíveis de influir no cálculo de pensão. A contagem de tempo de serviço alargou-se à inclusão do serviço prestado, não só ao Estado, mas também a outras entidades públicas, tais como os organismos de coordenação económica e a administração ultramarina. Passou ainda a contar o tempo de serviço de inscrição em instituições de previdência social (sector privado), no entanto, as pensões da Caixa Geral de Depósitos, estavam a ser atribuídas em separado. O estatuto de pensões de sobrevivência data do ano seguinte e consta do decreto-lei nº 142/73 de 31 de março.

À Caixa continuava a ser exigido um esforço de organização a fim de dar resposta às exigências dos novos regimes de previdência do funcionalismo público. A sua atividade central continuava a ser a recolha das poupanças e a sua mobilização para o investimento.

5. Transformação da Caixa Geral de Depósitos em Sociedade Anónima

Após a publicação da Lei Orgânica de 1969, viveu-se um período de alguma instabilidade como consequência das mudanças operadas no regime político. Desde setembro de 1968, que a condução dos negócios do Estado tinha sido transferida de Salazar para Marcelo Caetano (18), vislumbrando-se alguma abertura política nacional. Havia uma noção da rigidez administrativa que dificultava a gestão de certos serviços públicos. É neste período que aparece a denominação de *“empresa pública”*, sendo que a CGD também se enquadrava na definição deste movimento.

O professor Marcelo Caetano definiu as empresas públicas como *organizações empresariais onde os capitais públicos só combinados com a técnica e o trabalho para, sob direcção e fiscalização de entidades públicas, produzirem bens ou serviços destinados a ser oferecidos no mercado, mediante um preço* (19), admitindo que uma empresa pública pudesse ser uma pessoa coletiva de direito público.

Também a Caixa de encaixava no perfil: *A Caixa é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com património próprio...* (20), e ainda uma empresa produtora de serviços e uma instituição do Estado.

À Caixa continuava a ser exigido um esforço de organização no intuito de dar respostas às exigências da época. A sua atividade central continuava a ser a recolha das poupanças e a sua mobilização para o investimento.

O crescimento da Caixa foi evidente, e a partir de 1974, apesar de tudo, significativa. A política seguida pelos sucessivos governos, ao defender as poupanças contra a inflação mediante a subida das taxas de juro dos depósitos a prazo, constituiu um dos elementos determinantes deste crescimento acentuado.

A Caixa dedicou-se a promover *slogans* apelativos no intuito de sensibilizar os depositantes para não praticarem o entesouramento de notas de banco, promovendo uma série de incentivos para que potenciais clientes depositassem as suas economias na instituição.

O crédito teve também um desenvolvimento em grande escala, sendo que se destacou, sobretudo, o crédito à construção e habitação.

O alargamento de dependências foi também causa/efeito da expansão da própria Caixa. A cobertura do país com balcões próprios teve uma grande influência na recolha de depósitos. O crédito à habitação foi o responsável fundamental pela mudança, alargando-se às agências os procedimentos inerentes aos processos de empréstimos.

Outra alteração profunda na Caixa foi a concentração de todos os serviços e departamentos dispersos, num só edifício. Com a construção da nova sede social em Lisboa, na zona do Campo Pequeno, para além da concentração das diversas áreas principais da atividade da instituição, foi ainda a sua missão de caráter social através da preocupação com o ambiente. Uma das medidas mais visíveis a esse nível foi a instalação de painéis solares na cobertura do edifício, dispondo da maior Central Solar Térmica em Portugal, com 158 coletores solares, em 1 600 m² da cobertura.

É precisamente no ano da grande mudança para as novas instalações, em 1993, que a CGD se transforma em sociedade anónima, através do Decreto-Lei n.º 287/93 de 20 de agosto.

A Caixa cresceu como um banco de poupança e investimento ligado à política económica, fazendo a recolha dos depósitos públicos, bem como da poupança privada. Chegou aos nossos dias com uma posição bastante evidente no conjunto das instituições de crédito em Portugal.

6. Considerações Finais

A Caixa Geral de Depósitos percorreu até à atualidade um caminho longo, e por vezes, sinuoso, no entanto, cresceu e desenvolveu-se de forma sólida e criteriosa.

A sua evolução acentuou-se com a criação de novos serviços no âmbito da atuação da atividade da instituição, destacando-se as poupanças e o investimento através do crédito.

A criação de uma *caixa de depósitos* foi um projeto governamental estrategicamente definido, contudo, a Caixa veio a transformar-se numa grande instituição financeira com 141 anos de vida e de uma história muito rica.

De todo o percurso destacam-se alguns elementos, que, fizeram a grande diferença para o seu sucesso.

A reforma de 1929 foi de facto, a maior revolução institucional, com a criação da Caixa Nacional de Crédito e a Caixa Nacional de Previdência.

O Crédito foi, sem dúvida, o maior impulsionador nesta reestruturação de serviços permitindo a sobrevivência da instituição, mesmo em tempos de sérias dificuldades políticas e económicas. Conseguiu ao longo de mais de um século, enraizar-se no sistema financeiro e social do país. Mais do que um banco, a Caixa desempenhou um papel de cariz social junto das populações, independentemente da sua estratificação social.

A partir de 1969, e com a incorporação da CNC, não restaram dúvidas quanto à verdadeira vocação (crédito), não deixando nunca de aliar à sua atividade a responsabilidade social.

NOTAS

(1) Carta de Lei, 30 de dezembro de 1892.

(2) Criada em 1880 com o objetivo de receber os depósitos particulares, nomeadamente, pequenas quantias das classes menos abastadas.

(3) Lei que decretou a criação de uma caixa económica, sua denominação, órgãos e operações e sua relação com os depositantes.

(4) Lei que define a instituição das agências da Caixa Económica Portuguesa, nas estações de telégrafos-postais, cofres centrais de distrito e recebedorias da comarca.

(5) Atribuições da *Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência*, Lei de 26 de setembro de 1909.

(6) *Atribuições da Caixa Geral de Depósitos*, Decreto n.º 4 670 de 14 de julho de 1918.

(7) *Regulamento da Caixa Geral de Depósitos*, Decreto n.º 8 162 de 29 de maio de 1922.

(8) *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos*, Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969.

(9) Sociedades de índole cooperativa, com um número ilimitado de sócios, tendo como objetivo emprestar os capitais de que os sócios necessitavam e de que a instituição pudesse dispor, para fins exclusivamente agrícolas. As CCAM ficaram a partir de 1930 a depender exclusivamente da CNC.

(10) *Lei Orgânica da Caixa Geral de Depósitos* Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969.

(11) PEREIRA, Raul da Silva – **História da Caixa Geral de Depósitos**. Lisboa: 2007, p.253.

(12) Criado pelo Decreto-Lei n.º 24 046, de 21 de junho de 1934. Este organismo absorveu os vários montepios e com isso tentou simplificar e unificar os serviços do Estado. Com a sua criação há uma tendência para o reequilíbrio das finanças públicas.

(13) Decreto-Lei n.º 48 953, de 5 de abril de 1969.

(14) Marcello José das Neves Caetano (Lisboa, 17 de agosto de 1906 – Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1980). Foi um jurista, professor universitário de direito, historiador e político, tendo sido o último Presidente do Conselho do Estado Novo.

(15) PEREIRA, Raul da Silva – **História da Caixa Geral de Depósitos**. Lisboa: 2007, p.339.

(16) Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969.

(17) Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969.

(18) Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969.

(19) PEREIRA, Raul da Silva – *História da Caixa Geral de Depósitos*. Lisboa: 2007, p.339.

(20) Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril de 1969.

BIBLIOGRAFIA

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Carta de Lei de 21 de maio, 1896.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Decretos n.º 16 665, 16 666, 16 667, 16 668, 16 669 de 27 de março, 1929.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Decreto n.º 287/93 de 20 de agosto, 1993.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Decreto n.º 4 670 de 14 de julho, 1918.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Decreto-Lei n.º 277/93 de 10 de agosto, 1993.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Decreto-Lei n.º 48 953 de 5 de abril, 1969.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Lei de 26 de setembro, 1909.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – Lei de 9 de dezembro, 1909.

LAINS, Pedro – **História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910, Política e Finanças no Liberalismo Português**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa: 2002, ISBN 972/671/095/2.

LAINS, Pedro – **História da Caixa Geral de Depósitos, 1910-1974, Política, Finanças e Economia na República e no Estado Novo**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa: 2008, ISBN 978/972/671/214/5.

PEREIRA, Raul da Silva - **História da Caixa Geral de Depósitos**. Edição do Autor, Lisboa, 2007.

Relatório e Contas. Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Previdência, Imprensa Nacional, Lisboa: 1909.



Figura 1. Selo Branco CAIXA GERAL DE DEPOSITOS TESOURARIA FILIAL EM AVEIRO. Fonte: Museu e Colecionismo, Gabinete de Património Histórico



Figura 2. Selo Branco ADMINISTRAÇÃO DAS CAIXAS GERAL DE DEPOSITOS E ECONOMICA PORTUGUESA. Fonte: Museu e Colecionismo, Gabinete de Património Histórico

MEDIUM DI POTERE

Anna Luana Tallarita

UNIDCOM / IADE/U
Av. Dom Carlos I, nº4 1200 649 Lisboa,
Largo Vitorino Damasio 4,2 1200.872 Lisboa Portugal
info@annaluanatallarita.com



Medium di Potere

Anna Luana Tallarita

Historial do artigo:

Recebido a 08 de setembro de 2017

Revisto a 30 de setembro de 2017

Aceite a 4 de outubro de 2017

RIASSUNTO

La sostenibilità di alcuni concetti, implica un rigoroso lavoro per il rafforzamento della credibilità. Un collegamento che esiste nonostante ogni informazione rimanga circoscritta, suscitando idee che possono informare speranze, desideri, fino a dare la possibilità di motivare le azioni. Attraverso la creazione di una ampia documentazione a conferma delle proprie tesi. Entro tutto questo la filosofia rientra in un'azione di smantellamento di quelle forme di autorità ed oppressione che contribuiscono a deprimere le condizioni materiali e spirituali della vita.

Parole Chiave: Massa, Comunicazione, Controllo, Genere

ABSTRACT

Sustainability of some concepts, implies a rigorous work on the strengthening of credibility. Even if the information is little connection remains, provoking ideas that motivate new shares. and documenting the creation of new thesis. The philosophy in this thing does? It destroys the forms of authority and oppression that contribute to depress the material conditions.

Key-words: Mass, Communication, Control, Gender

1. La Libertà come Concetto

Il collegamento fra linguistica e politica si rivela nella forma in cui viene ad essere utilizzato il linguaggio creativo come fulcro della libertà umana, alla luce della tensione verso la libertà che sta alla base della natura umana. Se pure non lontani dal distinguere la vera comprensione da quella che è solo speculazione (1). La libertà per Chomsky (2002) è lo sviluppo delle potenze materiali che ha le restrizioni proprie della nostra stessa natura è il mezzo in seno al quale possono svilupparsi l'intelligenza, la dignità e la felicità degli uomini. L'idea di libertà kantiana

come condizione per raggiungere la maturità che permette il suo stesso impiego, è stata inglobata dal socialismo libertario all'indomani della venuta del capitalismo industriale, dove gli ideali liberali sono stati inglobati in un'ideologia al servizio dell'ordine sociale (2) (CHOMSKY,



1977). Il potere sta nella capacità di una cerchia ristretta di persone a concentrare nelle proprie mani un'elevata quantità di risorse e ad imporsi sulla quasi totalità delle persone che ne è priva. L'ineguale distribuzione del possesso o del controllo di queste risorse come la ricchezza, l'uso della forza, il sapere, il prestigio, passano attraverso la mediazione delle qualità personali e facilitano una diseguale distribuzione delle varie forme di potere. Il potere politico, cioè il potere di prendere e d'imporre, decisioni valedoli per tutti i membri della collettività, anche ricorrendo alla forza, appartiene sempre e comunque ad una ristretta cerchia di persone che sono le élites (SOLA, 2000) (3). Questa classe elitaria controlla l'opinione pubblica per mezzo del modello della propaganda, metodo attraverso il quale coloro che detengono il potere dirigono e regolano il flusso delle informazioni e la esclude dall'esercizio comune del potere caratteristico di ogni democrazia (CHOMSKY, 1988) (4). Egli ritiene che uno degli obiettivi fondamentali del potere sia quello di controllare il pensiero della popolazione per mantenere l'autorità su di essa.

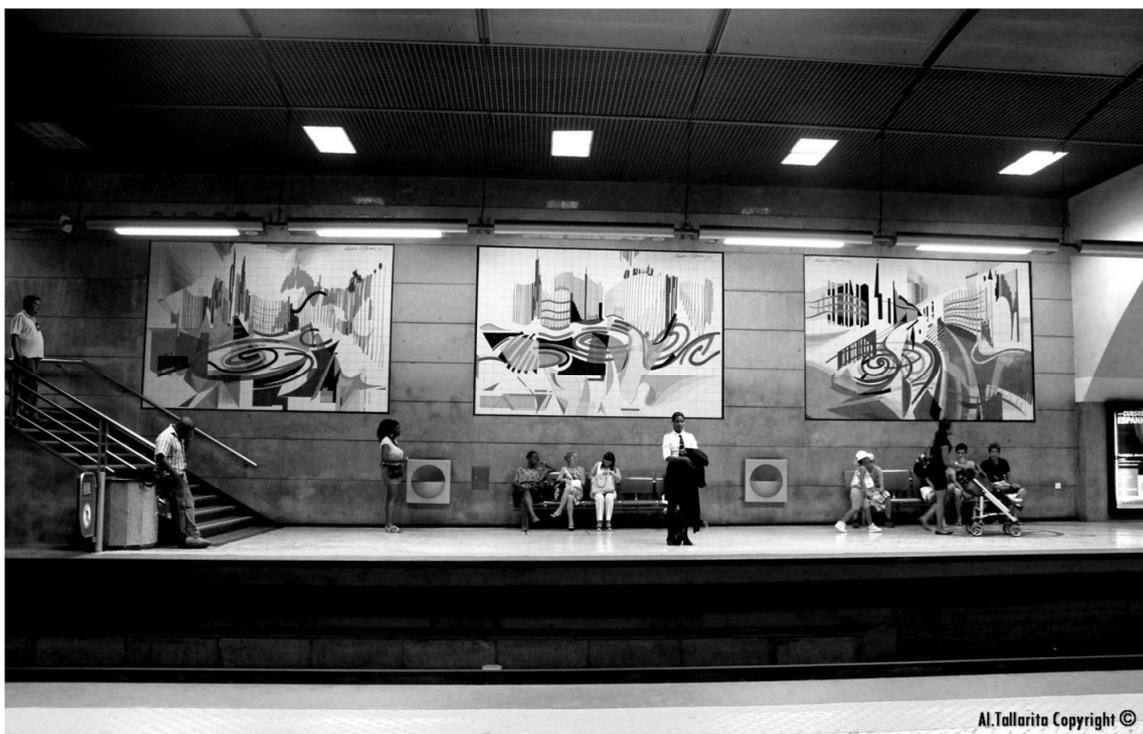


Figura 1. Pensieri seduti e in movimento ALTallaritaPHDesign

2. La Comprensione del Potere e dei Suoi Strumenti

Quotidianamente si concepisce la possibilità di perfezionare le proprie opinioni migliorando i processi di comprensione. Chi non può sapere deve credere e l'autorità costituisce la fonte principale su cui si basa la credenza della popolazione mezzi di comunicazione sono gli strumenti attraverso i quali il potere sviluppa negli individui le credenze su cui essi fondano la loro esistenza. Il potere così per Chomsky (1988) si sviluppa a livello della comunicazione linguistica, attraverso i mezzi di comunicazione di massa con forme subdole che favoriscono il mantenimento degli individui lontani da un'analisi critica del reale. Gli spunti per un'analisi epistemologica di questi strumenti si trovano nei saggi del sociologo Neil Postman (1984) (5) che ha dedicato la sua carriera accademica a studiare come i mass media influiscano sulle nostre forme d'organizzazione sociale, sui nostri abiti mentali e sulle nostre concezioni politiche. Nei suoi scritti si analizza come la filosofia dell'intrattenimento, caratteristica dei media e il

bombardamento informativo, proibisce l'applicazione dello spirito critico. Dal suo maestro Herbert McLuhan (6), il quale compie una interpretazione innovativa degli effetti prodotti dalla comunicazione sia sulla società nel suo complesso sia sui comportamenti dei singoli, eredita quel richiamo dell'ecologia dei media; che si intravede nella domanda sulle conseguenze sociali, culturali e politiche portate dall'introduzione di una nuova tecnologia della comunicazione. McLuhan sostiene inoltre che il mezzo tecnologico determini i caratteri strutturali della comunicazione, producendo effetti pervasivi sull'immaginario collettivo. Ogni medium che per il sociologo canadese è il messaggio, crea un ambiente modificando il modo di pensare e di vivere delle persone che a quell'ambiente appartengono. Si instaura un meccanismo per il quale le menti vengono assopite e ridotte a strumenti passivi, così che i comunicati e le notizie appaiano decontestualizzate ed insignificanti. Nell'ottica del potere i media divengono strumenti capaci di creare una loro epistemologia attraverso la quale gli individui interpretano e conoscono la realtà. Un mero preconetto di una base culturale sostituisce la verità, con un procedimento di mutazione che segue quella dei mezzi di comunicazione. Trasmettitori dei messaggi del potere e delle sue manifestazioni per Chomsky saranno anche lo stesso sistema educativo, che collabora alla nascita di un tipo di cultura allineato a un modello precostituito e gli intellettuali. Inclini esigualmente allo sviluppo di una cultura e di un pensiero indipendenti, come pure ad uno spirito critico autonomo e creativo. Creatori invece di un sistema formato su uno sterile e passivo accumulo di informazioni (7).

3. Sul Potere Trasmesso, Testi e Filmografia

Sui mezzi di trasmissione del potere, scrive Aldous Huxley (8), nel romanzo *Mondo Nuovo* (9), un mondo in cui i libri, la struttura e l'informazione non sono né vietati né censurati, ma dove più subdolamente, nessuno prova più interesse nei loro confronti in quanto la gente sarà felice di essere oppressa e adorerà la tecnologia che libera dalla fatica di pensare, imposte dal potere (HUXLEY, 1991). Questo ricorda l'opera e la visione profetica di un altro importante autore Ray Bradbury (10), con *Fahrenheit 451* testo in cui ha immaginato un futuro senza libri e dominato dalla televisione, affacciandosi così su un baratro in cui il sapere è gestito dal potere, con una veggenza su quelle che sarebbero state le evoluzioni nel tempo contemporaneo. Il testo del 1953 era estensione di un racconto breve *The Fireman* (11). Nonostante il tempo trascorso la scelta del numero 451 è merito di discussioni per la sua interpretazione. Per alcuni trattasi semplicemente del numero sull'elmetto del pompiere che è l'individuo protagonista della storia, *Montag*. Per altri un riferimento alla temperatura di autocombustione della carta in gradi Fahrenheit. Bradbury ha visto lontano, anticipando di molto alcuni dibattiti odierni sullo strapotere dei mass media. Impressioni destinate dal rogo dei libri, la televisione che indottrina, le immagini che ipnotizzano e inebetiscono atte alla dimostrazione di come di giunga a uccidere la libertà. Il potere che si manifesta senza la necessità di despoti, né particolari leggi. Il potere che si trasmette grazie a una scatola con il tubo catodico. Pur se nella forma ancora continui il dibattito democratico, in vero la cultura, strumento di potere di Stato, imposta subdolamente attraverso la televisione la propria tirannia. Questo straordinario testo diventa un film. Il regista François Truffaut (12) fu uno dei primi a cogliere la forte pregnanza e il potere profetizzante di questo importante romanzo del romanzo. Così tanto da realizzare un film nel 1966 (13). La scena cult cinematografica del rogo dei libri, più volte ripresa successivamente nel cinema (14), risulta al contempo profetica e terribile per gli esiti in essa anticipati. Su come nel mondo contemporaneo si sarebbero palesate le conseguenze di un controllo del sapere da parte del potere. Un libro profetico, quello di Bradbury, in grado di prevedere le conseguenze della *televisione spazzatura* quando ancora il *Grande Fratello* (15) era solo una creatura di George Orwell (16). Della strategia di manipolazione dei media Chomsky presenta uno scenario lucido e preciso stilando una sorta di decalogo, in cui svela leggi e meccanismi, con cui il potere manifesta la sua forza di controllo sulla gente. I meccanismi utilizzati vanno dalla distrazione, alla falsa

creazione di un problema, alla gradualità con cui alcune cose sono proposte e poi fatte accettare. L'uso come mezzo della differenziazione per far scaturire paragoni, lo sfruttamento del lato emozionale al posto di quello riflessivo o la volontà di mantenimento del pubblico nell'ignoranza.

4. Azione di Potere Distrazione e Controllo

La strategia della distrazione è l'elemento primario del controllo sociale che permette di spostare l'opinione pubblica da reali problemi sociali a fatti di cronaca irrilevanti per il bene pubblico. Questo avviene reiterando comunicati di fatti di poca rilevanza, per darne una conoscibilità generale e continua. Entro il modulo di applicazione di una strategia della distrazione. Mantenendo la maggioranza delle persone occupata in cose di poca importanza, si evita che ci si prenda carico delle cose più rilevanti. Alla creazione di un problema, anche banale o falso, viene in risposta e una subitanea soluzione, nello schema di *problema-reazione-soluzione*. Ad esempio per Chomsky (2002), si potrebbe arrivare a sottolineare la violenza urbana, mostrando fatti a questo inerenti, in modo che il pubblico sia bendisposto nei confronti di una legge che aumenti la sicurezza a scapito della libertà. Tutto questo avviene in modo graduale ma costante negli anni fino a modificare radicalmente il pensiero ai fini del potere. Far accettare una decisione presentata come dolorosa e necessaria nell'accezione di un sacrificio futuro, è più semplice. Perché concede la speranza che le cose intanto mutino, nonché accorda il tempo per abituarsi all'idea del cambiamento e ad accettarlo con rassegnazione nel momento in cui arriva (CHOMSKY, 2002). Il senso critico viene annientato nel momento in cui il registro emozionale viene ad essere sollecitato nel meccanismo dell'innescio dei desideri, delle paure e delle ansietà, che inducono a determinati comportamenti.

5. Il Controllo Delle Menti

Il mantenimento del potere si effettua con il controllo, che a sua volta si compie mantenendo il pubblico incapace di capire le tecnologie e i metodi che vengono usati. Questo si ottiene aumentando il gap tra classi e mantenendo un basso livello della qualità dell'educazione alle classi più basse. Tale basso livello è accompagnato dalle inutili informazioni parziali in circolazione che anebbiano la conoscenza. Si assiste all'incoraggiamento della mediocrità, grazie alla promozione tra il pubblico dell'idea che sia di moda la volgarità, la pochezza umana e la stupidità. Entro un rinnovato rafforzamento del senso di colpa, attuato aumentando il biasimo per l'individuo della propria sfortuna; a cui sia naturale attribuire il fallimento della propria intelligenza o dei propri sforzi. La colpevolizzazione indotta allontana la paura di una ribellione al sistema economico. Favorita da una reazione di depressione che inibisce la possibilità di un'azione reattiva, che impedisce il cambiamento, tale da rivoluzionare la situazione vissuta. Il potere, e il suo *occhio*, dovrà così conoscere gli individui meglio di quanto loro stessi non si conoscano. Il sistema infatti, possiede una conoscenza particolare della natura umana, fisica e psicologica, attraverso gli studi avanzati della biologia, della neurobiologia e della psicologia applicata (CHOMSKY, 2002). Il potere può essere maggiormente esercitato grazie al controllo sugli individui. *Facebook*, ad esempio, fenomeno di *agorà* virtuale in rete, sviluppatosi fortemente nella prima decade del Ventunesimo secolo, è un esempio di strumento per il controllo di massa. Il cui fine ultimo è la canalizzazione particolareggiata della pubblicità su ogni singolo individuo, attraverso il controllo delle abitudini e delle caratteristiche individuali, per la creazione di statistiche, atte far divenire la persona un numero che possa spendere per arricchire il sistema. A tal fine il social, come altri social esistenti veicolano le informazioni raccolte verso altri canali pubblicitari. Aumentando il senso di frustrazione, che recenti indagini su campione

sottoposto a domande tra adolescenti collegati al social dimostrano ampiamente, è facilitato il secondo fine che è quello di cercare di colmare la frustrazione derivata ed il conseguente senso di insoddisfazione. Attraverso la proposta del riempimento di questo senso di privazione, di vuoto o di mancanza, con messaggi pubblicitari direttamente nella casella di posta o come post laterali al blog nel sito, nel tentativo di colmare questo vuoto esistenziale, apparentemente ma con un fine invece fortemente strumentalizzato, ai fini del potere del sistema che vuole vendere e si crea un collettore di presunti prossimi acquirenti *ad oc*.

6. Strategie di Manipolazione di Massa

Si pensi che ogni ricerca fatta sul web attraverso uso di motori di ricerca, viene memorizzata e finalizzata alla creazione di un profilo specifico dell'utente, che poi sarà oggetto di *pubblicità mirata*, a seguito della vendita dei dati accumulati sulla personalità dell'utente ad apposite agenzie di pubblicità. Facebook, è in grado di misurare e monitorare gli stati emotivi ed attraverso questi di compiere analisi di mercato atte a stabilire le caratteristiche e i bisogni fisiologici dell'individuo. La capacità decisionale, lo stato di malattia e addirittura prevedere il momento in cui avverrà la sua morte. Tutto questo basato sulle foto ed i messaggi inviati ai propri conoscenti. Conoscere gli individui meglio di quanto si conoscano loro stessi, è un formidabile mezzo di controllo (CHOMSKY, 2002). Un'analisi dei **processi e delle strategie di manipolazione di massa**, palesa l'esistenza di un *numero di mezzi di informazione che determinano una struttura prioritaria delle notizie, alla quale i media minori devono più o meno adattarsi a causa della scarsità delle risorse a disposizione. Le fonti primarie che fissano le priorità sono grandi società commerciali ad alto reddito collegate a forti gruppi economici. Il fine è la creazione delle fabbrica del consenso* (CHOMSKY, 1988), come sistema di propaganda efficace per il controllo e la manipolazione dell'opinione pubblica. Nel testo *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*, appunto la *fabbrica del consenso* (17) (1998), si presenta questa *sorta di macchina da indottrinamento* che assopisce le coscienze impedendo una reale partecipazione. Il potere partendo dall'uso strumentale del linguaggio, della parola e del sapere, del suo controllo e della sua elargizione graduale o attraverso la negazione stessa di un vero sapere condiviso e non imposto per indottrinamento, nega l'autonoma azione dell'individuo. Il concetto di azione, lì dove il potere necessita di agire e essere agito per rendersi manifesto, è un pensiero sul quale la sociologia si è interrogata già a partire dagli anni settanta. Legato al concetto di agentività, diffusosi al fine di valutare le azioni degli individui. Si sviluppa dalla messa in discussione delle strutture di potere allora esistenti e finalizzate alla conquista di un'eguaglianza di razza e di genere.



Figura 2. Masse e Non Luoghi. Altallarita PHDesign

7. Azione Controllata

L'idea motore è quella di formulare nuove teorie, in grado di assegnare il giusto ruolo agli effetti potenziali dell'azione umana. Le azioni umane sono dialetticamente connesse alla struttura sociale in forma tale da rendere le due dimensioni reciprocamente costitutive. Gli studi derivati posero in evidenza come gli esseri umani formano la società nel modo stesso in cui la società formi loro. L'azione inquadrata in tale prospettiva, si mostra come una dimensione presente nelle pratiche socioculturali e linguistiche (GIDDENS, 1980). Dove dietro ogni azione vive una volontà di potere finalizzata all'azione stessa del fare. Il concetto di agentività è in grado di spiegare il passaggio del modo in cui la riproduzione sociale diviene trasformazione sociale (18). Per comprendere quale sia la credenza popolare, attorno a chi eserciti l'agentività, può rivelarsi utile porre a confronto varie società con metodo comparativo. E farlo sulle modalità in cui la gente interpreta le situazioni vissute e ne attribuisce le responsabilità (19). Inserito nel contesto dei campi del linguaggio come strumenti del potere. Alcuni interessanti studi contemporanei come quelli dell'antropologo Dennis Tedlock (20) rivelano come le formazioni socioculturali possano dare forma a degli scambi linguistici totali sì che la cultura si sviluppi in ogni sua forma quotidianamente. Sostiene Alessandro Duranti (1991), antropologo, che concedendo un attento interesse nei confronti del mondo linguistico in se, si può rendere maggiore chiarezza sulla capacità di azione umana (21). Concretizza tale presupposto a seguito di alcune sue ricerche effettuate sul campo a Samoa, attraverso cui si può vedere come l'uso delle *marche ergative* (22) da parte dei samoani, possa rivelare il modo in cui essi attribuiscono la responsabilità di un'azione a qualcuno piuttosto che un altro, in particolare nei casi di approvazione o critica. Ne deriva un punto di vista in base a cui gli individui più potenti, per differenziazione di status, abbiano maggiori probabilità di far uso della marca ergativa ogniqualvolta desiderino accusare qualcuno di un atto malevolo intenzionalmente compiuto (DURANTI, 1991). Al contrario i più deboli, cercheranno di reagire alle accuse rivolte loro proponendo definizioni linguistiche

alternative degli eventi accaduti. Si crea una sorta di grammatica della lode e del biasimo, che Duranti individua e ne mostra l'azione come parte integrante delle forme linguistiche, di cui un parlante fa uso. Azione modellata dalle stesse strutture linguistiche. Per scoprire in che modo l'agentività, come capacità di azione, si manifesti attraverso la lingua, i ricercatori possono analizzare le marche ergative e le forme verbali ma anche i tratti linguistici quali l'uso dei pronomi, l'organizzazione in turni di parola, le sovrapposizioni, la struttura narrativa delle storie (DURATI, 1991).

8. Linguaggi di Genere

Gli antropologi del linguaggio che conducono ricerche nell'ambito dei rapporti fra linguaggio e genere hanno dato notevoli contributi allo studio dell'azione umana, indagando il carattere multifunzionale di specifici tratti linguistici e dimostrando in che modo le azioni e le parole danno forma alle strutture sociali fondate sul genere e ne subiscono l'influsso. Proprio l'antropologia del linguaggio in virtù del suo particolare interesse per l'analisi delle interazioni, agevola la comprensione dei micro e macro processi della vita sociale. Il linguaggio può essere pensato in un modo diverso e complementare, in base a quello che può fare sia per gli individui sia per la società con le sue intenzioni e principi nell'interazione quotidiana il linguaggio svolge un ruolo di importante mediazione. Tutte le attività umane presuppongono l'uso della parola (23) (DURANTI, 2003). Il potere, che detiene il linguaggio è innegabile, e per diverse ragioni. Entro un quadro antropologico della questione, risulta fondamentale la potenzialità del linguaggio di unire il passato con il futuro, questo gli rende un potere assoluto a partire dall'*homo sapiens*. La narritività facilita questo processo, permettendo la pianificazione dell'immaginazione sino all'invenzione. Comportamenti, credenze, valori mutano ma la coerenza viene mantenuta proprio grazie all'azione compiuta del linguaggio. Inoltre tali connessioni permettono la vita sociale e tra individui diversi. Il linguaggio facilita la connessione tra diverse realtà. Questa presa di coscienza, fornisce una base metodologica ad un approccio di questo tipo al potere che viene riconosciuto al linguaggio. Il potere della parola è parte integrante della costituzione della realtà ed è un'attività che ha conseguenze per chi vi partecipa. Un esempio di pratica sociale sono i saluti. Gli aspetti performativi del linguaggio implicano che il linguaggio si realizzi in concreti atti con l'uso della parola, concetto che critica quanto sostenuto da Chomsky, in quanto la sistematicità degli atti di parola consente che questi siano fatti oggetti di studio, come dimostrato nel 1977 dalle teorie sul potere della conversazione di Labov (SCHEGLOFF, 1974; ORLETTI, 1994; FASULO PONTECORVO, 1999). Metodologicamente questo sottolinea come sia possibile avere una scienza del linguaggio partendo dagli atti linguistici. Si riconosce la logica del parlato ad uso quotidiano e sociale. I saluti sono un esempio d'uso del linguaggio e palesano il bisogno dell'uso coadiuvante del corpo. Il parlare inoltre agisce non si limitandosi ad informare (WITTEGENSTEIN, 1953; AUSTIN, 1962; SEARLE, 1976; SBISÀ, 1989).

9. Potere al Corpo

Come le azioni di ordinare e proibire, i saluti dimostrano tale funzione pragmatica, in quanto costruiscono contesti interazionali, si assegnano colpe e meriti con l'uso della parola come azione sociale, che costruisce una realtà. Questo è il concetto di performance come potere delle parole di fare: il linguaggio è in grado di stabilire identità etniche e di genere. Oltre al contenuto, l'uso stesso della parole, all'interno del linguaggio, è in grado di suscitare ammirazione o disapprovazione. L'autorità, il potere, di chi parla, è determinato dall'abilità del saper parlare, e raccontare. Un'esibizione di abilità narrative e argomentative che suscitano giudizi di valore (DURANTI, 2003). Comunque la performance implica il rischio dell'altrui giudizio e della responsabilità di ciò che si dice. Nel parlare ci si espone all'altrui giudizio, che è elemento di rischio, nonché la responsabilità morale di quel che viene detto. L'autocoscienza umana è caratterizzata dalla necessità di valutare motivazioni e risultati del nostro agire che giustificano azioni e parole (DURANTI, 2003). L'uso del linguaggio attiene ai fatti sociali e collettivi, non si può prescindere dal concetto di partecipazione. Il parlare come atto interattivo e culturale. Il potere per definizione si noti è un'azione che avviene tra due o più soggetti in cui uno impone l'azione e l'altro a subisce o l'accetta consentendo ad essa. Questa dialogicità rende possibile che l'azione di parlare abbia le stesse caratteristiche del potere. Medesime possibilità dell'agire. La ricerca si sviluppa sulle modalità in cui un parlante abbia facoltà di cambiare contenuto in base al contesto (GOODWIN, 1979; 1981). Colui che parla non è con necessità l'autore delle parole che usa, non si esclude che si limiti a riportarle. Esistono diversi ruoli per colui che ascolta e colui che parla (GOFFMAN, 1981). L'uso della parola implica un agire, che ha delle determinate conseguenze psicologiche e sociali. La comunicazione tramite il parlare è un tipo di attività sociale condivisa che definisce relazioni sociali, capace di creare ruoli determinati e relazioni di potere.



Figura 3. Realtà altre. Altallarita PHDesign

10. La Realtà come forma di Potere

La sociologa Susan Philips in un articolo dal titolo *Power*, afferma che costituzione della realtà sociale è una forma di potere, dove il potere del linguaggio si palesa come creatore della realtà. Gli studi antropologici del linguaggio, hanno fatto emergere alcune teorie su come avvenga tale processo di creazione del reale. Il potere che ha il linguaggio di costituire il reale vive nelle strutture lessicale, morfologica e semantica della lingua, secondo l'idea che la lingua parlata da un gruppo sociale porti ad una determinata visione del mondo. A partire dagli anni sessanta, questa visione colloca la creazione della lingua direttamente nel processo del discorso parlato per mezzo degli attori sociali. Tesi sviluppata e sostenuta dagli studi sul rapporto fra linguaggio e conoscenza. Il discorso detiene il potere di costruzione del reale, in teoria una dimensione che dia modo di svilupparsi a rapporti di dominio. Il linguaggio così è visto come strumento di creazione delle realtà sociali. Ovviamente il potere non è detenuto in modo equilibrato, la costruzione dei significati nello specifico contesto a cui si fa riferimento, è ad appannaggio di chi possiede la facoltà dell'utilizzo della parola. Il potere esercita controllo attraverso la produzione del discorso. La definizione del reale viene gestita da individui il cui status è socialmente riconosciuto con un potere superiore agli altri, grazie alla possibilità di controllare l'assegnazione dei turni di parola. Nella teoria antropologica circa il rapporto fra lingua e potere la creazione di realtà sociali ottenuta manifestando le strutture linguistiche nel discorso, costituisce il processo che mantiene in vita e trasforma nel tempo rapporti di potere più vasti, di natura socio-storica.

NOTAS

- (1) Noam Chomsky, (2002) *Linguaggio e politica*, Roma, Di Renzo Editore, p.16.
- (2) Noam Chomsky, (1977) *Note sull'anarchismo*, in *Per ragioni di stato*, Torino, Einaudi, pag.451 e lvi, pag.456, lvi, p. 455.
- (3) Giorgio Sola, *La teoria delle élites*, Il Mulino, Bologna, 2000, p. 7.
- (4) Chomsky N., Herman E S, (1988) *La fabbrica del consenso*, cit. tit orig. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*.
- (5) Neil Postman (New York, 8 marzo 1931 – New York, 5 ottobre 2003) è stato un sociologo statunitense professore elementare teorico dei mass media e critico della cultura contemporanea è stato professore associato dell'università di New York. I saggi qui citati sono *Social science as theology*. Postman, Neil Etc. Vol 41 (1), 1984, p. 22-32.
- (6) Herbert Marshall McLuhan (Edmonton, 21 luglio 1911 – Toronto, 31 dicembre 1980) sociologo canadese. Sua la celebre tesi secondo cui il medium è il messaggio.
- (7) Neil Postman, *Divertirsi da morire. Il discorso pubblico nell'era dello spettacolo*, Marsilio Editori, Venezia, 2002.
- (8) Aldous Leonard Huxley (Godalming, 26 luglio 1894 – Los Angeles, 22 novembre 1963) scrittore britannico di romanzi di fantascienza, saggi, racconti brevi, poesie e racconti di viaggio. Umanista e pacifista, è stato anche interessato a temi spirituali come la parapsicologia e il misticismo filosofico.
- (9) Aldous Huxley, *Il mondo nuovo (Brave New World)*, traduzione di Lorenzo Gigli e Luciano Bianciardi, Oscar Mondadori, Milano 1991.

(10) Nel romanzo la vicenda è ambientata secoli nel futuro ed un unico governo regge tutto il mondo, completamente unificato. La massima Autorità è Ford o Sua Fordità, figura quasi mitica e religiosa. Il riferimento all'omonimo inventore della catena di montaggio è evidente e particolarmente significativo: il mondo nuovo è un sistema di controllo delle persone dal concepimento alla morte tutto acquisisce una valenza totalitaria e l'aspetto politico diviene indistinguibile da quello religioso. Tutto questo deve essere accettato comenaturaledall'interessato e a questo fine inizia, già prima della nascita, un severo processo di condizionamento: tutta la vita è già segnata, è inutile resistere all'ineluttabile.

(11) Ray Bradbury (Waukegan, 22 agosto 1920 – Los Angeles, 5 giugno 2012) scrittore statunitense innovatore del genere fantascientifico, iniziò la sua carriera scrivendo racconti su riviste specializzate. Il successo arriva negli anni Cinquanta quando li raccoglie tutti in un volume che viene pubblicato sotto il titolo *Cronache Marziane*. In seguito al successo della sua prima raccolta, inizia a scrivere anche sceneggiature cinematografiche. *Fahrenheit 451* è uno dei suoi romanzi più famosi.

(12) Uscito nel 1951 sulla rivista *Galaxy Science Fiction*, *Fahrenheit 451* vede la luce nel 1953 sulla rivista *Playboy*. A causa dell'ombra del maccartismo e nessun editore voleva rischiare la pubblicazione di un libro che si discostava dal comune sentire.

(13) François Truffaut (Parigi, 6 febbraio 1932 – Neuilly-sur-Seine 21 ottobre 1984) regista, sceneggiatore produttore cinematografico, attore e critico cinematografico francese. Importante protagonista del cinema francese tra gli anni sessanta e settanta, assieme agli amici e colleghi Jean-Luc Godard, Claude Chabrol, Eric Rohmer e Jacques Rivette diede vita a una nuova corrente cinematografica denominata *nouvelle vague*, letteralmente nuova ondata, che traeva ispirazione dalla passata stagione del Neorealismo italiano e che influenzerà successivamente numerosi registi americani della New Hollywood.

(14) Con l'attore Oskar Werner nella parte del protagonista del libro il pompiere Guy Montag che si ribella al sistema.

(15) Altri film si sono ispirati a tale scena di Truffaut dal titolo rispettivo: *Equilibrium* e *Pleasantville*.

(16) Il Grande Fratello in inglese *Big Brother*, fratello maggiore è un personaggio immaginario creato da George Orwell, presente nel romanzo 1984. È il dittatore dello stato totalitario chiamato Oceania. Nella società che Orwell descrive ciascun individuo è tenuto costantemente sotto controllo dalle autorità. Lo slogan Il Grande Fratello vi guarda ricorda continuamente agli abitanti la sua superiorità assoluta nella piramide gerarchica.

(17) George Orwell, pseudonimo di Eric Arthur Blair (Motihari, 25 giugno 1903 – Londra, 21 gennaio 1950), giornalista, saggista, scrittore e attivista britannico. Conosciuto come opinionista politico e culturale ma anche noto romanziere Orwell è uno dei saggisti di lingua inglese più diffusamente apprezzati del Ventesimo secolo. Probabilmente è meglio noto per due romanzi scritti verso la fine della sua vita, negli anni quaranta: l'allegoria politica de *La fattoria degli animali* e *1984*, che descrive una così vivida distopia totalitaria dall'aver dato luogo alla nascita dell'aggettivo «orwelliano», oggi ampiamente usato per descrivere meccanismi totalitari di controllo del pensiero. Orwell condusse sempre la sua attività letteraria in parallelo con quella di giornalista e attivista politico. Era e rimase sempre d'ispirazione politica di sinistra ma la presa di coscienza, anche in seguito a tragiche esperienze personali, delle contraddizioni e degli errori del comunismo realizzato in Unione Sovietica sotto Stalin lo portarono a essere antisovietico e antistalinista, scontrandosi così con una consistente parte di sinistra europea. Nel 1946 Orwell scrisse: Ogni riga di ogni lavoro serio che ho scritto dal 1936 a questa parte è stata scritta,

direttamente o indirettamente contro il totalitarismo e a favore del socialismo democratico, per come lo vedo io.

(18) Chomsky N. Herman S.E (1998) *La fabbrica del consenso*, Tit Orig. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media* Marco Tropea Editore Milano.

(19) Ad esempio analizzando lettere comunicazioni personali, in cui si parli di chi ha fatto cosa ed in virtù di quale potere: decidere eventi della comunità sociale o dei singoli, matrimoni funerali, eventi importanti per il bene sociale e quant'altro.

(20) Tra la fine degli anni '70 e l'inizio degli anni '80, il sociologo Anthony Giddens fu il primo a diffondere l'uso del termine *agency*; assieme a sociologi ed antropologi quali Pierre Bourdieu e Marshall Sahlins, Giddens, ne è nata una scuola di pensiero, chiamata da Sherry Ortner, studiosa che ha contribuito in prima persona a questo programma di studi.

(21) Dennis Tedlock (b.19 Giugno 1939) è professore di Antropologia presso l'Università dello Stato di New York a Buffalo. Nel 1986, ha vinto il Premio di traduzione PEN per il suo libro di Popol Vuh: I Maya agli albori della vita, e nel 1997 è stato il destinatario del Premio American Anthropological oggi si occupa di antropologia dialogica.

(22) Alessandro Duranti, Professore di Antropologia e Preside di Scienze Sociali presso la UCLA. Esperto di discorso politico Tra i suoi libri dalla grammatica alla politica: *Etnografia del parlare quotidiano* (1991) *Antropologia linguistica in un western Samoan Village* (Univ. of California Press, 1994), *From Grammar to Politics* (1994), *Antropologia linguistica* (Cambridge Univ. Press, 1997) *Antropologia Linguistica* (Blackwell, 2004), *Linguistic Anthropology: A Reader* (2001).

(23) Nelle lingue ergative: i criteri di codifica e di distribuzione come le marche di caso, l'accordo verbale o la possibilità di omettere degli elementi in contesti specifici, definiscono due classi di elementi, una classe che include: il soggetto intransitivo e il complemento oggetto transitivo ed una classe che include il soggetto transitivo.

(24) Duranti A. *Il parlare come pratica sociale* 2.1, p.45. In: *Il Manuale di psicologia sociale* Ed. G. Mantovani Fi. Giusti, 2003.

BIBLIOGRAFIA

BRADBURY, R. - **Fahrenheit 451**. NY: Galaxy Science Fiction Press, 1951.

CHOMSKY, N. - **Linguaggio e politica**. Roma: Di Renzo Editore, 2002.

CHOMSKY, N. - **Per ragioni di stato**. Torino: Einaudi, 1977.

CHOMSKY, N.; HERMAN, S. E. - **La fabbrica del consenso**. Tit Orig. *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*. Milano: Tropea Editore, 1998.

DURANTI, A. - **Etnografia del parlare quotidiano**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1991.

DURANTI, A. - **Antropologia linguistica in un western Samoan Village**. California: University Press, 1994.

DURANTI, A. - **Antropologia linguistica**. Cambridge: University Press, 1997.



DURANTI, A. - **Manuale di psicologia sociale**. Ed. G. Mantovani. Firenze: Giusti, 2003.

DURANTI, A. - **Etnografia del parlare quotidiano**. Studi superiori NIS. series 120: Linguistica. Rome: La Nuova Italia Scientifica ed., 1992.

POSTMAN, N. - **Social science as theology**. Venezia: Marsilio Editori, 1984.

POSTMAN, N. - **Divertirsi da morire. Il discorso pubblico nell'era dello spettacolo**. Venezia Marsilio Editori, 2002.

HUXLEY, A. - **Brave New World**. trad. Il mondo nuovo, GIGLI, L. e BIANCIARDI, Luciano. Milano: Oscar Mondadori, 1991.

ORWELL, G. - **Big Brother, Il Grande Fratello**. Milano: Mondadori, 1984.

ORWELL, G. - **La fattoria degli animali**. Milano: Mondadori, 1984.

SOLA, G.- **La teoria delle élites**. Bologna: Il Mulino, 2000.

